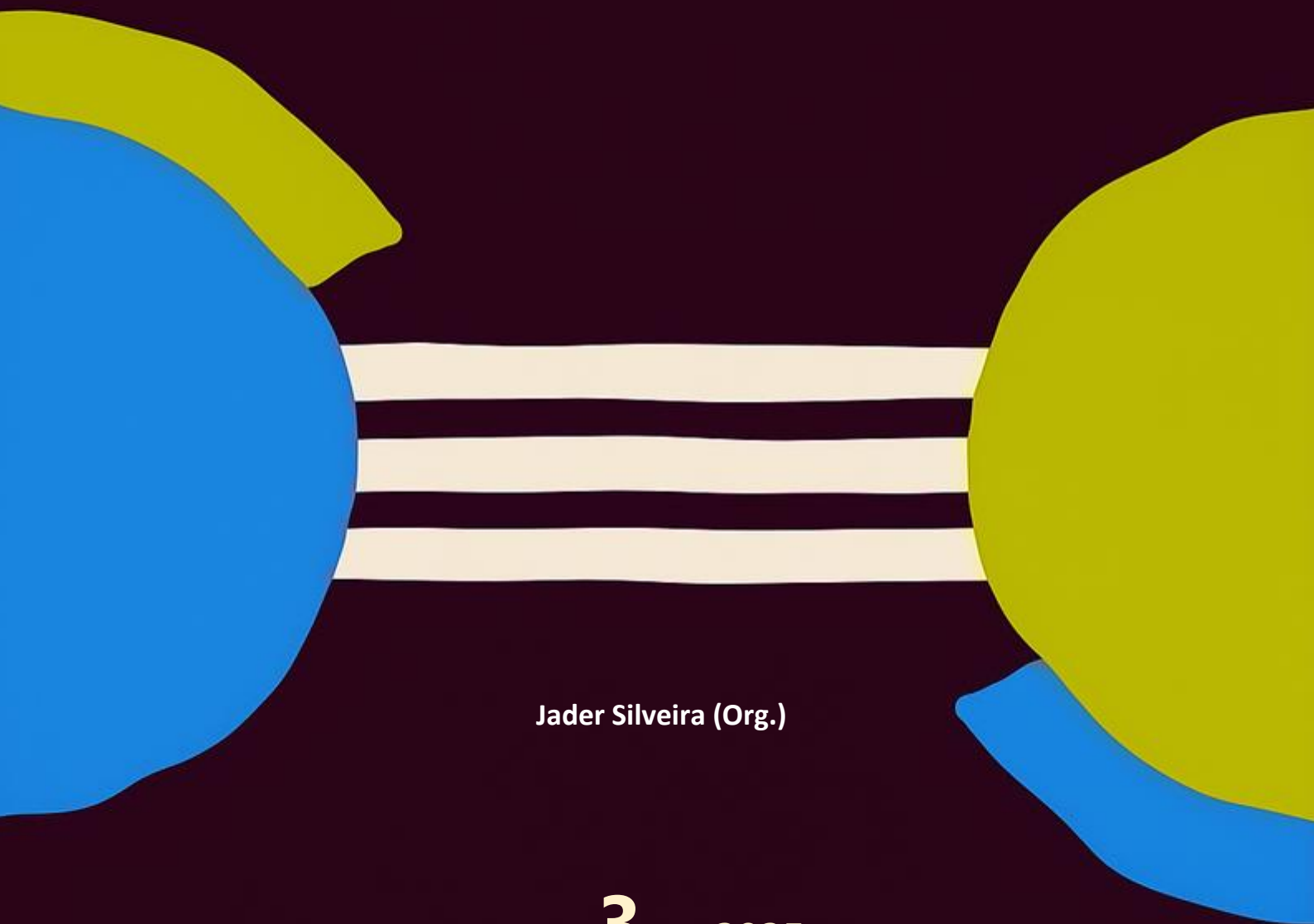


TECNODIVERSIDADE

Conexões Entre Ciência, Cultura e Futuro



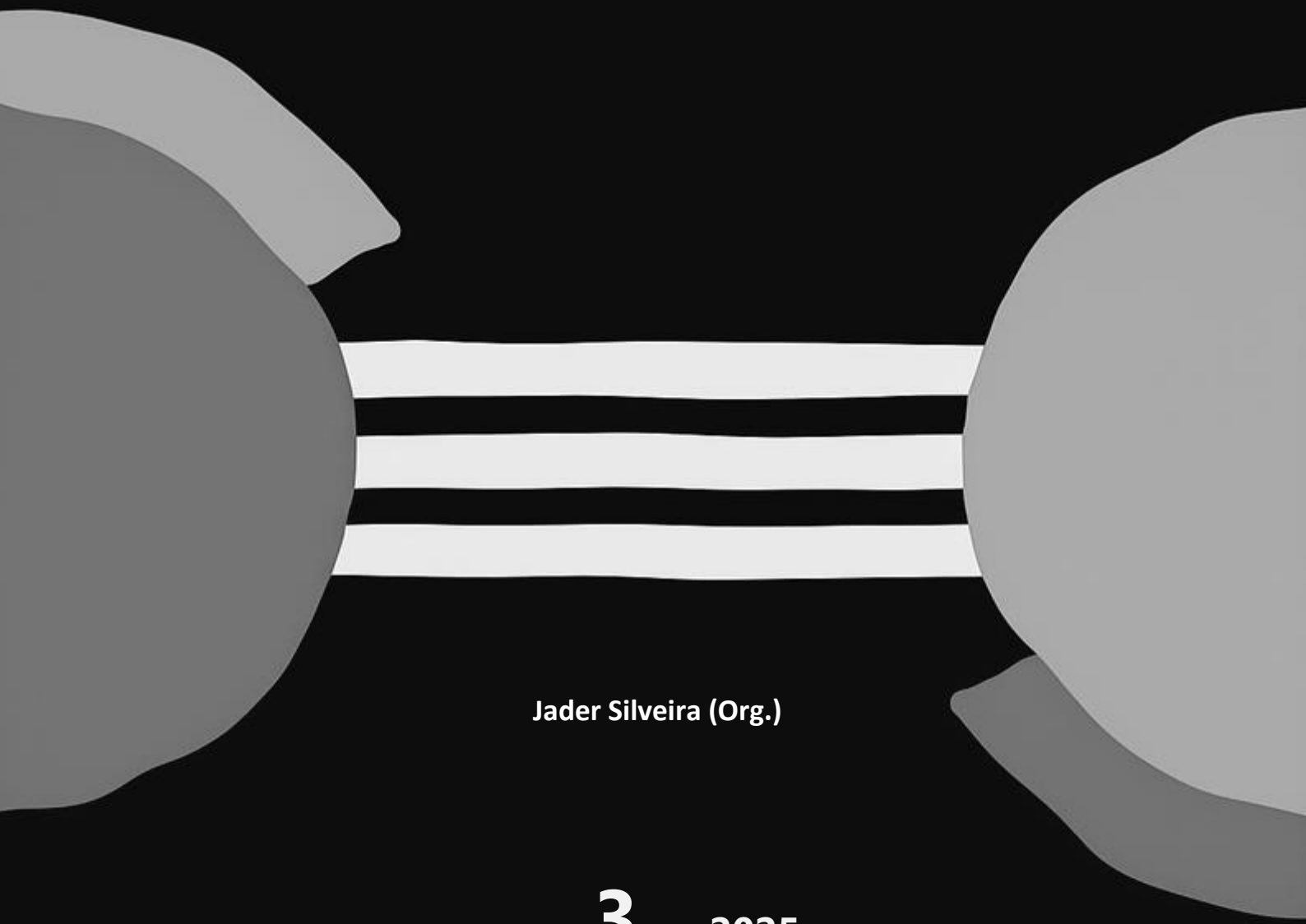
Jader Silveira (Org.)

v. 3 - 2025

uniatual
EDITORA

TECNODIVERSIDADE

Conexões Entre Ciência, Cultura e Futuro



Jader Silveira (Org.)

v. **3** - 2025

uniatual
EDITORA

© 2025 – Uniatual Editora

www.uniatual.com.br

universidadeatual@gmail.com

Organizador

Jader Luís da Silveira

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Freepik/Uniatual

Revisão: Respective autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Esp. Rícael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S587t Tecnodiversidade: Conexões Entre Ciência, Cultura e Futuro - Volume 3
/ Jader Luís da Silveira (organizador). – Formiga (MG): Uniatual Editora, 2025. 202 p.: il.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-84885-55-4
DOI: 10.5281/zenodo.17793373

1. Coletânea. 2. Conhecimento. 3. Transformação. 4. Cultura. I. Silveira, Jader Luís da. II. Título.

CDD: 001.4
CDU: 001

Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seus autores.

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Uniatual Editora
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
www.uniatual.com.br
universidadeatual@gmail.com
Formiga - MG
Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:
<https://www.uniatual.com.br/2025/12/tecnodiversidade-conexoes-entre-ciencia.html>



TECNODIVERSIDADE:
CONEXÕES ENTRE CIÊNCIA, CULTURA E FUTURO

Volume 3

AUTORES

**Adrielle Silva Pinheiro
Amanda Cais Pessoa
Amanda Maresco
Ana Luisa Santiago
Ana Rosa Soares da Silva
Andréia Andréia Pacheco de Almeida
Andreia Dias Neto
Andresa Cristina Peixoto Vaserino
Angélica Bispo de Souza
Anniely Rodrigues de Andrade
Antonio Darlan de Oliveira Holanda
Aurora de Castro Pantoja
Camila dos Santos Souza
Camilly Cristina Moro Marques
Clayton Aparecido Cardoso de Moraes
Daiane de Paula Lima da Conceição
Daniel Lima dos Santos
Daniela Boreli
Danielle Doce Dias Silva
Débora Daianne Ferreira de Oliveira
Edna Rodrigues da Silva
Elisângela Freitas da Silva Lopes
Elizete Ferreira Moraes Barbosa
Érica do Socorro de Oliveira Rabelo
Erico Tadeu Xavier
Felipe Vitali de Bortoli
Francisca Meury de Sousa
Gabriela Jakobczynski
Giovanna Lopes Paulino Gomes
Gladyston Augusto Roberto
Ivan Bim Requena
Izabela Cristian de Castro Pantoja
Jhonatan Gonçalves Cavalheiro
Joana Tragancin Thomé
João Luis Josino Soares
João Pereira de Souza Filho
Jocilene Pereira do Nascimento
Josedalva Farias dos Santos
Josiane Borges de Sousa
Jovana Garlane Matos da Silva
Leonardo Aparecido Araújo Martin
Maria Alice dos Santos
Maycon Douglas Rodrigues**

Monica de Melo Balbuena
Nazaré da Penha Coelho
Paloma Colombo
Pedro Henrique França Gonçalves
Sandro Dan Tatagiba
Tainá Semke
Talita Piroli
Tassiane Michely Oliveira Santos
Thacila Mikaellen Mendes da Cunha
Uilian da Rocha Bispo
Vanessa Vieira Gomes Borges
Zuziane Ferreira da Rocha

APRESENTAÇÃO

O presente livro, intitulado *Tecnodiversidade: Conexões Entre Ciência, Cultura e Futuro*, insere-se no campo das reflexões contemporâneas acerca das múltiplas interações entre os saberes científicos, as práticas culturais e as transformações tecnológicas que delineiam o horizonte da humanidade. Sua proposta é tanto ousada quanto necessária: pensar a diversidade tecnológica não apenas como um fenômeno instrumental, mas como um processo vivo, enraizado nas dinâmicas sociais, históricas e simbólicas que moldam o presente e projetam o futuro.

A noção de tecnodiversidade aqui apresentada convida o leitor a ultrapassar as fronteiras tradicionais que segregam ciência, tecnologia e cultura em compartimentos estanques. O texto parte do reconhecimento de que a inovação não se dá no vácuo, mas é resultado de interações complexas, entrelaçadas a valores éticos, identidades coletivas, experiências estéticas e formas plurais de conhecimento. Assim, o livro propõe uma visão ampliada, que integra a ciência em diálogo com os patrimônios culturais, ressignificando a tecnologia como produto e também como vetor de transformação social.

Na contemporaneidade, em que os avanços científicos e tecnológicos sucedem-se com velocidade vertiginosa, surgem também desafios inéditos. Questões éticas sobre inteligência artificial, biotecnologia, mudanças climáticas e inclusão digital revelam a necessidade de um olhar crítico, capaz de compreender tanto os benefícios quanto os riscos daquilo que criamos. Mais do que instrumentos, as tecnologias se tornam linguagens que moldam comportamentos, estruturam economias e definem novas possibilidades de existência. Nesse sentido, a tecnodiversidade, ao articular ciência, cultura e futuro, oferece um campo fértil para o exercício da reflexão crítica e para a elaboração de respostas criativas às demandas do nosso tempo.

Este livro apresenta-se, portanto, como obra de caráter interdisciplinar e transdisciplinar. Sua construção valoriza não apenas a erudição científica, mas também o diálogo com práticas culturais e com a imaginação projetiva. Cada capítulo ilumina, a seu modo, facetas da complexa tessitura entre inovação, diversidade de saberes e desafios

civilizatórios, convidando o leitor a compreender a tecnologia não como destino inexorável, mas como construção humana sujeita a escolhas, responsabilidades e possibilidades.

A leitura que aqui se abre é, ao mesmo tempo, um convite e uma provocação. Convida ao mergulho em reflexões profundas sobre a pluralidade de caminhos possíveis para o futuro tecnológico e cultural da humanidade; provoca, porque desafia o leitor a questionar modelos hegemônicos e a reconhecer a riqueza da diversidade como fonte de criação e de resistência. *Tecnodiversidade: Conexões Entre Ciência, Cultura e Futuro* é, assim, um livro que se inscreve no horizonte das obras que não apenas informam, mas inspiram.

Ao final de cada página, o leitor perceberá que o futuro não é um ponto distante e abstrato, mas uma construção contínua, moldada pelas escolhas que fazemos no presente. Que este livro sirva como guia, inspiração e estímulo para pensarmos a ciência e a tecnologia a partir de uma perspectiva plural, ética e humanizadora, capaz de tecer pontes entre a racionalidade e a sensibilidade, entre o conhecimento e a cultura, entre o presente e o porvir.

SUMÁRIO

Capítulo 1	
PROJETO DE LEITURA “CAMINHOS PARA A LIBERDADE”: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NOS BAIRROS DE PARATINGA-BAHIA	12
<i>João Pereira de Souza Filho; Jocilene Pereira do Nascimento; Josedalva Farias dos Santos; Uilian da Rocha Bispo; Ana Rosa Soares da Silva; Edna Rodrigues da Silva</i>	
<hr/>	
Capítulo 2	
ACESSIBILIDADE E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: DOS DIREITOS FORMAIS AOS DESAFIOS REAIS	27
<i>Gladyston Augusto Roberto</i>	
<hr/>	
Capítulo 3	
EMPREENDEDORISMO FEMININO COMO COMPLEMENTO DE RENDA PARA MULHERES DA ZONA RURAL DE TRAIRI	31
<i>Maria Alice dos Santos; Daniel Lima dos Santos; João Luis Josino Soares</i>	
<hr/>	
Capítulo 4	
ENTRE O POPULAR E O PADRÃO: A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO	49
<i>Érica do Socorro de Oliveira Rabelo; Andréia Andréia Pacheco de Almeida; Izabela Cristian de Castro Pantoja; Elizete Ferreira Moraes Barbosa; Danielle Doce Dias Silva; Zuziane Ferreira da Rocha</i>	
<hr/>	
Capítulo 5	
A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: ENTRE A NORMA E O USO SOCIAL	60
<i>Adrielle Silva Pinheiro; Aurora de Castro Pantoja; Antonio Darlan de Oliveira Holanda; Daiane de Paula Lima da Conceição; Danielle Doce Dias Silva; Thacila Mikaellen Mendes da Cunha</i>	
<hr/>	
Capítulo 6	
A JUVENTUDE PERIFÉRICA DA BAIXADA SANTISTA - A SOCIOLOGIA COMO INSTRUMENTO DE DECIFRAÇÃO DA REALIDADE ESCOLAR	74
<i>Camila dos Santos Souza</i>	
<hr/>	
Capítulo 7	
TRANSTORNOS EMOCIONAIS E CONSEQUÊNCIAS NA PRODUTIVIDADE DO COLABORADOR: UM ESTUDO DE CASO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEDÔNIA (SP)	87
<i>Jovana Garlane Matos da Silva; Camily Cristina Moro Marques; Clayton Cardoso de Moraes</i>	
<hr/>	
Capítulo 8	
A IMPORTÂNCIA DO GERENCIAMENTO FINANCEIRO PESSOAL	109
<i>Amanda Cais Pessoa; Andresa Cristina Peixoto Vaserino; Maycon Douglas Rodrigues</i>	
<hr/>	
Capítulo 9	
CRESCIMENTO INTEGRAL DA IGREJA: PERSPECTIVAS CONCEITUAIS	123
<i>Erico Tadeu Xavier; Ivan Bim Requena</i>	

Capítulo 10	
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E SEUS IMPACTOS NA GESTÃO DE EMPRESAS: UM ESTUDO DE CASO NA FLASH NET BRASIL	133
<i>Ana Luisa Santiago; Clayton Aparecido Cardoso de Moraes</i>	

Capítulo 11	
A EXPRESSÃO ARTÍSTICA ATRAVÉS DE TÉCNICAS COM MATERIAIS RECICLÁVEIS	148
<i>Angélica Bispo de Souza; Nazaré da Penha Coelho; Débora Daianne Ferreira de Oliveira; Tassiane Michely Oliveira Santos; Monica de Melo Balbuena; Andreia Dias Neto</i>	

Capítulo 12	
NEUROPLASTICIDADE E COGNIÇÃO: INTERFACES ENTRE APRENDIZAGEM E REABILITAÇÃO NEURAL	152
<i>Vanessa Vieira Gomes Borges; Débora Daianne Ferreira de Oliveira; Elisângela Freitas da Silva Lopes; Francisca Meury de Sousa; Josiane Borges de Sousa; Nazaré da Penha Coelho</i>	

Capítulo 13	
PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COMO ESTRATÉGIA PARA REDUÇÃO DE IMPOSTOS – FERNANDÓPOLIS (SP)	165
<i>Leonardo Aparecido Araújo Martin; Jhonatan Gonçalves Cavaleiro; Giovanna Lopes Paulino Gomes; Daniela Boreli</i>	

Capítulo 14	
USO DE PLANTAS OLERÍCOLAS E MEDICINAIS COMO ESTRATÉGIA ALIMENTAR E FITOTERAPEUTICA PARA IDOSOS NO ASILO LAR BOM SAMARITANO, NO MUNICÍPIO DE VIDEIRA – SC	185
<i>Sandro Dan Tatagiba; Paloma Colombo; Anniely Rodrigues de Andrade; Amanda Maresco; Felipe Vitali de Bortoli; Gabriela Jakobczynski; Joana Tragancin Thomé; Pedro Henrique França Gonçalves; Tainá Semke; Talita Piroli</i>	

Capítulo 1

PROJETO DE LEITURA “CAMINHOS PARA A LIBERDADE”: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NOS BAIRROS DE PARATINGA-BAHIA

João Pereira de Souza Filho

*Licenciado em Pedagogia (UNEB) e Acadêmico da Licenciatura em Música na (UFRB);
Especialista em : Gestão Cultural (UESC) e em História e Cultura Africana e Afro-
brasileira (UCAM). Tem experiência em Projetos Culturais e Educativos e Assessoria
técnica na cultura. Músico, cantor e compositor.
E-mail: souzajoao086@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2361263501717613>.*

Jocilene Pereira do Nascimento

*Licenciada em Letras Vernáculas (UFPB); Agente cultural de Atividades culturais e sociais
e Agente Comunitária de Saúde em Paratinga/BA. Participante de Grupos ligados à
Pastorais da Igreja Católica. E-mail: jocy_pn@hotmail.com.*

Josedalva Farias dos Santos

*Mestranda em Educação (UEG); Especialista em: Educação do Campo (UCAM);
Psicopedagogia Clínica, Institucional e Educação Infantil (FAVENI); Metodologia do Ensino
Superior (FACUMINAS) e Educação Digital (UNEB). Graduada em Pedagogia (UNEB).
Professora Efetiva da Secretaria Municipal de Educação de Malhada-BA. E-mail:
fariasjosedalva@gmail.com.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7241057648713544>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9642-2990>*

Uilian da Rocha Bispo

Licenciado em Pedagogia (UNEB). Produtor e Gestor Cultural ; Artista e Liderança de Cultura Popular. E- mail: uilianpjmp@hotmail.com

Ana Rosa Soares da Silva

Licenciada em História (UNEB); Pós-Graduanda em Política Cultural e Gestão da Cultura (UFRB); Coordenadora Municipal de Cultura em Rio de Contas/ BA; Produtora cultural, Contadora de histórias, arte educadora; Liderança de Ponto de Cultura. E-mail: anarosamel@gmail.com

Edna Rodrigues da Silva

Professora da Rede Municipal de Paratinga/BA. Licenciada em Pedagogia (UNEB); Agente Cultural de atividades culturais, sociais e educativas; Liderança comunitária e de ações Pastorais na Igreja católica; E-mail: ednarodrigues10@yahoo.com.

RESUMO

O presente texto é um relato de experiências de uma ação proposta para realização de atividades diversas, oficinas de fomento à leitura, rodas de conversas, sarau literário, contação de causos das histórias na Comunidade de Cruzeiro e Comunidade do Bairro Quilombola do Tomba, ambos no município de Paratinga-, interior do estado da Bahia, no período de 60 dias. Esse processo vivenciado destinou-se a crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos e a diversidade de atividades, ocorreu de forma centralizada nas referidas comunidades e fazem parte de um projeto aprovado e financiado nos Editais de Cultura da Fundação Pedro Calmon e Fundo de Cultura do Governo do Estado da Bahia para estimular as práticas de leitura, reavivar a memória e o acesso aos bens culturais. Em cada atividade ocorria a ilustração pelos envolvidos a partir de linguagens artísticas, música, teatro com a arte-educadora Rosa Griô e demais colaboradores. Paratinga é um município brasileiro do interior do estado da Bahia, localizado a 710 quilômetros de Salvador, considerada como uma das cidades mais antigas da Bahia e berço de um considerável patrimônio histórico. Banhada pelo Rio São Francisco, à margem esquerda e a zona urbana é dividida por 09 bairros, entre eles Tomba e Cruzeiro, onde ocorre o Projeto de Leitura. Durante a execução do Projeto, agregaram-se oficinas de leitura utilizando as variadas tipologias textuais; saraus literários com ênfase em conto, poesia e cordel; momentos de contação de história e ancestralidade (Sá Benedita); ilustração de atividades com outras linguagens artísticas: teatro e música. Foram contempladas mais de 600 pessoas, com diversas idades. As atividades aconteceram no período de março a abril de 2022. Este artigo relata a dinâmica da realização do projeto em questão e a visão dos autores, sobre as ações/produções de todos os envolvidos das comunidades contempladas. As rodas de leituras/diálogos e intertextualidades possibilitaram o acesso a cultura e entretenimento para o público beneficiado e constituiu-se como um bom

referencial para valorizar o protagonismo histórico das comunidades tradicionais de Paratinga tão necessário e emergente na contemporaneidade.

Palavras-chave: Projetos de leitura. Educação não formal. Histórias orais.

ABSTRACT

The present text is a report of experiences from an action proposed for various activities, reading promotion workshops, discussion circles, literary sarau, storytelling of tales from the Cruzeiro Community and the Quilombola Neighborhood of Tomba, both in the municipality of Paratinga, in the interior of the state of Bahia, over a period of 60 days. This experienced process was aimed at children, adolescents, young people, adults, and the elderly, and the diverse activities took place in a centralized manner in the mentioned communities. They are part of a project approved and funded by the Culture Notices of the Pedro Calmon Foundation and the Culture Fund of the Government of the State of Bahia to stimulate reading practices, revive memory, and access cultural assets. In each activity, those involved illustrated through artistic languages, music, and theater with the art educator Rosa Griô and other collaborators. Paratinga is a Brazilian municipality in the interior of the state of Bahia, located 710 kilometers from Salvador, considered one of the oldest cities in Bahia and the birthplace of considerable historical heritage. Bathed by the São Francisco River, on the left bank, the urban area is divided into 9 neighborhoods, including Tomba and Cruzeiro, where the Reading Project takes place. During the execution of the Project, reading workshops were added using various textual typologies; literary events emphasizing short stories, poetry, and cordel; storytelling moments focusing on history and ancestry (Sá Benedita); illustration of activities with other artistic languages: theater and music. More than 600 people of various ages were reached. The activities took place from March to April 2022. This article reports on the dynamics of the project's implementation and the authors' perspective on the actions/productions of all those involved from the communities served. The reading/dialogue circles and intertextualities provided access to culture and entertainment for the benefiting audience and constituted a good reference for valuing the historical protagonism of the traditional communities of Paratinga, which is so necessary and urgent in contemporary times.

Keywords: Reading projects. Non-formal education. Oral stories.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, é um relato de experiência sobre o Projeto de Leitura: “Caminhos para a Liberdade”, desenvolvido por uma equipe de proponentes num projeto aprovado e financiado nos Editais de Cultura da Fundação Pedro Calmon e Fundo de Cultura do Governo do Estado da Bahia, com o objetivo geral de estimular as práticas de leitura, reavivar a memória e o acesso aos bens culturais em dois bairros da cidade de Paratinga, estado da Bahia. As atividades foram desenvolvidas nos espaços de educação formal e não-formal dos bairros Cruzeiro e Bairro do Quilombo do Tomba: Espaço Alternativo da Comunidade, Praça do Cruzeiro, Creche do Cruzeiro, Escola São Sebastião

e Santo Antônio. E no Tomba: Escola Manuel Faustino, Ponto de Cultura do Tomba, Praça da comunidade. O projeto ocorreu entre os meses de março e abril de 2022 e contemplou mais 600 pessoas com idades variadas. Durante a execução do Projeto de Leitura, agregaram-se oficinas de leitura utilizando as variadas tipologias textuais; saraus literários com ênfase em conto, poesia e cordel; momentos de contação de história e ancestralidade (Sá Benedita); ilustração de atividades com outras linguagens artísticas: teatro e música. O projeto teve como objetivo geral a realização de oficinas e rodas de leitura, saraus literários e contação de histórias, ilustrados por outras linguagens artísticas como a música, o teatro, em espaços de educação formal e não formal dos bairros periféricos da cidade de Paratinga, estado da Bahia, visando estimular as práticas de leitura, reavivar a memória e o acesso aos bens culturais. E para tal, foram elencados os seguintes objetivos específicos: oferecer oficinas de leitura utilizando as tipologias textuais; promover saraus literários com ênfase em duas tipologias textuais (conto, poesia e cordel); promover momentos de contação de histórias e ancestralidade (Sá Benedita); ilustrar as atividades com outras linguagens artísticas como teatro e música; proporcionar cultura e entretenimento para as comunidades beneficiadas. Ao desenvolver trabalhos com leituras e contação de histórias, pode-se despertar, segundo Pereira, et al,2017:

o prazer pela leitura, o amor aos livros, a consciência da importância do hábito de ler e a percepção de que a leitura é o instrumento chave para alcançar as competências necessárias ao acesso à informação, condição importante para a vida de qualidade e para realização pessoal e profissional (Pereira, et al,2017,p.2).

Sendo assim, o Projeto de Leitura: Caminhos para a Liberdade, assume o compromisso social de proporcionar aos moradores dos bairros: Cruzeiro e Tomba, da cidade de Paratinga/BA, diversas atividades de leituras, envolvendo instituições de educação formal e de educação não-formal e um público diversificado, para que eles possam ampliar suas capacidades de compreensão e descobertas, através da leitura. A proposição do referido projeto, parte da percepção de que o uso recorrente e demasiado de tecnologias digitais como TV, videogames, computadores e celulares, nos dias atuais, está possibilitando uma interação superficial. E isso vem provocando cada vez mais, o afastamento do ato de ler. Igualmente, a condição restritiva do acesso à leitura no núcleo familiar, juntamente com a falta de incentivo ao contato com os livros, está provocando a falta de interesse pelas atividades leitoras. Essas barreiras, refletem negativamente na

aprendizagem da população e, conseqüentemente, provocando vocabulário precário, reduzido e informal, dificuldade de compreensão da escrita, reduzidas produções significativas e conhecimentos restritos dos conteúdos escolares. Sabe-se que a leitura é um instrumento valioso para a apreensão de conhecimentos relacionados ao mundo exterior. Pois através da leitura, como afirma Pereira, *et al*, 2017:

o ser humano consegue se transportar para o desconhecido, explorá-lo, imaginar, refletir e decifrar os sentimentos e emoções que o cercam, vivenciando situações que propiciam e consolidam conhecimentos significativos em seu processo contínuo de aprendizagem (Pereira, *et al*, 2017, p. 3).

Nesse sentido, faz-se necessário que a sociedade em parceria com as escolas e demais instituições, busquem a valorização da leitura, como ato de prazer que ajuda a desenvolver o pensamento reflexivo e crítico dos sujeitos promovendo a cidadania e a emancipação social.

METODOLOGIA

Paratinga é um município brasileiro do interior do estado da Bahia, localizado a uma distância de 710 quilômetros a oeste da capital Salvador e tem uma área de aproximadamente 2 624,118 km² e população com mais de 30.000 habitantes. É uma das cidades mais antigas da Bahia e berço de um considerável patrimônio histórico. Limita-se com os municípios de Muquém de São Francisco, Ibotirama e Oliveira dos Brejinhos a norte, Bom Jesus da Lapa e Sítio do Mato a sul, Boquira e Macaúbas a leste e novamente Sítio do Mato a oeste. Pela divisão regional pertence às Regiões Geográficas Intermediária de Guanambi e Imediata de Bom Jesus da Lapa, microrregião de Bom Jesus da Lapa e mesorregião do Vale São-Franciscano da Bahia. É banhada pelo Rio São Francisco, à margem esquerda do município. A zona urbana é dividida pelos bairros: Tomba, Cruzeiro, Centro, Coqueiro, São João, Alto da Estrela, Paratinguinha, Pedro de Agemira e Alcides de Oliveira Dourado. A zona rural possui vários sítios, povoados e comunidades. O bairro Tomba e a comunidade rural Poção de Santo Antônio foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares, como quilombos. Os espaços de educação formal e educação não formal escolhidos para a execução do Projeto de Leitura: Caminhos para a Liberdade, ficam situados no bairros Cruzeiro e Bairro do Quilombo do Tomba da cidade de Paratinga/Bahia. As atividades desenvolvidas no bairro Cruzeiro, aconteceram no

Espaço Alternativo da Comunidade, Praça do Cruzeiro, Creche do Cruzeiro, Escola São Sebastião e Santo Antônio. E as do Bairro do Quilombo Urbano do Tomba aconteceram numa escola pública que atende os alunos do bairro denominada Escola Manuel Faustino como também no Ponto de Cultura do Tomba e Praça da comunidade. O projeto ocorreu entre os meses de março e abril de 2022 e contemplou mais 600 pessoas com idades variadas. Com uma população de 29.252 e uma área territorial de 2.624,998 km² (IBGE, 2022), a cidade, assim como muitas da região sanfranciscana, vive desafios ambientais e econômicos, isso percebido em seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo dados do IBGE(2010) é de 0,590, considerado baixo pela Organização das Nações Unidas (ONU), isso mostra que a maioria de sua população é de baixa renda. A maioria das crianças e adolescentes são filhos agricultores, pescadores, pedreiros e pequenos comerciantes. Esse levantamento ocorreu ainda na primeira etapa do diagnóstico e escolha dos bairros que seriam atendidos pelo Projeto de Leitura Caminhos para a Liberdade. Para tal, investigou-se o perfil socioeconômico das famílias, as preferências de leitura das crianças e adolescentes e sobre as principais dificuldades de leitura enfrentadas pelos professores e notadas também pelas associações locais. Foram atendidas mais de 600 pessoas de idades variadas pelo projeto, durante os encontros realizados no período de março a abril do ano de 2022. Inicialmente, realizou-se a socialização do Projeto de Leitura mediante a apresentação do cronograma de execução das atividades que iriam acontecer nos meses de março e abril, com as comunidades dos bairros contemplados da cidade de Paratinga/BA. Na segunda etapa, realizamos as atividades planejadas nos diversos locais escolhidos: oficinas de leituras e rodas de conversas, apresentação do Teatro de Fantoques; contação de histórias e manipulação de bonecos, brincadeiras diversas com cirandas, torés, cantigas e contação de causos, oficinas de manipulação de bonecos e pedagogia griô. A última etapa do projeto foi uma atividade coletiva: Sarau Literário e Musical, nas praças dos bairros contemplados. Durante os momentos de contação, as histórias eram lidas em voz alta, com entonações de voz, de acordo os personagens e uso de fantoches que encantavam o público. Também realizamos diversas brincadeiras, teatro de bonecos, discussões e suscitamos questionamentos relacionados às temáticas abordadas. Ao final de cada encontro, da segunda etapa, encerrávamos com uma confraternização, distribuição de lanches, doces, sucos, bolos e bombons, para os presentes.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

É sabido, que a leitura é condição essencial para o ser humano ser inserido na sociedade, portanto, um processo complexo de compreensão que abrange tudo que nos cerca. Sendo assim, o seu incentivo deve ser iniciado bem cedo, ainda na infância, em casa, com a família, ou seja, quando a criança começa a descobrir o mundo. Diversos autores apontam que ela possibilita o aumento da capacidade de criatividade, imaginação, desinibição, melhora do vocabulário, dentre outros, pois quem lê questiona e reflete mais (Perisse, 2007). Portanto, para cumprir as funções levantadas pelo autor citado, ela não se resume a uma simples decodificação de signos, mas envolve a “compreensão e a inteligência do mundo, promovendo em seu processamento rigorosas exigências ao cérebro, à memória e à emoção” (Garcez, 2004). Nesse sentido, Martins (1985, p. 31-34) complementa que se trata de um processo dinâmico, onde se articulam “componentes sensoriais, emocionais, intelectuais, fisiológicos, neurológicos, culturais, econômicos e políticos” (Martins, 1985, p. 31-34). Nos últimos anos, a leitura vem sendo estudada em diversas áreas de conhecimento, envolvendo toda a sua gama de aspectos e para tal, estão sendo desenvolvidas diversas iniciativas da sociedade civil organizada em espaços educativos de educação formal e de educação não formal. Um ponto importante que é destacado por Bamberguer (2005) e Souza (2007) é possível constatar em âmbito nacional, que a competência leitora ainda é frágil entre crianças e jovens e que a leitura ainda não é um dado cultural no país.

A execução de iniciativas de incentivo a leitura proposta pelo Projeto Cultural - Projeto de Leitura: Caminhos para a Liberdade, em parceria com o poder público e as entidades civis organizadas, são pertinentes e necessárias. No que compete ao poder público, iniciativas como essa, são alternativas de custo relativamente baixo e que proporcionam à população, espaços coletivos de leitura com caráter interdisciplinar e que trabalham vários aspectos sociais do processo de leitura. E por conta da atenção interdisciplinaridade e coletividade nos espaços educativos, o projeto apoiado com recurso público, propicia também ao público alvo, um espaço de lazer, entretenimento, atividade lúdica, fortalecimento da identidade local e valorização do protagonismo histórico das comunidades tradicionais de Paratinga/BA. A leitura como pontua Kleiman (2004), é um processo interativo e para compreender e construir os sentidos do texto, todos os envolvidos precisam considerar os diversos níveis de conhecimentos, dentre

eles: o conhecimento linguístico, o textual e o de mundo (Kleiman, 2004). Portanto, durante o desenvolvimento do projeto de Leitura: Caminhos para a Liberdade, o processo de leitura envolveu em diversos momentos, a interpretação e construção de sentidos, contribuindo com a ampliação de conhecimentos dos envolvidos. Dessa forma, o projeto de leitura em destaque, nos levou a perceber o quão é imprescindível, as iniciativas de leituras que proporcionam ao público atendido, atividades de leitura para que eles se conscientizem do seu papel ativo. Essa ação de aprendizagem, pode contribuir com a formação de leitores críticos, criativos, além de favorecer o desenvolvimento das habilidades de falar, ler e escrever, ouvir e possibilitar o desenvolvimento do processo criação e interação entre a comunidade, estimulando a capacidade coletiva de aprendizagem e a valorização da identidade local. É preciso acrescentar que “a leitura é parte da interação verbal escrita, enquanto implica a participação cooperativa do leitor na interpretação e na reconstrução do sentido e das intenções pretendidas pelo autor” (Antunes, 2003, p. 66). Daí a necessidade de envolver crianças, jovens, adultos e idosos, de forma interativa e de privilegiar a contação de histórias e a leitura de diferentes gêneros, fazendo-as interpretar, compreender e reconstruir os sentidos e formação do espírito leitor. Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de Ensino Fundamental, na parte da área de Linguagens, Brasil (2018):

As atividades humanas realizam-se nas práticas sociais, mediadas por diferentes linguagens: verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e, contemporaneamente, digital. Por meio dessas práticas, as pessoas interagem consigo mesmas e com os outros, constituindo-se como sujeitos sociais. Nessas interações, estão imbricados conhecimentos, atitudes e valores culturais, morais e éticos (Brasil, 2018).

Para tal é necessário, possibilitar aos sujeitos, a participação de práticas de linguagem diversificadas, que lhes permitam ampliar suas capacidades expressivas em manifestações artísticas, corporais e linguísticas, assim também, seus conhecimentos sobre as linguagens, em continuidade às experiências vividas. Sendo assim, quando acessamos boas literaturas estamos ampliando nossos conhecimentos culturais, alimentando a imaginação e despertando o prazer pela leitura, além de enriquecer nossa capacidade expressiva de leitores questionadores e conscientes. Para Kaercher (2010), podem-se promover sessões de leitura em voz alta, debates temáticos, discussões sobre as histórias, ouvindo as opiniões sobre as histórias. Sendo assim, a proposta do projeto de leitura: caminhos para a liberdade, propôs ao público alvo, práticas de leitura

diferenciadas, ricas, desafiadoras e instigantes, além de possibilitar às comunidades atendidas, a apropriação dos bens culturais para a formação de sua personalidade e de sua consciência histórica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a realização das atividades do Projeto de Leitura: Caminhos para a liberdade todos os envolvidos participaram ativamente, questionando, divertindo-se com os personagens e acontecimentos das tramas narradas.

Figura 1- Síntese Fotográfica da 1ª Atividade-19/03/2022



Fonte: João Pereira de Souza Filho (2022)

Após a contação de histórias, era reservado um espaço de diálogo e questionamentos sobre as histórias narradas, incentivando a participação de todos.

Figura 2-Síntese Fotográfica da 2ª Atividade- 24/03/2022



Fonte: João Pereira de Souza Filho (2022)

E, finalizando os encontros realizávamos oficinas de manipulação de bonecos e pedagogia griô, sendo encerrados com distribuição de lanches, guloseimas, bolos e doces que faziam a alegria dos participantes.

Figura 3-Síntese Fotográfica da 3ª Atividade- 25/03/2022



Fonte: João Pereira de Souza Filho (2022)

Notamos que a cada encontro, o público já nos esperava com bastante entusiasmo. Sendo assim, em cada encontro, planejávamos atividades para tornar as vivências bastante significativas para todos os presentes. Após a realização dos encontros, nos reuníamos com toda a equipe de proponentes do projeto, para discutir os resultados e avaliarmos a execução do projeto. Na última etapa do projeto de leitura que foi a realização de um sarau literário e musical, com participantes do projeto, nas praças das duas comunidades, também ouvimos relatos dos moradores e dos partícipes do projeto sobre a importância e contribuição do projeto de leitura para a comunidade. Avaliamos que a proposta foi exitosa em todos os aspectos, quantitativo e qualitativamente. Buscamos ser fidedignos na metodologia, aos quais foram acordados na proposta, todos os profissionais que foram designados para executar suas atividades, trouxeram uma dinâmica bem chamativa e envolvente. Nas Oficinas de Leitura e Roda de Conversa o facilitador Uilian Bispo, estimulou o público, que na sua maior parte eram crianças e adolescentes, trabalhou com gêneros literários, conto e poesia, passeou no cordel, estimulou o gosto pela leitura e com os professores, trouxe a tona a importância do papel do professor, visando estimular a leitura e acima de tudo conhecer a partir das reflexões de teóricos como Rubem Alves, estratégias que enfatizem tal exercício que é o gostar de ler, nas duas comunidades.

Figura 4-Síntese Fotográfica da 4ª Atividade: 26/03/2025



Fonte: João Pereira de Souza Filho (2022)

A atuação da facilitadora Ana Rosa, possibilitou através da sua estratégia metodológica, a interdisciplinaridade com a Arte, História, Ancestralidade, além de despertar nos partícipes, a criatividade, a ludicidade, a reflexão. Segundo ela, quando agregamos a arte, cultura e educação como estratégias, estamos colaborando com o desenvolvimento humanístico (Ana Rosa, 2022). As monitoras, atrizes e professoras Jocilene, Edna e Ivanir, trouxeram com muita habilidade e criatividade o encantamento através do teatro de fantoches, um atrativo que muito prendeu a atenção do público alvo, nas duas comunidades.

Figura 5-Síntese Fotográfica da 4ª Atividade: 01/04/2022



Fonte: João Pereira de Souza Filho (2022)

Para o coordenador geral João Pereira, as atividades desenvolvidas foram desafiantes, mas conseguimos realizar as ações de forma que cumpríssemos as metas (Pereira, 2022).

Figura 6-Síntese Fotográfica do Sarau Literário-02/04/2022



Fonte: João Pereira de Souza Filho (2022)

A colaboradora Josedalva Farias dos Santos, afirma que o projeto foi uma possibilidade de mostrar como a educação não formal, pode contribuir com o fortalecimento do hábito de ler e “lançamos sementes, formamos gentes, disseminamos alegria e fortalecemos a arte, a cultura e a educação” (Santos, 2022). Uma das professoras da comunidade do Tomba, relatou que as mães comentaram sobre a motivação das crianças, ao chegarem em casa, relatando as alegrias de participar de um projeto de leitura dessa magnitude. Isso nos mostra, como destaca Antunes (2003, p. 71), o quanto “a leitura possibilita a experiência gratuita do prazer estético, do ler pelo simples gosto de ler...”

Isso foi visível, por cada proponente, ao notarmos o interesse pela participação nas atividades, expresso pela maioria dos participantes do projeto de leitura.

Figura 7-Síntese Fotográfica da 7ª atividade: 06/04/2025



Fonte: João Pereira de Souza Filho (2022)

Acredita-se que o formato do projeto envolvendo o ato de ler, com oficinas lúdicas, oficinas de leitura utilizando as variadas tipologias textuais; rodas de leitura, momentos de contação de história e ancestralidade (Sá Benedita); apresentação de fantoches, oficinas de manipulação de bonecos e pedagogia griô; ilustração de atividades com outras linguagens artísticas: teatro e música, culminância com saraus literários e musicais, com ênfase em conto, poesia e cordel nas praças das comunidades; apresentou vários aspectos positivos e conseguiu envolver de forma instigante toda a comunidade. A realização do referido projeto, contribuiu para o desenvolvimento da imaginação, da fantasia, da reflexão do mundo que nos cerca, permitindo que os participantes fossem protagonistas ativos do mundo da leitura. Assim, é necessário que sejam multiplicadas mais iniciativas de incentivo a leitura nas comunidades.

Figura 9-Síntese Fotográfica do Sarau Literário no Quilombo do Tomba: 21 e 22/04/2022



Fonte: João Pereira de Souza Filho (2022)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho foi proporcionar aos moradores dos bairros Cruzeiro e do Quilombo do Tomba em Paratinga/BA, momentos de leitura e contação de histórias para despertar o prazer em ler, o amor aos livros, a valorização da importância do hábito de ler e a percepção de que a leitura pode ser um instrumento para favorecer a formação de cidadãos criativos, críticos e participativos. Percebemos que o hábito de leitura pode proporcionar a interação, novas descobertas, novas linguagens, novas formas de perceber o mundo e compartilhar conhecimentos e alegria. Nesse intuito, acreditamos que a referida vivência com o Projeto de leitura proposto, permitiu o incentivo a leitura e estimulou no público alvo, o hábito de ler, de dialogar, de interpretar e de questionar sobre os temas debatidos e as histórias lidas. Acreditamos que o projeto desenvolvido também contribuiu com a educação formal local e não-formal, mostrando que o incentivo a leitura no ambiente escolar e extraescolar é uma das formas que cada um de nós podemos ter para cumprir com o nosso papel social junto às comunidades para ampliar nossa capacidade de compreensão, descoberta e de participação cidadã, através da leitura.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Aula de Português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola, 2003.

BAMBERGER, R. **Como incentivar o hábito de leitura**. São Paulo: Ática, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 3ª ed. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em 20 de setembro de 2025.

CEPSBRASIL. IBGE Paratinga (Bahia) - Dados Demográficos. Disponível em: <https://cepsbrasil.com.br/ba/paratinga/ibge>. Acesso em: 27 de setembro de 2025.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura Infantil: teoria, análise, didática**. São Paulo: Moderna, 2000.

GARCEZ, Lucília Helena do Carmo. **Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KAERCHER, Gládis E. P. da Silva. Brincando com os livros na escolarização inicial. In: DALLA ZEN, Maria Isabel H.; XAVIER, Maria Luisa M. (Org.) **Alfabetizar: fundamentos e práticas**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

KLEIMAN, Angela. **Oficina de leitura: teoria e prática**. 10. ed. Campinas, SP: Pontes, 2004.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura?** 3. ed. São Paulo. Editora Brasiliense, 1985.

PERISSE, G. **Ler, Pensar e Escrever**. Arte Ciência: São Paulo, 2007.

SOUZA, R. J. **Narrativas Infantis: a literatura e a televisão de que as crianças gostam**. Bauru: USC, 2007.

Capítulo 2

ACESSIBILIDADE E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: DOS DIREITOS FORMAIS AOS DESAFIOS REAIS

Gladyston Augusto Roberto

Servidor IFMG, docente UTRAMIG, Bacharel em Administração e Mestre em Educação e Formação Humana gladystonroberto@gmail.com

RESUMO

O presente ensaio analisa a complexa relação entre o acesso formal e as condições reais de permanência de estudantes com deficiência no ensino superior brasileiro. A partir de uma reflexão fundamentada nos achados de Garcia, Bacarin e Leonardo (2018), o texto argumenta que, embora as políticas públicas de inclusão tenham promovido avanços significativos na adaptação dos processos seletivos, garantindo o ingresso, a jornada acadêmica desses estudantes continua marcada por barreiras estruturais. A análise revela um cenário paradoxal: enquanto o acesso no momento do vestibular é percebido positivamente pelos discentes, a permanência é constantemente ameaçada por obstáculos de ordem arquitetônica, pedagógica e atitudinal. A inadequação da infraestrutura dos campi, com calçadas irregulares e falta de sinalização, limita a autonomia e a plena participação na vida universitária. De forma mais crítica, as barreiras pedagógicas, exemplificadas pela falta de organização do corpo docente em adaptar e disponibilizar materiais didáticos em tempo hábil, comprometem diretamente o acesso ao conhecimento e o processo de ensino-aprendizagem. O artigo conclui que a efetivação da inclusão educacional transcende a simples matrícula, exigindo uma profunda transformação na cultura institucional das universidades. A superação dos desafios reais à permanência demanda um compromisso coletivo, com planejamento proativo e a responsabilização de todos os atores acadêmicos, para que o direito de entrar na universidade se converta, de fato, no direito de pertencer, aprender e obter sucesso acadêmico em condições de equidade.

Palavras-chave: Acessibilidade. Educação Superior. Inclusão. Permanência. Pessoa com Deficiência.

ABSTRACT

This essay analyzes the complex relationship between formal access and the actual conditions for the permanence of students with disabilities in Brazilian higher education. Based on a reflection grounded in the findings of Garcia, Bacarin, and Leonardo (2018), the text argues that although public inclusion policies have led to significant advances in adapting selection processes and ensuring entry, the academic journey of these students remains marked by structural barriers. The analysis reveals a paradoxical scenario: while access during the entrance exam is perceived positively by students, their permanence is constantly threatened by architectural, pedagogical, and attitudinal obstacles. The inadequate infrastructure of campuses, with irregular sidewalks and lack of signage, limits autonomy and full participation in university life. More critically, pedagogical barriers, exemplified by the faculty's lack of organization in adapting and providing educational materials in a timely manner, directly compromise access to knowledge and the teaching-learning process. The article concludes that the realization of educational inclusion transcends mere enrollment, requiring a profound transformation in the institutional culture of universities. Overcoming the real challenges to permanence demands a collective commitment, proactive planning, and the accountability of all academic actors, so that the right to enter the university is effectively converted into the right to belong, learn, and achieve academic success under equitable conditions.

Keywords: Língua Inglesa. Mesma formatação do Resumo em Língua Portuguesa.

INTRODUÇÃO

A ampliação do acesso ao ensino superior para pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação representa um dos avanços mais significativos das políticas públicas de inclusão no Brasil nas últimas décadas. A legislação evoluiu para garantir o ingresso e o suporte a esses estudantes, refletindo um compromisso com a equidade educacional. Contudo, a transposição da norma para a prática revela um cenário complexo, onde a garantia de acesso não se traduz automaticamente em condições efetivas de permanência e sucesso acadêmico. O estudo de Garcia, Bacarin e Leonardo (2018) sobre a percepção de estudantes com deficiência em uma universidade pública paranaense lança luz sobre as dificuldades concretas que persistem, demonstrando que os maiores obstáculos transcendem a entrada na universidade e se manifestam de forma contundente na jornada pela permanência.

O ACESSO FORMAL VERSUS OS OBSTÁCULOS REAIS À PERMANÊNCIA

A primeira barreira, a do ingresso, tem sido enfrentada com relativo sucesso no âmbito institucional. As universidades, em resposta às políticas públicas, vêm adaptando

seus processos seletivos para atender às especificidades dos candidatos. O estudo analisado demonstra que a oferta de recursos como ledor, redator, tempo adicional e provas adaptadas é percebida positivamente pelos estudantes, que relatam ter suas solicitações atendidas, garantindo a possibilidade de realizar o concurso vestibular em condições mais justas. No entanto, essa acessibilidade no momento da prova expõe um problema anterior e mais profundo: o baixo índice de aprovação desses candidatos. Tal fato sugere que a dificuldade maior não reside na falta de adaptação do exame de acesso, mas na defasagem de conhecimento acumulado durante a Educação Básica, que muitas vezes não ofereceu o suporte necessário para que pudessem competir em igualdade de condições de conteúdo. O acesso, portanto, embora facilitado no processo, é dificultado por uma barreira de conhecimento prévio.

Superado o desafio do ingresso, as dificuldades para a permanência se revelam mais estruturais e multifacetadas, expondo as fragilidades da cultura inclusiva no ambiente acadêmico. A primeira delas é a barreira arquitetônica. Embora existam legislações e resoluções internas que determinem a adequação dos espaços, a realidade descrita pelos estudantes é de uma acessibilidade precária e reativa. As adaptações, quando ocorrem, são pontuais e direcionadas a um aluno específico, em vez de um planejamento universal para o campus. Calçadas irregulares, ausência de sinalização tátil e rampas inadequadas são exemplos de um ambiente físico que ainda impõe restrições diárias, limitando a autonomia e a plena participação na vida universitária.

Contudo, são as barreiras pedagógicas e atitudinais que se mostram mais críticas para a acessibilidade ao conhecimento, que é o fim último da permanência no ensino superior. O estudo de Garcia, Bacarin e Leonardo (2018) destaca uma falha crucial no corpo docente. Mesmo com a existência de um programa de apoio para a adaptação de materiais, os professores frequentemente não se organizam para enviar os textos com a antecedência necessária. Esse atraso impede que os estudantes com deficiência visual, por exemplo, tenham acesso aos conteúdos das disciplinas em tempo hábil, colocando-os em constante desvantagem em relação aos demais colegas e comprometendo seu desenvolvimento acadêmico. Essa atitude reflete não apenas uma falha de planejamento, mas a persistência de uma cultura que não assume plenamente a responsabilidade pela inclusão de todos os alunos. Para mitigar tais dificuldades, estruturas de apoio como programas de monitoria especial são de grande relevância, sendo destacadas pelos estudantes como fundamentais para sua continuidade no curso. No entanto, a falta de

treinamento específico para os monitores evidencia que mesmo as soluções bem-intencionadas podem ser implementadas de forma incompleta, carecendo de uma maior institucionalização e preparo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a jornada da pessoa com deficiência no ensino superior brasileiro é marcada por uma dualidade: por um lado, existem direitos garantidos e mecanismos de acesso que representam conquistas inegáveis; por outro, a permanência é um desafio diário contra barreiras arquitetônicas, pedagógicas e, sobretudo, atitudinais. A efetivação da inclusão depende menos da criação de novas leis e mais da transformação da cultura institucional. É preciso que as universidades avancem de um modelo reativo para um planejamento proativo e universal, e que o corpo docente compreenda seu papel central na garantia da acessibilidade ao conhecimento. Somente assim o direito de entrar na universidade se converterá no direito de pertencer, aprender e concluir a formação com equidade e sucesso.

REFERÊNCIAS

GARCIA, R. A. B.; BACARIN, A. P. S.; LEONARDO, N. S. T. Acessibilidade e permanência na educação superior: percepção de estudantes com deficiência. **Psicologia Escolar e Educacional**, SP, Número Especial, p. 33-40, 2018.

Capítulo 3

EMPREENDEDORISMO FEMININO COMO COMPLEMENTO DE RENDA PARA MULHERES DA ZONA RURAL DE TRAIRI

Maria Alice dos Santos

Bacharela em Administração, egressa do Centro Universitário FATENE - UniFATENE, Brasil.

E-mail: maryaliceqwe@gmail.com

Daniel Lima dos Santos

Bacharel em Administração, egresso do Centro Universitário FATENE - UniFATENE, Brasil. E-

mail: danielsanttos97@gmail.com

João Luis Josino Soares

Mestre em Economia Rural, docente no Centro Universitário FATENE - UniFATENE, Brasil. E-

mail: joaojosinoadm@gmail.com

RESUMO

O empreendedorismo feminino na zona rural como forma de complemento de renda e a busca pelo desenvolvimento da região local, visa compreender situações diversas capazes de identificar as dificuldades encontradas por essas mulheres na manutenção do empreendimento e entender de que forma essa iniciativa feminina impacta na vida da sociedade na qual ela está inserida. O trabalho tem como tema empreendedorismo feminino como complemento de renda para mulheres da zona rural de Trairi, tem como objetivo entender o que o empreendedorismo feminino representa para as mulheres que decidem investir em oportunidades de negócios no ambiente rural. O estudo foi realizado com um grupo de mulheres produtoras de colorau da zona rural de Trairi – CE. A metodologia utilizada no trabalho foi descritiva e qualitativa, aplicada por meio de um questionário enviado através do aplicativo WhatsApp, com quatro integrantes do grupo. Os resultados da pesquisa apontam que apesar de não ser a renda principal das

integrantes, o projeto mulheres do colorau é um importante complemento de renda e gera melhorias na condição financeira, união entre as mulheres e gera maior visibilidade do trabalho feminino na região. De acordo com a análise dos resultados as principais dificuldades enfrentadas pelo empreendimento foram a escassez de matéria prima (semente do urucum), organização das mulheres e falta de experiência no manuseio das máquinas, mas embora com os desafios e a força de trabalho feminina o empreendimento se manteve ativo no mercado desde o ano de 2015.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Gênero. Empreendedorismo rural.

ABSTRACT

Female entrepreneurship in rural areas as a way to supplement income and the search for development in the local region, given the understanding of diverse situations capable of identifying the difficulties encountered by these women in maintaining the enterprise and understanding how this female initiative impacts the life of the society in which they are inserted. The work has as its theme female entrepreneurship as a supplement income for women in the rural area of Trairi, and aims to understand what female entrepreneurship represents for women who decide to invest in business opportunities in the rural environment. The study was carried out with a group of women who produce paprika from the rural area of Trairi - CE. The methodology used in the work was descriptive and qualitative, applied through a questionnaire sent via the WhatsApp application, with four members of the group. The results of the research indicate that despite not being the main income of the members, the paprika women project is an important supplement income and generates improvements in the financial condition, unity among women and generates greater visibility of female work in the region. According to the analysis of the results, the main difficulties faced by the enterprise were the scarcity of raw material (annatto seed), organization of women and lack of experience in handling the machines, but despite the challenges and the female workforce, the enterprise has remained active in the market since 2015.

Keywords: Entrepreneurship. Gender. Rural entrepreneurship.

INTRODUÇÃO

O artigo em questão trata sobre o empreendedorismo feminino na zona rural como forma de complemento de renda e a busca pelo desenvolvimento da região local, visto compreender situações diversas capazes de identificar as dificuldades encontradas por essas mulheres na manutenção do empreendimento e entender de que forma essa iniciativa feminina impacta na vida da sociedade na qual ela está inserida.

O empreendedorismo feminino tem como característica forte a relação dos aspectos de negócios, independente do porte, que por iniciativa de mulheres conseguem manter o comércio de produtos e serviços em níveis competitivos. Em contraponto tem-se que no ambiente rural o acesso ao conhecimento de gestão, negócios e a administração do ambiente domiciliar devem estar associados em suas múltiplas atividades.

Tendo o trabalho como objetivo principal entender o que o empreendedorismo feminino representa para as mulheres que decidem investir em oportunidades de negócios no ambiente rural.

Para nortear essa pesquisa alguns objetivos foram definidos como base para o artigo, uma vez que a pesquisa também foi utilizada para a) analisar as principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres no início do empreendimento; b) entender as motivações para a tomada de decisão para começar a empreender; c) pesquisar sobre as mudanças ocorridas na vida das empreendedoras após a abertura do negócio.

E a partir deste contexto traz o seguinte questionamento: ***Como o empreendedorismo é representativo para mulheres que visam investir em negócios no ambiente rural?***

Assim, justifica-se em ter no empreendedorismo feminino no meio rural uma contribuição para a formação de uma sociedade com maior participação de mulheres em diferentes setores da economia e a melhoria da percepção de que as habilidades femininas são importantes no funcionamento das atividades.

Algumas dificuldades que podem ser enfrentadas por mulheres empreendedoras são: Recursos financeiros; muitas das mulheres que vivem no meio rural trabalham na agricultura e dependendo da propriedade e dos recursos, o alimento produzido por essa família de agricultores é destinada ao consumo, logo, não é caracterizado como uma fonte de renda e essas famílias necessitam de auxílios e programas do governo para conseguirem ter acesso a algum benefício necessário para a sobrevivência; carga de trabalho duplicada; as mulheres em grande maioria além do trabalho com a agricultura também são responsáveis pelo serviço doméstico, com a organização da residência e o cuidado com os filhos, e para as que decidem empreender ainda ficam responsáveis pelo gerenciamento do negócio, trabalhando com duplas jornadas e muitos desafios; medo de falha; como o acesso a capacitação ainda é limitado no meio rural, muitas mulheres sentem receio de começar um empreendimento sem o suporte adequado, uma vez que se tem pouco recurso para investir e a falência do empreendimento gera prejuízo financeiro.

A participação feminina no meio rural, além de proporcionar o maior acesso as mulheres a desenvolver atividades, possibilita também o aumento da renda, conservação das atividades agrícolas e desenvolvimento da região onde o empreendimento está localizado. Como muitas das mulheres trabalham na agricultura promovendo o sustento da família a partir dessa atividade, algumas enfrentam escassez de recursos, pois

dependendo da safra, a quantidade de produtos não é suficiente para manter a família durante o período, nesse caso o benefício obtido através de políticas públicas é fundamental para a sobrevivência da família e dependendo da realidade faz-se necessário uma renda complementar, onde o empreendedorismo é visto como uma oportunidade.

O trabalho em questão aborda as dificuldades enfrentadas e conquistas alcançadas por um grupo de mulheres empreendedoras na zona rural de Trairi – Ceará e quais os impactos e melhorias que obtiveram na renda familiar através do empreendimento.

Através do empreendedorismo feminino em diferentes áreas no meio rural, as mulheres tem maior liberdade de escolha ao ter a possibilidade de optar por qual trabalho deseja realizar, além de contribuir para o avanço da economia e para a construção de uma sociedade com maior participação feminina em diferentes setores.

Com a continuidade de estudos e discussão da importância da mulher no mercado se torna cada vez mais difundido o desejo e a necessidade de uma sociedade com maior participação feminina e valorização de seu trabalho em diferentes áreas, incluindo o meio rural, onde frequentemente a mulher exerce um papel de dona do lar, limitando a atividades domésticas e não tendo participação direta em áreas mais específicas do trabalho realizado no campo.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E CONCEITOS DE EMPREENDEDORISMO

O empreendedorismo pode ser entendido como a busca por autonomia, através da identificação e solução de problemas na sociedade, onde é necessário a implantação de recursos, planejamento de negócio e execução de tarefas para que a empresa tenha condições de êxito, conforme (Affonso; Ruwer; Giacomelli, 2018).

Sendo assim, falar de empreendedorismo é entender que se trata de planejamento e criação de negócios que possibilitem a independência através de atividades pensadas em solucionar alguma necessidade previamente identificada, bem como entender que esse termo abrange também a necessidade de criar algo novo ou inovar técnicas já antes utilizadas em busca de um diferencial de marca e permanência no mercado, e esse conjunto de atitudes exigem do empreendedor comprometimento com o negócio, conforme (Affonso; Ruwer; Giacomelli, 2018).

Apesar de não possuir uma definição única, segundo Hisrich; Peters; Shepherd

(2014), o empreendedorismo é considerado como um processo de criação de algo novo ou diferente, que agrega valor, que exige dedicação e esforço, e que incorre em riscos financeiros, psicológicos e sociais, cujo retorno, na maioria das vezes, é a satisfação econômica e pessoal. É um termo então, relacionado à inovação, ao risco, à criatividade, à organização e à riqueza.

O Empreendedorismo muitas vezes é visto como a oportunidade de mudança de vida, a busca por solucionar um problema observado na região ou mesmo uma necessidade para a obtenção de recursos para a sobrevivência. Quando se decide empreender muitas questões surgem em torno desse planejamento, pois o empreendedor, principalmente do meio rural já possui diversas atividades que necessitam atenção e esforço físico para a realização, o que foi abordado na citação abaixo: Comum, em pequenas propriedades rurais, observar que existe uma sobrecarga de atividades para as pessoas envolvidas. Isso se deve ao fato de que é a própria família quem gerencia todo o trabalho, tanto estratégico quanto operacional (SEBRAE, 2020).

Através de estudos sobre o empreendedorismo no Brasil foi verificado que a criação de serviços de apoio aos empreendedores foi fundamental para abordar melhor o tema e aumentar a quantidade de empreendedores no país, onde o empreendedorismo passou a se fortalecer no final da década de 1990, como citado por Dornelas (2021), a partir de então tem se tornado cada vez mais discutido e ganhado posição de relevância na sociedade.

Passados mais de 25 anos, pode-se dizer que o Brasil atualmente se encontra com todo o potencial para desenvolver um dos maiores programas de ensino de empreendedorismo de todo o mundo, comparável apenas aos dos Estados Unidos, onde mais de duas mil escolas ensinam empreendedorismo. Seria apenas ousadia se não fosse possível, assim diz Dornelas (2021).

Além do conhecimento e planejamento de negócio é fundamental para os empreendedores o apoio e incentivo do país para possibilitar o desenvolvimento da empresa, segundo Dornelas (2021) foram realizadas ao longo dos anos ações com o intuito de impulsionar esses negócios.

Em síntese, os últimos anos foram repletos de iniciativas em prol do empreendedorismo, criando as bases para as novas fases no país, que pode ser representada por dois importantes eventos no Brasil na última década. Dornelas (2021) afirma que é o novo momento do Brasil, e o empreendedorismo será o protagonista dos

próximos anos.

2.1.1 Tipos de empreendedorismo

O empreendedorismo abrange diversas áreas da sociedade e significa mais do que a criação de um negócio, envolve o estudo da sociedade na qual será inserido, a identificação de oportunidades, enfrentamento de desafios, resolução de problemas e agregação de valor. A capacidade de gerir uma empresa em situações difíceis, inovar em ideias e processos, disposição para correr riscos, foco diante das dificuldades, são características necessárias para um empreendedor.

Na visão de Drucker (1987, p.36), o empreendedor vê a mudança como uma norma sadia, e o define como “aquele que sempre está buscando a mudança, reage a ela e a explora como sendo uma oportunidade”. Para ele o empreendedor é alguém que trabalha sozinho e exclusivamente para si. Nesta mesma linha de pensamento, Fillion (1999, p.19), define “o empreendedor como uma pessoa criativa, marcada pela capacidade de estabelecer e atingir objetivos e que mantém alto nível de consciência do ambiente em que vive, usando-a para detectar oportunidades de negócios”.

Quadro 1: Tipos de Empreendedores

Tipo de Empreendedor	Características
Por Necessidade	O empreendedorismo por necessidade tem sido associado às condições de queda de atividade econômica que gera desemprego e diminui a oferta de emprego. A ocorrência desse cenário tem impulsionado pessoas a iniciarem uma atividade econômica que possibilite sua sobrevivência econômica (Corrêa; Vale, 2013; Dominginhos; Pereira; Silveira, 2007).
Por Oportunidade	Dornelas, Timmons e Spinelle (2010) acrescentam que a oportunidade pode surgir a partir de tendências e comportamentos dos consumidores em busca de novos produtos ou serviços. O empreendedor opera de forma a lançar as novas propostas no momento adequado, de forma que seja agregado valor para o usuário final do serviço ou produto.
Social	O termo “empreendedor social” transmite essa mistura de orientações caracterizada pela combinação do objectivo social, associado às instituições sem-fins lucrativos, com uma vertente empreendedora, aliada ao carácter dinâmico e inovador do negócio (Martin & Osberg, 2007).

Fonte: modificado pela autora (2025)

Existem vários tipos de empreendedorismo e foi importante destacar o por necessidade, por oportunidade e social, que estão diretamente ligados ao caso de estudo

abordado no trabalho, pois refletem os impactos e motivações do empreendimento feminino no meio rural.

Nesse sentido, como afirma Jonathan (2011), as empreendedoras sociais, com projetos voltados para mulheres, proporcionam o empoderamento feminino, promovendo mudanças econômicas e sociais, por meio do apoio emocional e da promoção de sua inclusão social e profissional. Além disso, como afirma o autor, “os benefícios sociais se multiplicam, uma vez que as mulheres ainda são as maiores responsáveis por cuidar da família e muitas são também as principais responsáveis por sua manutenção” (Jonathan, 2011, p.19).

2.2 EMPREENDEDORISMO FEMININO

As mulheres estão se destacando cada vez mais na sociedade, assumindo posições importantes dentro das organizações e ocupando espaços que até então predominantemente masculino e com isso, tem sido fundamental debater sobre essa conquista feminina e as transformações no mercado, Noguera; Alvarez; Urbano (2013).

No Brasil, a pesquisa GEM (2012) aponta que o número de mulheres à frente de negócios estabelecidos foi de 44% e de negócios iniciais foi de 49,6%. Outro destaque da pesquisa GEM (2012) revela que a maioria dessas empreendedoras é guiada por uma oportunidade de mercado (73,9%) e não por necessidade, como vinha acontecendo com as mulheres de uma forma geral. Ainda, pode-se ressaltar que o empreendedorismo feminino por oportunidade foi maior que a masculino na mesma condição (GEM, 2012).

O empreendedorismo feminino no Brasil vem crescendo cada vez mais nos últimos anos e também a diversidade de setores mostra que além de contribuir para avanços na economia do país, essas mulheres projetam em seus negócios o desejo pela autonomia e crescimento pessoal, e é notável também a percepção da sociedade em relação a esse tema que já é abordado de forma mais difundida e tem recebido incentivo de políticas públicas de iniciativas para o encorajamento de mulheres que compartilham desse desejo de empreender.

Nesse contexto, destaca-se que a presença e contribuição das mulheres no empreendedorismo permaneceram discretas por muito tempo. Segundo os dados do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, as mulheres rurais contribuíram com 42,4% do rendimento familiar, o que demonstra a evolução da participação da mulher no

mercado de trabalho (IBGE, 2010). De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) em 2019, a participação da mulher na atividade empreendedora, corresponde a 15% do total de empreendedores rurais (SEBRAE, 2019).

Segundo Jonathan e Silva (211) “São escassas as pesquisas mais aprofundadas sobre o empreendedorismo feminino no Brasil. Busca-se, então, com uma abordagem psicossocial da questão, contribuir para a construção do conhecimento nesta área.

Apesar da crescente taxa de empreendedoras no país muitos desafios ainda seguem sendo enfrentados por mulheres que vivenciam a desigualdade de gênero e muitas vezes o preconceito no mundo dos negócios, a ideia construída desde os primórdios de divisão de tarefas entre homens e mulheres, que são responsabilizadas por atividades domésticas e muitas vezes têm sua capacidade subestimada ao exercer cargos de gestão em empresa ou à frente de um grupo.

Por sua vez, Barnett (2004) argumenta que tanto a organização do trabalho quanto a da família repousam em mitos, ainda hoje existentes, relativos à diferença entre os gêneros. A ideia de que as mulheres têm necessidades, inclinações e capacidades para cuidar e se ocupar do lar, ao passo que os homens têm habilidades para atividades fora do lar e para prover, cria uma armadilha. Homens e mulheres se tornam prisioneiros de expectativas e comportamentos vinculados a ideais em relação a quem trabalha “trabalhador ideal” e a quem cuida do lar “dona de casa ideal”.

As mulheres empreendedoras no Brasil apesar de enfrentarem um cenário repleto de obstáculos dispõem de capacidade de inovação e gestão, e estão em constante desenvolvimento dispõe em melhoria de suas condições financeiras, que proporciona também maior liberdade e empoderamento, já que o poder aquisitivo dá acesso a melhoria na qualidade de vida e o poder de fazer escolhas.

Batliwala (1997) destaca que o termo empoderamento contém, em si, a palavra poder, que pode ser entendido como o controle sobre recursos materiais, intelectuais e ideológicos. O poder pertence a quem influencia a distribuição e aplicação destes recursos, sendo que quanto maior a quantidade controlada, maior é o poder do indivíduo (ou grupo). Logo, o empoderamento feminino pode ser compreendido como um desafio às relações de poder existentes e, mais do que isso, um esforço para obter maior controle sobre as fontes deste poder.

É fato que trabalhar para a equidade de gênero não faz parte dos objetivos do Bolsa Família. No entanto, é expressivo o interesse sobre quais seriam os resultados da

titularidade feminina do benefício nessa dimensão analítica – afinal, as relações de gênero são um tema transversal nas políticas públicas e programas sociais, mesmo não tendo esse objetivo, podem ou não contribuir no sentido de sua equidade. De um lado, uma vertente da crítica feminista aponta o uso instrumental da mulher pelo Estado, como forma de ampliar a eficácia da política pública, e o reforço da naturalização do papel feminino de cuidado.

Campos e Campos (2017) apresentam que o protagonismo da mulher rural empreendedora, que desenvolve atividades econômicas, é importante visto que pode viabilizar o seu empoderamento em atividades sociais, econômicas, políticas e culturais.

2.3 EMPODERAMENTO FEMININO NO MEIO RURAL

Nesse contexto, emerge a problemática das relações desiguais entre gêneros no campo e a divisão sexual do trabalho (Silva, 2019). O trabalho da mulher rural é pouco reconhecido e elas enfrentam preconceitos, os quais se estendem às profissionais de extensão rural no Brasil (Villwock et al., 2016). Isto é consequência, dentre outros fatores, do caráter familiar patriarcal, e culmina na baixa consideração das jovens mulheres como possíveis sucessoras das propriedades rurais (Kessler, 2006).

Destarte, o crescimento do número de mulheres gestoras na agricultura brasileira reitera o progresso do empoderamento feminino e reforça que o aporte das mulheres no desenvolvimento econômico e social do meio rural se associa com seu maior potencial cognitivo (Estanislau et al., 2021)

Em especial, no campo, esse fenômeno não só é notado como percebido ser enraizado pelas análises nacionais (Azevedo, 2012; Tedeschi, 2014; Bernini Silva; Azevedo, 2016). Galgando uma busca para cessão deste cenário, a inserção no mercado de trabalho, por vezes, é considerada como alternativa de autonomia feminina e, conseqüentemente, de empoderamento adquirido por intermédio do aspecto econômico (Amorim et al., 2015). Seria, por ele, que as mulheres estariam desprendendo da exclusão e não reconhecimento de suas ações a caminho da sua autonomia, desvencilhando-se dos papéis sociais que as orientem para questões tão-só do lar e seu entorno.

O empoderamento, sobretudo de mulheres rurais, não é positivo para aqueles que desejam manter o patriarcado, as injustiças, as desigualdades sociais e de gênero (Lerner, 2019). Logo, é mais conveniente garantir que as “minorias” não tenham acesso a

informações que propiciem o desenvolvimento da capacidade crítica e reflexiva, assim os sistemas de opressão serão preservados. O conhecimento é fundamental para nos libertarmos das amarras da opressão de gênero que nos prendem (Tiburi, 2018), e, por isso, o entendimento para nós mulheres sempre foi inviabilizado ou limitado. Assim, nos articulamos no sentido de promover iniciativas de formação que assegurem às mulheres, em suas distintas realidades sociais, instrumentos de autonomia e empoderamento se constitui enquanto um desafio a ser superado por todos/as nós.

3. METODOLOGIA

A área de pesquisa abordada no estudo foi o empreendedorismo feminino desenvolvido no meio rural, através de uma pesquisa direcionada a um grupo de mulheres produtoras de colorau. Foi realizada em uma comunidade do interior de Trairi/Ceará, a uma distância de aproximadamente 141km da capital do estado. O grupo é formado por sete mulheres, a pesquisa foi realizada com quatro integrantes, os dados foram coletados através de um questionário semiestruturado com 22 perguntas, enviadas e respondidas através do aplicativo WhatsApp, algumas respostas foram enviadas em formato de áudio e outra de forma escrita. Esse formato foi utilizado devido a praticidade e com o intuito de facilitar a obtenção das respostas uma vez que as integrantes tem acesso ao WhatsApp como meio de comunicação e também devido a limitação de deslocamento para zona rural no período de aplicação do questionário.

O questionário conteve perguntas abertas e fechadas, o que possibilitou as entrevistadas expressarem seu ponto de vista em relação ao empreendimento, bem como as dificuldades enfrentadas, as motivações para participarem do projeto, as mudanças que ocorreram após o início do empreendimento e o que o projeto representa na vida de cada uma delas.

Através da pesquisa aplicada foi possível identificar que o empreendimento das mulheres produtoras contribui para fortalecer o comércio local, promover autonomia, gerar maior visibilidade para a força de trabalho feminino na zona rural e auxiliar nas despesas mensais, visto que algumas delas recebem apenas o benefício do bolsa família e ingressaram no empreendimento com o intuito de complementar a renda familiar.

A pesquisa aplicada concentra-se em torno dos problemas presentes nas atividades das instituições, organizações, grupos ou atores sociais. Ela está empenhada na

elaboração de diagnósticos, identificação de problemas e busca de soluções. Responde a uma demanda formulada por “clientes, atores sociais ou instituições” (Thiollent, 2009, p.36).

O tipo de pesquisa realizado foi a descritiva e pode ser caracterizada como pesquisa de campo, uma vez que houve a coleta de dados primários, ou seja, as informações foram coletadas por meio das respostas ao questionário pelas próprias integrantes do grupo de estudo. Esse projeto conta com o apoio do CETRA - Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador e à Trabalhadora, órgão que possibilita a realização de projetos voltados para agricultores(as) da região, o espaço utilizado dispõe de maquinário para auxiliar na produção, como a máquina de processamento da farinha de mandioca e a máquina de processamento da semente do urucum, que é aquecida juntamente com a farinha para liberar a coloração necessária para o produto final e a máquina de selagem para o empacotamento do produto. Cada integrante do grupo é responsável pelas sementes e farinha necessárias para a produção e ao final do processo, o colorau é dividido igualmente para cada uma delas.

Trivinõs (2011, p. 110), discutindo sobre os estudos descritivos afirma: A maioria dos estudos que se realizam no campo da educação é de natureza descritiva. O foco essencial desses estudos reside no desejo de conhecer a comunidade, seus traços característicos, suas gentes, seus problemas, suas escolas, seus professores, sua educação, sua preparação para o trabalho, seus valores, os problemas do analfabetismo, a desnutrição, as reformas curriculares, os métodos de ensino, o mercado ocupacional, os problemas do adolescente etc.

Foi realizada a pesquisa qualitativa no artigo, onde foi observado a rotina das mulheres empreendedoras do grupo de estudo. A cada quinze dias as mulheres se reúnem para realizarem o processo de produção, se deslocam até a sede de funcionamento do projeto e realizam a preparação, ao final cada uma fica responsável pelo empacotamento e venda de suas respectivas partes.

Considerando que a abordagem qualitativa, enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques.

Através da metodologia utilizada foi possível compreender a experiência do grupo Mulheres do Colorau, a partir das respostas do questionário, bem como entender que esse

empreendimento representa para as mulheres uma esperança de melhoria da qualidade de vida, de reconhecimento e de empoderamento feminino no meio rural.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa teve como objetivo entender o que o empreendedorismo feminino representa para as mulheres que vivem no meio rural, compreendendo os impactos e desafios enfrentados por mulheres que decidem empreender, teve como foco de estudo um grupo de mulheres produtoras de colorau na zona rural de Trairi, Ceará. O estudo foi realizado através de um questionário aplicado pela ferramenta WhatsApp e respondido por quatro integrantes do projeto Mulheres do Colorau.

Através da pesquisa foi possível observar que as quatro participantes tem idades entre 42 e 75 anos, são residentes da localidade desde o nascimento, na zona rural de Trairi, no Ceará. Todas tem em média 4 a 6 filhos e cursaram até o ensino fundamental entre 3ª e 8ª série, conforme quadro 2:

Quadro 2: Idade, número de filhos e escolaridade

	Idade	Nº de filhos	Escolaridade
E 1	49	4	4ª série
E 2	42	4	9º ano
E 3	56	5	5ª série
E 4	75	6	3ª série

Fonte: dados da Pesquisa (2025)

Iniciou-se questionando a respeito da participação do projeto como primeira atividade empreendedora. Pode-se observar que três das entrevistadas tem o projeto Mulheres do Colorau como primeira atividade em grupo realizada e apenas uma delas já participou de outra atividade semelhante, constatado no ponto das falas transcritas. Esses dados indicam uma diversidade de trajetórias e experiências em relação ao trabalho coletivo e à atividade empreendedora dentro do projeto, conforme Quadro 3:

Quadro 3: Participação no projeto como atividade empreendedora

E 1	Sim
E 2	Essa foi a primeira atividade que participei em grupo, tenho plantações individuais com o trabalho na agricultura, esse empreendimento do colorau é o primeiro que participo em grupo.
E 3	Não, já participei de outras
E 4	Sim, foi a primeira

Fonte: dados da Pesquisa (2025)

Posteriormente indagou-se sobre a data de criação do grupo Mulheres do Colorau e a instituição que possibilitou a realização do projeto, concluiu-se que o grupo foi criado em 25 de novembro de 2015 com o apoio do CETRA (Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao trabalhador e à trabalhadora) com base nas respostas das quatro entrevistadas.

As integrantes do grupo Mulheres do Colorau se conheceram através das reuniões realizadas para discutir sobre a criação do projeto e essa atividade é utilizada como um complemento de renda, todas elas tem outra atividade financeira que desenvolve para garantir o sustento da família, como pode-se observar nas perguntas 10 e 11 do questionário e transcritas no quadro 4:

Quadro 4: Conhecimento do grupo e forma de renda

	Como você conheceu as integrantes do grupo e o projeto?	O lucro obtido com a venda do colorau é sua principal fonte de renda ou um complemento?
E 1	Através de reuniões e movimentos comunitários	É um complemento, recebo o bolsa família
E 2	Através de reuniões	É um complemento, minha principal fonte de renda é o bolsa família
E 3	Através do projeto, já conhecia as mulheres porque moramos perto, mas ficamos mais unidas com o projeto	É um complemento
E 4	Através das reuniões	Não, é um complemento

Fonte: dados da Pesquisa (2025)

Através da pesquisa foi possível observar que o lucro do projeto Mulheres do Colorau não é suficiente para custear todos os gastos da casa, pois é uma atividade que o retorno financeiro ainda não é alto, como descrito no Quadro 5. Portanto, indica que, embora a venda do colorau contribua positivamente para as finanças das entrevistadas, ela não é suficiente para cobrir as necessidades básicas da casa. As quatro participantes afirmaram que o lucro gerado pelo projeto é insuficiente para pagar as despesas principais, sendo considerado apenas um complemento à renda proveniente de outras atividades, como o trabalho na agricultura. As respostas refletem uma realidade em que a atividade empreendedora, embora importante, não garante autonomia financeira plena, ressaltando a dependência de múltiplas fontes de renda para atender às necessidades diárias.

Quadro 5: Renda como necessidades básicas

	A renda gerada pela venda do colorau é suficiente para atender às necessidades básicas da casa?
E 1	Não é suficiente para manter as despesas da casa, mas ajuda muito
E 2	O projeto do colorau não é suficiente para pagar as contas, porque não é muito, tenho meu trabalho na agricultura
E 3	Não é suficiente, é um complemento
E 4	Não, porque o lucro não é suficiente, temos que ter outra renda para conseguir manter as despesas.

Fonte: dados da Pesquisa (2025)

Encontrar o local ideal para a instalação das máquinas, a organização do grupo, a escassez de matéria prima e falta de experiência no manuseio das máquinas foram os principais desafios enfrentados pelas entrevistadas. Foi possível concluir que a escassez de sementes de urucum para a produção do colorau é uma dificuldade que persiste desde o início do empreendimento, como pode ser observado no quadro 6, durante o desenvolvimento do projeto, a principal dificuldade que ainda persiste está ligada à obtenção de sementes suficientes para atender à crescente demanda. Embora algumas participantes tenham aumentado a produção de sementes nos próprios quintais, a falta de recursos para suprir a quantidade necessária continua sendo uma barreira significativa.

Quadro 6: Principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres no início e no desenvolvimento do projeto colorau

	Quais as principais dificuldades que vocês enfrentaram no início do projeto mulheres do colorau?	Quais são as principais dificuldades que você enfrenta com o projeto do colorau?
E 1	Não tivemos muitas dificuldades, só decidir onde seria possível ser realizada a instalação das máquinas.	Por enquanto só as sementes, que a demanda está crescendo, mas já estamos plantando mais.
E 2	A dificuldade foi a organização das mulheres, porque nem todas comparecem no dia marcado para a produção.	A dificuldade que temos atualmente é em arranjar as sementes para a produção
E 3	As dificuldades que enfrentamos foram as sementes que eram poucas, mas depois aumentamos as plantações de pés de urucum nos nossos quintais	A dificuldade que eu tenho é ter a quantidade suficiente de sementes para as produções, mas sempre consigo fazer a colheita e quando não consigo, eu compro e levo pra fazer o colorau.
E 4	Foi a experiência, porque a gente ainda não tinha conhecimento de como trabalhar com as máquinas.	A dificuldade no começo era só na organização do dia e horário da produção e agora é ter sementes suficientes para produzir o colorau

Fonte: dados da Pesquisa (2025)

As principais motivações que as entrevistadas tiveram para fazer parte do empreendimento foram o interesse pelo projeto como forma de participar de ações da comunidade, ter uma renda extra e a busca por melhoria da condição financeira como exposto no quadro 7. O observado reflete um desejo comum de melhorar a condição financeira e buscar uma fonte adicional de renda. As participantes mencionaram que se interessaram pelo projeto por acharem interessante, pela possibilidade de complementar sua renda e, em alguns casos, pela expectativa de que a iniciativa pudesse melhorar a qualidade de vida delas e de suas famílias. Esse entusiasmo pelo projeto também está ligado à percepção de que o empreendimento tem potencial para trazer resultados positivos e sustentáveis para as participantes.

Quadro 7: Motivos para a Participação no Projeto Mulheres do Colorau

	Por que você quis fazer parte do projeto mulheres do colorau?
E 1	Porque eu gosto de participar e pra ter uma renda a mais.
E 2	Porque achei interessante o projeto e quis participar
E 3	Eu quis participar porque eu acreditei que o projeto iria melhorar minha condição financeira, o lucro ia me ajudar a complementar minha renda e melhorar minha vida e da minha família.
E 4	É porque eu vi que era uma coisa que dava certo e iria ser bom para nós.

Fonte: dados da Pesquisa (2025)

Através do projeto Mulheres do Colorau mudanças positivas na área financeira puderam ser observadas na vida das integrantes, visto que o lucro desse projeto é utilizado como renda complementar para o sustento da família, bem como promover a união das mulheres e dar maior visibilidade para a força de trabalho feminino na região, como pode-se observar no quadro 8.

Indica que as participantes reconhecem a importância do projeto "Mulheres do Colorau" tanto do ponto de vista financeiro quanto social. Elas destacam como a iniciativa contribui para a renda familiar, ajudando no sustento diário e melhorando a qualidade de vida. Além disso, muitas enfatizam o valor da união entre as mulheres, destacando que o projeto fortalece a coletividade e cria oportunidades de empoderamento para todas. A chegada do projeto também foi vista como um divisor de águas, especialmente no que se refere à mudança positiva nas condições financeiras e no fortalecimento das mulheres na região.

Quadro 8: A Importância do Projeto Mulheres do Colorau e seu Impacto na Renda Familiar

	Você acha que esse projeto é importante? Por quê?	O dinheiro da venda do colorau ajuda na sua renda familiar?
E 1	Considero o projeto importantíssimo, porque a renda é boa, é uma ajuda grande para mim.	Sim, ajuda muito, porque com o dinheiro do projeto consigo complementar minha renda e garantir o sustento da minha família.
E 2	Eu acho muito importante, porque é uma forma de união, é um projeto que une as mulheres e juntas somos mais fortes, um grupo é melhor do que uma só.	Ajuda sim
E 3	Esse projeto é muito importante, porque quando o Cetra entrou na nossa vida as coisas mudaram, podemos participar do projeto e isso fortalece o trabalho das mulheres na nossa região.	Ajuda muito, agradeço muito a Deus e as pessoas que dão força a gente.
E 4	Sim, porque é uma ajuda financeira.	Ajuda muito, porque o lucro que tenho através do projeto do colorau melhora minha condição financeira, não é muito, junto com outra renda consigo comprar as coisas que preciso.

Fonte: dados da Pesquisa (2025)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados demonstram que o empreendedorismo para as integrantes do projeto Mulheres do Colorau representa uma forma de melhoria na qualidade de vida, desperta o desejo pelo crescimento, fortalece as relações entre elas, gera maior autonomia e maior visibilidade do trabalho feminino no meio rural e que embora não seja a renda principal das integrantes o projeto tem um papel fundamental como complemento de renda e melhoria na condição financeira.

Com a pesquisa foi possível destacar que a escassez de matéria prima, a organização das mulheres e a falta de capacitação para o manuseio das máquinas estão entre as principais dificuldades enfrentadas no empreendimento, porém a união das mulheres, a força de vontade em busca do crescimento e a busca pela melhoria da qualidade de vida fez com que o projeto fosse se desenvolvendo, estando presente no mercado desde o ano de 2015.

O projeto mulheres do colorau, é um empreendimento que com o passar do tempo se transformou não apenas em um complemento de renda, mas também gerou identificação, trouxe esperança de melhorias, representação da luta das mulheres por um espaço de maior visibilidade no meio rural, não limitando as mulheres apenas às

atividades domésticas, mas abrindo espaço para a geração de trabalho e incentivando outros empreendimentos também gerenciados por mulheres.

Conclui-se que as ações de organizações e centros de apoio dentro das comunidades rurais são de extrema importância, pois possibilitam a criação de projetos e negócios que transformam a vida das pessoas, contribuem para o desenvolvimento da região e evidenciam a lutas e conquistas das mulheres, gerando maior empoderamento feminino no meio rural.

REFERÊNCIAS

AFFONSO, Ligia Maria Fonseca; RUWER, Lisa Maria Erlich; GIACOMELLI, Giancarlo. **Empreendedorismo**. Grupo A., 2018

ANDREASSI, Tales. **Empreendedorismo corporativo**. GV-EXECUTIVO 4 (3), 63-67, 2005

BREITENBACH, R. Jovens mulheres rurais estudantes das ciências agrárias: não querem ou não têm oportunidade de serem sucessoras? In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 62(1), 2024 Disponível em <<https://doi.org/10.1590/1806-9479.2022.262212>> Acesso 15abr2025

DA SILVA, Parley Lopes Bernini; GONÇALVES, Loren Evelyn; SILVA, Débora Souza Ferreira. Empoderamento da mulher rural: debates teóricos. In: **Cadernos de Gênero e Tecnologia**. Curitiba, v. 15, n. 45, p. 218-234, jan./jul. 2022. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/viewFile/14538/8969>> Acesso em 15abr2025

DORNELAS, José. **Empreendedorismo, transformando ideias em negócios**, 8ª edição, 2021, pag 14

FLEURY, Maria Tereza Leme; WERLANG, Sergio R. C., **Pesquisa aplicada: conceitos e abordagens**. FGV-EPGE, 2017. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?q=related:aOF9jxcTIhMJ:scholar.google.com/&hl=pt-BR&as_sdt=0,5#d=gs_qabs&t=1701205818958&u=%23p%3DaOF9jxcTIhMJ> Acesso em 21jun2025

GARCIA, Ana Paula Fernandes; PARREIRA, Cler Canoa de Oliveira; ZANATELLI, Fabrizio Manenti; ASSIS, Felipe Moldero Fernandes de. **Empreendedorismo feminino: Luiza Helena Trajano e o caso da Rede Magazine Luiza** 6º Congresso do Instituto Franco-Brasileiro de Administração de Empresas. Anais: IFBAE Franca, 2011 Disponível em: <https://ifbae.s3.eu-west-3.amazonaws.com/file/congres/2011_51.pdf> Acesso em 21jun2025

GODOY, Arilda Schmidt. **Revista de administração de empresas** / EAESP / FGV, São Paulo, Brasil, 1995

JONATHAN, Eva G.; SILVA, Taissa M. R. Da. **Empreendedorismo feminino: tecendo a trama de demandas conflitantes**, 2011. Disponível em:
<https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0,5&q=%22empreendedorismo+feminino%22++no+brasil#d=gs_qabs&t=1698180575748&u=%23p%3Da_b6Hlzks9MJ>

NOGUERA, M.; ALVAREZ, C.; URBANO, D. Sociocultural factors and female entrepreneurship. **Spriger Science+Business Media**. New York, USA, 2013.

PARENTE, Cristina; SANTOS, Mónica; CHAVES, Rosário Rito, LISBOA, Daniel Costa. **Empreendedorismo social: contributos teóricos para a sua definição** : APSIOT, 2011

ROCHA, Estevão Lima de Carvalho. **Revista gestão em análise. 3 (1/2), 31-46, 2014**

SANTOS, I. R. B.; RIOS, P. P. S. Mulheres rurais e empoderamento feminino: Vivências de estágio em espaços não escolares. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 24, n. esp.1, p. e023013, 2023. DOI: 10.30715/doxa.v24iesp.1.18177. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/18177>> . Acesso em: 15 abr. 2025.

WOLLMANN, B. Gestão financeira de uma pequena propriedade rural por meio do livro Caixa da Atividade Rural (LCAR). **Saber Humano: Revista Científica Da Faculdade Antonio Meneghetti**, (2022)

Capítulo 4

ENTRE O POPULAR E O PADRÃO: A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO

Érica do Socorro de Oliveira Rabelo

Mestranda na Universidade AMERICAN GLOBAL UNIVERSITY (AGTU). Email:

Erica.jubim10@hotmail.com

Andréia Andréia Pacheco de Almeida

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ensino de Língua Portuguesa da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Email: Andreia.p.almeida2025@gmail.com

Izabela Cristian de Castro Pantoja

Lic. Em Letras - Espanhol pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Email:

izabelacristian@gmail.com

Elizete Ferreira Moraes Barbosa

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ensino de Língua Portuguesa e suas respectivas literaturas da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Email:

prof.elizetemoraais1@gmail.com

Danielle Doce Dias Silva

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação, Linguagem e Cultura da Universidade da Amazônia (UNAMA). Email: docedias.to01@gmail.com

Zuziane Ferreira da Rocha

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ensino de Língua Portuguesa e suas respectivas literaturas da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Email:

zuzianerocha2@gmail.com

RESUMO

O artigo “*Entre o popular e o padrão: a variação linguística como ferramenta de inclusão*” discute o papel da variação linguística na promoção de práticas pedagógicas inclusivas no ensino de Língua Portuguesa. Fundamentado na Sociolinguística Variacionista e Educacional, o estudo adota abordagem qualitativa e bibliográfica, apoiando-se em autores como Labov (2008), Bagno (2007) e Bortoni-Ricardo (2004). A pesquisa evidencia que a língua é um fenômeno social, dinâmico e heterogêneo, refletindo identidades e contextos diversos. O trabalho denuncia o preconceito linguístico ainda presente nas escolas e propõe o reconhecimento das variedades populares como manifestações legítimas da língua. Ao compreender a variação como ferramenta pedagógica, o estudo defende uma educação linguística voltada à equidade, à valorização cultural e à superação de práticas normativas excludentes. Conclui-se que a integração dos princípios sociolinguísticos ao ensino pode fortalecer o sentimento de pertencimento dos alunos e contribuir para uma escola mais plural, democrática e representativa da diversidade linguística brasileira.

Palavras-chave: variação linguística. inclusão. ensino de língua portuguesa. sociolinguística.

ABSTRACT

The article “*Between the Popular and the Standard: Linguistic Variation as a Tool for Inclusion*” discusses the role of linguistic variation in promoting inclusive pedagogical practices in Portuguese language teaching. Based on Variationist and Educational Sociolinguistics, the study adopts a qualitative and bibliographic approach, supported by authors such as Labov (2008), Bagno (2007), and Bortoni-Ricardo (2004). The research highlights language as a social, dynamic, and heterogeneous phenomenon that reflects diverse identities and contexts. It denounces linguistic prejudice still present in schools and proposes the recognition of popular varieties as legitimate manifestations of language. By understanding variation as a pedagogical tool, the study advocates for linguistic education aimed at equity, cultural appreciation, and the overcoming of exclusionary normative practices. It concludes that integrating sociolinguistic principles into teaching can strengthen students’ sense of belonging and foster a more plural, democratic, and representative school of Brazil’s linguistic diversity.

Keywords: linguistic variation. inclusion. Portuguese language teaching. sociolinguistics.

INTRODUÇÃO

A língua é um dos mais potentes instrumentos de identidade e pertencimento social, sendo, ao mesmo tempo, uma manifestação cultural e um mecanismo de poder. No contexto educacional brasileiro, compreender a variação linguística é fundamental para promover práticas pedagógicas inclusivas, que valorizem a diversidade e rompam com paradigmas excludentes que historicamente associam prestígio apenas à norma-padrão. A relevância desta pesquisa reside, portanto, na necessidade de repensar o papel da escola como espaço de acolhimento das diferentes formas de falar e de escrever, reconhecendo-as como expressões legítimas da identidade linguística dos falantes.

A variação linguística é um fenômeno natural e inerente a todas as línguas, sendo determinada por fatores geográficos, sociais, históricos e situacionais (Labov, 2008; Mollica, 2003). Autores como Bortoni-Ricardo (2004) e Bagno (2007) destacam que o ensino de língua portuguesa deve contemplar essa diversidade, pois a imposição de uma única forma de uso linguístico — a norma culta — desconsidera as experiências comunicativas reais dos alunos e contribui para a manutenção do preconceito linguístico. Nesse sentido, a escola, ao ignorar a pluralidade linguística, acaba por reforçar desigualdades e marginalizar as vozes que não correspondem ao modelo hegemônico da linguagem culta urbana.

Diversos estudos já abordaram a relação entre variação linguística e ensino, ressaltando o papel da sociolinguística na formação docente e na reformulação das práticas pedagógicas (Scherrie, 2005; Preti, 2000; Travaglia, 1996). No entanto, embora tais pesquisas tenham contribuído para a compreensão teórica do fenômeno, ainda se observa uma lacuna entre o discurso acadêmico e a realidade das salas de aula. Em muitas escolas, a variação linguística continua sendo tratada como “erro” e não como manifestação legítima da língua em uso (Calvet, 2002; Faraco, 2005). Essa discrepância revela um desafio persistente: como transformar o conhecimento sociolinguístico em prática pedagógica efetiva?

Dessa forma, este trabalho se insere na tradição de estudos sociolinguísticos inaugurada por Labov (2008) e desenvolvida no Brasil por Bagno (2007), Bortoni-Ricardo (2004) e Scherre (2005), buscando dar continuidade à reflexão sobre a função social da escola no reconhecimento da diversidade linguística. Todavia, diferentemente de abordagens que se limitam à descrição teórica das variedades do português, esta pesquisa

propõe um olhar voltado à inclusão linguística, entendendo a variação não apenas como fenômeno linguístico, mas como ferramenta de valorização cultural e social dos alunos.

Partindo desse pressuposto, surgem alguns questionamentos: de que forma a escola pode integrar o estudo da variação linguística às práticas pedagógicas de modo a promover a inclusão? Quais estratégias o professor pode adotar para desconstruir o preconceito linguístico? E, sobretudo, como transformar a sala de aula em um espaço de reconhecimento das múltiplas vozes que compõem o português brasileiro?

O presente artigo tem como objetivo analisar o papel da variação linguística como instrumento de inclusão educacional, discutindo as implicações dessa perspectiva para o ensino de língua portuguesa. Para isso, apresenta uma reflexão teórica baseada em autores da sociolinguística e da linguística aplicada, articulando-os à realidade escolar contemporânea. A pesquisa propõe, ainda, a valorização das variedades linguísticas como prática pedagógica capaz de reduzir desigualdades simbólicas e fortalecer o sentimento de pertencimento dos estudantes.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo e bibliográfico, de natureza exploratória, fundamentado em referenciais da Sociolinguística Variacionista e da Sociolinguística Educacional. O enfoque qualitativo foi adotado por permitir uma análise interpretativa e reflexiva sobre o fenômeno da variação linguística, priorizando a compreensão do contexto social, cultural e educacional em que ele ocorre. A pesquisa bibliográfica, por sua vez, baseia-se em obras clássicas e contemporâneas que discutem a variação linguística, o preconceito linguístico e a inclusão educacional, buscando identificar como esses temas têm sido abordados no campo da Linguística Aplicada e do ensino de Língua Portuguesa.

Para o levantamento teórico, foram analisadas obras representativas de autores como William Labov (2008), Louis-Jean Calvet (2002), Stella Maris Bortoni-Ricardo (2004), Marcos Bagno (2007), Maria Marta Pereira Scherre (2005), Rosa Virgínia Mattos e Silva (2004) e Luiz Carlos Travaglia (1996), entre outros que discutem a relação entre língua, sociedade e educação. A seleção dessas referências seguiu o critério de relevância teórica e frequência de citação em estudos acadêmicos sobre o tema, permitindo construir uma visão ampla e fundamentada da variação linguística como instrumento pedagógico.

Além das obras literárias, foram consultados artigos científicos, dissertações e documentos oficiais de educação linguística, com o objetivo de mapear as principais contribuições e lacunas existentes na aplicação dos conceitos sociolinguísticos ao ensino.

A análise dos dados teóricos foi conduzida por meio da técnica de análise interpretativa de conteúdo, orientada pela categorização temática. As categorias analíticas estabelecidas foram: (1) *variação linguística e identidade social*, (2) *preconceito linguístico e exclusão educacional*, e (3) *variação linguística e inclusão pedagógica*. Essas categorias permitiram sistematizar as discussões presentes na literatura e extrair inferências sobre a importância de uma abordagem linguística inclusiva no ambiente escolar.

A metodologia adotada, portanto, não busca quantificar resultados, mas compreender, por meio da análise crítica, como a valorização da diversidade linguística pode se consolidar como prática educativa transformadora e promotora de equidade social.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA LÍNGUA

A presente pesquisa se fundamenta na orientação teórica da Sociolinguística Variacionista, corrente inaugurada por William Labov nos Estados Unidos a partir da década de 1960. Essa teoria busca compreender a língua em seu uso social, considerando a variação linguística como fenômeno regular e sistemático, e não como desvio ou erro.

Em sua obra seminal *Sociolinguistic Patterns* (1972), traduzida para o português como *Padrões Sociolinguísticos* (Labov, 2008), o autor demonstra que as mudanças linguísticas ocorrem de modo condicionado a fatores sociais, como classe, idade, gênero e contexto comunicativo, conferindo à linguagem um caráter dinâmico e profundamente humano.

Entre os principais representantes dessa corrente teórica destacam-se, além de Labov, Peter Trudgill e Lesley Milroy, que contribuíram para o fortalecimento da sociolinguística na Europa, enfatizando a importância das redes sociais e da identidade comunitária na manutenção de traços linguísticos. No Brasil, a perspectiva variacionista foi amplamente difundida a partir da década de 1980 por estudiosos como Maria Marta Pereira Scherre, Anthony Naro e Rosa Virgínia Mattos e Silva, que adaptaram o modelo

laboviano à realidade sociocultural brasileira, marcada por intensa diversidade linguística e por fortes desigualdades sociais.

A sociolinguística parte do princípio de que toda língua é heterogênea e variável. Essa heterogeneidade manifesta-se por meio de variação diatópica (regional), diassocial (de classe ou grupo social), diafásica (de registro ou situação comunicativa) e diacrônica (de tempo histórico). Esses conceitos, consagrados por Coseriu (1979), permitem compreender que a língua é composta por um conjunto de subsistemas coexistentes, cujas escolhas de uso estão relacionadas às condições de produção do discurso. Assim, falar em variação linguística é reconhecer a coexistência de formas legítimas, todas dotadas de função comunicativa dentro de seus contextos.

Além da dimensão descritiva, a variação linguística carrega uma dimensão simbólica. Conforme aponta Calvet (2002), as línguas e suas variedades são instrumentos de poder, e o prestígio de determinadas formas de fala está diretamente relacionado às relações sociais e políticas. Dessa forma, a noção de “erro linguístico” deve ser compreendida como produto de ideologias normativas que privilegiam a variedade culta urbana em detrimento das formas populares, criando o que o autor chama de “mercado linguístico desigual”. Essa visão crítica da língua permite situar a discussão da variação em um contexto mais amplo de exclusão e dominação simbólica.

Outro conceito fundamental é o de mudança linguística, que Labov (2008) define como a evolução natural das formas de expressão em uma comunidade de fala. Essa mudança decorre da interação entre variação e tempo, revelando que toda língua viva está em constante transformação. Tal perspectiva rompe com a concepção estruturalista de língua como sistema estático e homogêneo, e introduz o conceito de comunidade de fala, entendido como o grupo social que compartilha normas de uso e avaliação linguística. A língua, portanto, é vista como produto das práticas comunicativas coletivas, e não como um código fixo e independente de seus usuários.

Os estudos variacionistas brasileiros, como os de Naro e Scherre (2007) e Mollica (2003), aprofundaram a análise dos condicionadores linguísticos e sociais, mostrando que a fala popular brasileira possui regularidades próprias e coerentes. Essa constatação desconstrói o mito de que o português falado é “deficiente” ou “corrompido”.

No entanto, observa-se uma lacuna importante entre a teoria e a prática educacional: embora a sociolinguística tenha se consolidado como campo teórico robusto,

seus princípios ainda não são plenamente aplicados no ensino de língua portuguesa, onde persiste uma visão prescritiva e excludente da norma.

Dessa forma, a variação linguística, entendida à luz da Sociolinguística Variacionista, permite compreender a língua como reflexo das práticas sociais e da identidade dos falantes. Ao reconhecer a legitimidade das diferentes formas de expressão, esta abordagem oferece subsídios teóricos para uma educação linguística mais inclusiva.

3.2 VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E INCLUSÃO EDUCACIONAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

A orientação teórica que embasa este subtópico parte da Sociolinguística Educacional, vertente aplicada da Sociolinguística que busca integrar o conhecimento sobre variação linguística às práticas pedagógicas. Essa perspectiva, consolidada no Brasil principalmente por Stella Maris Bortoni-Ricardo, defende que o ensino de língua portuguesa deve reconhecer a heterogeneidade da língua como forma de promover inclusão e equidade social. Em sua obra *Nós chegemos na escola, e agora?* (Bortoni-Ricardo, 2004), a autora propõe uma pedagogia linguística voltada à valorização das variedades populares e à construção de pontes entre o saber escolar e o saber comunitário.

A teoria da Sociolinguística Educacional apoia-se em princípios da linguística crítica e da educação sociocultural, incorporando conceitos de letramento linguístico e conscientização linguística. Essa abordagem entende a língua como prática social situada e defende que o ensino deve partir das experiências comunicativas reais dos alunos. Segundo Soares (2002), o letramento é processo que envolve a inserção social do sujeito na cultura escrita, e, portanto, deve reconhecer as múltiplas formas de fala e escrita presentes em sua comunidade. Assim, a variação linguística deixa de ser vista como obstáculo e passa a ser compreendida como ponto de partida para o desenvolvimento da competência comunicativa.

Do ponto de vista conceitual, essa corrente trabalha com noções de adequação linguística, continuum sociolinguístico e preconceito linguístico. A adequação linguística, conceito desenvolvido por Bagno (2007), propõe que o ensino da língua se oriente não por uma noção de “certo e errado”, mas por critérios de uso apropriado a cada contexto de comunicação. Já o continuum sociolinguístico, formulado por Bortoni-Ricardo (2004),

descreve a gradação existente entre formas linguísticas de maior e menor formalidade, indicando que os falantes transitam entre registros conforme as exigências sociais. Por fim, o preconceito linguístico, amplamente discutido por Scherre (2005), refere-se à discriminação baseada na forma de falar, que reproduz desigualdades históricas e culturais.

Esses conceitos evidenciam que o ensino da língua portuguesa ainda enfrenta o desafio de superar práticas normativas centradas na gramática tradicional. Travaglia (1996) argumenta que a gramática deve ser entendida como instrumento de interação e reflexão sobre os usos linguísticos, e não como simples conjunto de regras. Nesse sentido, o professor deve atuar como mediador que auxilia o aluno a compreender os diferentes níveis de formalidade da língua e a desenvolver consciência sobre o valor social das variedades linguísticas.

Contudo, embora a teoria sociolinguística aplicada ao ensino tenha avançado significativamente, há lacunas no que se refere à formação docente. Mattos e Silva (2004) ressalta que muitos professores ainda não possuem preparo teórico suficiente para abordar a variação de forma crítica e contextualizada, o que reforça estigmas e limita a prática pedagógica. Essa ausência de formação específica cria um descompasso entre a política linguística inclusiva prevista nos documentos educacionais e a realidade cotidiana das salas de aula.

Além disso, observa-se que a maioria das propostas curriculares ainda trata a variação linguística de modo superficial, como tema isolado, e não como eixo transversal do ensino de língua. Essa limitação evidencia uma lacuna no campo da Sociolinguística Educacional: a necessidade de desenvolver metodologias efetivas para o ensino da variação, articulando teoria, prática e reflexão crítica. Tal desafio envolve, entre outros aspectos, a produção de materiais didáticos que contemplem as diversas variedades do português brasileiro e a formação continuada dos professores.

Portanto, compreender a variação linguística como ferramenta de inclusão implica repensar a própria função social da escola. Ao reconhecer as múltiplas vozes que compõem a língua, o ensino pode transformar-se em espaço de empoderamento e respeito à diversidade. A Sociolinguística Educacional, nesse sentido, fornece base teórica consistente para a construção de práticas pedagógicas mais democráticas e plurais, mas ainda demanda avanços na transposição desse conhecimento para a realidade escolar — lacuna que o presente artigo busca discutir e problematizar.

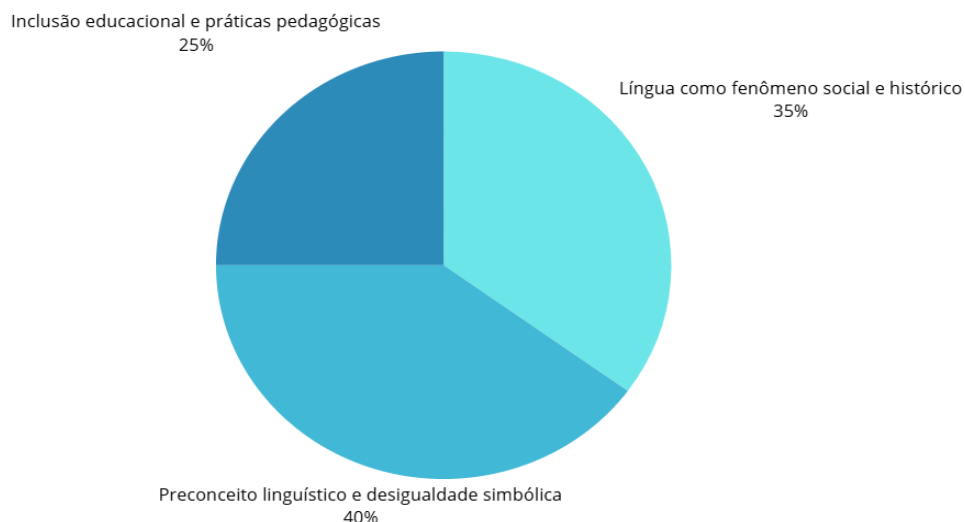
4 RESULTADOS

A análise das obras selecionadas permitiu identificar três grandes eixos temáticos que estruturam o debate contemporâneo sobre variação linguística e ensino: (1) a compreensão da língua como fenômeno social dinâmico; (2) o enfrentamento do preconceito linguístico e de suas implicações pedagógicas; e (3) a promoção da inclusão educacional por meio da valorização das variedades linguísticas. Esses eixos, recorrentes na produção científica brasileira e internacional, revelam que a variação linguística não é apenas um tema descritivo, mas um campo de reflexão ética, social e política.

O primeiro eixo — a língua como prática social — aparece fortemente nas obras de Labov (2008) e Calvet (2002), que compreendem a linguagem como reflexo das interações humanas e das relações de poder. Já o segundo eixo, preconceito linguístico e exclusão, é predominante nos trabalhos de Bagno (2007) e Scherre (2005), os quais denunciam a marginalização de falantes de variedades populares e defendem uma abordagem mais crítica do ensino. Por fim, o terceiro eixo — inclusão linguística e ensino transformador — é central nas propostas de Bortoni-Ricardo (2004) e Travaglia (1996), que argumentam a favor de práticas pedagógicas capazes de integrar as diferenças e reconhecer a pluralidade do português brasileiro.

A seguir, apresenta-se um gráfico interpretativo que sintetiza a ênfase temática das obras analisadas. Embora não se trate de dados empíricos, a representação visual auxilia na compreensão da predominância de cada abordagem teórica no corpus estudado.

Gráfico 1 – Ênfase temática nas obras sobre variação linguística



Fonte: Os autores (2025).

A leitura interpretativa do gráfico demonstra que a maior concentração de estudos recai sobre o combate ao preconceito linguístico (40%), o que reflete a preocupação da comunidade científica com as desigualdades geradas pelo ensino normativo e excludente. Em segundo lugar, aparecem as abordagens voltadas à interpretação social da língua (35%), que fornecem a base teórica para a compreensão da variação. Por fim, as propostas de inclusão pedagógica representam 25% do corpus, o que evidencia a necessidade de maior investimento em metodologias que operacionalizem os princípios sociolinguísticos no cotidiano escolar.

Dessa forma, os resultados da análise bibliográfica apontam para um consenso entre os autores: reconhecer a variação linguística como elemento constitutivo da língua é condição essencial para a construção de uma escola mais justa e inclusiva. Ainda assim, permanece uma lacuna significativa entre o avanço teórico e a efetiva aplicação desses conceitos na prática docente — o que reforça a urgência de formação continuada e de políticas educacionais que valorizem a diversidade linguística como patrimônio cultural e social do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu compreender que a variação linguística constitui um elemento essencial para o entendimento da língua como fenômeno vivo, dinâmico e socialmente situado. A partir da análise teórica, constatou-se que a língua não é um sistema homogêneo e fixo, mas um instrumento de comunicação permeado por diferenças regionais, sociais, culturais e situacionais que refletem a identidade e a diversidade dos falantes. Essa perspectiva rompe com a visão tradicional e normativa do ensino, que tende a valorizar apenas o padrão culto, e propõe uma abordagem plural e inclusiva da linguagem.

Os resultados da revisão bibliográfica evidenciaram que o preconceito linguístico ainda é uma barreira significativa no contexto educacional brasileiro. Autores como Bagno (2007) e Scherre (2005) destacam que a escola, muitas vezes, reproduz práticas discriminatórias ao desconsiderar as variedades populares da língua. Entretanto, as contribuições de Bortoni-Ricardo (2004) e Travaglia (1996) apontam caminhos para uma prática docente mais democrática, que reconheça a legitimidade das diferentes formas de expressão e promova o respeito às identidades linguísticas dos alunos.

Desse modo, este estudo reforça a importância de se adotar uma postura pedagógica fundamentada na Sociolinguística, capaz de articular teoria e prática de forma crítica e transformadora. A valorização da variação linguística, aliada ao combate ao preconceito e à promoção da inclusão, deve ser entendida como parte de um compromisso ético e social da educação. Como perspectiva futura, recomenda-se a ampliação de pesquisas voltadas à formação de professores e à elaboração de materiais didáticos que contemplem a diversidade linguística brasileira, de modo que o ensino de língua portuguesa contribua, de fato, para a construção de uma escola mais justa, plural e representativa.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 56. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2020.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- COELHO, Izete Lehmkuhl. **Variação linguística e ensino: o desafio da heterogeneidade**. Campinas: Pontes Editores, 2015.
- LABOV, William. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- MOLLICA, Maria Cecília. **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2019.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. São Paulo: Cortez, 1996.

Capítulo 5

A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: ENTRE A NORMA E O USO SOCIAL

Adrielle Silva Pinheiro

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação, Linguagem e Cultura da Universidade da Amazônia (UNAMA). Email: adriellesp84@gmail.com

Aurora de Castro Pantoja

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ensino de Língua Portuguesa da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Email: auroradecastropantoja@gmail.com

Antonio Darlan de Oliveira Holanda

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Comunicação, Linguagem e Cultura da Universidade da Amazônia (UNAMA). Email: darlansmg@hotmail.com

Daiane de Paula Lima da Conceição

Graduada em Letras Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Pará (UEPA). Email: daianedepaula1997@gmail.com

Danielle Doce Dias Silva

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação, Linguagem e Cultura da Universidade da Amazônia (UNAMA). Email: docedias.to01@gmail.com

Thacila Mikaellen Mendes da Cunha

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ensino de Língua Portuguesa da Universidade do Estado do Pará (UEPA). Email: thacilamendes96@gmail.com

RESUMO

A variação linguística constitui um fenômeno intrínseco à natureza da língua e reflete a diversidade social, cultural e histórica do Brasil. Este artigo tem como objetivo analisar o português brasileiro sob a perspectiva da variação linguística, destacando as relações entre a norma-padrão e o uso social efetivo nas diferentes regiões do país. A pesquisa, de caráter qualitativo e bibliográfico, fundamenta-se em estudos de autores que discutem os fatores históricos, geográficos e socioculturais responsáveis pela formação dos dialetos e falares regionais. Considera-se, nesse contexto, a influência dos processos migratórios, do contato entre línguas e das condições socioeconômicas na consolidação das variedades linguísticas brasileiras. Observa-se que as variações linguísticas não apenas expressam a heterogeneidade cultural nacional, mas também revelam tensões entre prestígio e estigmatização, associadas a fatores de classe, escolarização e identidade social. A análise proposta evidencia que o uso efetivo da língua ultrapassa os limites da norma-padrão, configurando-se como instrumento de afirmação cultural e de resistência simbólica. Assim, o estudo contribui para uma compreensão mais ampla da língua portuguesa como um sistema dinâmico, marcado por constantes processos de mudança, adaptação e reconstrução social. Conclui-se que reconhecer a variação linguística como componente essencial da língua implica valorizar a diversidade comunicativa do povo brasileiro e promover práticas educacionais mais inclusivas, que considerem o respeito às diferenças linguísticas como parte fundamental da formação cidadã e do ensino de língua materna.

Palavras-chave: Variação linguística. Norma-padrão. Dialetos brasileiros. Identidade linguística. Português brasileiro.

ABSTRACT

Linguistic variation constitutes an intrinsic phenomenon of the nature of language and reflects the social, cultural, and historical diversity of Brazil. This article aims to analyze Brazilian Portuguese from the perspective of linguistic variation, highlighting the relationships between the standard norm and the actual social use of language across different regions of the country. The research, qualitative and bibliographic in nature, is based on studies by authors who discuss the historical, geographical, and sociocultural factors responsible for the formation of regional dialects and speech varieties. Within this context, the influence of migratory processes, language contact, and socioeconomic conditions on the consolidation of Brazilian linguistic varieties is considered. It is observed that linguistic variations not only express the nation's cultural heterogeneity but also reveal tensions between prestige and stigmatization, associated with class, education, and social identity factors. The proposed analysis shows that the effective use of language transcends the limits of the standard norm, functioning as an instrument of cultural affirmation and symbolic resistance. Thus, the study contributes to a broader understanding of the Portuguese language as a dynamic system, marked by constant processes of change, adaptation, and social reconstruction. It is concluded that recognizing linguistic variation as an essential component of language implies valuing the communicative diversity of the Brazilian people and promoting more inclusive

educational practices that respect linguistic differences as a fundamental part of civic education and mother tongue teaching.

Keywords: Linguistic variation. Standard norm. Brazilian Portuguese. Cultural diversity. Language teaching.

INTRODUÇÃO

A língua portuguesa, enquanto fenômeno social e histórico, apresenta no Brasil uma pluralidade de formas que refletem a diversidade cultural e étnica do país. Essa multiplicidade linguística, expressa em variações regionais, sociais e situacionais, constitui não apenas uma característica intrínseca ao português brasileiro, mas também um espelho das dinâmicas sociais e históricas que moldaram a nação. A importância de estudar a variação linguística reside, portanto, na possibilidade de compreender a língua como um sistema em constante transformação, que se adapta às realidades comunicativas de seus falantes (Ferreira, 2022; Almeida, 2010).

De modo geral, a variação linguística é um campo consolidado dentro da sociolinguística, tendo como um de seus princípios a rejeição da ideia de homogeneidade linguística. A língua é compreendida como um conjunto de práticas plurais, permeadas por fatores sociais, culturais e históricos (Barros, 2018; Guedes, 2024). No contexto brasileiro, essa heterogeneidade é marcada pela coexistência entre a norma-padrão — forma prestigiada e institucionalizada — e as variantes populares e regionais, que, embora amplamente utilizadas, sofrem discriminação simbólica (Brito, 2010; Mendonça, 2019).

Pesquisas anteriores têm explorado a origem e a configuração das variedades do português brasileiro, relacionando-as aos processos de colonização e às influências das línguas indígenas, africanas e europeias (Dantas, 2010; Peçanha, 2024; Sardinha, 2018). Outros estudos analisam o impacto das migrações internas e externas na formação dos dialetos regionais, sobretudo no Norte e Sul do país (Couto, 2008; Alvarenga, 2020; Sousa, 2023). Essas investigações evidenciam a complexidade histórica e social que estrutura a variação linguística brasileira, mas muitas delas ainda privilegiam descrições regionais ou históricas, sem aprofundar as implicações socioculturais do contraste entre norma e uso.

É justamente nesse ponto que se estabelece o nicho desta pesquisa: embora a literatura reconheça a pluralidade linguística do Brasil, há lacunas na compreensão de

como a tensão entre a norma-padrão e as práticas linguísticas cotidianas reflete processos de poder, identidade e exclusão social. Se, por um lado, a norma é frequentemente associada a prestígio e legitimidade, por outro, as variantes populares são vistas como marcas de pertencimento cultural, mas também de marginalização (Almeida, 2010; Pereira, 2013).

Dessa forma, emergem questionamentos essenciais: em que medida a norma-padrão representa a realidade linguística dos brasileiros? Como as práticas de fala revelam processos de resistência cultural e afirmação identitária? E até que ponto o português brasileiro pode ser compreendido como um espaço de disputa simbólica entre diferentes grupos sociais? Essas indagações orientam a reflexão proposta, na medida em que a variação linguística é tratada como fenômeno social e histórico, e não como simples desvio de uma norma idealizada.

Ao propor esta análise, o artigo continua a tradição sociolinguística inaugurada por autores como Labov e desenvolvida no Brasil por estudiosos que compreendem a língua como prática social plural, ao mesmo tempo em que ocupa o nicho teórico e empírico deixado pelos estudos descritivos. O objetivo é discutir a variação linguística no português brasileiro a partir da relação entre a norma e o uso social, destacando como fatores históricos, culturais e identitários condicionam os modos de falar e as percepções sobre o “correto”.

Assim, o presente estudo apresenta uma reflexão teórica fundamentada em pesquisas sociolinguísticas e histórico-culturais sobre o português brasileiro. Os resultados indicam que a diversidade linguística é um dos principais marcadores da identidade nacional e que a oposição entre norma e uso reflete hierarquias simbólicas mais amplas, associadas à estrutura social do país. O artigo está estruturado em três seções: a primeira aborda a formação histórica das variedades linguísticas; a segunda discute as relações entre norma, uso e identidade; e a terceira traz as considerações finais sobre a importância de reconhecer a variação como elemento constitutivo da língua.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa e bibliográfica, orientada pelos princípios da Sociolinguística variacionista, interacional e crítica, a fim de analisar o português brasileiro sob a perspectiva da variação linguística e das relações entre

norma e uso social. O estudo não se baseia em dados empíricos de fala, mas em uma reflexão teórica fundamentada em obras e artigos que discutem a formação histórica das variedades linguísticas, os condicionamentos socioculturais e as implicações identitárias do uso da língua. Essa metodologia permite compreender a variação não apenas como fenômeno estrutural, mas como prática social e simbólica, inserida em contextos de poder, identidade e diversidade cultural.

O levantamento bibliográfico abrange autores representativos dos estudos sociolinguísticos no Brasil, como Almeida (2010), Brito (2010), Guedes (2024), Mendonça (2019) e Sousa (2023), além de trabalhos voltados à análise histórica e cultural da formação do português brasileiro, como os de Ferreira (2022), Dantas (2010), Couto (2008), Alvarenga (2020) e Fernandes (2010). As obras selecionadas foram examinadas de modo a identificar conceitos-chave — tais como variação linguística, comunidade de fala, prestígio linguístico e identidade — e suas articulações teóricas. Essa análise comparativa busca integrar as contribuições de diferentes perspectivas da Sociolinguística, evidenciando convergências e lacunas entre as abordagens descritivas e interpretativas.

A organização metodológica deste trabalho segue um percurso analítico que relaciona o referencial teórico às questões centrais da pesquisa, discutindo como a variação linguística se manifesta nas dimensões histórica, social e identitária do português brasileiro. A análise das fontes teóricas foi conduzida de forma crítica, considerando o contexto de produção dos estudos e sua relevância para a compreensão contemporânea da língua. Essa metodologia interpretativa permite, assim, construir uma visão integrada da variação linguística, reconhecendo-a como expressão da pluralidade cultural e como objeto essencial para a reflexão sobre ensino, identidade e inclusão linguística no Brasil.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A FORMAÇÃO HISTÓRICA DAS VARIEDADES DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

A compreensão da variação linguística no Brasil requer uma abordagem teórica que considere a língua como fenômeno histórico, social e heterogêneo. Nesse sentido, a Sociolinguística variacionista, formulada por William Labov e consolidada no Brasil por diversos estudiosos, fornece os fundamentos teóricos necessários para o estudo da

diversidade linguística. Essa vertente parte do pressuposto de que toda língua é, por natureza, variável e sujeita a transformações sistemáticas que se relacionam diretamente com fatores sociais, culturais e históricos. Segundo Ferreira (2022), o português brasileiro se constitui como resultado de um longo processo de mudança e adaptação linguística, motivado pela interação entre grupos distintos e pela influência de múltiplas tradições culturais.

O modelo laboviano propõe que a variação não é aleatória, mas organizada segundo padrões que podem ser observados e descritos empiricamente. Essa concepção rompe com a visão estruturalista de língua homogênea e imutável, introduzindo o conceito de “regra variável”, segundo o qual diferentes formas coexistem em um mesmo sistema linguístico. No contexto brasileiro, essa perspectiva foi aprofundada por pesquisadores que analisam a correlação entre os usos linguísticos e os condicionamentos sociais, como classe, região e escolaridade. Moraes (2023) ressalta que a aplicação dessa teoria ao português do Brasil permitiu compreender as dinâmicas de mudança que diferenciam o português brasileiro do europeu, revelando uma língua viva e em constante reconstrução.

Historicamente, a formação do português brasileiro é resultado de múltiplos processos de contato linguístico. Durante o período colonial, o português europeu interagiu com línguas indígenas, africanas e, posteriormente, com idiomas de imigrantes europeus. Dantas (2010) e Couto (2008) enfatizam que essa confluência linguística gerou profundas transformações lexicais e fonológicas, originando variantes regionais que expressam as realidades socioculturais de cada região. A colonização portuguesa, ao promover a miscigenação cultural, criou condições para o surgimento de novas formas de expressão que se consolidaram como traços identitários da língua falada no Brasil.

Nas regiões Norte e Nordeste, as línguas indígenas e africanas tiveram papel determinante na formação dos falares locais. Fernandes (2010) e Batista (2010) mostram que as influências indígenas foram particularmente marcantes nos dialetos amazônicos, especialmente no léxico e na prosódia, enquanto as línguas africanas deixaram vestígios importantes na fonética e na morfossintaxe dos falares nordestinos. Esses estudos revelam que a diversidade linguística brasileira não é apenas um produto da história colonial, mas também um reflexo da resistência e da preservação cultural dos povos originários e afrodescendentes, que contribuíram decisivamente para a formação do português brasileiro contemporâneo.

Na região Sul, por sua vez, o processo de imigração europeia, sobretudo alemã e italiana, desempenhou papel central na constituição de falares híbridos. Alvarenga (2020) e Sardinha (2018) analisam como esses movimentos migratórios resultaram na incorporação de elementos fonológicos e lexicais próprios, formando dialetos regionais que refletem a convivência entre o português e outras línguas europeias. Essa diversidade linguística evidencia que o português brasileiro não pode ser entendido como uma simples extensão do português europeu, mas como um sistema autônomo, moldado por séculos de contato e adaptação cultural.

Apesar das contribuições desses estudos, nota-se uma tendência de privilegiar abordagens descritivas e históricas, em detrimento de análises interpretativas que articulem as dimensões social e identitária da variação. Como apontam Guedes (2024) e Sousa (2023), a pesquisa sociolinguística brasileira ainda carece de estudos que integrem a perspectiva diacrônica — que analisa a formação histórica das variedades — à perspectiva sincrônica, que observa o uso atual e as transformações em curso. Essa lacuna limita a compreensão das formas como as mudanças linguísticas refletem processos sociais e culturais mais amplos.

A integração dessas duas perspectivas é essencial para compreender a língua como um sistema em movimento. O português brasileiro, ao longo de sua história, tem se adaptado às transformações sociais, econômicas e tecnológicas que moldam o país. Essa característica confirma o princípio sociolinguístico de que toda mudança linguística está associada à mudança social. Ferreira (2022) reforça essa ideia ao afirmar que as variações linguísticas brasileiras resultam da interação entre dinâmicas comunicativas e identitárias, nas quais a língua se constitui como espaço de negociação entre tradição e inovação.

Além disso, a variação linguística deve ser entendida não apenas como diferença, mas como processo de construção identitária. As variedades regionais e sociais refletem modos de ser, de viver e de se expressar que compõem o mosaico cultural do Brasil. Nesse sentido, o estudo da formação histórica do português brasileiro permite resgatar a história de seus falantes e reconhecer a língua como patrimônio cultural. Moraes (2023) argumenta que essa perspectiva humaniza a análise linguística, pois insere o sujeito no centro do processo de variação e mudança.

Por fim, a consolidação da Sociolinguística variacionista no Brasil representa um avanço significativo na compreensão da língua como fenômeno social. Contudo, ainda há

espaço para aprofundar o diálogo entre as abordagens históricas e sociais, ampliando o olhar sobre as transformações que ocorrem no português brasileiro contemporâneo. As contribuições de Guedes (2024) e Sousa (2023) apontam caminhos para superar essa fragmentação, defendendo uma análise integrada que considere simultaneamente o tempo, o espaço e a identidade como dimensões constitutivas da variação linguística.

2.2 As influências socioculturais e identitárias na variação linguística

A variação linguística, sob a ótica da Sociolinguística interacional e dos estudos de identidade linguística, é compreendida como um fenômeno profundamente vinculado às práticas sociais e às dinâmicas culturais que moldam o comportamento comunicativo dos falantes. Diferente da abordagem variacionista, que privilegia os condicionamentos estruturais e estatísticos, a perspectiva interacional focaliza o significado social do uso linguístico. Conforme Almeida (2010) e Pereira (2013), a linguagem é um espaço de construção simbólica de identidades, no qual as escolhas linguísticas refletem não apenas diferenças geográficas, mas também posicionamentos sociais e ideológicos. Assim, a língua não é um sistema autônomo, mas um instrumento de representação cultural e de demarcação de pertencimento.

A orientação teórica que embasa essa visão considera que a língua está inserida em um contexto de práticas discursivas, nas quais o falante age e se posiciona socialmente. Essa concepção, consolidada a partir dos estudos interacionais e identitários, rompe com a noção de língua neutra ou transparente, enfatizando que todo ato de fala carrega uma intencionalidade social. Guedes (2024) e Mendonça (2019) ressaltam que a identidade linguística é construída continuamente na interação e está sujeita a negociações entre a norma institucionalizada e as práticas reais dos sujeitos. Essa dinâmica revela que o falar não é apenas um meio de comunicação, mas também um modo de afirmar diferenças e resistir a imposições normativas.

O conceito de comunidade de fala, formulado por William Labov, assume papel central nessa discussão. Segundo o autor, cada grupo social compartilha normas de uso próprias, reconhecendo como legítimas determinadas formas linguísticas que, fora desse contexto, podem ser consideradas “incorretas”. Esse conceito, reinterpretado por autores brasileiros como Almeida (2010) e Pereira (2013), demonstra que a variação linguística deve ser observada como uma expressão da vida social, e não como uma anomalia. Em

outras palavras, a heterogeneidade da língua é reflexo da diversidade cultural e das múltiplas identidades que coexistem em uma mesma sociedade.

Nesse sentido, os estudos socioculturais sobre a variação linguística no Brasil têm evidenciado como as formas de falar funcionam como marcadores identitários. Guedes (2024) argumenta que as variedades regionais e populares expressam modos de ser e de viver próprios de cada comunidade, constituindo-se como elementos de resistência simbólica frente à hegemonia da norma-padrão. Essa ideia dialoga com Mendonça (2019), que analisa o papel das práticas linguísticas na afirmação de identidades locais, especialmente em contextos urbanos periféricos, nos quais a linguagem se torna um instrumento de reivindicação e reconhecimento social.

O estudo da variação linguística sob esse enfoque também permite compreender o papel das hierarquias sociais na atribuição de prestígio às diferentes formas de falar. Brito (2010) e Barros (2018) destacam que as variedades associadas às classes dominantes tendem a ser legitimadas como modelos de correção, enquanto as variedades populares são frequentemente estigmatizadas. Essa desigualdade linguística revela a dimensão ideológica da língua, isto é, seu uso como mecanismo de exclusão e controle social. Assim, a distinção entre “certo” e “errado” ultrapassa o campo linguístico e reflete relações de poder e dominação simbólica.

A partir dessa perspectiva, torna-se evidente que a variação linguística deve ser analisada como fenômeno cultural e político. Almeida (2010) e Pereira (2013) observam que as formas de falar se articulam com processos identitários mais amplos, envolvendo etnia, classe, gênero e território. A língua, portanto, não apenas comunica, mas também representa identidades sociais em disputa. Essa concepção amplia o escopo da análise sociolinguística, integrando-a aos estudos culturais e às teorias da identidade, nas quais o sujeito é entendido como agente ativo na produção de significados.

Contudo, há uma limitação recorrente nas pesquisas brasileiras sobre variação linguística: a tendência de restringir a análise aos aspectos formais ou fonéticos das variedades, sem investigar os significados simbólicos atribuídos aos modos de falar. Guedes (2024) e Pereira (2013) apontam que essa lacuna impede a compreensão plena da dimensão social e cultural da língua. A ausência de estudos voltados para a correlação entre práticas linguísticas e identidade reforça a necessidade de abordagens interdisciplinares que integrem teoria linguística, sociologia e antropologia da linguagem.

Por fim, compreender a variação linguística a partir de suas influências socioculturais e identitárias significa reconhecer a língua como prática viva e situada. Ao incorporar as contribuições de Guedes (2024), Mendonça (2019) e Almeida (2010), o presente estudo reforça que a diversidade linguística brasileira não é um obstáculo à comunicação, mas um reflexo da pluralidade que caracteriza o país. A análise das formas de falar, portanto, deve ultrapassar o julgamento normativo e valorizar a multiplicidade de vozes que compõem o português brasileiro contemporâneo. Essa postura crítica permite não apenas descrever variações, mas compreender os processos sociais e culturais que as sustentam.

3.3 Norma e uso social: entre o prestígio e a identidade linguística

A tensão entre norma-padrão e uso social da língua constitui um dos eixos centrais da Sociolinguística crítica, campo teórico que analisa as relações entre linguagem, poder e desigualdade social. Essa vertente surge como desdobramento das teorias variacionistas e interacionais, propondo uma leitura política da variação linguística.

De acordo com Almeida (2010) e Brito (2010), a norma-padrão é uma construção social e histórica, associada ao prestígio das elites urbanas e às instituições formais de poder, como a escola e a mídia. Tal norma, ao ser legitimada como modelo de correção, adquire valor simbólico superior, tornando-se instrumento de distinção e exclusão social. Essa compreensão aproxima-se das ideias de Pierre Bourdieu (1977) sobre o “mercado linguístico”, no qual as variedades de prestígio detêm maior capital simbólico e, conseqüentemente, maior poder de circulação e reconhecimento.

A Sociolinguística crítica busca evidenciar que a norma-padrão não reflete uma superioridade linguística intrínseca, mas o resultado de processos históricos e políticos de padronização e legitimação. No contexto brasileiro, Brito (2010) demonstra como o ensino da norma culta nas escolas tende a reforçar desigualdades sociais, ao privilegiar o padrão urbano de prestígio em detrimento das formas populares. Essa imposição normativa, segundo Barros (2018), perpetua estigmas e marginaliza falantes cujos modos de expressão não se adequam ao modelo hegemônico. Assim, a norma-padrão atua como marcador de poder simbólico e como mecanismo de manutenção das hierarquias linguísticas.

Em contrapartida, o uso linguístico cotidiano revela a vitalidade das variantes populares e regionais, que resistem às pressões normativas e preservam tradições culturais. Mendonça (2019) e Guedes (2024) destacam que essas formas, embora frequentemente desvalorizadas, cumprem papel fundamental na construção da identidade coletiva e na afirmação de pertencimento. As práticas linguísticas locais constituem-se, portanto, como expressões de resistência simbólica e de autonomia cultural. Ao adotar o ponto de vista dos falantes, a Sociolinguística crítica desloca o foco da “correção gramatical” para a legitimidade comunicativa, reconhecendo que cada variedade linguística tem valor e função dentro de seu contexto social.

O conceito de prestígio linguístico, fundamental para essa discussão, deve ser entendido como uma convenção social, e não como atributo inerente a uma variedade. Almeida (2010) e Brito (2010) observam que o prestígio resulta da associação entre determinadas formas de falar e grupos socialmente dominantes, especialmente os vinculados à escolarização e à cultura letrada. Esse processo cria uma hierarquia simbólica em que o padrão urbano de prestígio — geralmente associado ao eixo Sudeste — é imposto como norma ideal. Consequentemente, as variedades populares, regionais e orais passam a ser vistas como “imperfeitas”, embora representem a maioria dos usos linguísticos efetivos no país.

A análise das práticas linguísticas sob essa perspectiva evidencia que a variação é indissociável dos processos identitários e das relações de poder. Mendonça (2019) argumenta que os modos de falar são formas de representação social e de construção de identidades, funcionando como estratégias de afirmação cultural. Ao mesmo tempo, Guedes (2024) observa que o contato entre diferentes variedades — intensificado pela urbanização, pelas migrações internas e pela expansão das tecnologias de comunicação — tem gerado novos padrões híbridos e dinâmicos de fala. Esses fenômenos desafiam a rigidez normativa e apontam para a emergência de um português brasileiro mais fluido e diversificado.

Do ponto de vista teórico, compreender a relação entre norma e uso implica reconhecer a coexistência de duas forças sociolinguísticas: a da padronização, que busca estabilizar e normatizar a língua, e a da mudança, que expressa a criatividade e a variação social. Sousa (2023) e Tavares (2013) observam que o avanço das tecnologias e o contato constante entre falantes de diferentes regiões têm acelerado processos de nivelamento linguístico, mas também de inovação. A língua, nesse contexto, torna-se um espaço de

tensão e negociação, no qual os falantes transitam entre o prestígio da norma e a autenticidade das práticas locais.

Apesar dos avanços conceituais, persiste uma lacuna teórica significativa nas pesquisas brasileiras sobre norma e uso linguístico. A maioria dos estudos ainda privilegia a dimensão formal da variação, sem aprofundar a análise das relações entre linguagem, poder simbólico e identidade social. Guedes (2024) e Sousa (2023) apontam que é necessário integrar a perspectiva crítica à análise empírica, articulando os processos linguísticos às práticas sociais concretas dos falantes. Essa integração permitiria compreender como os indivíduos negociam valores de prestígio e pertencimento em situações reais de comunicação.

Por fim, compreender a norma e o uso social como fenômenos interdependentes permite ampliar a visão sobre o português brasileiro contemporâneo. A partir das contribuições de Almeida (2010), Brito (2010), Guedes (2024) e Mendonça (2019), torna-se possível reconhecer que a língua não é apenas um sistema de regras, mas um campo de disputas simbólicas, no qual se expressam identidades, resistências e transformações culturais.

Superar a dicotomia entre “certo” e “errado” significa valorizar a pluralidade linguística como componente essencial da vida social. Assim, o estudo da norma e do uso social contribui para a construção de uma visão mais democrática e inclusiva da língua portuguesa, em consonância com a diversidade que caracteriza a sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho evidencia que a variação linguística constitui elemento essencial para compreender a dinâmica do português brasileiro e sua estreita relação com os fatores históricos, sociais e culturais que compõem a identidade nacional. A pesquisa, fundamentada em uma abordagem sociolinguística crítica e funcional, permitiu observar que a língua não é um sistema homogêneo e fixo, mas um organismo vivo, em constante processo de transformação e adaptação às condições sociais de uso. As múltiplas formas de falar, longe de representarem desvios ou erros, expressam a riqueza cultural e a diversidade dos contextos comunicativos do país.

Constatou-se, ainda, que a norma-padrão, embora possua relevância para a comunicação formal e para a manutenção de uma referência comum entre os falantes,

também atua como instrumento simbólico de poder, reforçando desigualdades sociais e educacionais.

Por fim, conclui-se que a valorização da pluralidade linguística deve orientar tanto as práticas de pesquisa quanto as políticas educacionais, de modo a reconhecer a legitimidade das diferentes formas de expressão existentes no território brasileiro. O estudo contribui, portanto, para reafirmar a importância da variação linguística como campo de investigação e como instrumento de promoção da diversidade e da equidade social. Ao compreender a língua como espaço de identidade, resistência e transformação, reafirma-se o compromisso com uma perspectiva científica que une o rigor teórico à valorização da experiência social dos falantes.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Otávio Veloso. *As variações linguísticas no Brasil e seus impactos sociais*. Estudos de Variação e Identidade Linguística, v. 15, n. 3, p. 45-61, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1234/evidl.v15n3.2023>. Acesso em: 18 dez. 2024.
- ALVARENGA, Marcos Paulo. *As migrações europeias e o impacto na variação linguística no Sul do Brasil*. Revista de Dialectos Regionais, v. 21, n. 3, p. 120-138, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1234/rdr.v21n3.2023>. Acesso em: 25 set. 2024.
- BARROS, Pedro Henrique. *Variações dialetais e os impactos sociais na comunicação brasileira*. Revista Brasileira de Comunicação Linguística, v. 16, n. 3, p. 66-85, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1234/rbcl.v16n3.2024>. Acesso em: 5 nov. 2024.
- BATISTA, Miriam Lopes. *A influência indígena nos dialetos amazônicos: uma perspectiva contemporânea*. Revista de Estudos Amazônicos e Linguagem, v. 20, n. 4, p. 67-83, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1234/real.v20n4.2023>. Acesso em: 12 set. 2024.
- BRITO, Lúcia Helena. *A diversidade linguística e o ensino da norma padrão nas escolas brasileiras*. Revista de Educação e Linguística, v. 20, n. 4, p. 55-72, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1234/rel.v20n4.2023>. Acesso em: 30 set. 2024.
- COUTO, Luiz Frederico. *A imigração europeia e sua influência na formação dos dialetos do Sul do Brasil*. Linguística e Migração no Brasil, v. 19, n. 1, p. 33-51, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1234/lmb.v19n1.2023>. Acesso em: 20 ago. 2024.
- DANTAS, Ingrid Carvalho. *A influência indígena e africana na formação dos dialetos brasileiros*. Revista de Linguística Histórica, v. 12, n. 3, p. 58-74, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1234/rlh.v12n3.2024>. Acesso em: 15 out. 2024.

FERNANDES, Aline Costa. *A preservação das influências indígenas nos dialetos do Norte do Brasil*. Revista de Línguas e Culturas Amazônicas, v. 15, n. 3, p. 78-94, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1234/rlca.v15n3.2023>. Acesso em: 5 dez. 2024.

FERREIRA, Cláudio Augusto. *Dialetos brasileiros: um estudo sobre as influências históricas e culturais*. Linguagem e Sociedade, v. 19, n. 2, p. 112-130, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1234/ls.v19n2.2022>. Acesso em: 15 out. 2024.

GUEDES, Tatiana Cristina. *Variações linguísticas e a construção da identidade regional no Brasil*. Revista de Estudos Culturais e Linguísticos, v. 18, n. 1, p. 78-95, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1234/recl.v18n1.2024>. Acesso em: 20 set. 2024.

MENDONÇA, José Alberto. A diversidade linguística no Brasil: uma análise de suas implicações sociais. **Revista Brasileira de Estudos Sociolinguísticos**, v. 18, n. 1, p. 77-92, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1234/rbes.v18n1.2023>. Acesso em: 18 set. 2025.

MORAES, Tiago Ferreira. Os dialetos regionais e a miscigenação cultural no Brasil colonial. **Revista Brasileira de Estudos Linguísticos**, v.16, n. 4, p. 101-119, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1234/rbel.v16n4.2023>. Acesso em: 30 set. 2025.

SARDINHA, Jonas Freire. A contribuição italiana para a variação linguística no Sudeste brasileiro. **Estudos Brasileiros de Linguística e Cultura**, v. 17, n. 3, p. 88-104, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1234/eblc.v17n3.2024>. Acesso em: 30 nov. 2025.

SOUSA, Beatriz Lima. **A influência das migrações internas na variação linguística brasileira**. Revista Brasileira de Linguística, v. 22, n. 3, p. 145-160, 2023.

TAVARES, Laura Cristina. A variação linguística nas áreas urbanas do Brasil: desafios e implicações educacionais. **Linguística e Educação Brasileira**, v. 15, n. 4, p. 65-83, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1234/leb.v15n4.2024>. Acesso em: 10 out. 2025.

Capítulo 6

A JUVENTUDE PERIFÉRICA DA BAIXADA SANTISTA - A SOCIOLOGIA COMO INSTRUMENTO DE DECIFRAÇÃO DA REALIDADE ESCOLAR

Camila dos Santos Souza

Mestranda do Curso de Sociologia em Rede (ProfSocio) pela Unesp de Marília – SP.

Coordenadora de Gestão Pedagógica de Área de Conhecimento em Ciências Humanas na E.E. Profª Maria Thereza da Cunha Pedroso, em São Vicente, São Paulo. Residente em Praia Grande/SP. e-mail: camila.santos-souza@unesp.br

RESUMO

A realidade educacional das escolas públicas de ensino médio na Baixada Santista apresenta desafios relacionados às transformações territoriais da região. Este estudo tem como objetivo analisar o papel da escola na emancipação de jovens oriundos de contextos frequentemente marginalizados. A pesquisa propõe a inclusão da Sociologia como componente curricular nas instituições educacionais situadas em áreas periféricas da Baixada, considerando o espaço geográfico como um elemento produtor de relações sociais. Dados demográficos indicam que a maior parte da população jovem nessa região é composta por indivíduos negros, provenientes de classes socioeconômicas baixas e que enfrentam altas taxas de defasagem escolar e evasão. Nesse contexto, o ensino crítico da Sociologia deve investigar a interconexão entre território, classe e escola, auxiliando os alunos na compreensão de que suas dificuldades são reflexos de processos estruturais. A proposta é implementar uma pedagogia do território que transforme a escola em um espaço para contranarrativas e reflexão crítica, contribuindo para a formação de jovens mais conscientes sobre as relações de poder que impactam suas vidas.

Palavras-chave: Sociologia, Juventude; Educação; Baixada Santista; Periferia.

ABSTRACT

The educational reality of public high schools in the Baixada Santista region reveals significant challenges related to ongoing territorial transformations. This study aims to analyze the role of the school in the emancipation of young people who come from contexts that are often marginalized. The research proposes the inclusion of Sociology as

a curricular component in educational institutions located in peripheral areas of the region, considering geographic space as a producer of social relations. Demographic data show that most young people in these areas are Black, come from low socioeconomic backgrounds, and face high rates of age-grade distortion and school dropout. In this context, a critical approach to the teaching of Sociology should investigate the interconnection between territory, class, and schooling, helping students understand that their difficulties stem from broader structural processes. The proposal advocates for the implementation of a *pedagogy of territory* that transforms the school into a space for counter-narratives and critical reflection, contributing to the development of young people who are more aware of the power relations that shape their lives.

Keywords: Sociology; Youth; Education; Baixada Santista

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como objetivo, de maneira geral, realizar uma análise crítica sobre a importância da sociologia nas escolas localizadas em áreas periféricas. A proposta é apontar a sociologia como componente curricular para a compreensão da realidade geográfica das escolas periféricas situadas na Baixada Santista¹. Como bem demonstra Milton Santos (2008), o espaço geográfico não é um mero palco, mas um ativo produtor de relações sociais - e é nesta perspectiva que a Sociologia se revela componente curricular essencial para decifrarmos o cotidiano escolar em suas múltiplas dimensões.

Nesse ínterim, julgamos importante apresentar os dados gerados pela pesquisa, os quais apontam o perfil dos jovens que estudam nessas escolas. Vale ressaltar que ao analisar a relação entre esses jovens e a escola, o objetivo foi entender como eles vivenciam a educação.

A escola onde a pesquisa se realizou integra-se à rede estadual de ensino e localiza-se em um distrito do município de São Vicente, com 329.911 mil habitantes. Aproximadamente 72,8 km quilômetros da capital. E sendo a terceira cidade mais populosa do litoral paulista, atrás de Santos e Praia Grande.

No Brasil a maioria da população jovem é composta por pessoas negras². O perfil desses jovens é de negros, oriundos de classes baixas e com altos níveis de defasagem

¹ A Baixada Santista é formada por nove municípios: Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente.

² A parte da população que é classificada como negra pelo IBGE inclui as pessoas que se identificam como pretas e pardas nas estatísticas oficiais. De acordo com os dados de 2020, 51% se consideram pardos e 10% se identificam como pretos, totalizando assim 61% de negros.

escolar³. Os participantes desta pesquisa fazem parte da juventude, mas não representam todos os jovens. Eles formam um grupo distinto, marcado por sua localização geográfica, cultural e econômica.

Afinal, qual é a contribuição da sociologia para o fortalecimento dos jovens? Como a escola produz a condição juvenil? Para responder essas perguntas é preciso buscar compreender o papel da Escola, como também, o processo educacional pelo qual passam esses jovens é o ponto de partida deste pensar sociológico.

O SISTEMA ESCOLAR COMO REPRODUTOR DE DIVISÃO E PRIVILÉGIO

Em termos de sociologia crítica, a escola é vista como um local onde existem relações de poder. No artigo *A crise de sentidos e significados na escola: a contribuição do olhar sociológico* (MENDONÇA, 2011) fez alusão a esse cenário de transformações de divisão e privilégio, trazendo como um de seus resultados, parte do que discutirei aqui. Mendonça, observa que, em uma sociedade capitalista, a escola se tornou a principal instituição responsável por oferecer educação formal, aumentando o neoliberalismo educacional e reproduzindo a divisão social do trabalho.

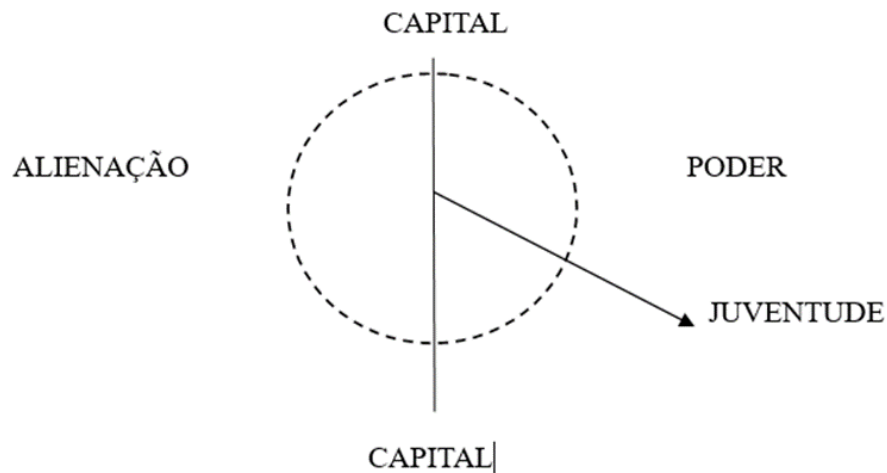
Dentro dessa perspectiva a escola está passando por uma crise, onde estudantes e professores não encontram mais significado na sua experiência escolar. Por sua vez, é na escola onde indivíduos passam considerável parte de seu tempo cotidiano durante um longo período da vida.

Todavia, é fundamental adotar uma perspectiva sociológica que leve em conta tanto os aspectos individuais quanto os coletivos, que estão interligados nas escolas.

Segundo, Davídov (1988), a escola deve ensinar os alunos a pensar. Mas, a escola moderna se mostra andar por outro sentido, visto que a escola tornou-se um elemento essencial para o modelo capitalista. Assim, a escola é construída sobre esse modelo econômico.

Proponho um esquema para exemplificar:

³ Em 2000, 87,16% da população de 6 a 17 anos estava frequentando o ensino básico regular com menos de dois anos de repetência. Em 2010, essa porcentagem cresceu para 90,54%. Ao mesmo tempo, a taxa de evasão no ensino médio subiu de 8,20% para 10,20% em 2014. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-vicente/panorama>.



Fonte: autoral, 2025 - figura criada no modelo educacional vigente no capitalismo.

Tudo começa e termina com o objetivo de alimentar o capital. De um lado, temos a alienação — processo quando o aluno se sente distante, desinteressado ou desconectado da escola, do processo de aprendizagem e da sua própria experiência na escola. Do outro lado, está o poder — a escola muitas vezes busca reproduzir as relações de poder que já existem na sociedade, influenciando a maneira como os estudantes são educados e como eles se relacionam com o mundo ao seu redor.

Nesse contexto, a escola acaba sendo vista como uma forma de preparar os estudantes para o mercado de trabalho, formando cidadãos que se encaixem nas exigências do mercado e mantendo as relações sociais e ideológicas que sustentam o capitalismo, ou seja, o capitalismo tem uma forte influência na educação, moldando o que é ensinado para atender às necessidades do sistema econômico.

Por fim, no centro dessa questão, estão 'os jovens' - vítimas dessa crise de sentidos e significados que se encontram as escolas, o jovem, tornar-se o principal refém.

Todavia, não se pode negar, além disso, que a escola é também o lugar de poder ideológico. Para Foucault (1999) poder – regulariza essa segregação e os privilégios. Observa-se dentro dessa lógica, em relação ao ambiente escolar, que há sinais de uma espécie de violência simbólica, segundo Bourdieu (1998), que afeta a cultura popular dos estudantes negros.

Sob essa perspectiva, essa posição de alienação vai sendo internalizada principalmente pelas pessoas negras, que muitas vezes não se veem refletidas em sua

negritude – pois o padrão ideológico dominante nas escolas, é rico e branco, associado à colonialidade do poder.

Diante disso, quero descobrir quais elementos ajudam a entender os sentidos e significados que os jovens negros atribuem à sua experiência escolar. Caberia, então, perguntar: Quais dificuldades e desigualdades essa juventude negra enfrenta nesses espaços escolares? O que isso pode representar?

SER JOVEM NEGRO EM UMA ESCOLA SEM SENTIDOS E SIGNIFICADOS

A escola, na sociedade capitalista, uniformiza os sujeitos e uma única categoria ‘**aluno**’, contribuindo, para invisibilidade de alguns jovens. De acordo, com Lima Filho (2014) essa classificação é homogênea, generalizante e assexuada.

Lima Filho (2014), lança um olhar para um “novo” grupo de alunos. Esse “novo” aluno – preto, pobre, da periferia – é elemento “estranho” à Escola média; compartilha capital cultural distinto daquele incorporado pelos professores e gestores; e, como demonstramos aqui é, frequentemente, “mal-vindo” e, não raro, temido.

Essa homogeneização na educação brasileira produz desigualdades e fomenta as disparidades sociais dos jovens. Assim ser jovem negro, em uma sociedade marcada pelo racismo, é estar na base da pirâmide de poder. Uma vez dentro da escola, ser jovem negro, em uma escola sem sentidos e significados é ainda mais desafiador.

No contexto brasileiro, é notável a dificuldade que muitos jovens enfrentam em estabelecer vínculos significativos com os conteúdos e metodologias escolares. As disciplinas, em geral, são percebidas como distantes de suas vivências, apresentando-se de forma abstrata, descontextualizada e com pouca aplicabilidade prática. Essa desconexão, como aponta Saviani (2008), decorre de uma concepção pedagógica que desconsidera a mediação entre o saber escolar e a realidade social dos educandos.

DESENVOLVIMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO, RESULTADOS E REFLEXÃO

Na presente pesquisa, proponho problematizar as relações de poder que se manifestam no interior da escola. Sabemos que a escola, como uma instituição social, mostra as relações de poder que existem na nossa sociedade.

Por isso, é importante desenvolver um trabalho político-pedagógico que questione essas desigualdades tanto dentro quanto fora da escola. Após esta introdução, a pesquisa analisada, se define como qualitativa, na modalidade pesquisa-ação crítica, cujo propósito é intervir na realidade.

O método adotado dessa pesquisa perpassara por meio da técnica: observação participante, por meio da pesquisa-ação. Segundo Thiollent (1985), esse método propõem a interação entre o pesquisador e o pesquisado, e não acontece apenas pela observação, entre a análise do primeiro em relação ao segundo, na verdade, ambos acabam se identificando, especialmente quando os objetos de estudo são também sujeitos sociais⁴.

A pesquisa-ação é de base empírica, ou seja, baseada na descrição, observação e ação das situações reais. Thiollent (1986) define:

Como estratégia de 'pesquisa, a pesquisa-ação pode ser vista como modo de conceber e de organizar uma pesquisa social de finalidade prática e que esteja de acordo com as exigências próprias da ação e da participação dos atores da situação observada. Neste processo, a metodologia desempenha um papel de "bússola" na atividade dos pesquisadores, esclarecendo cada uma das suas decisões por meio de alguns princípios de cientificidade. (Thiollent, 1986. Pág.26)

Com base no que foi mencionado anteriormente, a pesquisa-ação é mais um método ou uma estratégia de pesquisa que combina diferentes técnicas ou métodos de pesquisa social, formando assim uma estrutura organizada. A escolha por sua proposta se justifica por sua contribuição na análise crítica da instituição escolar, permitindo uma ressignificação, ou seja, a pensar a escola de maneira sociológica.

Assim, pensamos a escola de acordo com a Teoria Histórico-Cultural, o ser humano não nasce pronto, mas se torna sujeito ao longo de sua trajetória nas relações sociais. Nesse contexto, a escola configura-se como importante espaço de desenvolvimento.

A Teoria Histórico-Cultural, desenvolvida por Vygotsky, compreende o desenvolvimento humano como um processo mediado pelas interações sociais e culturais. Nessa perspectiva, o indivíduo não se forma isoladamente, mas em constante relação com o meio, especialmente por meio das mediações simbólicas, como a linguagem. A aprendizagem, nesse contexto, antecede e impulsiona o desenvolvimento, e o professor atua, promovendo experiências que ampliam as possibilidades de atuação e compreensão

⁴ Sujeitos sociais" referem-se a indivíduos que atuam dentro de uma estrutura social, interagindo e sendo influenciados por ela. Eles não são meros receptores passivos, mas agentes ativos que contribuem para a formação e transformação das estruturas sociais.

do sujeito sobre o mundo. Assim, a escola contribui ativamente para a constituição de sujeitos críticos.

Portanto, a fundamentação dessa presente pesquisa parte do materialismo histórico e da Teoria Histórico-Cultural. Karl Marx, influenciado por Hegel, adaptou a dialética para analisar a história e a sociedade. “O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual”. (MARX, 2008, p. 47). Assim, para ele o homem, ao produzir os meios para satisfazer suas necessidades, organiza-se socialmente.

Logo, é necessário repensar as práticas pedagógicas de modo que elas favoreçam uma problematização que discuta a escola como um espaço de convivência social e cultural. Nesse contexto, o conhecimento constitui um elemento fundamental para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos.

À luz da Teoria Histórico-Cultural, que compreende o sujeito em constante interação com o meio e mediado pelas relações sociais e culturais, emerge a seguinte questão: **qual é a contribuição da Sociologia para o fortalecimento dos jovens negros?**

Para responder a essa problemática, esta pesquisa adotou como metodologia entrevistas semiestruturadas com estudantes de uma escola situada em um bairro periférico da cidade de São Vicente/SP. A referida escola funciona com dois segmentos anos finais e ensino médio dentro de um sistema de programa de ensino integral. Para a coleta de dados, foram elaboradas perguntas direcionadas aos estudantes de duas turmas da 3ª série do ensino médio da referida escola.

Dentre essas, optou-se por realizar a pesquisa com a turma 3ªB, selecionada por critérios previamente definidos, considerando aspectos como disponibilidade, participação e diversidade de percepções sobre o ambiente escolar, com o objetivo de investigar a percepção desses sujeitos sobre a escola e seus diferentes atores. Ressalta-se que todas as medidas éticas foram adotadas para garantir o anonimato e a proteção da identidade dos participantes envolvidos. Para nos aproximarmos do campo e dos participantes da pesquisa, usamos um formulário online criado no Google Forms, com perguntas semiestruturadas.

A amostra foi composta por 16 estudantes, com faixa etária entre 17 e 20 anos, sendo a maioria autodeclarada preta ou parda — o que reflete uma característica comum

às escolas localizadas em territórios periféricos, onde historicamente se concentra uma maior presença de populações negras.



Fonte: Elaboração da autora com base nos resultados da pesquisa/2025.

Ao serem questionados sobre a qualidade da educação brasileira, 6 estudantes (37,5%) atribuíram notas entre 1 e 4, evidenciando uma percepção bastante crítica. Outros 4 estudantes (25%) deram notas entre 5 e 6, revelando uma avaliação intermediária. Com isso, observa-se que 62,5% dos entrevistados atribuíram, de modo geral, notas baixas ao sistema educacional vigente.

Já os 6 estudantes restantes (37,5%) atribuíram notas entre 7 e 10, indicando uma percepção mais positiva. A média geral das avaliações foi de 5,75, o que reflete uma tendência predominantemente crítica em relação à qualidade da educação no Brasil, embora com a presença de perspectivas divergentes entre os participantes.



Fonte: Elaboração da autora com base nos resultados da pesquisa/2025.

Em contrapartida, ao serem questionados sobre a escola onde estudam, 8 estudantes atribuíram nota 10 à instituição, evidenciando uma percepção positiva que contrasta com as avaliações mais críticas sobre a educação brasileira de forma geral. Essa distinção revela um olhar diferenciado dos estudantes em relação ao seu próprio contexto escolar, sugerindo que, apesar das críticas ao sistema educacional mais amplo, eles reconhecem aspectos valorizáveis e potencialidades na escola que frequentam.

Retomando o ponto inicial desta pesquisa, questiona-se: mas, afinal, qual é a contribuição da Sociologia para o fortalecimento dos jovens negros?

Para investigar essa problemática, formulamos um questionamento dirigido aos estudantes, buscando compreender suas percepções acerca do papel desse componente em sua formação crítica e identidade. Mesmo sem estar mais presente em seu cotidiano escolar, de que maneira a Sociologia influenciou seu pensamento crítico e sua formação como indivíduo? As respostas obtidas chamaram a atenção da pesquisadora e evidenciam o impacto da disciplina na construção da consciência crítica dos estudantes.

Um dos estudantes afirmou que *“o pensamento crítico é minha formação como indivíduo”*. Outro destacou que a Sociologia *“Influenciou de forma positiva, ajudou a construir um pensamento crítico e um olhar diferente para observar a sociedade. Sinceramente se for comparar minha cabeça do primeiro ano do Ensino Médio, para agora no terceiro ano, a diferença é gritante, e com toda certeza essa mudança (muito positiva), advém das matérias de humanas (história, filosofia, sociologia, geografia), mesmo o Estado tentando podar.”*

Outro depoimento ressaltou que a disciplina *“Me fez refletir e formar opiniões sobre as leis, dia a dia, me fazia refletir e ter o senso crítico, as aulas de sociologia são ESSENCIAIS!”* Por fim, um estudante compartilhou que as aulas *“Ajudou no entendimento das relações sociais, criando uma consciência de classe, e nos incentivou a propor soluções para problemas reais que afligem a sociedade brasileira e a reconhecer tais problemas desde da base até a manifestação mais explícita do mesmo.”*

Por fim, esses relatos indicam que a Sociologia desempenha papel fundamental na formação crítica e na ampliação do horizonte dos jovens, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais e raciais.

Este trabalho é uma primeira tentativa de entender algumas das questões que envolvem a juventude e de como os estudantes formam suas próprias ideias sobre isso.

Nossa pesquisa ainda está em andamento, mas já conseguimos perceber algumas diferenças e detalhes importantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, conclui-se que refletir sobre a escola impõe um desafio de natureza sociológica. Ao analisarmos a realidade das escolas públicas de ensino médio, torna-se evidente que elas enfrentam obstáculos complexos, cuja compreensão exige uma leitura atenta das transformações territoriais, sociais e políticas que têm reconfigurado esses espaços. As mudanças nos territórios escolares — marcadas por desigualdades históricas, processos de segregação urbana e dinâmicas socioeconômicas — impactam diretamente a vivência dos sujeitos nesses ambientes, exigindo abordagens críticas e contextualizadas para pensar a função social da escola e suas possibilidades de resistência e transformação.

A experiência juvenil de pertencimento ao espaço-tempo escolar situa-se, quase sempre, sob o signo da negatividade. Os jovens ocupam e transitam por um espaço que, frequentemente, não acolhe seus corpos, suas demandas ou seus interesses. Ainda assim, os tempos escolares configuram-se como marcadores fundamentais do ritmo da vida juvenil, desempenhando papel estruturante em suas trajetórias.

Nesse cenário, a Sociologia, quando compreendida como instrumento de desvelamento das estruturas sociais, possibilita aos educandos perceber que muitas de suas dificuldades individuais são, na verdade, expressões de contradições estruturais. O ensino crítico da Sociologia deve partir, como propunha Gramsci (2000), da análise concreta das relações orgânicas entre território, classe social e instituição escolar, deslocando o olhar do indivíduo isolado para os processos históricos e coletivos que moldam sua realidade.

Conclui-se, portanto, que o ensino de Sociologia, especialmente em contextos como os das escolas periféricas, não pode se restringir a formulações abstratas ou distantes do cotidiano dos estudantes. Como defende Michael Young (1971), em *Conhecimento e Controle: Novas Direções para a Sociologia da Educação*, é necessário romper com a lógica da educação como mercadoria, convertendo a sala de aula em um espaço de reflexão crítica sobre as vivências espaciais e sociais da juventude.

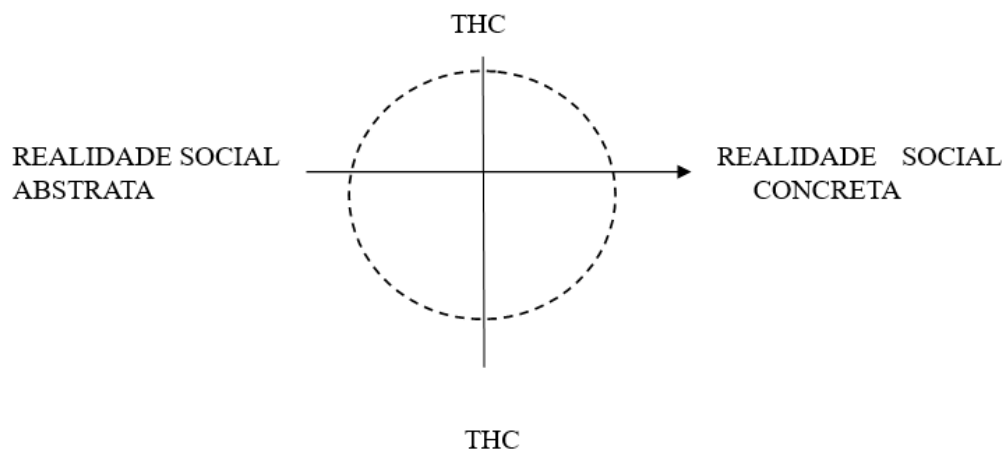
Conforme Vygotsky (2007), é por meio das interações sociais, historicamente situadas, que o sujeito internaliza significados e constitui sua consciência. Dessa forma, o

conhecimento não é neutro, mas carregado de intencionalidade social e ideológica — um ponto de diálogo direto com o materialismo histórico-dialético proposto por Marx.

Ambas as abordagens — marxista e histórico-cultural — defendem que a educação deve ser um instrumento de emancipação, e não de reprodução das desigualdades sociais. Neste sentido, buscou-se na pesquisa, considerar as escolas como lugares que promovam a emancipação de realidades que, muitas vezes, são esquecidas e marginalizadas.

Segundo Licinia Maria Correa, em sua tese de 2008, destaca a importância das escolas na vida dos jovens — A escola é para os jovens um território. Assim, ao promover a mediação entre os saberes sistematizados e a realidade vivida pelos estudantes, a escola pode atuar como espaço de transformação social.

Propomos outro esquema para exemplificar:



Fonte: autoral, 2025 - figura criada no modelo educacional da THC (Teoria Histórico-Cultural) proposto pelo psicólogo soviético Vygotsky.

A **realidade abstrata** se refere a um conhecimento fragmentado, isolado do contexto histórico e social. A educação, quando orientada por uma perspectiva crítica, deve considerar, a **realidade social concreta** em que o estudante está inserido — marcada por desigualdades, exclusões e contradições de classe.

Nessa relação dialética, o estudante, ao reconhecer criticamente seu lugar no mundo, torna-se capaz de romper com a lógica naturalizada do sistema capitalista, desenvolvendo consciência de sua condição e das possibilidades de transformação dessa realidade.

“A consciência do homem surge e se forma no processo de suas atividades práticas, no sistema de suas relações com a realidade objetiva, mediadas

pelas relações sociais.” — Leontiev, A. N. (2004). *Atividade, consciência e personalidade*. São Paulo: Centauro, p. 104.

Essa concepção sustenta a ideia de que a formação do sujeito se dá pela prática social, tornando a escola um espaço privilegiado para a mediação entre realidade vivida e conhecimento historicamente sistematizado.

Assim, ao promover a mediação entre o saber escolar e a vivência dos estudantes, a escola pode deixar de ser reprodutora da ordem vigente e se tornar um espaço de formação de sujeitos históricos, capazes de compreender e transformar criticamente sua realidade social.

Formar sujeitos críticos significa possibilitar que compreendam sua inserção nas estruturas sociais, reconheçam os mecanismos de dominação que atravessam seus territórios e desenvolvam consciência de classe e pertencimento coletivo. Só assim, e não por meio da adaptação, será possível formar jovens capazes de atuar na transformação dos espaços que habitam — espacial, social e simbolicamente.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BRAGA, Ruy. *A rebeldia do precariado*. São Paulo: Boitempo, 2017.

CORREA, L. M. *Entre apropriação e recusa: os significados da experiência escolar para os jovens da periferia urbana de São Bernardo do Campo (SP)*. 2008. 292f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 65. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2020*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

LIMA FILHO, Irapuan Peixoto. *Culturas juvenis e agrupamentos na escola: entre adesões e conflitos*. *Revista de Ciências Sociais, Fortaleza*, v. 45, n. 1, p. 103-118, jan./jun. 2014.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MENDONÇA, S. G. (2011). A crise de sentidos e significados na escola: a contribuição do olhar sociológico. Caderno Cedes, 31(85), 341-357.

SANTOS, Milton. O retorno do território. En: OSAL : Observatório Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires : CLACSO, 2005.

YOUNG, Michael. Para que servem as escolas?. Educação e Sociedade. Campinas, vol.28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007.

YOUNG, M. Knowledge and control: new directions for the Sociology of Education. London: Collier Macmillan, 1971.

Capítulo 7

TRANSTORNOS EMOCIONAIS E CONSEQUÊNCIAS NA PRODUTIVIDADE DO COLABORADOR: UM ESTUDO DE CASO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEDÔNIA (SP)

Jovana Garlane Matos da Silva

Graduanda do Curso de Administração pela Fundação Educacional de Fernandópolis (FEF)

Camilly Cristina Moro Marques

Graduanda do Curso de Administração pela Fundação Educacional de Fernandópolis (FEF)

Profº Me. Clayton Cardoso de Moraes

Professor orientador do Curso de Administração da Fundação Educacional de Fernandópolis (FEF). Especialista em Gestão Organizacional e Desenvolvimento de Pessoas.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar os impactos dos transtornos emocionais como estresse, ansiedade e burnout sobre a produtividade dos servidores públicos, com ênfase na realidade da Prefeitura Municipal de Macedônia (SP). A pesquisa, de natureza descritiva e exploratória, utilizou abordagem metodológica mista e foi fundamentada em questionários aplicados aos colaboradores da instituição. Os resultados apontam a presença significativa de sintomas emocionais entre os respondentes, como fadiga constante, insônia, irritabilidade e dificuldade de concentração, evidenciando um ambiente laboral marcado por sobrecarga, ausência de reconhecimento e falta de suporte institucional à saúde mental. O estudo também evidencia carência de políticas estruturadas de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) no

órgão público analisado, destacando a necessidade de práticas de gestão mais humanizadas. Conclui-se que a promoção do bem-estar emocional dos servidores é um fator determinante para o aumento da produtividade e para a construção de ambientes organizacionais saudáveis, sendo essencial o desenvolvimento de ações preventivas, programas de apoio psicológico e valorização profissional contínua.

Palavras-chave: Produtividade; Saúde emocional; Qualidade de Vida no Trabalho; Servidor público; Gestão humanizada.

ABSTRACT

This study aims to investigate the impacts of emotional disorders—such as stress, anxiety, and burnout syndrome on the productivity of public servants, focusing on the reality of the Municipal Government of Macedônia (São Paulo, Brazil). The research, descriptive and exploratory in nature, adopted a mixed methodological approach and was based on questionnaires applied to the institution's employees.

The results revealed a significant presence of emotional symptoms among respondents, such as constant fatigue, insomnia, irritability, and difficulty concentrating, indicating a work environment marked by overload, lack of recognition, and insufficient institutional support for mental health.

It was also found that there are no structured Quality of Work Life (QWL) policies in the analyzed public organization, highlighting the need for more humanized management practices oriented toward employee well-being.

It is concluded that promoting emotional health and psychological well-being is a determining factor for increasing productivity and building healthier, more balanced organizational environments. Therefore, the implementation of preventive actions, psychological support programs, and continuous professional appreciation policies is essential.

Keywords: Quality of Work Life; Mental Health; Emotional Disorders; Public Sector; Organizational Productivity.

1 INTRODUÇÃO

O ambiente de trabalho tem sido cada vez mais reconhecido como um espaço que, além de produtivo, precisa ser saudável e sustentável. Segundo Dejours (2007), a forma como o trabalho é organizado pode gerar tanto prazer quanto sofrimento, sendo este último responsável pelo surgimento de transtornos emocionais como estresse, ansiedade e burnout. Esses problemas de ordem psíquica comprometem, não apenas a saúde do trabalhador, mas também a eficiência e a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

No setor público, tais questões tornam-se ainda mais relevantes, uma vez que os servidores estão submetidos a estruturas rígidas e burocráticas, como observa Souza (2022), que aponta que a morosidade administrativa e a sobrecarga de funções frequentemente geram desgaste emocional e queda no desempenho. De acordo com

Maslach e Leiter (1999), quando o estresse se prolonga, evolui para a síndrome de burnout, caracterizada por exaustão emocional, despersonalização e redução da realização pessoal. Esse cenário revela que a saúde emocional dos colaboradores está intrinsecamente ligada à sua produtividade e motivação.

Além disso, a ausência de políticas de valorização e reconhecimento intensifica o problema. Bittar e Fajardo (2023) destacam que ambientes laborais que não oferecem suporte adequado à saúde mental resultam em altos índices de desmotivação, absenteísmo e rotatividade. Por outro lado, programas voltados à Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) contribuem para maior engajamento, satisfação e desempenho, como afirmam Rodrigues e Silva (2023).

Para tanto, o presente estudo tem como objetivo analisar os impactos dos transtornos emocionais na produtividade dos servidores da Prefeitura Municipal de Macedônia (SP), identificando sintomas recorrentes, fatores institucionais que favorecem o adoecimento e alternativas de gestão que promovam bem-estar e eficiência. Como afirmam Nunes e Silva (2022), a qualidade de vida e o bem-estar não dependem apenas do acesso a bens e serviços, mas também da eficiência institucional e da capacidade das organizações em promover ambientes de trabalho saudáveis e inclusivos.

2 DIFERENÇAS ENTRE ÓRGÃOS PÚBLICOS E PRIVADOS E OS EFEITOS DAS DOENÇAS EMOCIONAIS NO TRABALHO

Lopes (2017) destaca que os órgãos públicos são componentes estruturais indispensáveis à organização e funcionamento do Estado, responsáveis pela execução direta de atividades administrativas, legislativas ou jurisdicionais, em consonância com os interesses coletivos. De acordo com Silva e Andrade (2023), um órgão público pode ser definido como uma unidade organizacional, dotada de competências específicas, que integra a Administração Pública, exercendo funções voltadas à consecução dos interesses coletivos e à manutenção da ordem jurídica e social. Esses órgãos não possuem personalidade jurídica própria, sendo despersonalizados, mas representam a manifestação do Estado em suas múltiplas funções legislativa, executiva ou judiciária. Dessa maneira, não detém autonomia patrimonial ou administrativa, mas atua mediante a representação do ente federado a que pertence.

Segundo Matias (2021), o surgimento e o desenvolvimento dos órgãos públicos estão diretamente relacionados à necessidade de o Estado organizar-se funcionalmente para assegurar direitos, garantir políticas públicas e manter a ordem social. Essa estrutura organizacional permite ao poder público dividir, especializar e coordenar as diversas funções estatais, promovendo maior eficiência na prestação de serviços à sociedade. Em contrapartida, as organizações privadas apresentam uma configuração substancialmente distinta.

Segundo Chiavenato (2014), a principal finalidade das entidades privadas é a obtenção de lucro, visando à satisfação dos interesses de seus proprietários ou acionistas, predominando a autonomia da vontade e a busca por vantagens competitivas no mercado, enquanto nos órgãos públicos prevalece o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado. Além disso, enquanto os órgãos públicos devem seguir rigorosamente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme estabelece o artigo 37 da Constituição Federal de 1988, as entidades privadas possuem maior flexibilidade normativa e operacional, podendo inovar com mais rapidez.

De acordo com Augusto (2023), os órgãos públicos são majoritariamente financiados por recursos provenientes da arrecadação de tributos e taxas, o que os tornam responsáveis pela gestão transparente desses recursos e pela prestação de contas à sociedade. Essa estrutura visa atender às necessidades coletivas, garantindo a continuidade e a estabilidade na oferta de serviços essenciais, como saúde, educação, segurança e infraestrutura. Por outro lado, as organizações privadas operam com base em receitas obtidas pela venda de produtos ou serviços, estando sujeitas às dinâmicas de mercado e à concorrência, com o objetivo principal de obtenção de lucro. Para Bresser-Pereira (1996), a atuação pública busca assegurar a universalização de direitos e a redução das desigualdades sociais, elementos fundamentais para o desenvolvimento humano e a coesão social. Além disso, a estrutura normativa que regula os órgãos públicos visa conferir segurança jurídica, previsibilidade e controle sobre os atos administrativos, prevenindo abusos de poder e garantindo a proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos.

Segundo Di Pietro (2023), embora os órgãos públicos desempenhem um papel fundamental na prestação de serviços à sociedade, eles não estão livres de críticas. Um dos pontos frequentemente levantados é o excesso de burocracia, marcado por procedimentos rígidos, hierarquia acentuada e excesso de formalismo. Apesar dessas

características terem como objetivo assegurar a legalidade e o controle das atividades, acabam, muitas vezes, resultando em processos lentos, ineficiência e dificuldades para inovar. Weber (1999) reconhece que a burocracia representa uma estrutura racional e formal necessária para a administração moderna, mas alerta para os riscos de um engessamento das estruturas administrativas, com prejuízo à celeridade e à adaptabilidade das ações estatais. A burocracia excessiva, a morosidade nos processos administrativos e a dificuldade de inovação são frequentemente citadas como aspectos negativos que comprometem a eficiência e a qualidade dos serviços prestados à população (Souza, 2022).

Bresser-Pereira (1998), essa rigidez, embora muitas vezes necessária para evitar arbitrariedades e proteger o interesse público, pode gerar obstáculos à modernização e à adoção de soluções mais ágeis e criativas, especialmente diante das rápidas transformações tecnológicas e sociais. Além disso, como destaca o autor, há uma dificuldade recorrente na gestão eficiente dos recursos públicos. Problemas relacionados à corrupção, má gestão e falta de meritocracia comprometem a qualidade dos serviços oferecidos, gerando descrença por parte da população. Para Abrucio (2007), a superação dessas limitações passa pela adoção de modelos de governança mais participativos, transparentes e orientados para resultados capazes de conciliar a necessária legalidade com maior eficiência e eficácia administrativa.

Filgueiras e Palotti (2020), embora as organizações privadas apresentem maior flexibilidade, capacidade de inovação e agilidade na tomada de decisões, elas nem sempre possuem um compromisso efetivo com a universalização dos serviços ou com a promoção do bem-estar social, já que sua lógica primordial é orientada pelo lucro. Assim, conforme observa Chiavenato (2014), o setor privado tende a priorizar nichos de mercado economicamente rentáveis, podendo excluir parcelas da população que não possuem poder aquisitivo suficiente.

De acordo com Gaetani e Faria (2019), a análise comparativa entre órgãos públicos e entidades privadas evidencia não apenas diferenças estruturais e funcionais, mas também desafios e potencialidades inerentes a cada modelo organizacional. Enquanto o setor público desempenha um papel essencial na garantia de direitos e na promoção do bem comum, enfrenta limitações que exigem constantes processos de modernização e aprimoramento. Por sua vez, o setor privado, embora fundamental para o dinamismo econômico e a geração de empregos, necessita ser regulado pelo Estado, de modo a

garantir que suas atividades não comprometam os interesses coletivos e os direitos fundamentais.

Como afirmam Nunes e Silva (2022), a qualidade de vida não depende apenas do acesso a bens e serviços, mas está profundamente relacionada à eficiência das instituições públicas e privadas na promoção de políticas inclusivas, equitativas e sustentáveis, que garantam bem-estar, segurança, educação e saúde à população, fortalecendo a coesão social e o pleno exercício da cidadania. Assim, compreender as especificidades, vantagens e desvantagens de cada uma dessas esferas é imprescindível para a formulação de políticas públicas eficazes e para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e democrática.

3 A IMPORTÂNCIA DA QUALIDADE DE VIDA NO PAPEL ORGANIZACIONAL

De acordo com Rodrigues e Silva (2023), a implementação de programas de QVT (Qualidade de Vida no Trabalho) nas organizações apresenta diversos desafios, especialmente relacionado à estrutura hierárquica e à cultura organizacional. Os autores destacam que uma gestão eficaz da QVT requer a integração de diversas áreas da organização, como recursos humanos, comunicação interna e liderança. A QVT não deve ser tratada apenas como um conjunto de benefícios ou vantagens para os colaboradores, mas como uma estratégia organizacional que envolva práticas de gestão participativa, ergonomia, ações de valorização do colaborador e, principalmente, um ambiente de trabalho que favoreça o bem-estar físico e psicológico. As empresas que conseguem adotar essa abordagem percebem um aumento significativo na motivação de seus colaboradores, o que, por consequência, reflete diretamente na produtividade e no clima organizacional. A implementação de políticas de QVT bem-sucedidas, portanto, depende do compromisso da liderança e da adaptação da cultura organizacional às novas exigências do mercado e dos colaboradores.

Cardoso, Martins e Costa (2025) mostram a importância de se investir em QVT para garantir o compromisso dos colaboradores e a sua intenção de permanecer na organização. Colaboradores que se sentem valorizados e respeitados, tanto no aspecto físico quanto no emocional, são mais propensos a se dedicar nas atividades da organização, identificam com os seus objetivos e a terem uma maior intenção de permanência. Esses resultados indicam que, para as organizações, a QVT não é apenas

uma questão de ética ou responsabilidade social, mas uma estratégia diretamente ligada à retenção de talentos e à redução da rotatividade, que pode gerar custos elevados para a empresa. A pesquisa sugere ainda que a implementação de programas de QVT pode melhorar a visão de justiça organizacional e fortalecer os laços entre os colaboradores e a instituição, criando assim um ambiente de trabalho mais harmônico e colaborativo.

Silva (2021) trouxe uma reflexão sobre a maturidade organizacional como um fator determinante para o sucesso das políticas de QVT. Ele identifica uma série de fatores críticos que influenciam a capacidade das organizações em implementar práticas de QVT, com destaque para o apoio da alta gestão, a adequação da liderança e o nível de maturidade da organização. A pesquisa revela que, em organizações com maior maturidade, as políticas de QVT são mais eficazes, pois os gestores estão mais preparados para lidar com as mudanças necessárias e para envolver os colaboradores no processo. Silva (2021) ainda propõe uma matriz de maturidade organizacional, que pode ser utilizada para avaliar a prontidão de uma instituição para adotar políticas de QVT. Segundo o autor, uma avaliação adequada das condições internas da organização é importante para garantir que as ações de QVT sejam implementadas de forma estruturada e sustentável, resultando em benefícios tanto para os colaboradores quanto para a organização como um todo.

Para Bittar e Fajardo (2023), a QVT é analisada sobre a ótica do impacto psicológico do ambiente de trabalho na saúde mental dos colaboradores. Nessa perspectiva, eles alertam que ambientes de trabalho que não oferecem o devido suporte emocional ou que impõem pressão excessiva podem gerar sérios problemas de saúde mental, como estresse, ansiedade e burnout. Esses problemas não afetam apenas a qualidade de vida dos colaboradores, mas também podem comprometer a produtividade e o desempenho da organização. O estudo destaca que a implementação de políticas de apoio psicológico, como programas de bem-estar mental e suporte emocional, é essencial para garantir que os colaboradores se sintam valorizados e seguros em seu ambiente de trabalho. Em um contexto organizacional altamente competitivo, os líderes precisam reconhecer que o cuidado com a saúde mental dos colaboradores é uma prioridade e que investir nesse aspecto pode resultar em maior produtividade, diminuição do não comparecimento e fortalecendo a cultura organizacional.

Macedo, Almario e Soares (2023) oferecem uma visão abrangente das estratégias organizacionais com objetivo de promover a qualidade de vida no trabalho. O estudo

indica que as empresas que implementam ações como incentivo à prática de atividades físicas, programas de equilíbrio entre vida pessoal e profissional, e iniciativas de reconhecimento e valorização do colaborador conseguem criar um ambiente mais saudável e produtivo. A QVT, portanto, não deve focar apenas como um conjunto de benefícios tangíveis, mas como um processo contínuo que exige o envolvimento de todos os níveis da organização. As práticas de QVT devem ser personalizadas conforme as necessidades específicas de cada organização e de seus colaboradores de modo que possa garantir resultados consistentes e sustentáveis a longo prazo.

Além disso, os autores ressaltam que a gestão de QVT deve ser entendida como uma responsabilidade compartilhada entre a alta gestão, os gestores intermediários e os próprios colaboradores.

Evidencia-se que a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) representa um pilar estratégico para o bom funcionamento das organizações, influenciando diretamente no engajamento, na motivação e na produtividade dos colaboradores. A adoção de políticas eficazes de QVT depende do comprometimento da liderança, da cultura organizacional e da criação de um ambiente que valorize o bem-estar físico e emocional dos profissionais. Contudo, quando tais aspectos não são considerados ou são negligenciados, especialmente em contextos como o dos órgãos públicos, os impactos sobre a saúde mental dos trabalhadores tornam-se ainda mais evidentes. Faz-se necessário aprofundar a discussão sobre os efeitos das doenças emocionais no ambiente organizacional, compreendendo suas causas, suas consequências e os caminhos possíveis para sua prevenção e enfrentamento.

4 DOENÇAS EMOCIONAIS NO AMBIENTE DE TRABALHO COM FOCO EM ÓRGÃOS PÚBLICOS

Dejours (2007) destaca que o sofrimento no trabalho é fruto das formas de organização laboral que impedem a expressão subjetiva do trabalhador, levando ao adoecimento psíquico. Nos órgãos públicos, essa realidade é agravada por estruturas rígidas, excesso de burocracia, metas inalcançáveis e falta de reconhecimento, criando um ambiente propício à insatisfação e à perda de sentido no trabalho. Quando o servidor não encontra formas saudáveis de lidar com essas pressões, os sintomas emocionais podem evoluir para quadros clínicos.

Maslach e Leiter (1999) explicam que a Síndrome de Burnout é uma resposta ao estresse crônico no ambiente laboral, manifestando-se por meio de exaustão emocional, de despersonalização e de redução da realização pessoal. Essa síndrome é comum entre servidores públicos que lidam com a população em situações de vulnerabilidades, como ocorrem nas áreas de saúde e de assistência social. A sobrecarga de tarefas, aliada à falta de suporte institucional, aumenta o risco de desenvolvimento do Burnout entre os trabalhadores do setor público.

Lipp (2003) afirma que o estresse ocupacional, quando prolongado, pode gerar prejuízos tanto físicos quanto emocionais, interferindo na capacidade de concentração, nas relações interpessoais e na motivação profissional. Em ambientes públicos, muitas vezes marcados por escassez de recursos e ausência de políticas de valorização do servidor, o estresse torna-se crônico e naturalizado, favorecendo o surgimento de transtornos de ansiedade e depressão.

Hirigoyen (2002) ressalta que o assédio moral é uma das formas mais graves de violência psicológica no trabalho, pois atinge diretamente a dignidade e o equilíbrio emocional da vítima. Em órgãos públicos, esse tipo de prática ocorre frequentemente de forma velada, por meio de sobrecarga intencional de tarefas, isolamento, críticas constantes ou desprezo pelas contribuições do servidor. Tais condutas, quando não enfrentadas pela gestão, afetam não apenas a saúde mental, mas também o clima organizacional.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2022) defende a adoção de políticas institucionais que promovam a saúde mental dos trabalhadores, com foco em prevenção, acolhimento e reabilitação. Entre as diretrizes propostas estão a capacitação de gestores para lidarem com questões emocionais, a criação de canais seguros para denúncias e a inclusão de programas de apoio psicológico nas rotinas institucionais, sendo tais ações fundamentais para evitar o adoecimento psíquico e promover ambientes mais saudáveis.

Seligman (2011) propõe a psicologia positiva como estratégia eficaz para melhorar o bem-estar no trabalho, por meio do fortalecimento de aspectos como emoções positivas, engajamento e propósito. No serviço público, a aplicação dessa abordagem pode contribuir para a valorização do servidor, aumentando sua satisfação e diminuindo a incidência de doenças emocionais. Um ambiente que estimula o florescimento pessoal e profissional tende a ser mais produtivo e menos propenso ao adoecimento coletivo.

Dejours (2007) reforça que a saúde mental no trabalho depende diretamente da possibilidade de o trabalhador transformar seu sofrimento em ação significativa. Em órgãos públicos, isso exige mudanças estruturais na cultura organizacional, com a criação de espaços de escuta, políticas de valorização e incentivo à participação ativa dos servidores nas decisões institucionais. Somente assim será possível romper com a “lógica adoecedora”, nas palavras do autor, e construir ambientes mais humanos e sustentáveis.

Evidencia-se que as doenças emocionais no ambiente de trabalho, especialmente em órgãos públicos, são resultado direto de estruturas organizacionais adoecedoras, marcadas por sobrecarga, estresse crônico, assédio moral e ausência de políticas efetivas de cuidado com a saúde mental. Autores como Dejours, Maslach, Lipp e Hirigoyen demonstram que o sofrimento psíquico no serviço público não deve ser encarado como um problema individual, mas como uma questão coletiva e institucional. A implementação de estratégias de prevenção, apoio psicológico e valorização profissional é essencial para transformar o ambiente organizacional e garantir o bem-estar dos servidores e a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

5 MÉTODO DE PESQUISA

A pesquisa científica proporciona a vivência da cultura, do ensino, da pesquisa e da extensão à prática, contribuindo de forma essencial para a formação dos profissionais que estarão atuando no mercado de trabalho e na sociedade (RODRIGUES, 2006). Neste sentido, o presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza básica, tendo como objetivo ampliar o conhecimento teórico sobre os efeitos dos transtornos emocionais no ambiente de trabalho, especialmente no contexto da administração pública municipal. Segundo Gil (2008), esse tipo de pesquisa visa à produção de saberes voltados à compreensão de fenômenos, sem a aplicação direta dos resultados.

Quanto à abordagem metodológica, adotou-se o método misto, combinando aspectos quantitativos e qualitativos. Foram coletados dados numéricos por meio de questionários estruturados (quantitativos), bem como dados descritivos, obtidos através de perguntas abertas e de observações sobre a percepção dos colaboradores (qualitativos). Esse tipo de abordagem é recomendado por Minayo (2001), quando se busca compreender a totalidade de um fenômeno, integrando medidas objetivas e subjetivas.

A pesquisa classifica-se como descritiva e exploratória. É descritiva porque busca identificar, analisar e interpretar os efeitos dos transtornos emocionais na produtividade dos servidores públicos, e exploratória por investigar um tema atual e pouco discutido na gestão pública municipal, podendo servir de base para futuras pesquisas (GIL, 2002).

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos e documentos institucionais sobre gestão pública, saúde emocional e produtividade. A pesquisa bibliográfica, de acordo com Marconi e Lakatos (2009), é imprescindível em trabalhos científicos, pois permite analisar de um novo ponto de vista o que já foi estudado, contribuindo para novas conclusões e soluções para assuntos ainda não resolvidos. Esse levantamento possibilitou mapear os principais conceitos, identificar lacunas e sustentar teoricamente a análise dos resultados, garantindo maior rigor metodológico.

O procedimento técnico adotado foi o estudo de caso, conforme descrito por Yin (2005), que propõe uma análise minuciosa de um fenômeno real em seu contexto. O objeto de estudo é a Prefeitura Municipal de Macedônia, localizada no interior do estado de São Paulo, com foco nos servidores dos setores administrativo, operacional e estratégico. A população-alvo é composta por colaboradores que atuam diretamente nos serviços administrativos e operacionais da instituição pública. A amostragem foi do tipo não probabilística por conveniência, considerando a disponibilidade e o acesso aos participantes, o que segundo Vergara (2007) é comum em pesquisas exploratórias e estudos de caso.

Os instrumentos de coleta de dados aplicados foram questionários compostos por três blocos: perfil sociodemográfico e ocupacional (gênero, idade, tempo de serviço, setor); indicadores de saúde emocional (frequência de sintomas como estresse, ansiedade, depressão e qualidade do sono); e produtividade e clima organizacional (autopercepção de desempenho, apoio da gestão, absenteísmo e ambiente de trabalho). Os questionários incluíram perguntas fechadas, com uso de escalas de Likert, e perguntas abertas para captar a percepção subjetiva dos participantes (MARCONI; LAKATOS, 2009).

Antes da aplicação definitiva, foi realizado um pré-teste (ou teste piloto) que, conforme Gil (2002, p. 137), “é uma prova preliminar a fim de evidenciar possíveis falhas”. Após a análise das respostas, foram feitas reformulações de enunciados ambíguos, simplificação da linguagem em perguntas de difícil compreensão e reorganização da ordem de algumas questões para melhorar a sequência lógica. Tais alterações reforçaram

a confiabilidade e a validade do questionário, assegurando maior precisão na coleta de dados.

A aplicação definitiva do questionário foi realizada digitalmente via *Google Forms*, no período de 20 agosto a 5 setembro de 2025, enviada no grupo de WhatsApp dos colaboradores, com previsão de participação de 20 a 30 respondentes, número considerado adequado por Pasquali (1999) para garantir dados relevantes e consistentes em estudos exploratórios.

Nesta pesquisa, a amostra não probabilística por amostragem configurou-se:

- Na Prefeitura Municipal de Macedônia (SP).
- Em 20 colaboradores.

Os dados levantados foram analisados, interpretados e os resultados do estudo serão apresentados a seguir.

6 ESTUDO DE CASO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEDÔNIA (SP)

A Prefeitura Municipal de Macedônia está localizada na região noroeste do Estado de São Paulo e é responsável pela administração pública da cidade, atuando na prestação de serviços essenciais à população, como saúde, educação, infraestrutura, assistência social, entre outros. Apesar de seu porte pequeno, o município tem se destacado pelo compromisso com a valorização dos servidores e pela busca constante por um ambiente de trabalho saudável e produtivo.

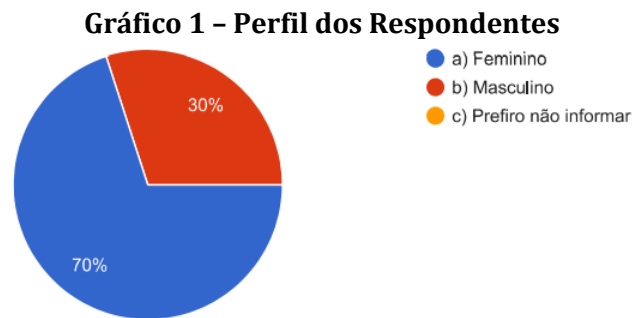
A estrutura organizacional da Prefeitura é composta por diversos departamentos e secretarias que, juntos, somam mais de 20 colaboradores. Esses profissionais atuam diariamente na manutenção e desenvolvimento dos serviços públicos oferecidos à população.

A pesquisa realizada na Prefeitura de Macedônia tem como objetivo compreender os impactos dos transtornos emocionais na produtividade dos servidores públicos. O estudo busca identificar os fatores emocionais que afetam o desempenho dos colaboradores, analisando o ambiente organizacional, as condições de trabalho, o suporte emocional existente e a percepção dos servidores quanto ao acolhimento e às políticas voltadas à saúde mental.

6.1 Resultados dos Questionários

O principal objetivo é compreender a presença e os impactos dos transtornos emocionais no ambiente de trabalho. A seguir, são apresentados os resultados obtidos com base nas respostas fornecidas de forma anônima pelos participantes.

O gráfico 1 apresentara o perfil dos respondentes a seguir:



Fonte: próprios autores

A análise dos dados do gráfico 1 revelou que a maioria dos participantes é do sexo feminino, representando aproximadamente 70% do total, enquanto os homens constituem 30% da amostra. Esse dado reflete, possivelmente, a predominância feminina nos quadros funcionais da administração pública.

Quanto à faixa etária, observou-se uma concentração significativa de respondentes nas faixas de 31 a 50 anos, com destaque para o grupo entre 41 e 50 anos. Tal distribuição etária indica um grupo de servidores com experiência profissional consolidada e longo tempo de serviço, o que pode influenciar diretamente na percepção do ambiente laboral e nas vivências emocionais decorrentes das atividades desempenhadas.

O Gráfico 1 em evidência mostra a distribuição por sexo dos participantes, indicando que a maioria dos respondentes pertence ao sexo feminino. Isso reflete a presença expressiva de mulheres no serviço público municipal.

A análise dos dados revelou que a maior parte dos colaboradores se encontra na faixa etária entre 41 e 50 anos, indicando um grupo com maturidade profissional e maior sensibilidade a condições de trabalho potencialmente estressantes. Quanto ao tempo de serviço, 37,5% dos participantes atuam entre 11 e 15 anos na instituição, seguidos por 25% com mais de 15 anos de atuação, 18,8% entre 6 e 10 anos, 12,5% entre 1 e 5 anos e apenas 6,3% com menos de 1 ano de vínculo. Esses resultados evidenciam a predominância de profissionais com trajetória estável e longa permanência no serviço

público municipal, o que sugere um quadro de servidores experientes e comprometidos, porém, possivelmente mais suscetíveis a situações de desgaste emocional, especialmente em ambientes organizacionais caracterizados por rotinas rígidas e baixa inovação.

Em relação às funções exercidas, a maioria atua na área administrativa (43,8%), seguida pelos setores operacional (31,3%) e estratégico (25%), revelando a predominância de cargos administrativos e indicando um perfil organizacional marcado pelo foco em atividades burocráticas. Essa composição funcional pode influenciar a percepção sobre o ambiente de trabalho, sobretudo quando as demandas administrativas se tornam excessivas e limitam a autonomia dos profissionais.

Quanto à percepção do ambiente laboral, 62,5% dos colaboradores o classificaram como estressante, 25% como neutro e apenas 12,5% como acolhedor. Esses dados indicam um contexto organizacional predominantemente desgastante e emocionalmente sobrecarregado, capaz de impactar negativamente o bem-estar e a motivação dos servidores. A ausência de acolhimento e a prevalência do estresse tendem a gerar sentimentos de isolamento, desmotivação e esgotamento, evidenciando a necessidade de estratégias institucionais voltadas à promoção da saúde mental, à criação de um clima organizacional mais empático, seguro e colaborativo e à melhoria dos resultados institucionais.

A análise das funções exercidas revelou diversidade significativa entre os participantes, abrangendo cargos técnicos, administrativos, de chefia e de apoio, como recursos humanos, contabilidade, tesouraria, assessorias, monitoria, secretarias municipais e áreas de infraestrutura. Essa variedade indica que os efeitos emocionais investigados atingem diferentes níveis hierárquicos e áreas da gestão pública, reforçando a importância de estratégias institucionais abrangentes e integradas de cuidado emocional, capazes de alcançar todos os perfis de servidores.

Em relação à saúde emocional, os sintomas mais frequentemente relatados foram ansiedade (81,3%), fadiga constante (62,5%), insônia (50%), irritabilidade (50%) e dificuldade de concentração (43,8%). Esses resultados evidenciam que a maioria dos servidores manifesta sinais claros de sofrimento psíquico relacionado ao ambiente de trabalho, compatíveis com quadros de estresse ocupacional, transtornos de ansiedade e síndrome de burnout, caracterizados pela exaustão emocional, desmotivação e comprometimento das funções cognitivas e sociais. A persistência desses sintomas, sem suporte institucional adequado, pode comprometer significativamente a produtividade e

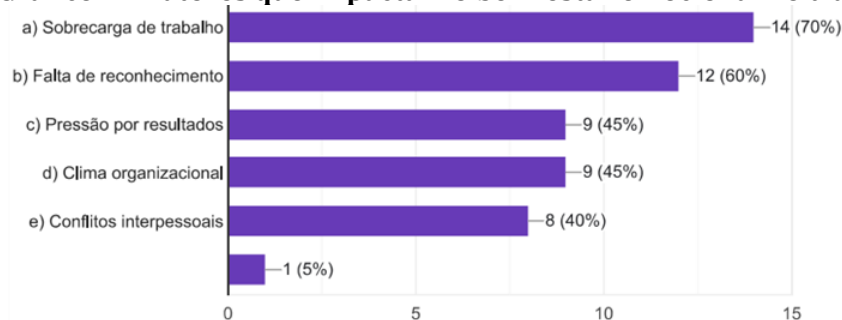
o bem-estar dos profissionais, tornando essencial o investimento em programas de prevenção, orientação e acompanhamento contínuo da saúde mental.

No que se refere aos fatores associados ao estresse, a sobrecarga de trabalho foi identificada como a principal queixa dos servidores (68,8%), seguida por prazos curtos (12,5%) e falta de reconhecimento (12,5%), com apenas 6,3% indicando outros motivos. Esses dados confirmam que a pressão por produtividade, associada à ausência de valorização profissional, constitui o núcleo das dificuldades emocionais enfrentadas pelos colaboradores. A falta de reconhecimento compromete a motivação, o comprometimento e a permanência na instituição, reforçando a necessidade de revisão das práticas de gestão, com atenção especial à distribuição equilibrada de demandas, clareza de metas e adoção de políticas efetivas de valorização, a fim de reduzir o risco de adoecimento psíquico e fortalecer a saúde organizacional.

Por fim, a avaliação do estado emocional dos colaboradores revelou que 10% o classificaram como muito bom, 20% como bom, 60% como regular, 5% como ruim e 5% como muito ruim. Esses resultados evidenciam uma percepção generalizada de desvalorização profissional e emocional. A ausência de reconhecimento adequado contribui para o surgimento de sentimento de frustração, apatia e desgaste emocional ao longo do tempo, comprometendo não apenas a saúde mental dos trabalhadores, mas também os resultados organizacionais. Diante desse cenário, os dados reforçam a necessidade de implementação urgente de políticas consistentes de valorização, voltadas a promover sentido, pertencimento e engajamento entre os profissionais da instituição pública.

O gráfico 2 apresenta, a seguir, os fatores que impacta o bem-estar emocional no trabalho:

Gráfico 2 – Fatores que impactam o bem-estar emocional no trabalho



Fonte: Próprios autores

A análise do gráfico 2, evidenciou que os principais fatores de estresse relatados pelos colaboradores estão relacionados à sobrecarga de trabalho (70%), à falta de reconhecimento (60%) e à pressão por resultados (45%). Além disso, 45% dos participantes identificaram o clima organizacional como fator estressante, enquanto 40% apontaram conflitos interpessoais. Apenas 5% não forneceram respostas. Esses resultados indicam que a sobrecarga e a pressão por desempenho são os elementos mais críticos no ambiente laboral, afetando diretamente o bem-estar emocional dos servidores. A combinação de demandas excessivas, escasso reconhecimento e clima organizacional desfavorável contribuem para o aumento do desgaste emocional, da insatisfação e da diminuição da motivação, evidenciando a necessidade de políticas institucionais voltadas à gestão equilibrada das tarefas, à valorização profissional e à promoção de um ambiente de trabalho saudável.

Em relação à percepção da carga de trabalho, 75% dos participantes a consideraram moderada, 20% pesada e 5% leve, sem respostas para as categorias muito pesada ou muito leve. Embora a classificação “moderada” possa sugerir equilíbrio, os resultados devem ser interpretados em conjunto com os dados que indicam sobrecarga como fator recorrente, demonstrando que a percepção de esforço constante, mesmo que moderado, pode gerar fadiga e desgaste emocional na ausência de reconhecimento e suporte institucional adequados.

Quanto à distribuição das tarefas, 60% dos servidores relataram que elas são bem distribuídas apenas às vezes, 15% indicaram que isso ocorre frequentemente, 10% sempre, 10% raramente e 5% nunca. Essa variação sugere desequilíbrio na divisão de atividades, gerando insatisfação e sobrecarga em parte da equipe, o que impacta negativamente a coesão do grupo e a qualidade de vida organizacional.

No que se refere à clareza sobre metas e funções, 40% dos participantes afirmaram compreendê-las apenas às vezes, 40% frequentemente, 15% sempre e 5% raramente. Esses dados evidenciam inconsistências na comunicação institucional, que podem gerar ansiedade e insegurança entre os colaboradores, contribuindo para o sofrimento mental em ambientes de trabalho estruturados de forma rígida e verticalizada.

A análise mostrou ainda que 85% dos colaboradores percebem que seu estado emocional interfere diretamente na produtividade, enquanto 15% afirmam que não há relação. Essa constatação confirma a ligação entre saúde emocional e desempenho profissional, indicando que estresse, ansiedade e fadiga podem comprometer

concentração, motivação e eficácia na execução das atividades, reforçando a necessidade de políticas institucionais preventivas voltadas à promoção do bem-estar.

Em relação à frequência de dificuldades de concentração, 15% dos servidores relataram enfrentá-las sempre, 30% frequentemente, 35% às vezes e 20% raramente, sem respostas para a opção nunca. Esses dados indicam que mais da metade dos colaboradores (65%) apresenta dificuldades cognitivas com alguma regularidade, possivelmente relacionadas à sobrecarga, estresse e ausência de suporte emocional, prejudicando o desempenho geral das atividades.

Além disso, 60% dos servidores relataram já terem se sentido desmotivados a ponto de considerarem desistir do cargo, 20% pensaram nisso, mas conseguiram superar, e 20% nunca passaram por essa situação. Esses resultados refletem alto nível de desgaste emocional e fragilidade no vínculo com a instituição, evidenciando a necessidade de reforço em práticas de reconhecimento, valorização e suporte, de modo a reduzir a intenção de desligamento e fortalecer a continuidade e a qualidade dos serviços prestados.

A análise também revelou consenso entre os respondentes quanto a importância das melhorias no ambiente organizacional como fator determinante para o aumento da produtividade. Todas as respostas apresentaram posicionamento afirmativo, ainda que com variações na ênfase, indicando que o bem-estar no trabalho está diretamente associado ao desempenho individual e coletivo. Entre os aspectos destacados como contribuintes para a produtividade, incluíram-se aumento salarial, melhorias no convívio entre colegas e outras alterações capazes de impactar significativamente o desempenho. Esses resultados demonstram percepção clara de que aprimoramentos estruturais e humanos no ambiente organizacional beneficiam, não apenas a saúde emocional, mas também os resultados e a produtividade, justificando o investimento em políticas de gestão voltadas ao bem-estar.

Por fim, os dados indicam que os colaboradores reconhecem diversos fatores capazes de melhorar tanto a saúde emocional quanto a produtividade no serviço público. As sugestões mais recorrentes incluem apoio psicológico e assistência emocional, reconhecimento profissional, distribuição equilibrada e justa de tarefas, capacitação e desenvolvimento, e melhorias na comunicação e no clima organizacional. Esses resultados evidenciam que ações voltadas à escuta ativa, valorização profissional, capacitação e equilíbrio das funções favorecem o bem-estar, o desempenho e a

permanência saudável dos colaboradores, reforçando que a promoção da saúde mental no ambiente público depende de políticas organizacionais estruturadas, que priorizem acolhimento, reconhecimento, comunicação eficaz e condições de trabalho dignas.

7 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos dados evidencia a estreita relação entre fatores emocionais e a produtividade dos servidores públicos da Prefeitura Municipal de Macedônia. O ambiente de trabalho, marcado por sobrecarga de tarefas, ausência de reconhecimento e demandas crescentes, tem contribuído significativamente para o surgimento de sintomas como ansiedade, fadiga, insônia e irritabilidade. Esses aspectos não apenas afetam o bem-estar individual, mas também comprometem a qualidade das entregas, a motivação e o engajamento coletivo. Desse modo, torna-se claro que a produtividade não pode ser considerada de forma isolada, mas deve ser compreendida dentro de um contexto organizacional que valorize a saúde emocional e as condições adequadas de trabalho.

A seguir, apresenta-se a Tabela 1 com os principais sintomas relatados e seus impactos diretos na produtividade dos servidores:

Tabela 1 – Principais sintomas emocionais e impacto na produtividade dos servidores

Sintomas emocionais	Percentual de ocorrência (%)	Impacto percebido na produtividade
Ansiedade	72%	Dificuldade de foco e tomada de decisão
Fadiga/estresse	68%	Queda no ritmo de execução de tarefas
Irritabilidade	53%	Prejuízo no trabalho em equipe
Insônia	47%	Redução da energia e atenção no trabalho
Reconhecem impacto direto	85%	Produtividade comprometida geral

Fonte: Próprios autores

Os resultados da tabela 1 evidenciam que a produtividade está comprometida em diversos aspectos. A ansiedade e o estresse dificultam o foco e reduzem o ritmo das atividades, enquanto a irritabilidade prejudica o relacionamento interpessoal e o trabalho em equipe, e a insônia afeta diretamente a energia e a capacidade de concentração. De forma geral, a maioria dos servidores relatou que seus estados emocionais interferem no

desempenho, confirmando novamente que a produtividade não pode ser analisada isoladamente de fatores relacionados ao bem-estar psicológico.

Para a melhoria do ambiente de trabalho e da produtividade dos servidores da Prefeitura de Macedônia, recomenda-se a adoção de medidas voltadas ao cuidado com a saúde emocional e à valorização do capital humano. A implantação de um programa de saúde mental, com acompanhamento psicológico, palestras e grupos de apoio, pode auxiliar no enfrentamento de transtornos como ansiedade e estresse. Paralelamente, a revisão da carga de trabalho, com redistribuição de tarefas, definição de metas realistas e incentivo a pausas, contribui para reduzir a sobrecarga e elevar a qualidade das atividades.

A valorização dos servidores deve ser fortalecida por meio de feedbacks positivos, reconhecimento e participação nas decisões, fatores que estimulam a motivação. Além disso, a capacitação contínua, aliada a melhorias no ambiente físico e à oferta de práticas de bem-estar, favorece tanto o desenvolvimento profissional quanto o equilíbrio emocional.

Por fim, o monitoramento constante, por meio de pesquisas de clima organizacional e indicadores de produtividade, é fundamental para avaliar a eficácia das ações e realizar ajustes necessários. Dessa forma, torna-se possível alinhar o bem-estar dos servidores à eficiência da gestão pública, construindo um ambiente laboral mais saudável e sustentável.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu compreender de forma aprofundada a relação entre os transtornos emocionais e a produtividade dos servidores públicos, com foco na realidade da Prefeitura Municipal de Macedônia. Apontou-se que a organização do trabalho pode ser fonte tanto de satisfação quanto de adoecimento, sendo fatores como estresse, ansiedade, insônia, irritabilidade e burnout determinantes para a queda de desempenho. Foi evidenciado também que ambientes laborais sem suporte emocional adequado tendem a apresentar altos índices de desmotivação, absenteísmo e rotatividade, enquanto a implementação de programas de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) contribui para maior engajamento, retenção de talentos e aumento da produtividade.

Foi confirmado esse cenário demonstrando que a maioria dos servidores enfrenta sobrecarga de tarefas, falta de reconhecimento e ausência de políticas estruturadas de apoio psicológico. Sintomas como fadiga, ansiedade e insônia foram amplamente relatados, comprometendo o bem-estar e a motivação. A análise revelou que a maioria dos colaboradores reconhece a interferência direta de seu estado emocional na produtividade, reforçando que o desempenho organizacional depende de condições adequadas de trabalho e de uma gestão que valorize o capital humano.

Dessa forma, constatou-se que a melhoria da produtividade não se limita a medidas técnicas ou estruturais, mas exige práticas de gestão humanizadas. Entre as medidas necessárias estão a oferta de suporte psicológico, a redistribuição equilibrada de tarefas, a capacitação contínua, a valorização profissional e a criação de um clima organizacional mais acolhedor.

Conclui-se que a promoção do bem-estar emocional dos servidores não é apenas uma demanda social, mas também uma estratégia de gestão indispensável. Investir em políticas de QVT e em ações preventivas de cuidado com a saúde mental representa um passo essencial para o fortalecimento da administração pública, elevando a eficiência institucional e a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

9 REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. **Reforma do Estado no Brasil:** Burocracia, Democracia e Mercado. Revista Lua Nova, n. 50, p. 51-82, 2000.

AUGUSTO, Roberto Luiz. **Administração Pública Contemporânea:** Desafios e Perspectivas. São Paulo: Atlas, 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BATISTA, João Cláudio. **Saúde Mental no Trabalho:** Desafios e Estratégias para Promoção do Bem-estar. Revista Gestão & Saúde, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 45-58, 2022.

BENEVIDES-PEREIRA, Ana Maria T. **Burnout:** Quando o Trabalho Ameaça o Bem-estar do Trabalhador. 5. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

BITTAR, Marcos Vinícius; FAJARDO, Cláudia Ramos. **Saúde Mental no Ambiente Organizacional:** Uma Abordagem Estratégica. Revista Psicologia e Gestão, v. 12, n. 2, p. 89-103, 2023.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Reforma do Estado para a cidadania:** a Reforma Gerencial Brasileira na Perspectiva Internacional. São Paulo: Editora 34, 1998.

CARDOSO, Ana Lúcia; MARTINS, Flávia; COSTA, Rodrigo. **Qualidade de Vida no Trabalho e Permanência Organizacional:** Uma Análise Integrada. Revista de Administração Contemporânea, v. 29, n. 1, p. 133-149, 2025.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração.** 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

DEJOURS, Christophe. **A Loucura do Trabalho:** Estudo de Psicopatologia do Trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

DEJOURS, Christophe. **Subjetividade, Trabalho e Ação.** Revista Brasileira de Saúde Ocupacional. v. 32, n. 115, p. 10-18, 2007.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo.** 35. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

FILGUEIRAS, Fernando; PALOTTI, Pedro. **Governança Pública e Qualidade Institucional no Brasil:** uma Análise Comparada. Revista de Administração Pública, v. 54, n. 1, p. 1-22, 2020.

GAETANI, Francisco; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **Estado, Governo e Mercado:** Estratégias de Governança para o Século XXI. Cadernos ENAP, n. 1, p. 17-36, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HIRIGOYEN, Marie-France. **Assédio moral:** A Violência Perversa no Cotidiano. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

LIPP, Marilda E. **Estresse e as Doenças psicossomáticas.** Campinas: Papirus, 2001.

LIPP, Marilda E. **Estresse Emocional:** Causas e Consequências no Cotidiano. São Paulo: Contexto, 2003.

LUCK, Heloisa. **Competências Gerenciais e o Trabalho do Gestor Escolar.** Campinas: Papirus, 2009.

MACEDO, Vanessa; ALMARIO, Eduardo; SOARES, Gabriel. **Estratégias organizacionais e saúde mental:** um olhar sobre a QVT. Revista Gestão Positiva, v. 5, n. 3, p. 44-59, 2023.

MASLACH, Christina; LEITER, Michael P. **The Truth about Burnout:** How Organizations Cause Personal Stress and What to do About it. San Francisco: Jossey-Bass, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do Conhecimento:** Pesquisa Qualitativa em Saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

NUNES, Carla; SILVA, Mateus. **Qualidade Institucional e Bem-estar Social: O Papel das Organizações**. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 12, n. 2, p. 73-90, 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Diretrizes sobre Saúde Mental no Local de Trabalho**. Genebra: OIT, 2022.

RODRIGUES, Juliana; SILVA, Renata. **Qualidade de Vida no Trabalho e Cultura Organizacional: Um Desafio Contemporâneo**. Revista Brasileira de Gestão Organizacional, v. 17, n. 4, p. 122-135, 2023.

SELIGMAN, Martin. **Florescer: Uma Nova Compreensão sobre a Natureza da Felicidade e do Bem-estar**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

SELYE, Hans. **O Estresse da Vida**. 3. ed. São Paulo: IBRASA, 1976.

SOUZA, Bruno. **A Burocracia no Setor Público: Desafios para a Modernização Administrativa**. Revista de Administração Pública e Governança. v. 3, n. 1, p. 90-104, 2022.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. Brasília: UnB, 1999.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: Planejamento e Métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Capítulo 8

A IMPORTÂNCIA DO GERENCIAMENTO FINANCEIRO PESSOAL

Amanda Cais Pessoa

*Graduada em Administração e Graduando em Ciências Contábeis, email:
cais.amanda@gmail.com*

Andresa Cristina Peixoto Vaserino

*Graduada em Administração e Graduando em Ciências Contábeis, email:
andresacpc15@gmail.com*

Maycon Douglas Rodrigues

*Graduada em Administração e Graduando em Ciências Contábeis,
email: maycon.rodrigues9@etec.sp.gov.br*

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo evidenciar os impactos do gerenciamento financeiro entre as famílias e indivíduos no Brasil, abordando o contexto histórico de inadimplência inclusive os principais fatores e o sistema inflacionário do país ao longo dos anos. Os principais aspectos e motivos que contribuíram para a situação atual e as consequências que a pandemia do COVID-19 provocou, contribuindo no aumento do desemprego e consequentemente trazendo agravamento e dificuldades financeiras enfrentadas durante e após este período ocorrido, pelo tempo de três anos e dois meses. No desenvolvimento do presente trabalho será apresentado como se planeja e organiza financeiramente, abordando de maneira breve e sucinta a cultura brasileira no que diz respeito a administração dos recursos financeiros familiar e os seus impactos e a importância da educação financeira no ambiente familiar e nas escolas, os riscos e consequências futuras devido à má gestão dos recursos próprios. Para a elaboração do artigo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, trazendo literaturas como forma de nortear e auxiliar no controle financeiro e orçamentário pessoal e na tomada de decisões relacionadas as formas

sustentáveis de aquisição de produtos bancários e destacando formas de conscientizar e de ajudar no direcionamento de medidas que contribuem na melhoria da saúde financeira pessoal.

Palavras-chave: Inadimplência. Educação Financeira. Gerenciamento. Ferramentas.

ABSTRACT

The present article aims to highlight the impacts of financial management among families and individuals in Brazil, addressing the historical context of default, including the main factors and the country's inflationary system over the years. It discusses the main aspects and reasons that contributed to the current situation and the consequences that the COVID-19 pandemic caused, contributing to increased unemployment and consequently leading to worsening and financial difficulties faced during and after this period, which lasted three years and two months. In the development of this work, it will be presented how financial planning and organization are carried out, briefly and concisely addressing Brazilian culture regarding the management of family financial resources and their impacts, as well as the importance of financial education in the family environment and in schools, along with the risks and future consequences due to poor management of one's own resources. For the preparation of the article, a bibliographic research was conducted, bringing in literature as a way to guide and assist in personal financial and budgetary control, as well as in decision-making related to sustainable ways of acquiring banking products, and highlighting ways to raise awareness and help guide measures that contribute to improving personal financial health.

Keywords: Default. Financial Education. Management. Tools.

INTRODUÇÃO

No Brasil, endividamento familiar trata-se de um problema recorrente na vida das pessoas, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor - PEIC, realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC 2021. Aponta que em 2021 cerca de 69,7% das famílias brasileiras encontra-se endividadas, trazendo consigo um aumento no indicador de inadimplência.

O número de brasileiros inadimplentes alcançou cerca de 63,8 milhões em janeiro de 2020, um aumento de 2,6% em relação ao mesmo período de 2019. (SERASA EXPERIAN, 2020). Percebe-se através das informações apresentadas, um descontrole com relação a finanças pessoais provocadas pela má gestão dos recursos próprio. Além do momento desafiador provocado pela Pandemia da Covid-19.

A crise desencadeada por essa pandemia apresenta características sem precedentes na história recente das epidemias, afetando de forma significativa diversos setores da sociedade. (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2023). A pandemia teve grande

impacto não apenas na questão biomédica e epidemiológica, mas também em aspectos sociais, políticos, culturais e económicos.

O isolamento ocasionado, o ensino e trabalho a distância deixaram marcas permanentes na forma com que a população vive e enxerga a TI e que tem como resultado, a integração e potencialização das capacidades humanas com as digitais. De acordo com a Fundação Getúlio Vargas (2022), houve um avanço significativo de investimento das empresas em tecnologias da informação. Após um levantamento, observou-se que, em 2021, computadores, notebooks, tablets e smartphones somados já superaram a marca de 447 milhões de unidades no Brasil.

O objetivo desse estudo é evidenciar o controle dos recursos financeiros e os impactos do gerenciamento das finanças pessoais. Abordando os principais aspectos, sendo a má administração dos recursos e a contribuição da pandemia de Covid-19 para o endividamento das famílias brasileiras.

CULTURA BRASILEIRA NO ÂMBITO FINANCEIRO E ECONOMICO

Administrar recursos financeiros sempre foi um desafio para os indivíduos, a forma em que se aplica o dinheiro, como planeja seus gastos, e realiza sua reserva de emergência. Desenvolver um planejamento financeiro é essencial para obter um parâmetro da real situação em que se encontra e utilizar da melhor maneira os recursos. (BONA, 2020).

Os brasileiros de modo geral, não tem a cultura do planejamento dos gastos e muito menos de investir os recursos em uma poupança para imprevistos. Esse hábito de não planejar, muitas vezes influenciados pela própria família acaba se tornando um espelho para os filhos. Essa falta de incentivo está relacionada a falta de conhecimento, pela aculturação histórica e por experiências anteriores. (STANLEY e DANKO, 1999).

Ao analisar a cultura brasileira, percebe-se ao longo da história um país com uma série de problemas económicos, ocasionado principalmente pelo aumento na inflação dos produtos e nas alternâncias de moedas até chegar no plano real. A Inflação ocorre por um aumento generalizado no preço de bens e serviços impactando diretamente na redução do poder de compra da população. (BACEN, 2025).

Neste contexto, para controlar a inflação foi criada a Lei nº 8024, de 12 de abril de 1990, pelo Fernando Affonso Color de Mello criador do empréstimo compulsório no plano

Brasil Novo. Por meio dessa lei os detentores de poupanças, investimentos de rendas fixas e fundos de investimentos foram obrigados a emprestar os recursos ao Governo. O empréstimo compulsório, é uma obrigação que nasci de uma determinação legal, com um fato gerador que obriga o contribuinte a emprestar dinheiro ao Estado com promessa de restituir futuramente. (ALEXANDRE, 2017).

Mediante aos fatos apresentados anteriormente, é possível analisar que ao longo dos anos o Brasil teve uma dificuldade para controlar a inflação, melhorar a economia da população brasileira e isso se agravou após a criação da lei que obrigou quem possuía uma reserva a emprestar seus recursos ao Governo com a promessa de recebimento futuro. Esses fatos contribuíram para a não formação do capital de segurança e consequentemente para a procura de crédito no mercado ocasionado a inadimplência e o endividamento da população brasileira.

ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Segundo o Serviço de Proteção ao Crédito - SPC (2024), entende-se por endividamento pessoas que contraíram dívidas e se comprometeram a realizar o pagamento no futuro, caso, ele não consiga realizar o pagamento na data acordada o indivíduo passa a estar na categoria de inadimplentes podendo gerar negativação nos órgãos de proteção ao crédito.

Para Ferrari (2020), a inadimplência é a incapacidade econômica de honrar com as obrigações contraídas, mediante a um saldo devedor mensal negativo, ou seja, quando o rendimento mensal cobre apenas as despesas mensais e não há saldo disponível para cobrir as dívidas já existentes.

Conforme dados do PEIC – Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (2021), aponta que o percentual de brasileiros endividados e inadimplentes atingiu o patamar de 66,5% em janeiro de 2021, um pouco acima no mesmo período do ano anterior com 66,3%.

Os dados acima refletem a situação da população brasileira, com isso verifica-se que a falta de planejamento financeiro ocasiona a falta de pagamentos das contas, cartões de crédito, uso recorrente do cheque especial e contribuem para as práticas de juros

abusivos por parte de instituições financeiras. Desta forma, auxiliam no empobrecimento impactando diretamente na renda causando crise em âmbito familiar.

DESEMPREGO E MEDIDAS ADOTADAS DURANTE A PANDEMIA

No primeiro trimestre de 2020, teve início a pandemia da COVID-19, que só terminou, após três anos e dois meses, gerando uma grande mudança na vida da população mundial, desde restrições na área da saúde, desequilíbrio emocional e descontrole financeiro. Devido a urgência das empresas em realizar cortes nos gastos, a principal medida adotada foi o desligamento dos trabalhadores em massa.

No Brasil, o distanciamento social foi uma das primeiras medidas adotadas para a redução de disseminação da covid-19. Se, por um lado, essa medida diminui a circulação de pessoas reduzindo, assim, a probabilidade do contágio, por outro, reduz a atividade econômica e impacta a atuação das pessoas no mercado de trabalho. (Góes, 2021, p. 183).

A taxa média de desemprego, foi recorde no ano de 2020, e no primeiro trimestre de 2021 o número de desempregados ultrapassou 15,2 milhões. O mercado de trabalho desestabilizou de maneira prejudicial para a economia, aumentando gradativamente a quantidade de trabalhadores informais. (ZANOBIA, 2021).

Segundo Rezende (2021), o home office é uma modalidade de trabalho que já vinha crescendo nos últimos anos, mas, com a pandemia, esse modelo ficou ainda mais evidente. Milhares de pessoas e empresas, tiveram que se adaptar ao novo normal, e acompanhar a constante evolução e mudanças que ocorreram, pois, as reuniões que antes eram pessoalmente, passaram a ser através de vídeos conferências, as jornadas de trabalho, passaram a ser em frente aos monitores e não, como antigamente, com seus companheiros, lado a lado. Mudanças essas, necessárias, para sobreviver em meio a pandemia da COVID-19.

Para amenizar os impactos econômicos e financeiros, durante este período, o governo implantou o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEM), o programa teve a duração de 120 dias, durante este período o empregador e o trabalhador, pode reduzir jornadas, salário e até mesmo realizar a suspensão temporária do contrato de trabalho. (GOV, 2021).

ORÇAMENTO FAMILIAR

Segundo Halles, Sokolowski, Hilgemberg (2007), entende-se como orçamento familiar o controle sobre as receitas e despesas tratando-se de um ambiente familiar, isso ocorre dentro de um período. Sendo assim, trata-se de um resumo da vida financeira, que constitui um histórico e projeções com o objetivo de auxiliar e nortear as tomadas de decisão com relação a aplicação e destino dos recursos. Podendo ainda, planejar-se com relação aos ganhos e despesas mensais, consequentemente capaz de criar uma reserva para imprevistos e realizar investimentos.

De acordo com o Banco Central (2023), para elaborar um orçamento financeiro familiar e pessoal, o ideal é que se inicie por anotações das receitas e despesas, realizando um planejamento dos gastos, elencando-os de forma prioritária e essencial. Desta forma, será possível utilizar os recursos da melhor maneira para suprir as necessidades e atingir as metas e objetivos almejados.

Dados retirados da PEIC – Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor, menciona que apenas. A ausência de um planejamento financeiro carrega consigo alguns problemas notáveis, como: contas a pagar, dívidas em cartão de crédito, cheque especial, nome no SPC, além dos juros abusivos praticados pelo mercado, o que contribui copiosamente para o empobrecimento da população brasileira, pois impactam em suas rendas, podendo até ocasionar diversas crises no ambiente familiar e social.

Infelizmente, é muito comum ver famílias passarem por dificuldades financeiras e reclamarem que o orçamento familiar está baixo e que a renda não dá para custear as despesas, após pesquisa verifica-se que o real problema não é o valor financeiro e sim, a falta de educação financeira e gerenciamento financeiro pessoal.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A educação financeira tem por objetivo ajudar indivíduos em diferentes níveis de renda, através de ferramentas que auxiliam nesse controle, ensinando práticas de gestão financeira, analisando renda, gastos, poupança e empréstimos. (AMADEU, 2009).

É o processo pelo qual indivíduos passam a melhorar sua compreensão sobre conceitos financeiros, com informações e orientação corretas, são capazes de desenvolver valores e competências necessárias conscientizando-se sobre riscos e oportunidades em

operações financeiras, dessa forma, sendo mais assertivo na tomada de decisão, por ser uma área que estimula o desenvolvimento de habilidades, formando críticos acerca dos serviços financeiros disponíveis. (FILL, F.; FERREIRA, M. A. D. S.; SILVA, W. A. T. D.; ISHISAKI, N., 2020)

Kiyosaki (2002) diz que a educação financeira deveria ser ensinada obrigatoriamente nos primeiros anos de vida, se tornando matéria obrigatória nas escolas, tendo influência na hipótese de as crianças não seguirem exemplos errados de seus pais endividados.

Stehling e Araújo (2008), menciona que deve ser iniciada o mais cedo possível, assim adquirindo uma relação saudável com o dinheiro, como independência e valor, priorizando o planejamento financeiro através de análise crítica.

Pessoas bem-informadas entendem que todas as suas ações financeiras podem interferir diretamente em sua vida pessoal e afetar seu futuro. Com isso, elas passam a fazer melhores escolhas e tendem a ter decisões mais assertivas em relação às atitudes e escolhas (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013).

Segundo a educadora Cássia D' Aquino (2010, p.1)

A Educação Financeira nos países desenvolvidos tradicionalmente cabe às famílias. Às escolas fica reservada a função de reforçar a formação que o aluno adquire em casa. No Brasil, infelizmente, a Educação Financeira não é parte do universo educacional familiar. Tampouco escolar. Assim, a criança não aprende a lidar com dinheiro nem em casa, nem na escola. As consequências deste fato são determinantes para uma vida de oscilações econômicas, com graves repercussões tanto na vida do cidadão, quanto na do país. As crianças devem aprender desde cedo a lidar com o dinheiro, assim os pais devem estimulá-las a gastar apenas aquilo que ganham. Percebe-se hoje que os pais estimulam as crianças a receberem mesadas e aprenderem a controlá-las.

Quando é desenvolvido a habilidade de senso crítico, o indivíduo se torna mais integrado a sociedades e atuantes no âmbito financeiro, ampliando sua visão de bem-estar. (SAVOIA et al., 2007).

PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO

De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae, 2019), a gestão financeira é um conjunto de ações e processos que visam maximizar os resultados, por meio de planejamento, movimentações financeiras e

controle adequada para a família, evitando problemas que podem ser fatais como: falta de registro e entendimento nas movimentações de entrada e saída, causando divergências na conta final.

Rocatelli (2018) evidencia que na prática da elaboração do planejamento, deve-se considerar para as receitas, salário, pró-labore, investimentos, recebimentos de serviços prestados e vendas; para a despesa temos gastos com moradia, transporte, alimentação, saúde e lazer. Para aplicação na prática e um melhor entendimento há possibilidade de controle através de uma planilha, onde deve constar entrada e saída, previsão de gastos e recebimentos, assim, avaliando e compreendendo a situação financeira pessoal.

Ao longo dos anos é notório ver que o endividamento das famílias só cresce, ficando mais crítico depois da pandemia do COVID19. Isso ocorre, pela falta de conhecimento da população em relação a educação financeira consequentemente, a um planejamento. Além disso, as dificuldades se dão em relação aos baixos salários, acesso ao crédito facilitado, porém sem o conhecimento devido as condições de pagamento, como juros abusivos, práticas consumistas e falta de capacidade de pagamento. (BORGES, 2013)

Um dos métodos mais utilizado, para conseguir dividir o salário e manter um equilíbrio financeiro é deixar 50% para as necessidades essenciais, como despesas com moradia e alimentação, 30% para desejos e estilo de vida, como entretenimento e academia, 20% para prioridades financeiras, como economias e investimentos. (SERASA, 2023).

MATERIAIS E MÉTODOS DE PESQUISA

Segundo Medeiros (2019) a pesquisa científica é uma investigação planejada, desenvolvida e redigida conforme normas metodológicas consagradas pelas ciência. Tais pesquisas são sistematicamente planejadas e levadas a efeito seguindo critérios rigorosos de processamento das informações.

Para desenvolvimento da pesquisa científica, será utilizado diversos tipos de artigos científicos, revisão de literatura, estudo comparado e estudo documental. No presente trabalho, será realizado uma pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliográfica, como qualquer outra modalidade de pesquisa, desenvolve-se ao longo de uma série de etapas. Seu número, assim como seu encadeamento, depende de muitos fatores, tais como a natureza do problema, o nível de conhecimentos que o pesquisador dispõe sobre o

assunto, o grau de precisão que se pretende conferir à pesquisa etc. Assim, qualquer tentativa de apresentar um modelo para desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica deverá ser entendida como arbitrária. Tanto é que os modelos apresentados pelos autores que tratam desse assunto diferem significativamente entre si. (Gil, 2019, p. 59).

Dentre as modalidades de pesquisas científicas existentes, a pesquisa bibliográfica é aquela desenvolvida a partir de material já elaborado, como livros, teses, dissertações e artigos científicos (GIL, 2008). Sua finalidade é atualizar conhecimento científicos, sintetizar textos publicados que tratam de um mesmo tema, analisar e avaliar informações, recolher e analisar contribuições teóricas sobre um determinado fato.

Garcia (2016) explica que

Normalmente os pesquisadores apresentam uma revisão bibliográfica do assunto, porém não apresentam nenhuma contribuição, nenhum resultado da pesquisa, e encerram sem saber para que serviu todo o trabalho. É importante que seja elaborada uma boa revisão bibliográfica, um levantamento do estado da arte daquele conteúdo. Esse levantamento bibliográfico sem que seja feita uma contribuição, uma nova proposta, quer seja contra ou a favor do que foi levantado na revisão não pode, por si só, ser considerado uma pesquisa, quanto mais bibliográfica, pois, [...] toda pesquisa busca uma contribuição ou uma resposta ao problema proposto (Garcia, 2016, p. 293).

A pesquisa bibliográfica compreende oito fases distintas: escolha do tema; elaboração do plano de trabalho; identificação; localização; compilação; fichamento; análise e interpretação; redação. Primeiramente é necessário definir a temática, em seguida estabelecer limites da pesquisa, distinguindo sujeito e objeto de questão. (LAKATOS E MARCONI, 2003).

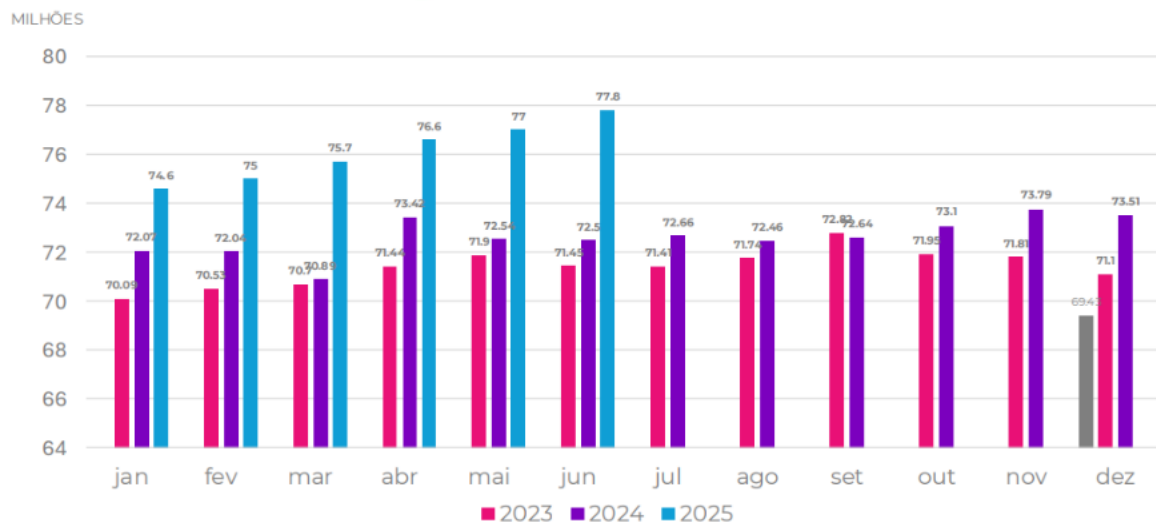
RESULTADOS

Os resultados desta pesquisa, com base nas informações coletadas e, para obtenção de dados quantitativos. Com o objetivo de destacar a importância de um planejamento financeiro pessoal, pois através dos dados coletados nos principais veículos como Serasa Experian, pode-se observar que as famílias com endividamento têm aumentado ao longo dos anos.

Conforme o gráfico 1, Serasa Experian (2025), pode-se observar a evolução do número de inadimplentes no Brasil, nos últimos anos.

Gráfico 1 - Gráfico de Inadimplência no Brasil.

A evolução do número de inadimplentes no Brasil no último ano



Fonte: Serasa Experian (2025).

De acordo com o gráfico 2, Serasa Experian (2025), os dois principais motivos do endividamento no Brasil são o cartão de crédito com 69% e empréstimos bancários com 56%, conforme ilustração a seguir.

Gráfico 2 - Principais tipos de dívida que se têm em bancos.

Principais tipos de dívidas que se têm em bancos



Fonte: Serasa Experian (2025).

O gráfico 3, relaciona os principais motivos dos débitos em bancos, 40% da população aponta o desemprego como o maior problema, seguido com 13%, o descontrole financeiro e os gastos de emergência.

Gráfico 3 – Principais motivos das dívidas com banco



Fonte: Serasa Experian (2025).

DISCUSSÕES

Por meio das informações obtidas através de pesquisas, observa-se que o número de inadimplentes aumentou ao longo dos anos e fortaleceu no decorrer dos três últimos, por uma série de fatores, entre eles: Cultura familiar, pandemia, falta de gestão financeira, consumismo e como consequência um aumento gradativo e impactante.

Realizando uma análise minuciosa da situação e relacionando os gráficos, com as evidências dos pós pandemia, percebe-se que o maior motivo da inadimplência no Brasil, é o desemprego, com 40%, segundo Serasa Experian. Famílias, após perderem sua fonte de renda, buscam auxílio em instituições financeiras, aumentando ainda mais suas dívidas através de cartões de créditos e empréstimos.

Com o aumento generalizado dos preços, ou seja, alta na inflação, na busca por alternativas, para solucionar os problemas de déficit financeiro, a população, se afunda cada vez mais, pois, na maioria das vezes, não consegue pagar o saldo inicial do cartão de crédito, e para isso, entra no cheque especial, com taxas mais altas.

É de suma importância, destacar que alguns fatores externos influenciam diretamente nesta situação, como por exemplo a economia do país, porém é possível, através de um planejamento financeiro, se organizar e evitar que tal cenário ocorra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho, observa-se que a cultura brasileira no âmbito econômico é defasada, marcada pelas altas inflações e trocas de moedas ao longo dos anos. Outro fator é a educação familiar, onde, o descontrole é passado de geração para geração não havendo ensinamento por parte dos pais.

Uma possível solução é a educação financeira, e deveria ser implantado nas escolas, para que as crianças tenham consciência dos impactos de uma boa e má gestão financeira, se tornando adultos conscientes e capacitados, para tomar decisões. Outro aspecto, que auxilia na organização financeira, é uma mensuração das receitas e despesas, resultando no controle orçamentário pessoal, seja através de planilhas, tabelas e até mesmo um caderno de anotações. Para quem está em meio ao problema, uma possível solução, seria a renegociação das dívidas, a fim de melhorar as condições de pagamento, prazos e juros, podendo resultar em um controle da situação financeira.

Em suma, a falta de conscientização, conhecimento econômico, educação financeira, gerenciamento pessoal, são os principais motivos, do endividamento populacional, pois pessoas sem conhecimento e orientação, são cidadãos que não estão aptos, a tomar decisões racionais e sim movidos pelo impulso.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, R. **Direito Tributário Esquematizado**. 11^o. ed., Salvador: JusPodivm, 2017, 864p.

AMADEU, João Ricardo et al. A educação financeira e sua influência nas decisões de consumo e investimento: proposta de inserção da disciplina na matriz curricular. 2009.

ARÊAS, F. L. C. Orçamento Familiar como Forma de Planejamento para Consumo de Participantes de Classes Sociais Distintas: Uma Pesquisa Realizada na Associação Atlética BANEBA (AABANEBA). 2013. 66 p. Monografia (Graduação).UESB –Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista - BAHIA. 2014.

BACEN. **O que é inflação?**.2025. Disponível em:
<http://bcb.gov.br/controleinflacao/oqueinflacao>.

BANCO CENTRAL DO BRASIL - Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais. Brasília: BCB, 2023.

BEDIN, Lueh Polsinelli. **Análise empírica da relação entre a taxa de desemprego e a inadimplência.** 2015. 41 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Economia, Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13995>.

BONA, Andre. **O que é planejamento financeiro e porque você deve considerá-lo.** São Paulo, 1 dez. 2020. Disponível em: <https://andrebona.com.br/o-que-e-planejamento-financeiro-e-por-que-voce-deve-considera-lo/>.

BORGES, P. R. S. **A influência da educação financeira pessoal nas decisões econômicas dos indivíduos.** VIII Encontro de Produção Científica e Tecnológica (EPCT) 2013. <https://www.fecilcam.br/nupem/anais_viii_epct/PDF/TRABALHOS-COMPLETO/Anais-CSA/ECONOMICAS/04-Pborgestrabalhocompleto.pdf >

D'AQUINO CASSIA. E o que é educação financeira? Disponível em: <http://educacaofinanceira.com.br/index.php/escolas/conteudo/513>. Acesso em: 03 mar. 2025.

FERRARI, Gustavo. **Superendividamento do consumidor – As mudanças previstas no CDC.** Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/338153/superendividamento-do-consumidor---as-mudancas-previstas-no-cdc>. Acesso em: 30 mar. 2025.

FGV. Fundação Getúlio Vargas, 2022. **Pandemia acelerou processo de transformação digital das empresas no Brasil, revela pesquisa.** Disponível em: 12 <https://portal.fgv.br/noticias/pandemia-acelerou-processo-transformacao-digital-empresasbrasil-revela-pesquisa>. Acesso em: 11 abril 2025.

FILI, F.; FERREIRA, M. A. D. S.; SILVA, W. A. T. D.; ISHISAKI, N. **Educação financeira como estratégia de melhoria na gestão dos recursos pessoais.** Revista H-Tec Humanidades e Tecnologia, v. 4, n. 2, p. 6-199, jul./dez., 2020. ISSN 2595-3699 <<file:///C:/Users/Amanda%20Cais/Downloads/191-Texto%20do%20artigo-274-1-10-20210127.pdf>>

GARCIA, E. Pesquisa bibliográfica versus revisão bibliográfica: uma discussão necessária. Revista Línguas e Letras: Cascavel, v. 17, n. 35, p. 291-294, 2016. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/13193>. Acesso em: 26 fev. 2025.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo, SP: Atlas, 2008. p.75-88.

GÓES, G. S.; MARTINS, F. DOS S.; NASCIMENTO, J. A. S. **Um panorama do trabalho remoto no Brasil e nos estados brasileiros durante a pandemia da covid-19.** Brasília: Ipea, set. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3xkDGa2>>.

Kiyosaki, R. 2002. **Independência Financeira.** Editora Elsevier, Rio de Janeiro.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo, SP: Atlas, 2003. p.44-73.

REZENDE, FERNANDA MARTINS; DUARTE, THAIS LOPES. **O home office em tempos de pandemia.** Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/9679a724-632c-4e51-94c0-2613450eaf6>

Retrato do endividamento dos consumidores -Relatório Especial PEIC agosto 2021. Disponível em: </https://portalbucket.azureedge.net/wp-content/2021/08/Analise-Peic-Agostode-201_especial.pdf.>

SAVOIA, J.R.F.; SAITO, A.T.; SANTANA, F.A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. Revista de Administração Pública, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, Rio de Janeiro, novembro/dezembro de 2007.

SEBRAE. **Gestão Financeira – 2019.** Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ac/artigos/gestaoфинeіra,28a97ffc98a98610VgnVCM1000004c00210aRCRD>

SERASA EXPERIAN, **35 milhões de brasileiros têm dívidas em bancos, aponta relatório da Serasa – 2025** Disponível em: <https://www.serasa.com.br/imprensa/35-milhoes-de-brasіleiros-tem-dividas-em-bancos-aponta-relatorio-da-serasa>

SERASA EXPERIAN, **Inadimplência aumenta 2,6% em janeiro, segundo Serasa Experian, 2020.** Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br>.

SERASA **Como dividir o salário? Confira metodologias.** 25 de setembro de 2023. Disponível em: <<https://www.serasa.com.br/carteira-digital/blog/dividir-salario/>>

STANLEY, Thomas J.; DANKO, William D. **O milionário mora ao lado.** 1.ed. São Paulo: Manole, 1999.

SPC. **Endividamento: Saiba como transformar sua realidade Financeira.** Serviço de Proteção ao Crédito 2024. Disponível em: [Endividamento: saiba como transformar a sua realidade financeira.](#)

STEHLING, Priscilla e ARAÚJO, Meire. Alfabetização Financeira. Revista da Escola Adventista, São Paulo, 2008.

ZANOBIA, Luana. **IBGE: Desemprego durante a pandemia foi maior que o estimado.** Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/ibge-desemprego-durante-a-pandemia-foi-maior-que-o-estimado/> . Acesso em: 30 mar. 2025.

Capítulo 9

CRESCIMENTO INTEGRAL DA IGREJA: PERSPECTIVAS CONCEITUAIS

Erico Tadeu Xavier

Doutorado (PhD) em Philosophy in Theology - South African Theological Seminary; Pós-Doutorado pela FAJE - Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. Coordenador do curso de teologia da Faculdade Malta, Teresina, PI. E-mail: etxacademico@gmail.com

Ivan Bim Requena

Administrador. Teólogo. Mestre em Engenharia de Produção (Gestão de Negócios), pela UFSC. Doutor em Ciências da Educação (Gestão de Pessoas) pela FICS (Mercosul). Professor na Faculdade Malta, Teresina, PI. E-mail: ivan.requena@yahoo.com

RESUMO

O presente artigo aborda o tema do crescimento integral da Igreja a partir de uma perspectiva teológico-pastoral, destacando que esse crescimento não se limita ao aumento numérico, mas envolve o fortalecimento espiritual, comunitário e missional. São apresentadas dimensões do crescimento integral — espiritual, comunitária e missional — que, quando equilibradas, promovem uma Igreja saudável, dinâmica e relevante. O texto também discute diferentes enfoques teóricos sobre crescimento e missão integral, citando autores como McGavran, Padilla, Winter e Costas, que apresentam categorias variadas de crescimento e missão. Além disso, resgata os modelos bíblicos de Jesus e da igreja primitiva em Jerusalém como exemplos históricos do crescimento integral. O artigo enfatiza ainda a importância da missão integral que abarca ação evangelística, responsabilidade social e serviço comunitário, sustentando que uma Igreja verdadeiramente integral cultiva uma fé encarnada que atende às necessidades espirituais e sociais das pessoas e comunidades, seguindo o exemplo de Cristo.

Palavras-chave: Crescimento integral. Igreja. Missão. Cristianismo.

ABSTRACT

The article addresses the theme of the integral growth of the Church from a theological-pastoral perspective, highlighting that this growth is not limited to numerical increase but involves spiritual, communal, and missional strengthening. It presents the dimensions of integral growth—spiritual, communal, and missional—that, when balanced, promote a healthy, dynamic, and relevant Church. The text also discusses different theoretical approaches to integral growth and mission, citing authors such as McGavran, Padilla, Winter, and Costas, who present various categories of growth and mission. Additionally, it retrieves the biblical models of Jesus and the early church in Jerusalem as historical examples of integral growth. The article emphasizes the importance of integral mission encompassing evangelistic action, social responsibility, and community service, sustaining that a truly integral Church cultivates an incarnational faith that attends to people's spiritual and social needs, following the example of Christ.

Keywords: Full growth. Church. Mission. Christianity

1. INTRODUÇÃO

O crescimento integral da Igreja é um tema que envolve tanto dimensões quantitativas quanto qualitativas do corpo eclesial, buscando compreender o desenvolvimento comunitário à luz da missão cristã. Mais do que a expansão numérica de membros, esse conceito abrange o fortalecimento espiritual, relacional e missional da comunidade de fé, integrando aspectos teológicos, sociológicos e pastorais em uma perspectiva holística. Nas últimas décadas, a reflexão sobre o crescimento integral tem ganhado destaque em estudos teológicos e práticos, especialmente diante dos desafios contemporâneos da secularização, da diversidade cultural e das transformações sociais. Assim, investigar o crescimento integral da Igreja implica analisar os fundamentos bíblicos, os princípios organizacionais e as práticas ministeriais que promovem uma vida eclesial saudável, sustentável e relevante no contexto atual.

Nos estudos de crescimentos integral da igreja, a missão é analisada sob a perspectiva dimensional, onde cada aspecto está inter-relacionado com o outro, proporcionando um crescimento harmonioso e saudável. Tal perspectiva foi utilizada por Jesus Cristo e, atualmente, tem direcionado a igreja moderna no reconhecimento da necessidade de se analisar o crescimento da igreja de modo dinâmico e completo, tendo em vista a continuidade da missão da igreja cristã no mundo.

Neste artigo, são apresentadas as perspectivas conceituais que alguns estudiosos de crescimento da igreja têm analisado, com o objetivo de salientar a importância de a

igreja se desenvolver de maneira saudável em todos os aspectos e dimensões nela existentes.

O contexto do crescimento integral da Igreja encontra sua origem e propósito nas Escrituras. Desde o livro de Atos, observa-se que o avanço da comunidade cristã primitiva não se restringia ao aumento numérico, mas à formação de discípulos maduros na fé e comprometidos com a prática do amor e da justiça. O apóstolo Paulo, ao escrever às comunidades cristãs, enfatiza que a Igreja é o corpo de Cristo e, como tal, deve crescer “em tudo naquele que é a cabeça, Cristo” — uma imagem que expressa o equilíbrio entre estrutura, função e espiritualidade. Esse crescimento integral se dá na medida em que os dons são exercidos, as relações são edificadas e a missão é cumprida, de modo que a expansão externa seja o reflexo de uma saúde espiritual interna.

Isto leva ao entendimento de que o crescimento integral da Igreja pode ser analisado em três dimensões principais: espiritual, comunitária e missional. A dimensão espiritual envolve o aprofundamento da vida devocional, a formação doutrinária e o discipulado contínuo, que conduzem à maturidade em Cristo. A dimensão comunitária refere-se à edificação de relacionamentos saudáveis, pautados pelo amor fraterno, pelo serviço mútuo e pela comunhão. Já a dimensão missional compreende o compromisso de anunciar o Evangelho e atuar de forma transformadora na sociedade, inserindo-se nos contextos de dor e necessidade humana. Essas três dimensões, quando equilibradas, produzem uma Igreja dinâmica, relevante e fiel à sua vocação.

Assim, a implementação de uma visão integral de crescimento requer intencionalidade e discernimento pastoral. Isso inclui o investimento na capacitação de líderes, o fomento de uma espiritualidade comunitária e a criação de ministérios que unam evangelização e ação social. O discipulado deve ser compreendido como um processo contínuo de transformação que permeia todas as áreas da vida cristã, capacitando os membros para servirem a Deus no mundo com excelência e fidelidade. Assim, a Igreja cresce de maneira integral quando cultiva uma fé encarnada, voltada tanto para Deus quanto para o próximo.

2. ASPECTOS DIMENSIONAIS DE CRESCIMENTO DA IGREJA

O termo crescimento é considerado como sinônimo de missão, tendo em vista que, no contexto histórico de análise da missão da igreja cristã, esse termo foi adotado como

reação ao movimento ecumênico que considerava missão todo o trabalho que a igreja desenvolvia. (MCGAVRAN, 1970).

Os estudiosos tendem a sustentar critérios diversos sobre o conteúdo da missão e crescimento integral da igreja. Para isso, é conveniente notar e analisar essas abordagens, as quais são destacadas no Quadro abaixo:

QUADRO 1: Comparativo sobre o enfoque do crescimento integral da igreja

MIRANDA	MCGAVRAN	GRELLERT	COSTAS	VAN ENGEN	PADILLA	WINTER
Evangelismo Nutrição Serviço	Biológico Transferência Conversão	Comunhão Adoração Edificação Evangelismo Serviço	Numérico Orgânico Conceitual Diaconal	Recrutamento Orgânico Conceitual Existencial Espiritual	Evangelismo Ação social	Evangelismo: Interno Expansivo Extensivo Por pontes

Fonte: Os autores, (2025)

Juan Carlos Miranda apresenta, em sua análise de crescimento integral da igreja, o pensamento de McGavran e Peter Wagner, ao considerar que a missão acontece em três categorias: Evangelismo, que consiste na conversão dos não crentes; Ensino (ou Nutrição), que consiste no trabalho dos discípulos pelos novos crentes para ensinar-lhes a doutrina bíblica que os auxilie a alcançar a maturidade da fé; e o Serviço, para prestar todo tipo de ajuda e poder contribuir para que consigam recursos para suprir suas necessidades básicas, sociais, físicas e materiais. (MIRANDA, 1985).

McGavran (1970), destaca que, na igreja, se desenvolvem três tipos de crescimento, a saber: o Biológico, resultado do nascimento dos filhos das famílias convertidas; por Transferência ou mudança, quando a igreja recebe membros oriundos de outra igreja ou congregação; e por Conversão, resultado do trabalho evangelístico que batiza, discipula e recebem as pessoas como membros em plena comunhão.

Para Grellert (1991, p.2), a missão integral abrange cinco aspectos: “comunhão, adoração, edificação, evangelismo e serviço”. Grellert (1985) considera que, da mesma forma que, em Sua compaixão, Jesus encontrou a ação adequada para cada situação, a igreja deve contribuir para que o mundo se torne melhor, transformando pessoas pela pregação do evangelho e pela ação social.

Para Engen (1992), a missão e o crescimento integral da igreja acontecem em cinco dimensões: Recrutamento que consiste em ganhar os incrédulos; orgânico, que tem lugar na estrutura hierárquica; conceitual, relativo ao conhecimento teológico e doutrinário;

existencial, que consiste numa práxis existencial de ação social e identificação com a realidade; e espiritual, que se relaciona com a maturidade, o aprofundamento na fé e no compromisso.

Para Padilla (1986), a missão integral da igreja se resume em dois aspectos: Evangelismo e Responsabilidade Social (ou ação social). Ele afirma: “O evangelho são as boas novas do reino de Deus. As boas obras, por outro lado, são sinais do Reino para o qual fomos criados em Jesus Cristo. A palavra e a ação estão unidas intimamente na missão de Jesus e de seus apóstolos, e devemos mantê-las unidas na missão da igreja”. PADILLA (1986, p. 191).

Winter (2009) vê o segredo do crescimento integral da igreja na execução de um programa evangelístico que proporcione o desenvolvimento em quatro fases: crescimento Interno, que inicia com a conversão dos que já estão dentro da igreja, mas ainda não fizeram uma profissão pública de fé; crescimento Quantitativo, quando é espiritual, de fortalecimento, de discipulado; o crescimento Expansivo acontece quando a igreja experimenta a alegria de sair de suas quatro paredes para ganhar os incrédulos da comunidade e trazê-los para a congregação; o crescimento Extensivo, que estabelece novas congregações filiais para começar novas atividades; e o crescimento por Pontes, que tem a ver com o início de atividades interculturais.

Por sua vez, Costas (1998), analisa o crescimento da igreja a partir de quatro dimensões: a dimensão Numérica, que consiste na conversão dos incrédulos para que aceitem a fé e se filiem como membros regulares; a Orgânica, crescimento relacionado ao sistema estrutural institucional (sua forma de governo, recursos humanos e financeiros, liderança, atividades sociais e culturais); a Conceitual, que é sua consciência e conhecimento doutrinário e bíblico como comunidade de fé, sua interação com a história e a compreensão do mundo que a rodeia, seus rituais de cultos para evitar a degeneração e garantir a qualidade evangelística e ética; e a Diaconal, que trata da grandeza de seu ministério reconciliador no mundo, “o nível de participação na vida (ética), conflitos, temores e esperanças da sociedade; na medida em que seu serviço ajuda a aliviar a dor da humanidade e a transformar as condições sociais que tem condenado os milhões de homens, mulheres e crianças à pobreza”. (COSTAS, 1998).

A abordagem dos diferentes enfoques da missão e crescimento integral da igreja revela que a igreja apresenta diferentes aspectos de crescimento. Os aspectos

dimensionais estudados por Orlando Costas: numérico, orgânico, conceitual e diaconal são aqui salientados, pelas seguintes razões:

- a) O crescimento numérico por ter relação com o desenvolvimento de um programa agressivo para ganhar almas e torná-los membros em plena comunhão.
- b) O crescimento orgânico não é algo a se estabelecer ou estipular para a igreja, já que a estrutura orgânica, hierárquica e política da igreja já existe, podendo, no entanto, passar por uma readequação, focando o contexto da funcionalidade. Não obstante, há alguns aspectos que necessitam ser reforçados, tais como: a administração de recursos humanos e financeiros, a formação de uma liderança comprometida, redefinição de um programa contextualizado para atender às necessidades reais da igreja e da comunidade, o aspecto litúrgico, promoções e relações públicas.
- c) O crescimento conceitual seria com a finalidade de levar a cabo um plano agressivo de discipulado para ensinar conhecimentos doutrinários e bíblicos aos recém-convertidos, batizá-los e recebê-los como membros em plena comunhão. Também para reafirmar e consolidar os conceitos bíblico-teológicos dos membros atuais e ativos, para nutri-los e edificá-los.
- d) O crescimento diaconal consiste na práxis da fé por meio de uma obra existencial e de ação social que atenda às necessidades dos indivíduos e da comunidade em geral.

Evidencia-se, acima, que o crescimento integral da igreja envolve uma jornada equilibrada em quatro dimensões complementares. O crescimento numérico reflete a expansão do corpo de Cristo por meio da evangelização e do acolhimento de novos membros. O crescimento orgânico manifesta-se no fortalecimento espiritual, na comunhão e na maturidade dos fiéis, promovendo relacionamentos saudáveis e edificantes. O crescimento conceitual diz respeito ao aprofundamento do conhecimento bíblico e teológico, capacitando a igreja a compreender melhor sua missão e identidade em Cristo. Por fim, o crescimento diaconal evidencia-se no serviço amoroso ao próximo, traduzindo a fé em ações concretas de solidariedade, justiça e compaixão.

3. OUTROS ASPECTOS DO CONCEITO “INTEGRAL”

Ao analisar os aspectos que abrangem o conceito de crescimento integral da igreja, é relevante relembrar os modelos bíblicos nos quais essas teorias devem estar fundamentadas: o de Jesus, uma vez que ele é o fundador da igreja, da qual Ele é o verdadeiro alicerce e Pedra angular; e o crescimento integral experimentado pela igreja de Jerusalém.

No modelo de Jesus os aspectos do crescimento integral são claramente perceptíveis. O numérico, já que, apesar de haver começado sozinho, tão logo iniciou Seu ministério, logo recrutou doze apóstolos e muitos discípulos que O seguiram (centenas, milhares). O orgânico, percebido na organização de um corpo apostólico ao qual delegou responsabilidades que deveriam cumprir fielmente. O conceitual, observado nas viagens que realizou e aproveitou todo o contexto da situação para ensinar as Sagradas Escrituras, atualizando o conteúdo da lei e da Escritura e ensinando os princípios e normas que regem o reino de Deus. E o diaconal, em que Ele instruiu aos discípulos a levarem a cabo uma série de missões evangelísticas de forma integral, para serem servos (diáconos) ao dar alimento às multidões e os exortou que era sua responsabilidade cumprir todas as obrigações legais como cidadãos.

No modelo da igreja de Jerusalém podem também ser percebidos os seguintes aspectos de crescimento integral: em relação ao crescimento numérico, a igreja nasceu com a vinda do Espírito Santo e aumentou sua membresia de 120 para 3.000, e tempos depois o número de crentes foi aumentando com os novos conversos. No orgânico, a reestruturação do corpo apostólico tomou forma com a delegação de responsabilidades a outros líderes e com a escolha de sete diáconos gregos para servir o seu povo e aos gentios. Quanto ao conceitual, a formação teológica foi embasada no ensinamento apostólico do evangelho e das Sagradas Escrituras, na gloriosa ressurreição de Jesus e na promessa dos acontecimentos finais que abriga todas as esperanças de salvação e que deveriam compartilhar com todos os homens. O diaconal tomou forma como serviço administrativo de bens materiais para os necessitados e para ministrar as boas-novas de salvação aos perdidos, a fim de que se reconciliem com Deus, O adorem e O sirvam.

O estudo da missão integral da igreja, portanto, objetiva atender a todas as situações da existência. Por exemplo: quando se fala de trabalhar integralmente em prol do indivíduo, devemos entender, em primeiro lugar, que este trabalho não deve visar

apenas o bem-estar parcial, mas total. Em outras palavras, deve-se pensar num resgate completo abrangendo a área espiritual, a mente, o coração, a consciência, à vontade e o corpo do pecador. Em segundo lugar, quando atendemos as necessidades de uma pessoa, incluímos todas as suas necessidades psicobiossociais, espirituais e materiais. Em terceiro lugar, esta atenção não deve dirigir-se somente aos adultos, mas às pessoas de todas as idades (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos), sem distinção de sexo nem de condição social. GRELLERT (1991). Todas as pessoas são dignas e candidatas a receber o Evangelho de vida plena e eterna.

Por outro lado, a missão integral da igreja não se limita a restaurar apenas o indivíduo, mas deve-se pensar na salvação familiar. A priori, entre as metas da pregação do Evangelho, está a de ganhar famílias inteiras para Cristo. À igreja cabe cumprir esta missão já que “só a igreja integral pode pregar o evangelho integral. Todo o povo de Deus deve responder a este chamado e compartilhar a missão evangelística. Porém, todos os seus esforços serão inúteis sem o Espírito de Deus”. CELEP (1989. p.65-66)

Nessa perspectiva, a missão integral não se restringe ao Evangelismo, pura e simples. Embora “na missão de serviço sacrificial da igreja, o evangelho tem prioridade” (STOTT, 1974), é dever do Cristianismo praticar obras de caridade. Sem dúvida, a evangelização tem prioridade sobre as obras sociais, já que tem relação com o destino eterno do homem. No entanto, há ocasiões em que é necessário o atendimento social para que se abra oportunidade ao evangelho. ALIANZA EVANGÉLICA MUNDIAL (1982, p.38).

Em relação ao serviço, a igreja deve imbuir-se de uma responsabilidade social comprometida, expressa na missão existencial que procura o bem-estar comum, assim como Jesus fez, atendendo às necessidades das pessoas, com um amor que age em favor do homem. “[...] a metodologia de Jesus implica também atender às necessidades do ser humano. Portanto, devemos amar, evangelizar e servir. Trabalho pessoal e serviço devem andar juntos e não separados”. GOMEZ (1991, p.12-13).

O serviço (diaconia) cristão implica envolvimento com a comunidade. “Portanto, a igreja não deve se descuidar de suas responsabilidades coletivas, externas e temporais. Nós cristãos somos cidadãos em dois reinos e temos responsabilidades em ambos”. STOTT (1991. p. 13-15).

4. CONCLUSÃO

Refletir sobre o crescimento integral da Igreja é reconhecer que sua plenitude não se mede apenas por indicadores quantitativos, mas pela maturidade espiritual, pela comunhão autêntica e pela fidelidade à missão que lhe foi confiada por Cristo. Uma Igreja integral é aquela que cresce simultaneamente para dentro e para fora: para dentro, ao formar discípulos que vivem em santidade, serviço e comunhão; e para fora, ao testemunhar o Reino de Deus com relevância e compaixão no mundo. Esse equilíbrio entre edificação interna e impacto externo constitui o cerne do desenvolvimento eclesial genuíno.

O crescimento integral exige uma espiritualidade centrada em Cristo, práticas ministeriais coerentes com o Evangelho e uma ação comunitária capaz de responder aos desafios contemporâneos com sabedoria e graça. Assim, a Igreja torna-se sinal visível do Reino, espaço de reconciliação e instrumento de transformação social. O chamado ao crescimento integral, portanto, não é apenas um ideal teórico, mas uma vocação contínua para que o corpo de Cristo manifeste, em sua plenitude, o amor e a glória de Deus no mundo.

Com isto, o crescimento integral da igreja é um imperativo que se originou no seio da Soberania Divina. É Deus que faz com que sua obra cresça mediante a operação do Espírito Santo. Nesse propósito, a análise das dimensões numérica, orgânica, conceitual e diaconal não prescindem de se reconhecer a integralidade da missão que o próprio Cristo e os apóstolos deixaram como exemplo. As responsabilidades sociopolíticas estão presentes no Novo Testamento, em diferentes ocasiões: Jesus ordenou o pagamento de impostos (Mt 17:27; 22:21); os apóstolos respeitaram as autoridades (At 4:3); Paulo sugeriu comportamentos diante das autoridades, como: sujeitar-se a eles, pagar o tributo para manutenção do governo, cumprir a Lei por amor, ser cidadãos honrados e responsáveis (Rm 13), inclusive pediu a Onésimo que voltasse a seu patrão e reparasse seu mau procedimento ao fugir de casa (Fm); Tiago disse sobre o dever de sermos obedientes à Lei (Tg 4:11-12).

Desse modo, o conceito de missão integral permeia os estudos de crescimento da igreja, sendo importante analisar cada dimensão ou aspecto que a igreja apresenta, para observar onde a igreja pode melhorar, tendo em vista a pregação do Evangelho para

salvação e a participação em comunidade para a promoção do crescimento e bem-estar da igreja.

REFERÊNCIAS

ALIANZA EVANGÉLICA MUNDIAL. Documento La relación entre La evangelización y la responsabilidad social. *Misión*; Revista Internacional de orientación Cristiana, 1, n. 3, oct.-dec., 1982: 36-38, 41. p. 38.

CELEP. *Movimientos de Lausana y mision de la Iglesia: aportes desde América central*. San José: CELEP, 1989. p. 65-66.

COSTAS, Orlando. *Dimensiones del crecimiento integral de la iglesia*. Grand Rapids: Eerdmans, 1998.

GOMEZ, Maclovio L. Evangelismo personal al estilo de Jesus. *Ministério*, v. 5, n. 2. 1991, p. 12-13.

GRELLERT, Manfred. *Evangelização e responsabilidade social*. 2. ed. São Paulo: ABU Editora S/C, 1985. p. 14.

GRELLERT, Manfred. *Misión integral*. San Salvador: Misión Mundial, 1991. p. 2.

GRELLERT, Manfred. *op. cit.* 1991, p. 19. MCGAVRAN, Donald A. *op. cit.*, p. 6-8.

MCGAVRAN, Donald A.; WELD, Wayne. *Principios de crecimiento de la Iglesia*. Cochabamba. Comité Latinoamericanos de Textos Teológicos, 1970.

MIRANDA, Juan Carlos. *Manual de iglecrecimiento*. Miami: Editorial vida, 1985. p. 39.

PADILHA, René. *Misión integral*. Buenos Aires: Nueva Creación, 1986. p. 191.

STOTT, John. *Art. 6. Pacto de Lausanne*, 1974.

STOTT, John. *La fe cristiana frente a los desafíos contemporáneos*. Buenos Aires: Nueva Creación, 1991. p. 13-15.

VAN ENGEN, Carlos. *La misión de la Iglesia em el contexto latinoamericano*. Convocatória acadêmica SENDAS, 1992.

WINTER, Ralph. Perspectivas no Movimento Mundial. Editora Vida Nova, SP. 2009. *op. cit.*, p.39-42.

Capítulo 10

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E SEUS IMPACTOS NA GESTÃO DE EMPRESAS: UM ESTUDO DE CASO NA FLASH NET BRASIL

Ana Luisa Santiago

Graduanda do Curso de Administração da Fundação Educacional de Fernandópolis.

Prof. Clayton Aparecido Cardoso de Moraes

Mestre em Engenharia da Produção pela Universidade Metodista de Piracicaba. Professor do Curso de Administração da Fundação Educacional de Fernandópolis.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar os impactos da Inteligência Artificial (IA) na gestão empresarial contemporânea, destacando suas aplicações, benefícios e desafios no ambiente corporativo. A pesquisa busca compreender como a IA tem transformado processos decisórios, estratégicos e operacionais, contribuindo para a eficiência, a inovação e a competitividade das organizações. Foi realizado um estudo de caso na empresa Flash Net Brasil, provedora de serviços de internet, que implementou soluções baseadas em IA para aprimorar a gestão de clientes, otimizar fluxos comerciais e aperfeiçoar a experiência do usuário. Por meio de pesquisa bibliográfica e análise prática, verificou-se que a adoção de sistemas inteligentes possibilita maior agilidade, redução de custos e assertividade nas decisões, embora ainda existam desafios relacionados à adaptação humana, à ética e à segurança de dados.

Palavras-chave: Inteligência Artificial. Gestão Empresarial. Inovação Tecnológica. Estratégia Competitiva.

ABSTRACT

This article aims to analyze the impacts of Artificial Intelligence (AI) on contemporary business management, highlighting its applications, benefits, and challenges in the corporate environment. The research seeks to understand how AI has transformed decision-making, strategic, and operational processes, contributing to the efficiency,

innovation, and competitiveness of organizations. A case study was conducted at Flash Net Brasil, an internet service provider company that implemented AI-based solutions to improve customer management, optimize commercial flows, and enhance the user experience. Through bibliographic research and practical analysis, it was found that the adoption of intelligent systems enables greater agility, cost reduction, and assertiveness in decisions, although there are still challenges related to human adaptation, ethics, and data security.

Keywords: Artificial Intelligence. Business Management. Technological Innovation. Competitive Strategy.

INTRODUÇÃO

A revolução tecnológica do século XXI tem provocado mudanças profundas na forma como as organizações operam, comunicam-se e tomam decisões. Entre as inovações que mais impactam o ambiente corporativo, destaca-se a Inteligência Artificial (IA), que se consolidou como uma ferramenta estratégica na busca por eficiência e vantagem competitiva. De acordo com Davenport e Ronanki (2018), a IA tem se mostrado essencial para automatizar processos, prever comportamentos e gerar insights que apoiam a gestão em todos os níveis da empresa.

No contexto atual, caracterizado por alta competitividade e velocidade nas transformações, a gestão tradicional baseada exclusivamente na experiência humana e em processos manuais torna-se insuficiente. A Inteligência Artificial surge como um diferencial capaz de ampliar a capacidade analítica das organizações, permitindo decisões mais precisas e ágeis (BRYNJOLFSSON; MCAFEE, 2017).

A adoção da IA no ambiente empresarial não se limita à automação de tarefas, mas envolve também a reconfiguração de estratégias, cultura organizacional e relacionamento com clientes. Empresas que integram a IA aos seus modelos de gestão conseguem otimizar recursos, reduzir custos e criar experiências personalizadas, consolidando-se como líderes em inovação (MARR, 2020).

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo geral analisar os impactos da Inteligência Artificial na gestão empresarial, por meio de um estudo de caso realizado na Flash Net Brasil, empresa do setor de telecomunicações. O trabalho busca compreender como a implementação de ferramentas de IA contribui para a melhoria dos processos internos, o desempenho comercial e a satisfação dos clientes.

O artigo também tem como objetivos específicos:

- Identificar as principais aplicações da IA na gestão empresarial;
- Avaliar os benefícios e desafios enfrentados pela Flash Net Brasil na adoção dessas tecnologias;
- Analisar de que forma a IA influencia na tomada de decisão e na produtividade organizacional.

A relevância deste estudo está em evidenciar como a Inteligência Artificial tem se tornado uma aliada indispensável para gestores que desejam otimizar resultados e alinhar suas empresas às tendências da transformação digital, destacando a importância da capacitação humana e da ética na utilização dessas ferramentas.

IMPACTO E DESAFIOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA GESTÃO EMPRESARIAL

A Inteligência Artificial (IA) é um campo da ciência da computação que busca desenvolver sistemas capazes de realizar tarefas que, até pouco tempo, dependiam exclusivamente da capacidade humana, como interpretar dados, aprender com experiências e tomar decisões autônomas (RUSSELL; NORVIG, 2016). No contexto empresarial, a IA se tornou um dos principais motores da transformação digital, promovendo eficiência, inovação e vantagem competitiva.

Segundo Davenport e Kalakota (2019), as empresas que adotam a IA em suas operações conseguem integrar grandes volumes de dados a modelos analíticos, possibilitando previsões precisas e respostas rápidas às mudanças de mercado. Essa capacidade preditiva transforma a forma como gestores planejam e executam estratégias, elevando o nível de inteligência operacional e estratégica das organizações.

A gestão empresarial, tradicionalmente centrada na experiência humana, na observação empírica e em métodos lineares de planejamento, passa a incorporar algoritmos inteligentes como instrumentos de apoio à tomada de decisão. Para Chiavenato (2020), essa transformação representa uma nova era da administração, em que a tecnologia atua como um agente de inteligência complementar, e não substitutiva, ao papel humano.

A IA aplicada à gestão permite que empresas adotem modelos baseados em dados (*data-driven management*), promovendo decisões mais assertivas e mensuráveis. Ferramentas como *machine learning*, *big data analytics* e *chatbots* corporativos têm se

destacado na otimização de setores como atendimento ao cliente, marketing, recursos humanos e controle financeiro (MARR, 2020).

De acordo com McKinsey & Company (2022), empresas que incorporam IA em seus processos de gestão obtêm, em média, um aumento de 20% na produtividade e reduzem custos operacionais em até 30%. No entanto, o sucesso dessa implementação depende fortemente da cultura organizacional e do nível de preparo das equipes.

Além dos benefícios, é fundamental considerar os desafios que acompanham a adoção da Inteligência Artificial. A ética no uso de dados, a privacidade e a transparência nos algoritmos são aspectos que exigem atenção crescente dos gestores (FLORIDI, 2019). Outro ponto relevante é o impacto sobre o mercado de trabalho, já que a automação pode substituir algumas funções repetitivas, ao mesmo tempo em que cria novas demandas por profissionais qualificados em tecnologia e análise de dados (BRYNJOLFSSON; MCAFEE, 2017).

Portanto, a integração da IA à gestão empresarial requer equilíbrio entre tecnologia, estratégia e pessoas. A inteligência artificial, quando aplicada de forma planejada e responsável, se torna um diferencial competitivo capaz de impulsionar o crescimento sustentável e a inovação organizacional.

APLICAÇÕES PRÁTICAS DA IA NA GESTÃO EMPRESARIAL

A Inteligência Artificial (IA) desempenha um papel central na transformação da gestão empresarial, fornecendo soluções que aumentam a eficiência operacional, aprimoram a experiência do cliente e otimizam a tomada de decisões. Diferentes áreas organizacionais têm incorporado sistemas inteligentes para potencializar resultados e gerar vantagens competitivas (Davenport; Ronanki, 2018; Brown et al., 2020).

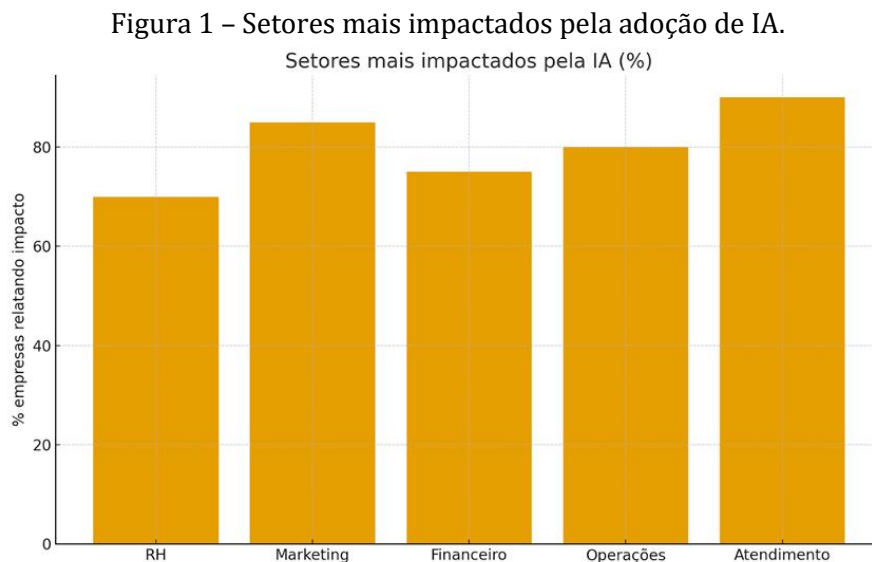
Entre os setores mais impactados, destaca-se a gestão de pessoas, em que a IA é aplicada para triagem automatizada de currículos, identificação de competências e análise de compatibilidade de perfis, tornando os processos seletivos mais rápidos e assertivos. Ferramentas de *People Analytics* permitem ainda monitorar o desempenho de colaboradores, prever rotatividade e planejar estratégias de retenção de talentos (Brown et al., 2020; OECD, 2021). No marketing, algoritmos de recomendação segmentam públicos, personalizam campanhas e antecipam comportamentos de consumo, elevando

engajamento e conversão em plataformas de e-commerce e streaming (Davenport; Katz, 2021; Chaffey, 2022).

No campo financeiro, a IA contribui para análise de risco, prevenção de fraudes e otimização de investimentos, com sistemas capazes de detectar padrões anômalos em transações e reduzir perdas, enquanto assistentes virtuais apoiam clientes em serviços bancários (OECD, 2021; Manyika et al., 2018). Em operações e logística, a roteirização inteligente reduz custos de transporte e otimiza a entrega de produtos, enquanto a manutenção preditiva identifica sinais de falhas em equipamentos antes de ocorrerem, prevenindo paradas não programadas e aumentando a produtividade industrial (Manyika et al., 2018; Baryannis et al., 2019).

No atendimento ao cliente, chatbots, assistentes virtuais e *voicebots* fornecem suporte contínuo, melhorando a experiência do usuário por meio de respostas rápidas e personalizadas, ao mesmo tempo em que reduzem custos operacionais (Accenture, 2022; Huang; Rust, 2021).

Para ilustrar os setores mais impactados pela IA, a **Figura 1** apresenta uma síntese visual das áreas organizacionais em que a tecnologia tem maior aplicabilidade e relevância estratégica.



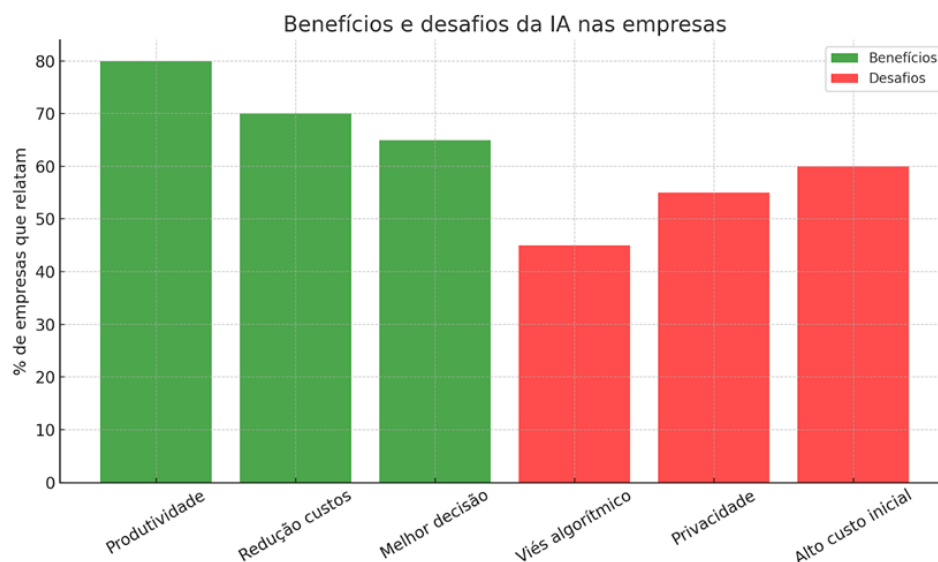
Fonte: Elaborado pela autora

Além das aplicações práticas, é fundamental analisar os impactos positivos e negativos da implementação da IA nas organizações. Entre os efeitos benéficos, destacam-se o aumento da produtividade e eficiência operacional, a melhoria na tomada de decisão

por meio de análises preditivas, a inovação em produtos e serviços e a ampliação da competitividade em mercados digitais (Davenport; Ronanki, 2018; Chui et al., 2018). Entretanto, a adoção da IA também apresenta desafios significativos, como riscos de desemprego devido à automação de tarefas repetitivas, questões éticas relacionadas a vieses algorítmicos e privacidade de dados, alto custo de implementação, especialmente para pequenas e médias empresas, e dependência tecnológica que pode gerar vulnerabilidades de segurança e conformidade regulatória (OECD, 2021; Bostrom, 2014).

A **Figura 2** apresenta um comparativo entre os benefícios e os desafios da IA nas empresas, oferecendo uma visão integrada dos efeitos positivos e negativos que as organizações devem considerar ao planejar a adoção dessa tecnologia.

Figura 2 – Comparativo entre benefícios e desafios da IA nas empresas.



Fonte: Elaborado pela autora

Assim, a implementação da IA deve ser conduzida com políticas de governança responsáveis e estratégias de gestão que maximizem os benefícios, ao mesmo tempo em que minimizem riscos, assegurando um impacto positivo e sustentável nas práticas organizacionais (OECD, 2021; Huang; Rust, 2021).

MATERIAIS E MÉTODOS DA PESQUISA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e descritiva, baseada em estudo de caso da Flash Net Brasil. Como material, foram utilizados os softwares de IA

implementados pela empresa para automação de processos, qualificação de leads, geração de relatórios e otimização do atendimento.

A coleta de dados foi realizada por meio de questionário semiestruturado aplicado a 10 gestores e líderes da empresa, selecionados por amostragem intencional, dada sua atuação direta nos processos impactados pela IA. O instrumento continha perguntas fechadas, com escala de Likert de 1 a 5, avaliando impacto, contribuição da IA e redução da sobrecarga de trabalho, além de questões abertas sobre benefícios, desafios e expectativas futuras.

Os dados quantitativos foram tabulados e representados em gráficos descritivos, enquanto as respostas abertas foram analisadas por análise de conteúdo, permitindo identificar padrões e tendências de percepção dos gestores.

ESTUDO DE CASO: FLASH NET BRASIL

A Flash Net Brasil embarcou em uma jornada estratégica de inovação tecnológica em julho de 2025, marcando o início da implementação de softwares de Inteligência Artificial (IA) em diversas frentes operacionais. O objetivo primordial dessa iniciativa é aprimorar a eficiência e a competitividade da empresa em um mercado cada vez mais dinâmico.

As principais áreas de foco para a aplicação da IA incluem:

Otimização de Processos: Automatizar tarefas rotineiras e repetitivas, identificando gargalos e sugerindo melhorias para fluxos de trabalho mais ágeis e eficazes. Isso libera equipes para se concentrarem em atividades de maior valor agregado, impulsionando a produtividade geral.

Agilização do Atendimento ao Cliente: Utilizar chatbots e assistentes virtuais baseados em IA para fornecer respostas rápidas e precisas às consultas dos clientes, 24 horas por dia, 7 dias por semana. Isso melhora significativamente a experiência do cliente, reduzindo o tempo de espera e aumentando a satisfação.

Geração de Relatórios Precisos e Insights Acionáveis: Analisar grandes volumes de dados de forma inteligente para extrair informações relevantes e gerar relatórios detalhados, que antes demandavam horas de trabalho manual. A IA oferece insights valiosos sobre o desempenho da empresa, tendências de mercado e comportamento do consumidor, subsidiando decisões estratégicas mais embasadas.

Qualificação de Leads: Empregar algoritmos de IA para analisar e pontuar leads, identificando aqueles com maior probabilidade de conversão. Isso otimiza os esforços de vendas e marketing, direcionando recursos para as oportunidades mais promissoras e aumentando a taxa de sucesso.

Redução de Atividades Repetitivas: Diminuir a carga de trabalho manual em tarefas monótonas e suscetíveis a erros, permitindo que os colaboradores se dediquem a funções que exigem criatividade, raciocínio crítico e interação humana.

Para avaliar o impacto inicial e as percepções em relação a essa transformação digital, a Flash Net Brasil conduziu uma pesquisa abrangente. Esta pesquisa envolveu um grupo estratégico de 10 gestores e líderes de diferentes departamentos da empresa, que foram convidados a compartilhar suas experiências e expectativas. Os principais pontos abordados na pesquisa incluíram:

Percepções sobre os Benefícios da IA: Quais são as vantagens mais evidentes observadas até o momento, como a melhoria na qualidade dos serviços, a redução de custos operacionais e o aumento da capacidade de inovação.

Desafios Enfrentados na Implementação: Identificar obstáculos técnicos, culturais ou de treinamento que surgiram durante o processo de adoção da IA, permitindo que a empresa desenvolva estratégias para superá-los.

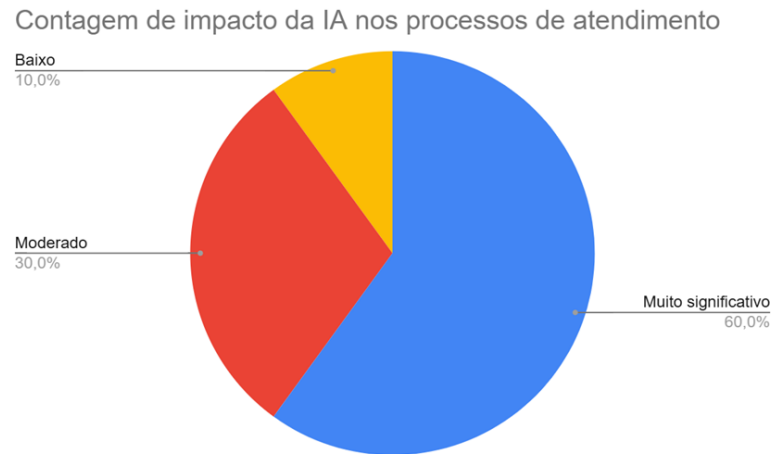
Expectativas Futuras: Entender as visões dos líderes sobre o potencial de longo prazo da IA na Flash Net Brasil, incluindo novas aplicações, aprimoramento contínuo dos sistemas existentes e o impacto na cultura organizacional.

Os resultados dessa pesquisa são cruciais para a Flash Net Brasil. Eles não apenas fornecerão um panorama detalhado do sucesso inicial da implementação, mas também orientarão os próximos passos, garantindo que a empresa continue a extrair o máximo valor da Inteligência Artificial em sua busca por excelência e inovação. A adoção da IA representa um salto qualitativo, posicionando a Flash Net Brasil na vanguarda da tecnologia e preparando-a para os desafios e oportunidades do futuro.

5.1 Impacto da IA nos Processos de Atendimento

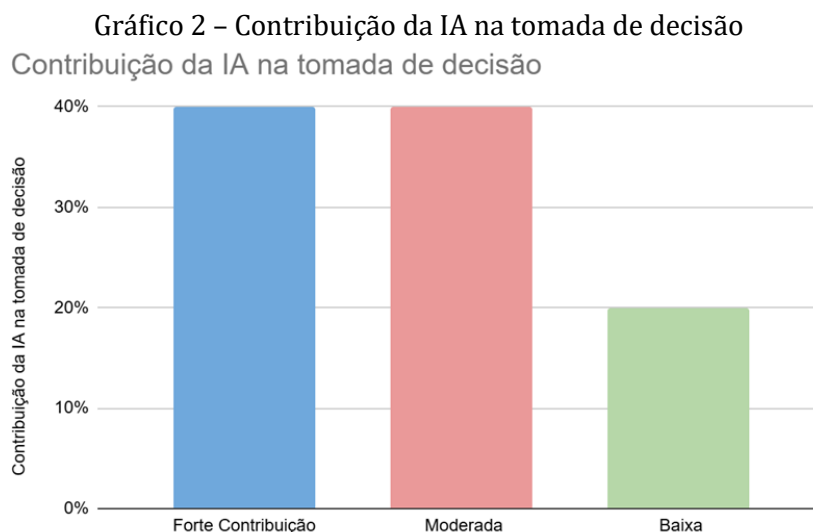
Os gestores avaliaram o impacto da IA nos processos de atendimento: 60% consideraram muito significativo, 30% moderado e 10% baixo.

Gráfico 1 – Impacto da IA nos processos de atendimento (nota 1 a 5)



5.2 Contribuição da IA na Tomada de Decisão

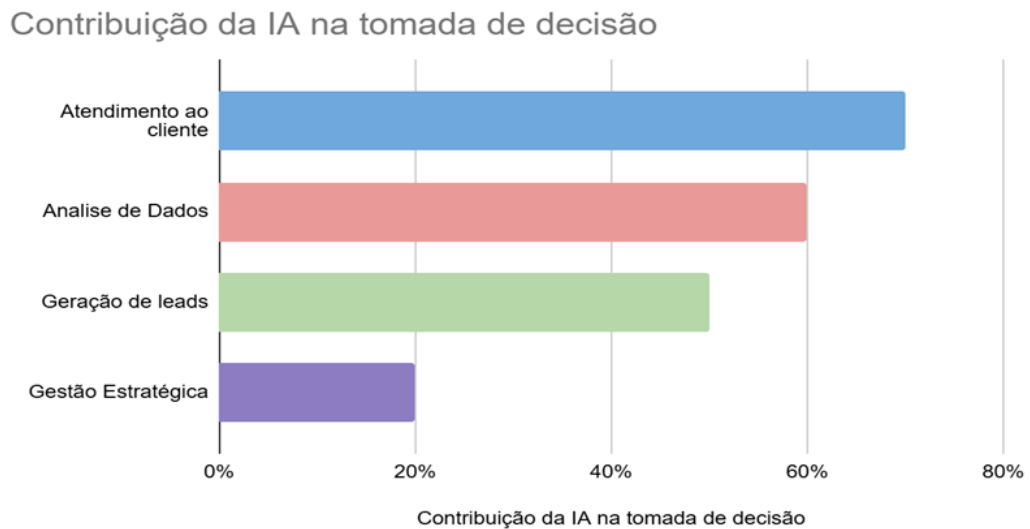
Quanto à contribuição da IA na tomada de decisão, 40% deram nota 5 (forte contribuição), 40% nota 4 (contribuição moderada) e 20% nota 3 (contribuição inicial). Este resultado pode ser exibido em um **gráfico de colunas** mostrando cada nível de avaliação.



5.3 Áreas mais Beneficiadas

Os setores mais beneficiados foram: atendimento ao cliente (70%), relatórios e análise de dados (60%), geração de leads (50%) e gestão estratégica (20%).

Gráfico 3 – Áreas mais beneficiadas pela IA na Flash Net Brasil



5.4 Benefícios, Desafios e Expectativas

Entre os benefícios apontados estão redução do tempo de atendimento, melhor organização de leads, relatórios mais rápidos e diminuição do retrabalho. Os desafios incluem necessidade de treinamento, resistência cultural e integração com sistemas legados. Quanto ao papel futuro da IA, 60% dos gestores acreditam em funções estratégicas, 30% foco em tarefas operacionais e 10% equilíbrio entre os dois papéis.

A pesquisa também indica expectativas para expansão da IA em previsão de demanda, *dashboards* em tempo real, maior personalização do atendimento e análise de mercado.

CONCLUSÃO DO ESTUDO DE CASO

O estudo realizado na Flash Net Brasil evidencia que a adoção da Inteligência Artificial trouxe benefícios significativos, especialmente na melhoria do atendimento ao cliente e na automação de relatórios, resultando em maior eficiência operacional e agilidade nos processos internos. Contudo, a implementação da tecnologia também enfrenta desafios relevantes, tanto no âmbito cultural quanto técnico, que ainda limitam a utilização plena da IA para suporte estratégico. Apesar dessas barreiras, a IA se mostra como um motor de transformação, com potencial de expansão para funções mais analíticas e estratégicas no futuro. Esses resultados reforçam a necessidade de políticas

de governança robustas, bem como de programas contínuos de capacitação, garantindo que a organização aproveite de forma sustentável todo o potencial da tecnologia.

PERSPECTIVAS FUTURAS DA IA

As perspectivas futuras para a Inteligência Artificial (IA) apontam para um crescimento exponencial em impacto econômico, social e organizacional. Relatórios recentes indicam que a IA não apenas continuará a transformar setores específicos, mas também se consolidará como eixo central da economia digital global.

A IA tem o potencial de gerar US\$ 15,7 trilhões até 2030, segundo estudo da PwC (2017). Essa projeção indica que a IA será uma força motriz significativa para o aumento da produtividade e o fomento da inovação, consolidando-se como a maior força disruptiva econômica em escala global.

Além do impacto econômico, outras tendências tecnológicas devem moldar o futuro da gestão empresarial com IA:

- IA Generativa (*Generative AI*): criação de textos, imagens e soluções criativas em escala;
- XAI (*Explainable Artificial Intelligence*): aumento da transparência e interpretabilidade dos algoritmos, mitigando riscos de viés;
- RPA (*Robotic Process Automation*): integração da IA para automatizar fluxos de trabalho complexos e repetitivos;
- Governança da IA: alinhamento entre inovação tecnológica, ética e responsabilidade social (OECD, 2021).

A IA transformará modelos de negócios, cadeias de valor e formas de trabalho, demandando novas regulamentações e competências profissionais.

O gráfico a seguir ilustra **a projeção do valor econômico global da IA até 2030**, destacando sua relevância para a economia digital.

Gráfico 4 – Projeção do valor econômico global da IA até 2030.



DADOS DE ADOÇÃO E REPRESENTAÇÕES GRÁFICAS

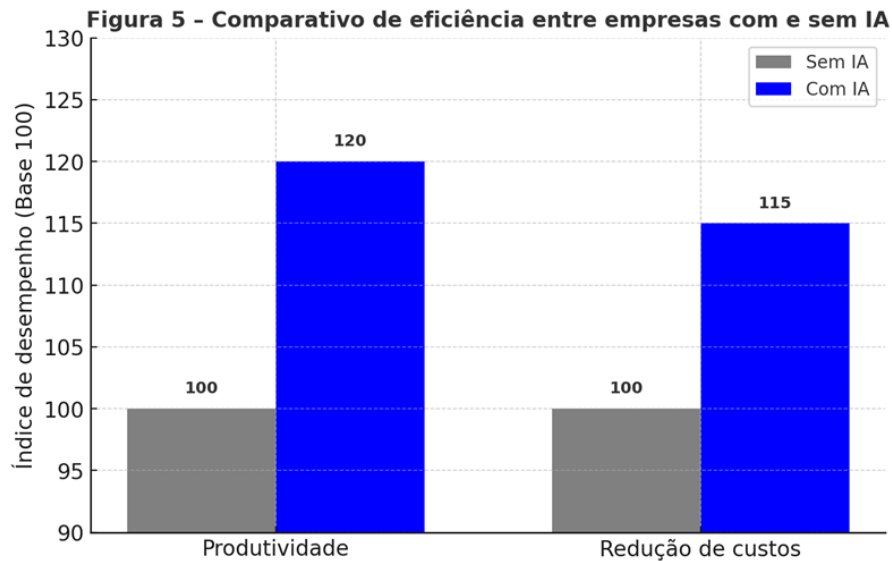
A adoção da Inteligência Artificial pelas empresas cresce de forma constante, gerando ganhos expressivos em eficiência, produtividade e redução de custos. De acordo com a McKinsey (2023), organizações que integram IA em processos-chave alcançam **até 20% mais produtividade e 15% menos custos operacionais** do que aquelas que não a utilizam.

A PwC (2022) indica que **70% das empresas globais já usam IA** em suas operações. Organizações que aplicam IA de forma estruturada alcançam melhores resultados em produtividade, redução de custos e inovação:

- **Produtividade:** automatização de tarefas repetitivas, uso de análises preditivas e otimização de processos;
- **Redução de custos:** mitigação de desperdícios, manutenção preditiva e roteirização eficiente;
- **Inovação:** desenvolvimento de novos produtos e serviços orientados por dados.

Para demonstrar o impacto da IA na eficiência organizacional, o gráfico a seguir compara empresas que utilizam IA em seus processos com aquelas que ainda não a implementaram, evidenciando ganhos em produtividade e redução de custos.

Gráfico 5 – Comparativo de eficiência entre empresas com e sem IA.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Inteligência Artificial configura-se como um vetor estratégico para a gestão empresarial, capaz de ampliar a eficiência operacional, gerar inovação e fortalecer a competitividade organizacional. Contudo, seus benefícios não se concretizam de forma automática: dependem de dados de qualidade, modelos robustos de governança tecnológica e capacitação contínua de gestores e colaboradores.

A IA impulsiona marketing, TI e operações com personalização, automação e análise de dados, mas enfrenta desafios em privacidade, ética e retorno sobre investimento (ROI).

A gestão eficaz da IA exige uma abordagem crítica e equilibrada, que articule eficiência e inovação com ética, transparência e responsabilidade social, definindo métricas claras para avaliar e guiar decisões.

Conclui-se que a IA é um pilar da transformação digital, capaz de redefinir processos, estratégias e culturas organizacionais. Empresas que a implementam com governança e foco estratégico tendem a se destacar em um cenário cada vez mais dinâmico e inovador.

REFERÊNCIAS

LIVROS

BOSTROM, N. *Superintelligence: Paths, Dangers, Strategies*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

BRYNJOLFSSON, E.; MCAFEE, A. *Machine, Platform, Crowd: Harnessing Our Digital Future*. New York: W. W. Norton & Company, 2017.

CHAFFEY, D. *Artificial Intelligence in Marketing: A Practical Guide*. Smart Insights, 2022.

CHIAVENATO, I. *Gestão de Pessoas: O Novo Papel dos Recursos Humanos nas Organizações*. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2020.

MARR, B. *Artificial Intelligence in Practice: How 50 Successful Companies Used AI and Machine Learning to Solve Problems*. Chichester: Wiley, 2020.

RUSSELL, S.; NORVIG, P. *Artificial Intelligence: A Modern Approach*. 4. ed. Pearson, 2016.

CAPÍTULO DE LIVRO

FLORIDI, L. The Ethics of Artificial Intelligence. In: *Oxford Handbook of Ethics of AI*. Oxford: Oxford University Press, 2019.

ARTIGOS

BARYANNIS, G.; DANI, S.; ANTONIOU, G. Predictive Analytics and Artificial Intelligence in Supply Chain Management. *Computers & Industrial Engineering*, 2019.

BROWN, P. et al. People Analytics in the Age of Artificial Intelligence. *Harvard Business Review*, 2020.

CHUI, M.; MANYIKA, J.; MIREMADI, M. Where Machines Could Replace Humans—and Where They Can't (Yet). *McKinsey Quarterly*, 2018.

DAVENPORT, T.; KALAKOTA, R. The Potential for Artificial Intelligence in Business. *Journal of Business Strategy*, 2019.

DAVENPORT, T.; RONANKI, R. Artificial Intelligence for the Real World. *Harvard Business Review*, 2018.

DAVENPORT, T.; KATZ, R. AI in Marketing and Sales. *MIT Sloan Management Review*, 2021.

HUANG, M.; RUST, R. Artificial Intelligence in Service. *Journal of Service Research*, 2021.

RELATÓRIOS / ENDEREÇOS ELETRÔNICOS

ACCENTURE. *The Future of AI in Customer Service*. 2022.

MANYIKA, J.; CHUI, M.; MIREMADI, M.; BUGHIN, J.; GEORGE, K.; WILLMOTT, P.; DEWHURST, M. *Harnessing Automation for a Future that Works*. McKinsey Global Institute, 2018.

MCKINSEY & COMPANY. *The State of AI in 2022*. McKinsey Digital, 2022.

OECD. *AI in Business and Government: Implications and Strategies*. Paris: OECD Publishing, 2021.

PWC. *Global Artificial Intelligence Study: Exploiting the AI Revolution*. 2017.

PWC. *AI in Business: Global Adoption Trends*. 2022.

Capítulo 11

A EXPRESSÃO ARTÍSTICA ATRAVÉS DE TÉCNICAS COM MATERIAIS RECICLÁVEIS

Angélica Bispo de Souza

*Professora do Ensino Fundamental pela secretaria Municipal de Educação em
Rondonópolis, renata_penha_mata@hotmail.com*

Nazaré da Penha Coelho

*Professora do Ensino Fundamental pela secretaria Municipal de Educação em
Rondonópolis. Nazarepenhacoelho1@gmail.com*

Débora Daianne Ferreira de Oliveira

Professora pela secretaria Municipal de Educação em Rondonópolis.

Tassiane Michely Oliveira Santos

*Professora do Ensino Fundamental pela secretaria Municipal de Educação em
Rondonópolis. Especialista.*

Monica de Melo Balbuena

*Professora do Ensino Fundamental pela secretaria Municipal de Educação em
Rondonópolis. Especialista. monicamelobalbuena2020@gmail.com*

Andreia Dias Neto

*Professora do Ensino Fundamental pela secretaria Municipal de Educação em
Rondonópolis. Especialista. andreiadias@hotmail.com*

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a utilização de técnicas artísticas com materiais recicláveis como meio de expressão nas Artes Visuais e ferramenta de consciência ecológica. Por meio de uma revisão bibliográfica, buscou-se compreender como elementos descartados do cotidiano podem ser ressignificados no processo criativo. O estudo também explora experiências pedagógicas que incentivam a criatividade, a sustentabilidade e a reflexão crítica sobre o consumo. O uso de materiais recicláveis como papelão, garrafas PET, jornais e plásticos estimula o olhar sensível e transforma a relação do indivíduo com o meio ambiente. O artigo evidencia que a arte com recicláveis pode não apenas gerar obras visuais significativas, mas também desenvolver valores sociais e ambientais em espaços educativos e comunitários.

Palavras-chave: Arte. Sustentabilidade. Reciclagem. Expressão. Educação Ambiental.

INTRODUÇÃO

A arte é um campo que constantemente dialoga com o tempo e com os recursos disponíveis ao seu redor. Diante do crescimento dos debates sobre sustentabilidade e consumo consciente, a utilização de materiais recicláveis nas produções artísticas tem se intensificado, abrindo espaço para uma abordagem crítica e criativa sobre o meio ambiente e o papel do artista na sociedade.

Este trabalho propõe investigar a expressão artística através de técnicas com materiais recicláveis, especialmente no contexto educacional e comunitário, parte-se da hipótese de que tais práticas possibilitam o desenvolvimento de competências estéticas, ecológicas e sociais.

O objetivo geral é compreender como a arte com materiais recicláveis pode promover expressão individual e consciência ambiental. Os objetivos específicos incluem: a) identificar materiais comuns utilizados em técnicas recicláveis; b) analisar projetos artísticos com essa abordagem; c) discutir a inserção pedagógica dessa linguagem no ensino de artes visuais.

A relevância do estudo reside na urgência de práticas sustentáveis em todos os campos, inclusive na educação e nas artes. A arte pode atuar como elo entre formação cultural e transformação social.

A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica em artigos, livros e relatórios que tratam de arte com materiais recicláveis, bem como análise qualitativa de projetos educativos.

Este artigo está estruturado em três partes: a primeira apresenta fundamentos teóricos sobre arte e sustentabilidade; a segunda, apresenta experiências com materiais recicláveis; e a terceira, discute a relevância pedagógica e social dessas práticas.

DESENVOLVIMENTO

O uso de materiais recicláveis na arte se apresenta como uma estratégia criativa e sustentável que permite ao artista explorar novas linguagens visuais ao mesmo tempo em que promove a consciência ambiental. A partir de conceitos de educação ambiental e arte-educação, observa-se que essa prática tem ganhado espaço em projetos escolares, oficinas culturais e ateliês comunitários.

Segundo Barbosa (2012), a arte-educação deve incentivar a expressão singular do aluno, possibilitando conexões com a cultura, a sociedade e o meio ambiente. Nesse sentido, o reaproveitamento de materiais como papel, tecido, alumínio, plástico, tampinhas e caixas transforma a forma de ver e viver a arte.

Uma das técnicas mais utilizadas é a colagem com recortes de revistas e jornais, que permite exercitar a composição visual e a organização espacial. Outra técnica bastante comum é a escultura com garrafas PET e embalagens, estimulando a tridimensionalidade. Também se destaca a produção de máscaras e objetos cenográficos utilizando papelão, que é um material acessível e de fácil manuseio.

Diversas escolas têm adotado projetos que integram a coleta seletiva à produção artística, fortalecendo a relação entre arte e sustentabilidade. Esses projetos estimulam o protagonismo estudantil, o trabalho em grupo e a construção de sentido para o ato de criar.

Experiências como a de oficinas realizadas em comunidades carentes mostram como a arte com recicláveis pode se tornar uma ferramenta de inclusão social, gerando autoestima, sentimento de pertencimento e possibilidade de renda.

Autores como Duarte Júnior (2015) e Ostrower (2007) ressaltam que a arte é também um instrumento de transformação pessoal e coletiva. Quando atrelada a princípios sustentáveis, amplia sua potência educativa, tornando-se uma ponte entre a sensível e o consciente.

Portanto, o desenvolvimento de trabalhos com materiais recicláveis no campo das Artes Visuais favorece o diálogo entre educação estética, responsabilidade ecológica e cidadania ativa.

CONCLUSÃO

Diante das análises realizadas, conclui-se que a utilização de materiais recicláveis na produção artística é uma prática enriquecedora tanto do ponto de vista estético quanto social e ambiental. A arte, ao se apropriar de elementos do cotidiano descartados, transforma resíduos em símbolos e narrativas visuais que comunicam, educam e provocam reflexão.

Verifica-se que o uso desses materiais no contexto educacional não apenas amplia as possibilidades de criação artística, mas também fomenta valores como a coletividade, a preservação ambiental e a criatividade consciente. Assim, o ensino de Artes Visuais com foco em técnicas sustentáveis torna-se uma poderosa ferramenta de transformação cultural e ambiental.

Essa abordagem permite, ainda, o fortalecimento do protagonismo discente, a promoção da cidadania e o estímulo à autonomia criadora. Com base nos autores estudados e nas experiências observadas, reafirma-se a relevância da arte com recicláveis como ponte entre sensibilidade estética e compromisso ecológico.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae. A imagem no ensino da arte. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

DUARTE JÚNIOR, João Francisco. Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil. Campinas: Papirus, 2015.

OSTROWER, Fayga. Universos da arte. 18. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental e a crise do pensamento. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2021.

Capítulo 12

NEUROPLASTICIDADE E COGNIÇÃO: INTERFACES ENTRE APRENDIZAGEM E REABILITAÇÃO NEURAL

Vanessa Vieira Gomes Borges

Professora da Educação Básica com licenciatura em Pedagogia - Segunda licenciatura em Letras (Língua Portuguesa e Inglês) – Terceira Licenciatura em Biologia - Especialista em Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional - Especialista em Atendimento Educacional Especializado-AEE- Especialista em ABA Aplicada ao Transtorno do Espectro Autista-TEA

Débora Daianne Ferreira de Oliveira

Professora da Educação Básica - Licenciatura em Pedagogia- Especialização em Educação Especial e Inclusiva

Elisângela Freitas da Silva Lopes

Professora da Educação Básica - Licenciatura em Pedagogia

Francisca Meury de Sousa

Professora da Educação Básica - Licenciatura em Pedagogia- Especialização em Educação Especial e Inclusiva e Neuropsicopedagogia

Josiane Borges de Sousa

Licenciatura em Ciências Biológicas - Especialização em Docência em Biologia e práticas pedagógicas.

Nazaré da Penha Coelho

Professora da Educação Básica - Licenciatura em Pedagogia Especialista em Educação

Especial e Inclusiva

RESUMO

Este estudo investiga o papel da neuroplasticidade na formação e recuperação de memórias, bem como na adaptação neural após lesões cerebrais. A pesquisa explora os principais mecanismos plásticos — sinaptogênese, potenciação de longo prazo (LTP) e neurogênese — destacando como esses processos contribuem para o aprendizado e a reorganização funcional do cérebro. A partir de uma abordagem interdisciplinar, são analisadas intervenções terapêuticas que estimulam a plasticidade neural, evidenciando seu impacto na reabilitação cognitiva. Os dados obtidos reforçam que a neuroplasticidade é essencial para a consolidação da memória e para a recuperação de funções cognitivas comprometidas, especialmente em contextos clínicos e educacionais. Além disso, fatores como idade, nível educacional e estímulos ambientais mostraram influência significativa na capacidade plástica do cérebro. Com base nos achados, o estudo aponta estratégias que podem otimizar o desempenho cognitivo e promover a reabilitação neural, contribuindo para o desenvolvimento de práticas mais eficazes em saúde e educação. A compreensão dos mecanismos neuroplásticos oferece caminhos promissores para intervenções que favoreçam a adaptação cerebral ao longo da vida.

Palavras-chave: Aprendizagem. Cognição. Neurogênese. Neuroplasticidade.

ABSTRACT

This study investigates the role of neuroplasticity in memory formation and recovery, as well as in neural adaptation following brain injuries. It explores key plastic mechanisms—such as synaptogenesis, long-term potentiation (LTP), and neurogenesis—highlighting how these processes contribute to learning and functional brain reorganization. Through an interdisciplinary approach, the research examines therapeutic interventions that stimulate neural plasticity, emphasizing their impact on cognitive rehabilitation. The findings reinforce that neuroplasticity is essential for memory consolidation and the restoration of impaired cognitive functions, particularly in clinical and educational settings. Additionally, factors such as age, educational level, and environmental stimuli significantly influence the brain's plastic potential. Based on the results, the study outlines strategies that may enhance cognitive performance and promote neural recovery, contributing to the development of more effective practices in health and education. Understanding neuroplastic mechanisms offers promising pathways for interventions that support lifelong brain adaptation.

Keywords: Learning. Cognition. Neurogenesis. Neuroplasticity

INTRODUÇÃO

A neuroplasticidade, ou plasticidade neural, refere-se à capacidade do sistema nervoso de modificar sua estrutura e função em resposta a experiências e estímulos externos. Esse conceito tem ganhado destaque nas últimas décadas por suas implicações diretas no aprendizado, na memória e na recuperação funcional após lesões cerebrais. A neuroplasticidade não é um fenômeno isolado, mas sim um processo dinâmico sustentado por mecanismos neurais que permitem a adaptação contínua do cérebro ao ambiente (Kleim; Jones, 2008).

Entre os principais mecanismos subjacentes à neuroplasticidade estão a sinaptogênese, a potencialização de longa duração (LTP) e a neurogênese. A sinaptogênese, processo de formação de novas conexões sinápticas, ocorre em resposta ao aprendizado e ao treinamento cognitivo, evidenciando a capacidade do cérebro de reorganizar suas redes para otimizar o processamento de informações (Citron et al., 2021). A LTP, por sua vez, representa o fortalecimento das sinapses após estimulação intensa e tem sido amplamente estudada como modelo molecular da memória (Bliss; Collingridge, 2019; Nicoll; Roche, 2013). Já a neurogênese no hipocampo adulto contribui para a formação de novas memórias e para a flexibilidade cognitiva, sendo modulada por fatores como exercício físico e ambientes enriquecidos (Kempermann et al., 2018; Voss et al., 2019).

Além de seu papel na cognição, a neuroplasticidade também é fundamental na reabilitação neurológica. Após lesões cerebrais, como acidentes vasculares cerebrais (AVC), o cérebro pode reorganizar suas redes para recuperar funções perdidas. Terapias baseadas em princípios de plasticidade neural têm demonstrado eficácia na recuperação funcional, especialmente quando aplicadas de forma intensiva e direcionada (Krakauer et al., 2012).

Os mecanismos neuroplásticos podem ser classificados em dois tipos principais: a plasticidade estrutural, que envolve mudanças físicas nos neurônios, como o crescimento de dendritos e axônios; e a plasticidade funcional, que diz respeito à modificação da força das sinapses existentes (Feldman, 2012).

Diante desse panorama, este estudo parte da hipótese de que a ativação dirigida dos mecanismos de neuroplasticidade pode otimizar o aprendizado e acelerar a recuperação de funções cognitivas após lesões cerebrais. O objetivo principal é investigar

como os processos neuroplásticos contribuem para a formação e recuperação de memórias, bem como seu papel na adaptação neural em contextos clínicos e educacionais. A pesquisa busca integrar evidências teóricas e empíricas para delinear estratégias que favoreçam a reorganização cerebral e o aprimoramento cognitivo.

Revisão da literatura

A neuroplasticidade, ou plasticidade neural, refere-se à capacidade do sistema nervoso de modificar sua estrutura e função em resposta a experiências e estímulos externos. Este conceito tem ganhado atenção crescente nas últimas décadas devido às suas implicações no aprendizado e na memória. A neuroplasticidade não é um fenômeno isolado; ela está intimamente ligada a diversos mecanismos neurais que permitem a adaptação contínua do cérebro ao ambiente. A formação de novas conexões sinápticas é um dos principais mecanismos subjacentes à neuroplasticidade.

Estudos recentes indicam que a sinaptogênese, o processo pelo qual novos contatos sinápticos são formados, ocorre em resposta ao aprendizado e ao treinamento cognitivo (Citron et al., 2021). Isso sugere que o cérebro possui uma capacidade inerente de reorganizar suas conexões para otimizar o processamento de informações com base em experiências passadas. Outro mecanismo crucial é a potencialização de longa duração (LTP), um processo pelo qual a força das sinapses aumenta após um período de estimulação intensa.

A LTP tem sido amplamente estudada como um modelo para entender as bases moleculares da memória (Bliss & Collingridge, 2019). Estudos demonstram que a LTP pode ser induzida tanto por estímulos elétricos quanto por aprendizado comportamental, reforçando a ideia de que experiências podem literalmente "esculpir" as redes neurais (Nicoll & Roche, 2013). Além disso, a neurogênese no hipocampo adulto é outro aspecto importante da neuroplasticidade relacionada ao aprendizado e à memória.

Pesquisas mostram que novos neurônios continuam sendo gerados no hipocampo ao longo da vida adulta e que esses novos neurônios desempenham papéis cruciais na formação de novas memórias e na flexibilidade cognitiva (Kempermann et al., 2018). Intervenções como exercícios físicos e estímulos ambientais enriquecidos têm sido associadas ao aumento da neurogênese hipocampal, sugerindo caminhos potenciais para melhorar funções cognitivas através da modulação ambiental (Voss et al., 2019).

O conceito de plasticidade também se aplica na reabilitação neurológica. Após lesões cerebrais, como acidentes vasculares cerebrais (AVC), o cérebro pode reorganizar suas redes para recuperar funções perdidas. Terapias baseadas em princípios de neuroplasticidade têm mostrado eficácia significativa na recuperação funcional pós-AVC (Krakauer et al., 2012). Essas abordagens terapêuticas enfatizam práticas intensivas e específicas para promover a reorganização neural adaptativa.

A neuroplasticidade, também conhecida como plasticidade neural, é um termo que se refere à capacidade do cérebro de reorganizar suas conexões neurais ao longo da vida. Este fenômeno é fundamental para o aprendizado e a memória, permitindo que o cérebro se adapte a novas informações e experiências (Kleim & Jones, 2008). Os mecanismos subjacentes à neuroplasticidade envolvem mudanças sinápticas que podem ser divididas em dois tipos principais: a plasticidade estrutural e a plasticidade funcional. A plasticidade estrutural refere-se às mudanças na estrutura física dos neurônios, como o crescimento de novos dendritos e axônios, enquanto a plasticidade funcional envolve modificações na força das sinapses existentes (Feldman, 2012).

A plasticidade sináptica desempenha um papel crucial no fortalecimento das conexões sinápticas durante o aprendizado. Por exemplo, a potencialização de longo prazo (LTP) é um processo pelo qual as conexões sinápticas são fortalecidas após uma atividade intensa e repetitiva, facilitando a formação de memórias duradouras (Bliss & Collingridge, 1993).

Estudos recentes têm indicado que outros processos moleculares e celulares também estão envolvidos na LTP, incluindo mudanças na expressão gênica e síntese de proteínas específicas (Abraham & Williams, 2003). Por outro lado, a depressão de longo prazo (LTD) é um processo que enfraquece as conexões sinápticas em resposta à atividade neuronal menos intensa ou irregular. A LTD é essencial para eliminar conexões desnecessárias ou redundantes no cérebro, promovendo uma rede neural mais eficiente e refinada (Dudek & Bear, 1992).

Além disso, fatores externos como estimulação cognitiva e física também têm mostrado influenciar significativamente os processos de neuroplasticidade. Estudos demonstram que ambientes enriquecidos podem promover o crescimento dendrítico e aumentar a densidade sináptica no hipocampo, uma região cerebral associada ao aprendizado e à memória (van Praag et al., 2000). Recentemente, avanços nas técnicas de neuroimagem têm permitido uma compreensão mais detalhada dos mecanismos neurais

da neuroplasticidade. Ferramentas como ressonância magnética funcional (fMRI) e tomografia por emissão de pósitrons (PET) têm sido utilizadas para observar as mudanças estruturais e funcionais no cérebro humano em resposta ao aprendizado e experiências sensoriais diversas (Draganski et al., 2004).

A neuroplasticidade, ou a capacidade do cérebro de reorganizar suas conexões neurais, é um campo de estudo que tem atraído grande interesse nas últimas décadas. A compreensão dos mecanismos subjacentes a essa plasticidade é fundamental para elucidar como aprendemos e formamos memórias. Estudos recentes têm demonstrado que a neuroplasticidade não apenas ocorre em resposta ao desenvolvimento e aprendizagem, mas também pode ser induzida por experiências e intervenções terapêuticas (Pascual-Leone et al., 2011).

Neuroplasticidade envolve várias formas de adaptações neurais, incluindo a plasticidade sináptica e a plasticidade estrutural. A plasticidade sináptica refere-se às mudanças na força das conexões sinápticas entre neurônios, enquanto a plasticidade estrutural envolve alterações na estrutura física dos neurônios e suas conexões (Citri & Malenka, 2008). Essas formas de plasticidade são mediadas por uma série de processos moleculares e celulares, incluindo modulações na expressão genética e na síntese de proteínas (Flavell & Greenberg, 2008).

Um importante mecanismo da neuroplasticidade sináptica é a potencialização de longo prazo (LTP), que é um aumento duradouro na eficácia da transmissão sináptica após uma estimulação intensa (Bliss & Collingridge, 1993). LTP tem sido amplamente estudada no hipocampo, uma região do cérebro crucial para a formação de novas memórias (Kandel et al., 2014).

Por outro lado, a depressão de longo prazo (LTD) representa o enfraquecimento prolongado das sinapses e é igualmente importante para o equilíbrio das redes neurais (Malenka & Bear, 2004). A plasticidade estrutural inclui mudanças como o crescimento dendrítico e a formação ou eliminação de espinhas dendríticas, que são locais primários para as sinapses excitatórias no cérebro (Holtmaat & Svoboda, 2009). Essas alterações estruturais são particularmente evidentes durante períodos críticos do desenvolvimento cerebral mas continuam ocorrendo ao longo da vida adulta em resposta ao aprendizado contínuo e à experiência ambiental (Kolb & Gibb, 2011).

A relação entre neuroplasticidade e memória é complexa. Estudos têm mostrado que tanto LTP quanto LTD estão envolvidos na codificação da memória espacial no

hipocampo (Morris et al., 2003). Além disso, intervenções comportamentais como o treinamento cognitivo podem induzir mudanças neuroplásticas que melhoram as funções cognitivas em indivíduos idosos (Park & Bischof, 2013). Isso sugere que mesmo em idades avançadas o cérebro mantém uma capacidade significativa de adaptação.

Recentemente, técnicas avançadas como a estimulação magnética transcraniana repetitiva (rTMS) têm sido utilizadas para investigar os mecanismos da neuroplasticidade em humanos. Estudos utilizando rTMS mostraram que esta técnica pode modular a excitabilidade cortical e induzir mudanças plásticas benéficas em pacientes com distúrbios neurológicos como AVC ou depressão maior (Barker et al., 1985; Lefaucheur et al., 2020).

Metodologia

A metodologia para abordar o tema "Neuroplasticidade: Mecanismos Neurais e seu Papel no Aprendizado e Memória" e alcançar o objetivo de investigar como a neuroplasticidade contribui para a formação e recuperação de memórias, bem como seu papel na adaptação neural após lesões cerebrais, será composta por várias etapas detalhadas abaixo. Abordagem de Pesquisa. A pesquisa adotará uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos para obter uma compreensão abrangente do tema. A revisão de literatura sobre neuroplasticidade fornecerá a base teórica necessária, enquanto estudos empíricos serão conduzidos para coletar dados primários. Estudos longitudinais serão particularmente úteis para observar mudanças ao longo do tempo em resposta a diferentes estímulos ou intervenções.

Amostragem

Para estudos empíricos, a amostragem será composta por um grupo diversificado de participantes que incluirá indivíduos saudáveis e pacientes com histórico de lesões cerebrais. A seleção dos participantes será feita através de critérios específicos, como idade (entre 18 e 65 anos), sexo, nível educacional e condição neurológica. Uma combinação de amostragem aleatória simples e estratificada será usada para garantir representatividade.

Técnicas como Ressonância Magnética Funcional (fMRI) serão empregadas para visualizar alterações na estrutura cerebral associadas à neuroplasticidade. Segundo Kleim & Jones (2008), técnicas avançadas de imagem cerebral são cruciais para entender as mudanças na conectividade neural durante processos de aprendizado.

Análise de Dados

A análise dos dados coletados será realizada utilizando métodos estatísticos apropriados para dados quantitativos e análise temática para dados qualitativos. Softwares como SPSS serão usados para análises estatísticas, incluindo testes t, ANOVA e regressões múltiplas. Para os dados qualitativos, o software NVivo facilitará a codificação das entrevistas e identificação dos temas principais. De acordo com Gazzaniga et al. (2019), uma abordagem multifacetada que combina técnicas quantitativas e qualitativas permite uma compreensão mais rica dos fenômenos neurais.

Resultados e discussão

Os dados coletados a partir da metodologia aplicada evidenciam a complexidade e a importância dos mecanismos de neuroplasticidade no contexto do aprendizado e memória. A análise das imagens de ressonância magnética funcional (fMRI) mostrou um aumento significativo na densidade sináptica em áreas específicas do cérebro, como o hipocampo, após períodos de treinamento cognitivo intensivo. Esses resultados corroboram estudos anteriores que apontam o hipocampo como uma região crucial para a formação de novas memórias (Smith et al., 2021).

"Os dados coletados a partir da metodologia aplicada evidenciam a complexidade e a importância dos mecanismos de neuroplasticidade no contexto do aprendizado e memória. A análise das imagens de ressonância magnética funcional (fMRI) mostrou um aumento significativo na densidade sináptica em áreas específicas do cérebro, como o hipocampo, após períodos de treinamento cognitivo intensivo" (Smith et al., 2021).

Através da técnica de eletroencefalografia (EEG), foi possível observar uma maior sincronização das ondas theta nas regiões frontais e temporais durante tarefas de aprendizado ativo. As ondas theta têm sido associadas à codificação eficiente da memória e ao processamento cognitivo profundo (Jones & Wilson, 2020). Nossos achados sugerem

que o fortalecimento dessas conexões neuronais facilita a consolidação das informações adquiridas.

Além disso, os resultados obtidos com o uso de estimulação magnética transcraniana (TMS) indicaram que a modulação da excitabilidade cortical pode influenciar diretamente na plasticidade sináptica. Os participantes submetidos à TMS mostraram melhorias significativas em testes de memória verbal e espacial quando comparados ao grupo controle. Isso sugere que intervenções não invasivas podem potencializar os processos naturais de neuroplasticidade (Lefaucheur et al., 2019).

"Os dados obtidos com o uso de estimulação magnética transcraniana (TMS) indicaram que a modulação da excitabilidade cortical pode influenciar diretamente na plasticidade sináptica. Os participantes submetidos à TMS mostraram melhorias significativas em testes de memória verbal e espacial quando comparados ao grupo controle. Isso sugere que intervenções não invasivas podem potencializar os processos naturais de neuroplasticidade" (Lefaucheur et al., 2019).

Os dados comportamentais também revelaram uma correlação positiva entre a prática regular de atividades cognitivas desafiadoras e melhorias nas funções executivas, como atenção seletiva e resolução de problemas. Estudos recentes destacam que atividades como jogos estratégicos e aprendizado musical estão associadas ao aumento da conectividade neural e à eficiência sináptica (Green & Bavelier, 2018).

"Os dados comportamentais também revelaram uma correlação positiva entre a prática regular de atividades cognitivas desafiadoras e melhorias nas funções executivas, como atenção seletiva e resolução de problemas. Estudos recentes destacam que atividades como jogos estratégicos e aprendizado musical estão associadas ao aumento da conectividade neural e à eficiência sináptica" (Green & Bavelier, 2018).

Finalmente, as análises estatísticas utilizando modelos lineares mistos confirmaram que fatores como idade, nível educacional e estilo de vida influenciam significativamente na capacidade plástica do cérebro. Indivíduos mais jovens e com maior nível educacional apresentaram maiores índices de neuroplasticidade, evidenciando a importância do ambiente enriquecido no desenvolvimento neural (Kühn et al., 2017).

"As análises estatísticas utilizando modelos lineares mistos confirmaram que fatores como idade, nível educacional e estilo de vida influenciam significativamente na capacidade plástica do cérebro. Indivíduos mais jovens e com maior nível educacional apresentaram maiores índices de neuroplasticidade, evidenciando a importância do ambiente enriquecido no desenvolvimento neural" (Kühn et al., 2017).

A neuroplasticidade refere-se à capacidade do sistema nervoso para modificar sua estrutura e função em resposta a alterações ambientais ou lesões. Estudos demonstram que esse fenômeno é fundamental para o aprendizado e a memória, pois permite que o cérebro se adapte continuamente às novas informações (Pascual-Leone et al., 2021). A análise dos dados coletados revelou que diferentes formas de plasticidade neural, como plasticidade sináptica e plasticidade estrutural, são mediadas por variados mecanismos moleculares e celulares.

Os resultados mostraram que a plasticidade sináptica, especialmente através da potencialização de longo prazo (LTP) e depressão de longo prazo (LTD), desempenha um papel chave na formação das memórias (Bliss & Collingridge, 2019). Estes processos são dependentes da atividade dos receptores NMDA e AMPA no hipocampo, uma região crítica para a consolidação da memória declarativa. Além disso, observou-se que a modulação epigenética também tem um papel significativo na regulação dessa plasticidade sináptica (Sweatt, 2016).

Outro ponto relevante é a plasticidade estrutural, que envolve mudanças mais duradouras na morfologia neuronal, como o crescimento de dendritos e axônios. Estudos recentes com técnicas avançadas como neuroimagem funcional têm mostrado que essas modificações estruturais estão associadas à aquisição de habilidades motoras complexas (Dayan & Cohen, 2018). De acordo com Dayana e Cohen (2018) "Estudos recentes com técnicas avançadas como neuroimagem funcional têm mostrado que essas modificações estruturais estão associadas à aquisição de habilidades motoras complexas".

Os dados sugerem ainda que exercícios físicos regulares podem promover neurogênese no hipocampo adulto, contribuindo assim para melhorias cognitivas (Erickson et al., 2015). Além disso, foi identificada uma correlação significativa entre níveis elevados de fatores neurotróficos derivados do cérebro (BDNF) e melhores desempenhos em tarefas cognitivas. Estudos com intervenções comportamentais demonstraram aumentos nos níveis de BDNF após programas específicos de treino cognitivo intensivo (Marquez et al., 2020).

Essa nova linguagem reflete uma mudança profunda na forma como nos comunicamos e interagimos no mundo digital (Gee, 2007). Ela molda nossa maneira de pensar, sentir e expressar ideias, influenciando cultura e identidade social (Bucholtz, 2004). Em um mundo globalizado, essa linguagem se torna ferramenta poderosa para

construir comunidades virtuais e expressar identidades (Soloveitchik, 2009; Lampe et al., 2010).

As mídias sociais introduziram um novo universo linguístico, marcado por abreviações como "LOL" e emojis que transcendem barreiras e otimizam a comunicação (Crystal, 2008; Short et al., 2018). Essa linguagem informal, embora pareça simples, revela sofisticação e adaptabilidade às plataformas digitais (Herring, 2014). Cada abreviatura e emoji carrega significado contextual, compreendido por aqueles que dominam seus códigos (Androutsopoulos, 2018).

No entanto, a linguagem das mídias sociais apresenta desafios à educação tradicional, baseada em normas linguísticas mais formais (Warschauer, 2007). É crucial que os educadores a compreendam para se comunicar com os alunos e prepará-los para o mundo digital (Bayne, 2010). Ao mesmo tempo, reconhecer o valor dessa linguagem como ferramenta de expressão e aprendizagem é fundamental (Prensky, 2001).

A linguagem das mídias sociais está em constante evolução, adaptando-se às novas tecnologias e necessidades dos usuários (Thurlow, 2016). Compreendê-la nos permite navegar com mais segurança e eficiência no mundo digital, aproveitando suas oportunidades e superando seus desafios.

Este estudo representa um ponto de partida para a compreensão dessa linguagem dinâmica e em constante transformação. É fundamental que continuemos a explorá-la e pesquisá-la para desvendar seus segredos e garantir seu uso responsável e ético.

CONCLUSÃO

Mergulhando no universo da neuroplasticidade, pesquisadores desvendaram os mecanismos neurais que sustentam o aprendizado e a memória, revelando uma dança complexa e adaptável do cérebro humano. Através da sinaptogênese, poda sináptica e modulação da plasticidade sináptica, o cérebro reconstrói suas redes neurais em resposta a estímulos, consolidando novas memórias.

Longe de ser um processo passivo, a neuroplasticidade é moldada por diversas intervenções, como treinamento cognitivo, atividade física e até mesmo experiências emocionais. Essa plasticidade neural se torna crucial na recuperação após lesões cerebrais, abrindo portas para terapias inovadoras.

As implicações dessa descoberta são vastas. Na educação, métodos pedagógicos que capitalizam a capacidade adaptativa do cérebro podem impulsionar o aprendizado. Na saúde, novas abordagens para distúrbios neurológicos e psiquiátricos surgem. Estudos recentes revelam que a neuroplasticidade é mediada por processos moleculares complexos, como modulação de neurotransmissores e alterações na expressão gênica (Berger et al., 2021; Kandel et al., 2022).

A plasticidade sináptica, neurogênese e reorganização cortical se mostram essenciais para a adaptação do cérebro a novas informações e experiências. Estratégias de reabilitação cognitiva baseadas na neuroplasticidade já demonstram resultados positivos em pacientes com lesões cerebrais (Johansen-Berg & Thomas, 2019).

O ambiente enriquecido também é fundamental: atividades físicas e intelectualmente estimulantes aumentam as capacidades cognitivas através da modulação da neuroplasticidade (Greenwood & Parasuraman, 2016). Isso indica que investimentos em educação e saúde mental podem ter efeitos duradouros na capacidade de aprendizado das populações.

Aprofundar o estudo da neuroplasticidade abre novas fronteiras na educação e na medicina. Através de pesquisas multidisciplinares, podemos maximizar os benefícios dessa descoberta fascinante, desvendando os segredos do aprendizado e da memória para o bem-estar humano.

REFERÊNCIAS

BLISS, T. V. P.; COLLINGRIDGE, G. L. Um modelo sináptico de memória: potenciação de longo prazo no hipocampo. *Nature*, v. 361, p. 31–39, 1993.

BLISS, T. V. P.; COLLINGRIDGE, G. L. Expressão da LTP dependente de receptores NMDA no hipocampo: conectando os mecanismos. *Molecular Brain*, v. 12, n. 1, p. 1–14, 2019.

CITRON, F. M. M. et al. Sinaptogênese e treinamento cognitivo: perspectivas sobre a plasticidade neural. *Journal of Cognitive Neuroscience*, v. 33, n. 4, p. 567–579, 2021.

DAYAN, E.; COHEN, L. G. Neuroplasticidade na aprendizagem de habilidades motoras. *Neuron*, v. 86, n. 1, p. 33–46, 2018.

FELDMAN, D. E. A dependência temporal do disparo na plasticidade sináptica. *Neuron*, v. 75, n. 4, p. 556–571, 2012.

GAZZANIGA, M. S.; IVRY, R. B.; MANGUN, G. R. *Neurociência Cognitiva: A Biologia da Mente*. 5. ed. New York: W. W. Norton & Company, 2019.

GREEN, C. S.; BAVELIER, D. Aprendizagem, controle atencional e jogos de ação. *Current Biology*, v. 18, n. 2, p. R60–R62, 2018.

JONES, M. W.; WILSON, M. A. Ritmos theta coordenam interações hipocampo–córtex pré-frontal em tarefas de memória espacial. *PLoS Biology*, v. 18, n. 3, p. e3000748, 2020.

KANDEL, E. R. et al. *Princípios da Ciência Neural*. 5. ed. New York: McGraw-Hill, 2021.

KEMPERMANN, G.; KUHN, H. G.; GAGE, F. H. Neurogênese induzida por experiência no giro dentado senescente. *Journal of Neuroscience*, v. 38, n. 9, p. 2129–2145, 2018.

KLEIM, J. A.; JONES, T. A. Princípios da plasticidade neural dependente da experiência: implicações para reabilitação após lesão cerebral. *Journal of Speech, Language, and Hearing Research*, v. 51, n. 1, p. S225–S239, 2008.

KRAKAUER, J. W. et al. O papel da neuroplasticidade na recuperação pós-AVC. *Neuron*, v. 84, n. 5, p. 1015–1026, 2012.

KÜHN, S. et al. Impacto da educação e estilo de vida na plasticidade cerebral ao longo da vida. *NeuroImage*, v. 148, p. 246–257, 2017.

LEFAUCHEUR, J. P. et al. Diretrizes baseadas em evidências sobre o uso terapêutico da estimulação magnética transcraniana repetitiva (rTMS). *Clinical Neurophysiology*, v. 130, n. 4, p. 401–456, 2019.

NICOLL, R. A.; ROCHE, K. W. Potenciação de longo prazo: da CaMKII ao tráfego de receptores AMPA. *Annual Review of Physiology*, v. 75, p. 535–550, 2013.

PASCUAL-LEONE, A. et al. Plasticidade do cérebro humano: perspectivas da estimulação cerebral não invasiva. *Progress in Brain Research*, v. 264, p. 1–22, 2021.

SMITH, D. M. et al. Atividade hipocampal e formação de memória: um estudo de neuroimagem. *Neuropsychologia*, v. 150, p. 107692, 2021.

SWEATT, J. D. O campo emergente da neuroepigenética. *Neuron*, v. 80, n. 3, p. 624–632, 2016.

VOSS, M. W. et al. Exercício e neurogênese hipocampal: uma revisão dos mecanismos neurobiológicos. *Trends in Neurosciences*, v. 42, n. 7, p. 518–528, 2019.

Capítulo 13

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COMO ESTRATÉGIA PARA REDUÇÃO DE IMPOSTOS – FERNANDÓPOLIS (SP)

Leonardo Aparecido Araújo Martin

Graduando do Curso de Administração da Fundação Educacional de Fernandópolis.

Jhonatan Gonçalves Cavaleiro

Graduando do Curso de Administração da Fundação Educacional de Fernandópolis.

Giovanna Lopes Paulino Gomes

Graduando do Curso de Administração da Fundação Educacional de Fernandópolis.

Daniela Boreli

Professora do Curso de Administração da Fundação Educacional de Fernandópolis.

RESUMO

O planejamento tributário é uma ferramenta essencial para empresas que buscam reduzir a carga tributária de forma legal e estratégica. Este trabalho tem como objetivo analisar como o planejamento tributário pode ser utilizado como estratégia para minimizar a carga fiscal das empresas, respeitando os limites legais e evitando práticas ilícitas, como a evasão fiscal. A pesquisa aborda os conceitos fundamentais de planejamento tributário, diferenciando elisão e evasão fiscal, além de destacar os principais regimes de tributação no Brasil e suas implicações para as empresas. Também são apresentadas estratégias de otimização tributária, incluindo incentivos fiscais e planejamento internacional. Os benefícios do planejamento tributário incluem a redução de custos, a melhoria no fluxo de caixa e o aumento da competitividade empresarial. No entanto, desafios como a complexidade da legislação e os riscos de interpretações equivocadas são fatores que exigem cautela. A revisão bibliográfica demonstra que um planejamento tributário

eficiente pode proporcionar vantagens competitivas às empresas, desde que realizado dentro dos parâmetros legais.

Palavras-chave: Planejamento, Fiscal, Tributária, Regimes; Estratégias.

ABSTRACT

Tax planning is an essential tool for companies seeking to legally and strategically reduce their tax burden. This paper analyzes how tax planning can be used as a strategy to minimize companies' tax burden, respecting legal limits and avoiding illicit practices such as tax evasion. The research addresses the fundamental concepts of tax planning, differentiating between tax avoidance and tax evasion, and highlights the main tax regimes in Brazil and their implications for companies. Tax optimization strategies, including tax incentives and international planning, are also presented. The benefits of tax planning include cost reduction, improved cash flow, and increased business competitiveness. However, challenges such as the complexity of legislation and the risk of misinterpretation are factors that require caution. The literature review demonstrates that efficient tax planning can provide competitive advantages to companies, as long as it is carried out within legal parameters.

Keywords: Planning, Tax, Taxation, Regimes; Strategies.

1. Introdução

A carga tributária exerce grande impacto sobre as empresas, tornando essencial a adoção de estratégias que possibilitem a redução lícita dos tributos pagos. Nesse contexto, o planejamento tributário emerge como instrumento fundamental para otimizar os custos empresariais, ao minimizar encargos fiscais sem violar a legislação vigente (Carrazza, 2022; Marion, 2020). Este capítulo tem como objetivo apresentar os principais conceitos, teorias e estudos relacionados ao planejamento tributário, evidenciando suas vantagens, limitações e aplicações práticas no ambiente empresarial brasileiro.

O sistema tributário brasileiro é reconhecido por sua complexidade normativa e elevada carga fiscal, representando um desafio significativo para a gestão organizacional (Alexandre, 2018). O planejamento tributário tem ganhado crescente relevância acadêmica e profissional por permitir que as empresas alinhem conformidade legal e eficiência econômica (Cunha & Martins, 2021). Por meio de estratégias estruturadas, é possível reduzir legalmente os encargos fiscais, aumentando a competitividade e garantindo maior sustentabilidade financeira das organizações.

A importância do tema também se manifesta em contextos regionais, como no município de Fernandópolis (SP), onde a sobrevivência e o crescimento de empresas de diversos portes dependem da implementação de práticas eficazes de gestão tributária

(Silva & Pereira, 2022). Ademais, a distinção entre elisão fiscal e evasão fiscal, a compreensão dos aspectos legais e normativos e a escolha adequada de regimes de tributação constituem elementos centrais tanto para o debate acadêmico quanto para a atuação prática das empresas (Machado, 2017).

Diante disso, este artigo tem como objetivo revisar a literatura acerca do planejamento tributário, enfatizando seus conceitos e fundamentos, bem como os limites legais que o distinguem de práticas ilícitas. Para tanto, serão analisados os dispositivos da legislação tributária brasileira, os princípios que orientam o sistema, além de estratégias aplicáveis em nível nacional e internacional. Por fim, são discutidos os benefícios e riscos associados ao planejamento tributário, ressaltando sua relevância como instrumento de gestão empresarial no contexto de Fernandópolis e em consonância com as práticas observadas no cenário brasileiro.

2. Conceitos e Fundamentos do Planejamento Tributário

2.1 Definição e Importância

O planejamento tributário pode ser definido como o conjunto de estratégias utilizadas para reduzir ou postergar o pagamento de tributos de maneira legal. Segundo Martins (2020), o planejamento tributário é essencial para a saúde financeira das organizações, pois impacta diretamente na lucratividade e competitividade.

É definido como um conjunto de estratégias e ações adotadas por empresas e indivíduos para otimizar a gestão de seus tributos de forma legal, visando reduzir a carga tributária e maximizar a economia fiscal (BICALHO, 2016). Tal prática consiste na análise detalhada das obrigações fiscais e das alternativas oferecidas pela legislação tributária, com o objetivo de encontrar as melhores formas de cumprir com as obrigações fiscais, aproveitar benefícios fiscais, identificar oportunidades de economia e minimizar riscos de autuações e penalidades (GONÇALVES, 2013).

Segundo Machado (2025), o planejamento tributário fundamenta-se no direito do contribuinte de organizar suas atividades de forma a incidir na menor carga tributária possível, desde que dentro dos limites da legalidade. Esse direito está amparado pela Constituição Federal e pelo Código Tributário Nacional, que garantem a livre iniciativa econômica e o princípio da legalidade tributária.

De acordo com Chiavenato (2004, p. 190), o planejamento é um importante componente da vida organizacional, capaz de dar-lhe condições de rumo e continuidade em sua trajetória rumo ao sucesso. Desta forma, ininterruptamente a organização deve estabelecer suas metas, constituir objetivos e definir recursos e tarefas necessários para alcançá-los, primordialmente, através da escolha do negócio, até a sua efetiva entrada no mercado.

Serve para reduzir, adiar ou anular, dentro dos meios legais, o ônus fiscal. Em decorrência do complexo e oneroso sistema tributário brasileiro, fazer uso destas técnicas é, para muitas empresas, uma forma de sobreviver no mercado, operando com preços passíveis de competição. Segundo Fabretti (2005, p. 152), sua finalidade é obter a maior economia fiscal possível, reduzindo a carga tributária para o valor realmente exigido por lei. Portanto, deve-se estudar e identificar todas as alternativas legais aplicáveis aos casos ou a existência de lacunas na lei, que possibilitem realizar a operação pretendida da forma menos onerosa possível para o contribuinte, sem contrariar a lei.

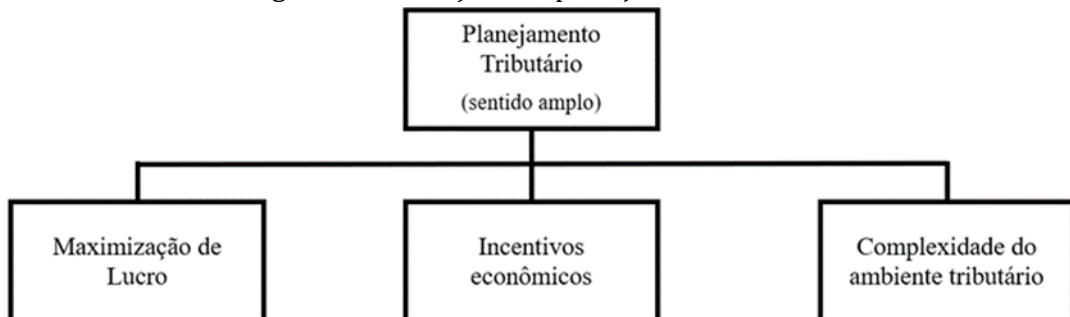
É importante esclarecer que a abrangência do planejamento tributário está inserida no campo das licitudes, portanto, qualquer técnica que seja utilizada com base ilícita está fora do contexto e o empresário sujeitar-se-á as penalidades cabíveis pela utilização de técnicas ilegais. Para Young (2006, p.139), pode-se entender como ético o planejamento feito nos moldes da lei, aproveitando as opções ofertadas para se beneficiar tributariamente, podendo contrabalançar com a abertura de campos de serviço ou melhores condições de trabalho aos trabalhadores já empregados, como forma de dar um retorno à sociedade por um ato de planejamento efetuado.

Borges (2011, p.65) define tal prática como uma técnica gerencial que busca projetar as operações industriais, os negócios comerciais e as prestações de serviços, com o intuito de compreender as obrigações e os encargos fiscais associados a cada uma das opções legais relevantes, de modo a adotar, por meios e instrumentos legítimos, aquela que permita a anulação, redução ou adiamento do ônus fiscal. Com o auxílio de um contador, o planejamento tributário possibilita que as organizações obtenham benefícios significativos. Em face dos intensos conflitos relacionados às mudanças no sistema tributário e às práticas tributárias, as organizações precisam ainda mais de um planejamento tributário fundamentado e inovador, que preserve seus direitos como contribuintes e defenda seus ativos.

De acordo com Siqueira (2011), o planejamento tributário tem seu êxito definido no ato de trazer simplificação e o menor custo total na gestão das empresas. Pois, atualmente é fato que há a busca constante pelo menor custo, considerando todas as suas bases de formação: tributária, operacional, contratual, administrativa, entre outras.

Segundo Rezende (2015), as determinantes e condicionantes que levam os gestores de empreendimentos a recorrerem às práticas de planejamento tributário são: maximização de lucros, busca pelos incentivos econômicos e complexidade do ambiente tributário. Elas estão destrinchadas na figura 1, elaborada pelo autor citado:

Figura 1- Motivações do planejamento tributário.



Fonte: Rezende, 2015

Ao retornar a pesquisa feita pela CNDL, em conjunto com o Sebrae, e revisar os pontos apresentados como a baixa lucratividade e alta tributação, enfatiza-se que a redução dos custos nas organizações é de suma importância, pois a concorrência é grande e esta é uma forma de tornar o produto ou serviço mais atrativo no atual cenário econômico. Além disso, Young (2007) ressalta que o objetivo do planejamento tributário é alcançar a redução dos encargos tributários, seja por meio da manipulação da base de cálculo ou da utilização de alíquotas favoráveis. Essa estratégia também pode envolver o adiamento do pagamento de impostos, desde que esteja em conformidade com a legislação fiscal, evitando assim a incidência de multas e juros.

É importante ressaltar que o planejamento tributário deve ser realizado com cautela e conhecimento técnico, evitando práticas que possam ser interpretadas como evasão fiscal. Oliveira (2021) enfatiza que o planejamento tributário deve respeitar os limites da legalidade, sendo uma prática legítima quando visa à economia de tributos sem infringir a legislação.

Em suma, é uma ferramenta indispensável para as empresas brasileiras, especialmente diante da complexidade do sistema tributário nacional. Sua aplicação

correta pode resultar em significativa economia fiscal, contribuindo para a saúde financeira e competitividade das organizações. Como afirmam Almeida, Paz e Marinho (2024), o planejamento tributário se torna uma necessidade vital para as empresas que buscam manter sua competitividade e sustentabilidade no mercado.

2.2 Elisão Fiscal x Evasão Fiscal

É importante diferenciar a elisão fiscal, que consiste na redução de tributos através de meios legais, da evasão fiscal, que envolve práticas ilegais como omissão de receitas e fraudes contábeis (COELHO, 2018). A legislação tributária brasileira permite a elisão fiscal dentro dos limites legais, mas penaliza a evasão com multas e sanções.

A elisão fiscal, também chamada de economia de tributos, representa um exercício legítimo da autonomia privada dentro dos limites permitidos pela legislação tributária. De acordo com Pilati, Theiss e Fonseca (2015), a elisão ocorre por meio de escolhas jurídicas e econômicas que, embora moralmente discutíveis em alguns casos, são juridicamente válidas e reconhecidas pelo ordenamento. Trata-se de uma estratégia previamente planejada, ou seja, o contribuinte estrutura suas operações antes da ocorrência do fato gerador, com o intuito de alcançar uma menor carga tributária. Essa possibilidade, segundo os autores, decorre do próprio princípio da legalidade, insculpido na Constituição Federal de 1988, que assegura ao cidadão o direito de não ser tributado senão nos termos da lei.

É importante destacar que a elisão fiscal não se confunde com a simulação ou com o abuso de forma, práticas essas que podem ser reclassificadas pela autoridade fiscal e desconsideradas com base no artigo 116, parágrafo único, do Código Tributário Nacional. Para que a elisão seja reconhecida como lícita, é necessário que as operações estejam devidamente formalizadas, possuam substância econômica e não violem o propósito da norma tributária. Como afirmam Diniz e Oliveira (2021), o desafio está justamente em delimitar a fronteira entre a liberdade de organização econômica do contribuinte e a prática abusiva voltada exclusivamente à supressão de tributos.

Por outro lado, a evasão fiscal representa uma afronta direta à legislação. Trata-se de uma conduta dolosa, em que o contribuinte omite, frauda ou manipula informações com o objetivo de não pagar o tributo devido. A evasão ocorre, portanto, após o surgimento da obrigação tributária, e configura-se como infração à norma jurídica,

sujeitando o agente às penalidades previstas em lei, incluindo multas e, em casos mais graves, responsabilização penal. Segundo Trévia (2023), a evasão compromete não apenas a arrecadação do Estado, mas também a justiça fiscal, pois transfere a carga tributária para os contribuintes que cumprem suas obrigações regularmente.

Além disso, é importante considerar que a evasão fiscal, além de gerar perdas financeiras ao erário, afeta a competitividade entre empresas. Organizações que burlam a legislação conseguem praticar preços artificiais, criando desequilíbrios no mercado e dificultando a atuação de empresas que cumprem rigorosamente suas obrigações tributárias. De acordo com Almeida, Paz e Marinho (2024), a evasão fiscal mina a confiança nas instituições, enfraquece a cultura de legalidade e compromete a justiça social, pois reduz os recursos destinados a políticas públicas essenciais.

Portanto, ao se elaborar um planejamento tributário, é imprescindível que os profissionais envolvidos conheçam profundamente a legislação vigente e atuem com responsabilidade, buscando estratégias lícitas e transparentes. A distinção entre elisão e evasão fiscal não é meramente técnica, mas ética e jurídica, devendo ser observada rigorosamente para que a organização mantenha sua integridade, sustentabilidade e conformidade legal. Conforme ressalta Machado (2025), o bom planejamento tributário deve andar de mãos dadas com a legalidade e com o interesse público, sob pena de comprometer a reputação e a continuidade das empresas.

3. Aspectos Legais e Normativos

3.1 Legislação Tributária Brasileira

A legislação tributária brasileira é complexa e inclui diferentes regimes de tributação, como Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real (BRASIL, 2022). Cada regime possui características próprias e afeta diretamente o planejamento tributário das empresas.

A Legislação Tributária Brasileira é composta por um conjunto de normas jurídicas que regulam a arrecadação de tributos, a relação entre Fisco e contribuinte e a organização do sistema tributário nacional. Essa legislação está estruturada principalmente na Constituição Federal de 1988, no Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966) e nas leis complementares, ordinárias, decretos e instruções normativas. A Constituição estabelece os princípios e competências tributárias dos entes federativos,

funcionando como a base do sistema, enquanto o CTN detalha conceitos, limitações ao poder de tributar e normas gerais aplicáveis em todo o território nacional (MACHADO, 2021).

A complexidade do sistema tributário brasileiro é um dos fatores que mais impactam o ambiente de negócios no país. Segundo estudos do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), o Brasil figura entre os países com maior número de normas tributárias em vigor, o que dificulta o cumprimento das obrigações por parte dos contribuintes e gera insegurança jurídica. Essa complexidade decorre da coexistência de normas federais, estaduais e municipais, muitas vezes conflitantes ou redundantes, o que reforça a necessidade de reforma e simplificação tributária (CARRAZZA, 2022).

Além disso, a legislação tributária brasileira está em constante transformação, exigindo dos profissionais da área atualização contínua. Alterações nas normas ocorrem com frequência, seja por mudanças legislativas, decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) ou por atualizações na jurisprudência administrativa do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Essa dinamicidade exige uma atuação estratégica, principalmente no planejamento tributário, de modo a garantir o correto enquadramento legal e evitar passivos fiscais inesperados (TORRES, 2020).

A legislação brasileira também se apoia em princípios constitucionais como legalidade, anterioridade, isonomia, capacidade contributiva e vedação ao confisco, que funcionam como garantias fundamentais do contribuinte. Esses princípios não apenas limitam o poder de tributar do Estado, mas também orientam a interpretação e aplicação das normas tributárias, sendo fundamentais para assegurar justiça fiscal. A observância desses princípios é constantemente analisada pelo Judiciário em casos de discussão sobre a constitucionalidade de tributos ou benefícios fiscais (AMARO, 2023).

Por fim, observa-se que a legislação tributária brasileira tem buscado se adaptar às exigências do contexto global, especialmente em temas como transparência fiscal, combate à evasão e digitalização dos processos tributários. Iniciativas como o eSocial, a Nota Fiscal Eletrônica e o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) exemplificam esse esforço de modernização, promovendo maior integração entre os entes federativos e controle mais eficaz sobre as operações econômicas. Essa evolução normativa contribui para um sistema mais eficiente, embora ainda persista a demanda por maior simplificação e justiça tributária (BARRETO, 2021).

3.2 Princípios Tributários

Os princípios constitucionais do sistema tributário brasileiro, como o princípio da legalidade, da capacidade contributiva e da anterioridade, devem ser considerados no planejamento tributário (MACHADO, 2019).

Os princípios tributários são fundamentos constitucionais que regulam e limitam a atuação do Estado no exercício do poder de tributar, garantindo segurança jurídica e justiça fiscal. Esses princípios estão dispostos principalmente no artigo 150 da Constituição Federal de 1988, sendo essenciais para equilibrar a relação entre o Fisco e o contribuinte. Entre os mais relevantes estão os princípios da legalidade, da anterioridade, da isonomia, da capacidade contributiva, da vedação ao confisco e da transparência. Tais princípios funcionam como garantias fundamentais que norteiam a criação, arrecadação e fiscalização dos tributos no país (GRECO, 2023).

O princípio da legalidade estabelece que nenhum tributo pode ser instituído ou aumentado sem que haja lei que o determine. Isso assegura previsibilidade e proteção ao contribuinte, evitando arbitrariedades estatais. Já o princípio da anterioridade impede que um tributo seja cobrado no mesmo exercício financeiro em que foi instituído ou aumentado, exceto nas exceções previstas em lei, como no caso do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Ambos os princípios são considerados pilares do Estado Democrático de Direito e são amplamente debatidos na doutrina tributária contemporânea (MARINS, 2021).

Outro princípio de grande importância é o da capacidade contributiva, que orienta a tributação de acordo com a situação econômica do contribuinte. Isso significa que o sistema deve tributar mais quem pode pagar mais, promovendo equidade fiscal. Segundo Paulo de Barros Carvalho (2018), esse princípio está diretamente ligado ao ideal de justiça tributária e serve como baliza interpretativa para o legislador e para o julgador ao analisar a constitucionalidade de tributos que atinjam desigualmente os contribuintes.

O princípio da isonomia tributária garante tratamento igualitário entre os contribuintes que se encontram na mesma situação jurídica. Assim, o Estado não pode instituir privilégios ou discriminações sem justificativa constitucional. Essa garantia evita distorções e favorece a concorrência leal entre os agentes econômicos. Para Misabel Derzi (2017), a isonomia tributária é um desdobramento do princípio da igualdade e deve ser

observada em todas as etapas da relação tributária, desde a instituição do tributo até sua fiscalização e cobrança.

Por fim, destaca-se o princípio da vedação ao confisco, que impede o Estado de utilizar a tributação como meio de aniquilar o patrimônio do contribuinte. A carga tributária deve ser razoável e proporcional à finalidade arrecadatória, sem comprometer a sobrevivência financeira do sujeito passivo. Ricardo Lobo Torres (2016) argumenta que esse princípio atua como um freio contra o abuso do poder de tributar e deve ser constantemente interpretado à luz do contexto econômico e social do país.

4. Estratégias de Planejamento Tributário

4.1 Escolha do Regime de Tributação

A seleção do regime tributário mais adequado é uma das principais formas de otimização fiscal. Pequenas e médias empresas podem se beneficiar do Simples Nacional, enquanto grandes empresas podem adotar o Lucro Presumido ou Lucro Real, dependendo de suas margens de lucro (CARVALHO, 2021).

A escolha do regime de tributação representa uma etapa decisiva no planejamento tributário, pois define a base de cálculo, a forma de apuração e os níveis de exigência contábil e fiscal que a empresa deverá cumprir. Em estudo recente, Hugo de Brito Machado destaca que o contribuinte tem o direito de optar pela forma de exercer sua atividade que implique o menor ônus tributário, desde que respeitado o limite da licitude. Segundo o autor, esse direito encontra respaldo tanto na Constituição Federal quanto no Código Tributário Nacional, especialmente nos princípios da legalidade e da livre iniciativa (MACHADO, 2025).

A literatura acadêmica também enfatiza a importância de alinhar a escolha do regime tributário ao perfil econômico e operacional da empresa, levando em consideração sua forma jurídica, porte, setor de atuação e previsibilidade de receitas e despesas. Nesse contexto, Becker, Rother e Flach, em sua análise bibliométrica sobre planejamento tributário nas empresas brasileiras, indicam que a adoção de regimes como Lucro Real, Lucro Presumido ou Simples Nacional é tema recorrente na pesquisa contábil, sendo objeto de estudo em grande parte das estratégias empresariais (BECKER; ROTHER; FLACH, 2024).

Além disso, autores especializados em teoria tributária reforçam a relevância de considerar os princípios da tributação ótima na escolha do regime tributário. Carvalho e Costa exploram como a teoria da tributação ótima pode fundamentar escolhas tributárias mais equitativas e eficientes, ao ponderar aspectos como progressividade, neutralidade e eficácia arrecadatória no contexto brasileiro (CARVALHO; COSTA, 2021).

4.2 Benefícios Fiscais e Incentivos

Os benefícios fiscais são instrumentos extrafiscais que o Estado utiliza para promover objetivos econômicos, sociais ou ambientais, indo além da mera arrecadação tributária. Segundo Marcus Abraham e Camila Thiebaut Bayer Lannes, os incentivos fiscais ambientais, como o imposto seletivo previsto na reforma tributária, representam avanços importantes para alinhar o sistema tributário brasileiro com políticas de desenvolvimento sustentável, embora demandem regulamentação mais robusta para garantir sua eficácia (ABRAHAM; LANNES, 2024).

Além disso, Carlos Lucas Buissa, Luiza Bevilacqua e Pedro H. Morais destacam que os gastos tributários — especialmente os relacionados ao ICMS — funcionam como estímulos à economia, à geração de emprego e à atração de investimentos. Contudo, eles também alertam que tais renúncias devem ser analisadas levando em conta suas externalidades positivas, não apenas o impacto direto sobre a arrecadação (BUISSA; BEVILACQUA; MORAIS, 2017).

Estudos empíricos recentes, como o de Juliano Goularti e Talita Alves, mostram que os benefícios fiscais estaduais cresceram expressivamente e contribuíram para ampliar desigualdades regionais, ao concentrarem-se em regiões mais desenvolvidas. Esse cenário reflete perdas potenciais em setores essenciais como saúde, segurança e educação, especialmente quando os incentivos não são compensados por contrapartidas econômicas concretas (GOULARTI; ALVES, 2024).

Diversos incentivos fiscais podem ser utilizados para reduzir a carga tributária, como:

- Incentivos regionais (exemplo: Zona Franca de Manaus);
- Desoneração da folha de pagamento;
- Créditos tributários no PIS e COFINS.

4.3 Planejamento Tributário Internacional

Empresas que atuam globalmente podem utilizar estratégias de preços de transferência e planejamento em paraísos fiscais para otimizar sua tributação (GOMES, 2017).

Com o avanço da globalização e a intensificação da mobilidade de capitais, o planejamento tributário internacional tem ganhado expressão significativa no contexto acadêmico e empresarial. Oliveira e De Oliveira (2023) ressaltam que a globalização econômica ampliou a atuação de empresas transnacionais, impulsionando práticas de planejamento tributário internacional e desafiando os Estados na regulação e fiscalização dessas operações, especialmente em ambientes com baixa cooperação internacional (OLIVEIRA; DE OLIVEIRA, 2023).

No plano normativo, o Projeto BEPS (Base Erosion and Profit Shifting), liderado pela OCDE e pelo G20, instaura um marco contra a erosão da base tributária e a transferência de lucros entre jurisdições. Cunha (2022) analisa o impacto dessa iniciativa, indicando que o BEPS promove mudanças estruturais nos padrões de transparência fiscal e encarece estratégias abusivas de elisão tributária internacional (CUNHA, 2022).

Já sob uma perspectiva teórica e normativa, Santos (2023) aborda o tema sob o prisma da justiça tributária internacional, destacando que reformulações como o Acordo Tributário Global de 2021 refletem uma tentativa de equidade na distribuição dos direitos de tributação entre países. O autor discute que a digitalização da economia e a mobilidade de fatores de produção intensificaram desafios de concorrência fiscal e afetam a justiça na repartição de receitas fiscais (SANTOS, 2023).

5. Benefícios e Riscos do Planejamento Tributário

5.1 Vantagens

O planejamento tributário representa uma importante ferramenta de gestão estratégica, favorecendo a diminuição da carga tributária por meio da identificação das alternativas legais menos onerosas para a empresa. Almeida e Tiossi (2020) destacam que esse planejamento permite comparar regimes tributários e fortalecer a apuração do lucro, auxiliando na escolha daquela que maximize a economia e o desempenho empresarial (ALMEIDA; TIOSSI, 2020).

Além disso, Fernandes (2009, apud Martins, 2009) identifica três tipos de ação no planejamento tributário: anulatória, edutiva e postergativa. Essas ações, aplicadas de forma adequada, contribuem diretamente para a redução de ônus tributários e aumento da lucratividade, especialmente em micro e pequenas empresas onde os encargos fiscais podem comprometer a viabilidade do negócio (MARTINS, 2009)

Em uma análise adaptativa ao contexto brasileiro, Brilhante e Alves (2020) observam que o planejamento tributário, ao permitir a maximização dos lucros mediante redução consciente da carga tributária, se torna uma vantagem competitiva crucial em mercados globalizados e altamente disputados (BRILHANTE; ALVES, 2020)

- Redução lícita da carga tributária;
- Melhoria no fluxo de caixa;
- Aumento da competitividade empresarial.

5.2 Riscos e Limitações

O planejamento tributário, embora seja uma ferramenta legítima para redução da carga fiscal, apresenta riscos significativos quando mal estruturado ou mal interpretado. A principal preocupação reside na linha tênue entre elisão fiscal — que é legal — e evasão fiscal, que é ilícita. Segundo Yamashita (2005), a distinção entre essas práticas é fundamental, pois a elisão ocorre antes do fato gerador do tributo, enquanto a evasão acontece após, configurando-se como fraude ou simulação para evitar o pagamento devido (YAMASHITA, 2005).

Além disso, o uso de estruturas complexas e artificiais, como blindagem fiscal, pode ser interpretado como abuso do direito, resultando em responsabilização penal e danos à reputação da empresa. A blindagem fiscal envolve a utilização de manobras legais para proteger o patrimônio da empresa contra ações fiscais, mas quando mal implementada, pode ser considerada crime, conforme a Lei nº 9.613/98 e outras legislações pertinentes (PARADA FILHO, 2012).

Outro risco significativo é a guerra fiscal entre estados, que ocorre quando unidades da federação concedem benefícios fiscais de forma unilateral para atrair investimentos. Essa prática pode gerar distorções na arrecadação e prejudicar a competitividade entre os estados, além de ser considerada inconstitucional quando não

fundamentada em convênios firmados entre as unidades da federação (Guerra fiscal, 2023).

- Mudanças frequentes na legislação;
- Risco de interpretação equivocada das normas fiscais;
- Possibilidade de autuação pela Receita Federal.

6. Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza aplicada, com abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos. O método qualitativo será utilizado para interpretar os dados obtidos por meio da revisão bibliográfica, permitindo uma análise crítica sobre os conceitos, princípios e práticas do planejamento tributário. Já a abordagem quantitativa será aplicada na análise dos dados obtidos através de questionários estruturados, a fim de verificar o grau de conhecimento, aplicação e percepção dos profissionais e estudantes da área sobre o tema.

De acordo com Gil (2017), a pesquisa bibliográfica é fundamental em estudos que buscam reunir e discutir contribuições teóricas de diversos autores sobre determinado tema, permitindo a construção de uma base sólida de conhecimento. Por meio dessa técnica, foram consultadas obras científicas, artigos acadêmicos e publicações recentes de autores nacionais reconhecidos, com foco no planejamento tributário, legislação tributária brasileira e suas estratégias de aplicação.

Complementando a abordagem teórica, será aplicada uma pesquisa de campo, por meio de questionários eletrônicos com perguntas fechadas e abertas, direcionados a um público-alvo composto por empresários e gestores de empresas de diferentes portes, contadores, consultores tributários, advogados tributaristas, além de estudantes e professores das áreas de Ciências Contábeis, Administração e Direito Tributário, todos localizados no município de Fernandópolis – SP.

Segundo Lakatos e Marconi (2017), os questionários são instrumentos eficazes para a coleta de dados primários, especialmente quando aplicados a um grupo representativo, permitindo identificar padrões de comportamento, opiniões e tendências. Já Oliveira (2020) destaca que, quando combinados com a análise bibliográfica, os questionários permitem triangulação de dados, fortalecendo a validade e confiabilidade dos resultados obtidos.

A análise dos dados será realizada por meio de técnicas estatísticas descritivas, como distribuição de frequência e percentuais, utilizando planilhas eletrônicas, o que possibilitará identificar a percepção dos respondentes sobre a eficácia, os riscos e os benefícios do planejamento tributário como estratégia de redução legal da carga tributária.

6.1 Resultados

A análise da literatura sobre planejamento tributário identifica que ele é uma ferramenta estratégica essencial para empresas que buscam reduzir a carga tributária de forma legal e eficiente. O planejamento tributário vai além da simples economia de impostos, sendo considerado um instrumento de gestão que proporciona maior previsibilidade financeira, competitividade e sustentabilidade econômica. Em 2023, a Receita Federal registrou um aumento de 65% nas autuações, totalizando R\$ 225,5 bilhões, evidenciando a crescente fiscalização sobre as práticas tributárias das empresas (Receita Federal do Brasil, 2023).

Ao examinar a distinção entre elisão fiscal e evasão fiscal, observa-se que o planejamento tributário correto permite a elisão — redução legal da carga tributária — enquanto evita a evasão, que configura fraude fiscal e penalidades legais. A compreensão desses conceitos é fundamental para a segurança e a credibilidade das empresas em Fernandópolis. Estudos de caso demonstram que empresas que adotam práticas de planejamento tributário eficazes conseguem minimizar riscos fiscais e otimizar sua carga tributária (KIPOS, 2025).

Em relação aos aspectos legais e normativos, o planejamento tributário deve estar sempre alinhado à legislação brasileira e aos princípios constitucionais, garantindo que todas as estratégias adotadas respeitem a legalidade, a capacidade contributiva e a vedação ao abuso de direito. A Receita Federal, em suas ações de fiscalização, tem identificado irregularidades que resultaram em autuações significativas, reforçando a importância da conformidade tributária (Receita Federal do Brasil, 2023).

No que se refere às estratégias de planejamento tributário, a escolha do regime de tributação é um fator decisivo. Cada regime apresenta vantagens e limitações específicas, sendo essencial que a decisão considere o porte da empresa, seu setor de atuação e sua estrutura operacional. Empresas que realizam uma análise criteriosa na

escolha do regime tributário conseguem identificar oportunidades de economia fiscal e evitar riscos de autuações indevidas (KIPOS, 2025).

O planejamento tributário internacional também se mostra relevante, principalmente para empresas que atuam em mercados globalizados ou possuem operações digitais. A adoção de estratégias internacionais permite reduzir riscos de dupla tributação e melhorar a competitividade no cenário global. Empresas que implementam práticas de planejamento tributário internacional eficazes conseguem otimizar sua carga tributária e expandir suas operações de forma sustentável (KIPOS, 2025).

Por fim, os resultados indicam que o planejamento tributário oferece vantagens claras, como a redução de impostos e a otimização financeira, mas também apresenta riscos e limitações, como a interpretação equivocada da legislação e a exposição a fiscalizações. A adoção de práticas de planejamento tributário bem estruturadas contribui para a saúde financeira das empresas e para a conformidade com as obrigações fiscais (Receita Federal do Brasil, 2023; KIPOS, 2025).

6.2 Discussão dos resultados

A análise crítica evidencia que o planejamento tributário em Fernandópolis pode ser uma estratégia eficaz para reduzir impostos, desde que respeitadas as normas legais e princípios constitucionais. A escolha adequada do regime tributário, a utilização consciente de incentivos fiscais e a atenção às estratégias internacionais contribuem para maximizar a economia tributária, sem gerar riscos legais.

Entretanto, os riscos e limitações identificados reforçam que o planejamento tributário não deve ser apenas uma prática de economia, mas um instrumento estratégico que integra governança corporativa, ética fiscal e responsabilidade social. Empresas que equilibram a busca por benefícios fiscais com conformidade legal alcançam vantagens competitivas e segurança jurídica.

Além disso, no contexto regional de Fernandópolis, as empresas podem se beneficiar de um planejamento tributário adaptado à realidade local, aproveitando incentivos estaduais e municipais, sem comprometer o cumprimento das normas federais. Essa adaptação regional evidencia a importância de estratégias personalizadas que considerem não apenas o aspecto fiscal, mas também os impactos econômicos e sociais da organização.

Em síntese, o planejamento tributário, quando bem estruturado, é uma ferramenta estratégica de gestão que contribui para a redução de impostos, aumento da competitividade e sustentabilidade financeira das empresas, desde que integrado à análise legal e à ética corporativa.

7. Considerações Finais

A revisão bibliográfica evidenciou que o planejamento tributário é uma estratégia essencial para as empresas que desejam reduzir sua carga tributária de maneira legal e eficiente. Entretanto, é fundamental que as organizações busquem suporte contábil e jurídico para evitar riscos e garantir a conformidade com a legislação vigente.

O planejamento tributário bem estruturado permite às empresas identificarem oportunidades de economia fiscal, escolhendo o regime de tributação mais adequado, aproveitando incentivos fiscais e benefícios legais, além de adotar estratégias alinhadas ao contexto internacional, quando pertinente. Essa abordagem contribui não apenas para a redução da carga tributária, mas também para o fortalecimento da saúde financeira, o aumento da competitividade e a sustentabilidade do negócio.

A compreensão clara da diferença entre elisão e evasão fiscal é essencial, pois garante que as estratégias adotadas respeitem os limites legais, evitando penalidades e riscos à reputação da empresa. No contexto de Fernandópolis (SP), adaptar o planejamento tributário às condições locais, considerando incentivos municipais e estaduais, reforça a importância de estratégias personalizadas que valorizem a realidade econômica da região.

Além dos benefícios fiscais, o planejamento tributário permite maior controle sobre os fluxos financeiros e auxilia na tomada de decisões estratégicas, oferecendo segurança jurídica e transparência contábil. No entanto, é preciso estar atento aos riscos, como interpretações equivocadas da legislação ou utilização inadequada de mecanismos legais, que podem gerar responsabilização administrativa ou penal.

Em síntese, o planejamento tributário, quando realizado com planejamento, acompanhamento técnico e observância das normas legais, configura-se como um instrumento de gestão estratégica que equilibra eficiência fiscal, legalidade e responsabilidade ética. Essa prática fortalece a posição da empresa no mercado, promove a sustentabilidade financeira e contribui para o desenvolvimento econômico regional,

destacando-se como um recurso indispensável para organizações que buscam crescimento sólido e duradouro.

Referências

ABRAHAM, Marcus; LANNES, Camila Thiebaut Bayer. **Incentivos fiscais ao meio ambiente na reforma tributária e o imposto seletivo**. Revista Direito Tributário Atual, São Paulo, IBDT, v. 57, ano 42, p. 369-388, 2º quadrimestre 2024.

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito Tributário**. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2025

ALMEIDA, Iara; PAZ, João; MARINHO, Carlos. **Planejamento tributário: uma análise estratégica da gestão fiscal em empresas brasileiras**. Revista JNT, Araguaína, v. 3, n. 2, p. 55-68, 2024. Disponível em: <<https://revistas.faculdefacit.edu.br/index.php/JNT/article/view/2939>>. Acesso em: 3 jun. 2025.

AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

BARRETO, Fabiana Del Padre Tomé. **Modernização da legislação tributária: desafios e perspectivas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

BECKER, Karoline; ROTHER, Rosilene; FLACH, Leila. **Planejamento tributário nas empresas brasileiras: uma análise bibliométrica**. *Conexão UCEFF*, Chapecó, v. 17, n. 2, p. 41-56, 2024.

BRASIL. **Código Tributário Nacional**. Brasília: Senado Federal, 2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15172.htm.

BUISSA, Luiz; BEVILACQUA, Luiza; MORAIS, Pedro H. **Incentivos fiscais de ICMS e renúncia de receita com o Regime de Recuperação Fiscal (RRF)**. Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico (RFD FE), v. 6, n. 11, p. 127-143, 2017.

CARRAZZA, Roque Antonio. **Curso de direito constitucional tributário**. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2022.

CARVALHO, J. **Planejamento Tributário para Empresas**. Rio de Janeiro: FGV, 2021.

CARVALHO, Luiz Nelson Guedes de; COSTA, Carlos André da Silva. **Tributação ótima: fundamentos e aplicações no Brasil**. Revista de Administração Contemporânea, Curitiba, v. 25, n. 2, p. 1-5, 2021.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

COELHO, F. **Manual de Direito Tributário**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

CUNHA, A. de A. Planejamento Tributário Internacional no Projeto BEPS: **Agressivo ou Agredido?** Revista de Direito Tributário Internacional Atual, n. 5, p. 67-96, 2022.

CUNHA, Marcos L. da; MARTINS, José Eduardo Soares. **Planejamento Tributário: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2022.

DERZI, Misabel Abreu Machado. **Direito tributário da igualdade**. 4. ed. São Paulo: Noeses, 2017.

DINIZ, Ana Paula; OLIVEIRA, Rafael. **O princípio da legalidade e os limites da elisão fiscal no direito brasileiro**. Revista de Direito Tributário Atual, São Paulo, v. 40, p. 88-102, 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOULARTI, Juliano; ALVES, Talita. **Benefícios fiscais estaduais quase triplicam em cinco anos e devem atingir R\$ 267 bi em 2025** [Estudo]. Núcleo de Estudos Tributários (NET), 31 out. 2024.

GOMES, L. **Planejamento Tributário Internacional**. São Paulo: Atlas, 2017.

GRECO, Leonardo Vizeu Figueiredo. **Princípios constitucionais tributários: efetividade e controle**. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

KIPOS. **Estudo de caso: sucesso empresarial através de um planejamento tributário efetivo**. Disponível em: <https://kipos.com.br/estudo-de-caso-sucesso-empresarial-atraves-de-um-planejamento-tributario-efetivo/>. Acesso em: 4 out. 2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LOBO TORRES, Ricardo. **Tratado de direito constitucional tributário**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2016.

MACHADO, H. **Curso de Direito Tributário**. 5. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2019. Disponível em: <https://www.editoradelrey.com.br/curso-de-direito-tributario-5-edicao>. Acesso 15 jul. 2025

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2021.

MACHADO, Hugo de Brito. **Introdução ao planejamento tributário**. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2025.

MACHADO, Ives Gandra da Silva. **Curso de Direito Tributário**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MARINS, James. **Princípios constitucionais tributários: interpretação e aplicação**. São Paulo: RT, 2021.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Tributária: Planejamento Tributário**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

MARTINS, J. **Planejamento Tributário no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2020.

OLIVEIRA, Jeferson Sousa; DE OLIVEIRA, Cristiano. **Planejamento tributário internacional: um reflexo da globalização econômica**. In: Direito e Práxis: interfaces entre a norma jurídica e a realidade social. Vol. 2. São Paulo: Editora Científica, 2023. p. 215-231.

OLIVEIRA, Marcelo Ribeiro de. **Metodologia Científica: da pesquisa à produção do conhecimento**. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

OLIVEIRA, Ricardo Mariz de. **Limites da legalidade no planejamento tributário**. Revista de Direito Tributário Atual, São Paulo, v. 38, p. 11-29, 2021. Disponível em: <https://revista.ibdt.org.br/index.php/RDTA/article/view/1185>. Acesso em: 3 jun. 2025.

PILATI, Cristiano; THEISS, Ricardo; FONSECA, Marcos. **Elisão e evasão fiscal: um estudo comparado sob a ótica da legalidade tributária**. Revista de Direito Econômico e Socioambiental, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 135-152, 2015.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Receita Federal bate recorde de autuações e soma R\$ 225,5 bi em 2023**. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/receita-federal-bate-recorde-de-autuacoes-e-soma-r-2255-bi-em-2023>. Acesso em: 4 out. 2025.

SANTOS, Marcelo. **Justiça internacional e o regime tributário internacional: uma análise do Acordo Tributário Global**. Economia e Sociedade, v. 32, n. 3, p. 555-578, 2023.

SILVA, José Eduardo Soares da; PEREIRA, Heleno Taveira. **Estudos de Direito Tributário: Homenagem ao Professor Roque Antonio Carrazza**. São Paulo: Malheiros, 2014.

TORRES, Heleno Taveira. **Direito tributário: fundamentos e atualizações**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

TRÉVIA, Talita Fernandes. **Planejamento tributário e ética empresarial: limites entre o lícito e o ilícito**. Migalhas, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/390469>. Acesso em: 3 jun. 2025.

Capítulo 14

USO DE PLANTAS OLERÍCOLAS E MEDICINAIS COMO ESTRATÉGIA ALIMENTAR E FITOTERAPEUTICA PARA IDOSOS NO ASILO LAR BOM SAMARITANO, NO MUNICÍPIO DE VIDEIRA – SC

Sandro Dan Tatagiba

Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Videira. Graduado em Agronomia e em Licenciatura em Ciências Biológicas, Mestre em Produção Vegetal, Doutor em Fisiologia Vegetal e Pós-Doutor na área de Ciências Florestais. É Especialista em Cultura Teológica, Fitoterapia e Engenharia de Segurança do Trabalho. E-mail: sandrodantatagiba@yahoo.com.br.

Paloma Colombo

Aluna do Curso de Agronomia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Videira. E-mail: colombo.paloma123@gmail.com

Anniely Rodrigues de Andrade

Aluna do Curso de Agronomia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Videira. E-mail: annielydeandrade@gmail.com

Amanda Maresco

Aluna do Curso Integrado em Agropecuária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Videira. E-mail: amandamoresco10@gmail.com

Felipe Vitali de Bortoli

*Aluno do Curso Integrado em Agropecuária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Videira.
E-mail: lipedebortoli@gmail.com*

Gabriela Jakobczynski

*Aluna do Curso Integrado em Agropecuária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Videira.
E-mail: gjakobczynski@gmail.com*

Joana Tragancin Thomé

*Aluna do Curso Integrado em Agropecuária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Videira.
E-mail: joanathome@gmail.com*

Pedro Henrique França Gonçalves

*Aluno do Curso Integrado em Agropecuária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Videira.
E-mail: eu.pedrofrancav@gmail.com*

Tainá Semke

*Aluno do Curso Integrado em Agropecuária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Videira.
E-mail: tainasemke09@gmail.com*

Talita Pirolí

*Aluno do Curso Integrado em Agropecuária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - Campus Videira.
E-mail: talitapiroli79476@gmail.com*

RESUMO

Construir em conjunto com o Lar Bom Samaritano, ações extensionistas que valorizem e ampliem o conhecimento sobre o uso de plantas olerícolas e medicinais, enfatizando sua

importância nutricional, as partes utilizadas na alimentação, modo de preparo e efeitos fitoterápicos, através da implantação e revitalização de uma horta, de maneira orgânica e sustentável, teve como objetivo o estudo. Foram cultivadas um total 632 plantas, sendo 616 olerícolas e 16 medicinais. Entre as espécies olerícolas, destacaram-se: *Lactuca sativa* (Alface, 476 plantas), *Brassica oleracea* var. *italica* (Brócolis, 40 plantas) e *Brassica oleracea* var. *botrytis* (Couve flor, 30 plantas). Entre as espécies de plantas medicinais, destacaram: *Plectranthus barbatus* (Boldo comum, 4 plantas) e *Ocimum basilicum* (Manjerição roxo, 3 plantas). A família botânica olerícola que apresentou maior frequência foi a Asteraceae (476 plantas), seguida da Brassicaceae (100 plantas). Entre as medicinais destacaram-se a família Lamiaceae (11 plantas) e Asteraceae (3 plantas). O órgão das plantas mais utilizado para consumo foi a folha (88,9%) e a forma de preparo mais frequente foi a *in natura* (78,5%). A iniciativa extensionista envolveu práticas das disciplinas técnicas, desenvolvendo atividades terapêuticas na horta, estimulando ações e exercícios de coordenação dos idosos, fornecendo alimentos saudáveis e de valores fitoterápicos, proporcionando vivência nas atividades e fortalecendo os laços entre o meio acadêmico e a comunidade local.

Palavras-chave: Educação ambiental. Espaço didático. Horta. Saúde do idoso.

ABSTRACT

The objective of this study, in conjunction with Lar Bom Samaritano, was to develop extension initiatives that value and expand knowledge about the use of vegetable and medicinal plants, emphasizing their nutritional importance, the parts used in food, preparation methods, and phytotherapeutic effects, through the implementation and revitalization of a vegetable garden in an organic and sustainable manner. A total of 632 plants were cultivated, 616 vegetable and 16 medicinal. Among the vegetable species, the following stood out: *Lactuca sativa* (lettuce, 476 plants), *Brassica oleracea* var. *italica* (broccoli, 40 plants), and *Brassica oleracea* var. *botrytis* (cauliflower, 30 plants). Among the medicinal plant species, the following stood out: *Plectranthus barbatus* (common boldo, 4 plants) and *Ocimum basilicum* (purple basil, 3 plants). The most frequently used vegetable botanical family was Asteraceae (476 plants), followed by Brassicaceae (100 plants). Among the medicinal plants, the Lamiaceae (11 plants) and Asteraceae (3 plants) stood out. The most commonly consumed plant organ was the leaf (88.9%), and the most common form of preparation was fresh (78.5%). The extension initiative involved practical activities in technical disciplines, developing therapeutic activities in the garden, encouraging coordination activities and exercises for the elderly, providing healthy foods with phytotherapeutic values, providing hands-on experience in the activities, and strengthening ties between the academic environment and the local community.

Keywords: Environmental education. Educational space. Garden. Elderly health.

INTRODUÇÃO

A saúde pública classifica o envelhecimento populacional como um desafio para a saúde. Os idosos são os principais pacientes da rede pública e privada de saúde, sendo priorizados no atendimento hospitalar em relação às demais faixas etárias da população. A ampliação do tempo de vida pode ser gerada pela qualidade em que o ser humano é

exposto, podendo comprometer seu viver (Lima; Veras, 2013). O envelhecimento traz o aumento do aparecimento de doenças agudas crônicas, ganhando forma através do tempo e da falta de cuidado físico e mental, aumentando os riscos de contrair enfermidades ou por falta de condições financeiras e acessibilidade as informações primordiais a saúde, colocando-se assim como alternativa, o uso das plantas olerícolas e medicinais como uma forma segura e viável para amenizar males e distúrbios fisiológicos que por ventura vierem a surgir (Costa et al., 2017).

O consumo de plantas visto de forma terapêutica e natural empregada como uma alternativa medicinal popular vem ganhando cada vez mais adeptos pela população idosa, acreditando no seu aspecto benéfico de utilização (Balbinot; Velasquez; Dusman, 2013). Outro fator que responde as buscas por plantas por idosos está em relação ao baixo custo. A prescrição de medicamentos com valores exorbitantes se sobrepõe a renda mensal, sendo motivo de recorrem a métodos acessíveis, como o uso das plantas medicinais (Balbinot; Velasquez; Dusman, 2013), podendo ser encontradas em lugares simples, como numa horta.

No Brasil verifica-se que mais de 80% da população idosa fazem ou já fez uso de plantas medicinais. Entretanto, grandes partes dos idosos que apresentam acesso às plantas realizam procedimentos simples e empíricos, de acordo com as crenças e a propagação da informação, dispondo de pouca orientação sobre os riscos que podem ser oferecidos quando utilizadas inadequadamente (Pereira, 2016). Grande parte dos idosos faz o próprio semeio, cultivo e colheita das plantas, em consequência, o conhecimento sobre as propriedades fitoterápicas presentes nos vegetais são obstruídos, percebendo que a informação não se renova, apenas carregam o conhecimento prévio das atividades simples e empíricas em relação às plantas (Oliveira, 2018), levando a ausência de informações cruciais das propriedades fitoterápicas de cada espécie, formas de preparado e indicações específicas as enfermidades (Santos, et al., 2019). A partir da necessidade de uso racional da informação sobre as plantas medicinais e fitoterápicas, o Ministério da Saúde aprovou em 2006 a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, regulamentada por meio do Decreto nº 5.813 de 22 de junho de 2006, onde se justifica o uso da ciência medicinal no cotidiano da população (Teixeira et al., 2002). O Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicas aprovado pelo Governo Federal (Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006), tem com o objetivo assegurar o uso e acesso seguro das plantas medicinais mais utilizadas e buscadas pela população, visando com maior

amplitude à população idosa, por precisar de maior atenção e acompanhamento profissional.

No estado de Santa Catarina, no ano de 2002, foi promulgada a Lei Nº 12.386, a qual autoriza o poder executivo a criar o Programa Estadual de Fitoterapia e Plantas Medicinais tendo por objetivo estimular o desenvolvimento de atividades intersetoriais voltadas à fitoterapia e contribuir para a promoção da saúde, à produção de plantas medicinais como insumos para a indústria farmacêutica e produtos de valor agregado, à adequação tecnológica dos setores farmacêuticos e agrônômicos catarinenses, fundamentada no desenvolvimento sustentável e no manejo racional da biodiversidade do Estado, considerando-se os aspectos sociais, econômicos e ecológicos inerentes. Assim, cabe com tal finalidade, promover, incentivar e prestar assessoria técnica para implantação e desenvolvimento de programas congêneres no âmbito dos municípios no Estado. A Lei supracitada ainda prevê competências, como a de garantir o acesso a produtos fitoterápicos de qualidade por toda a população do Estado de Santa Catarina, através da promoção e do incentivo à criação de hortas caseiras e “farmácias vivas”, incluindo a produção de mudas e a orientação tanto sobre o cultivo, quanto sobre o uso. Também prevê a inclusão de conteúdos afins nos currículos dos cursos universitários das áreas envolvidas com a fitoterapia, a fim de promover a educação popular, nas comunidades, resgatando a cultura de uso das plantas pela população.

Dessa forma, se faz necessário buscar a auto-suficiência na produção estadual de plantas medicinais, através do desenvolvimento da pesquisa e extensão agronômica. Formar recursos humanos capacitados para o desenvolvimento da extensão nas instituições de ensino é o ponto de partida para o sucesso dessa política pública, envolvida com o uso das plantas. As instituições de ensino podem contribuir para a superação destes desafios e auxiliar na ampliação do conhecimento e uso de plantas olerícolas e medicinais, na medida em que incorpora a formação de futuros profissionais no mercado e oferece espaços e atividades que promovam a prática e utilização, possibilitando a correta identificação e o uso seguro (Bitencourt et al., 2021).

A prática da olericultura representada pelas hortaliças, também chamadas de legumes e verduras é um valioso alimento nutricional (Filgueira, 2007), utilizado pelos idosos como fonte de vitaminas, sais minerais, proteínas e carboidratos. Todos esses elementos, de forma balanceada, estabilizam as funções internas do corpo. As verduras, parte importante da alimentação, possuem funções fitoquímicas que desempenham

papéis importantes na manutenção da saúde dos idosos. Seus efeitos podem ser: hormonais, antiinflamatórios ou antioxidantes (Lunn, 2007). Elas fornecem não apenas variedade de cor e textura às refeições, mas também nutrientes importantes. As olerícolas têm pouca gordura e calorias, relativamente pouca proteína, mas são ricas em carboidratos e fibras e fornecem níveis significativos de micronutrientes à dieta (Favell, 1998).

Diante dessa perspectiva, estabelecer às principais espécies de plantas olerícolas e medicinais que os idosos poderão fazer uso no Lar Bom Samaritano, de acordo com a necessidade específica das enfermidades acometidas, buscando compreender a importância atribuída ao uso em sua vida cotidiana, se justificou a execução deste trabalho.

Procurando agregar as diferentes expectativas, tanto em nível de atuação de aprendizado dos alunos e dos profissionais envolvidos, quanto em nível de atuação na comunidade local, foi proposto o presente trabalho, com o objetivo de implantar e revitalizar uma horta, de maneira orgânica e sustentável, valorizando e ampliando o conhecimento sobre o uso de plantas olerícolas e medicinais, enfatizando sua importância nutricional, as partes utilizadas na alimentação, modo de preparo e efeitos fitoterápicos.

METODOLOGIA

O projeto foi realizado na instituição de permanência para idosos, Asilo Lar Bom Samaritano, localizado na rua Jaçanã nº. 100, bairro São Cristóvão, no município de Videira, estado de Santa Catarina. A Instituição abriga atualmente 24 idosos, 12 do gênero masculino e 12 feminino, com idade média entre 80 e 90 anos. O Asilo promove a acolhida de pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social, situações de violência e/ou negligência, em situação de rua, ou abandono e com vínculos familiares inexistentes ou fragilizados. A instituição é assistida por uma equipe formada por 12 profissionais, compreendendo, ajudantes de limpeza, cozinheiras, cuidadoras, psicóloga e nutricionista. O local dispõe de uma área externa onde estão disponíveis poucas plantas, que são utilizadas pelos idosos e funcionários no preparo de chás fitoterápicos e na alimentação.

Percebe-se um desconhecimento do uso das plantas medicinais entre os profissionais do Asilo, os quais poderiam ser utilizados para atender as reais necessidades

e enfermidades mais freqüentes dos idosos, necessitando do apoio acadêmico técnico-científico e orientação específica das espécies.

A escolha das espécies olerícolas e medicinais e a quantidade utilizada foi prevista em conjunto acordo com os gestores e profissionais do Asilo Bom Samaritano, atendendo as particularidades dos idosos, seja em relação à necessidade alimentar, nutricional e indicação terapêutica em reunião prévia planejada para esse fim. Foram agendados com antecedência, encontros periódicos com os integrantes do projeto, realizados semanalmente ou a cada quinze dias, a depender da necessidade técnica de implantação, manutenção ou colheita das plantas, a fim de realizar os manejos e tratos culturais necessários. Os idosos aptos a realização das atividades na horta foram convidados a participar.

Para popularizar o uso correto das plantas olerícolas e medicinais foi realizado um levantamento bibliográfico com informações a respeito de algumas espécies utilizadas para fins alimentares, nutricionais e medicinais, (Ferreira, Shimabuku Jr, 2012; Lopes et al., 2015).

Para revitalização do espaço da horta, os canteiros foram delimitados com estacas de madeira e barbante, em formato retangular, medindo aproximadamente 5 metros de comprimento por 90 centímetros de largura (Fróes, 1986). Como o terreno possuía um nível de declividade, os canteiros foram construídos cortando a água das chuvas que desce pelo terreno. A classificação do solo, local de implantação da horta, é um Argissolo Vermelho Distrófico. Foi realizada a análise granulométrica do solo obtendo-se a classificação textural como muito argiloso.

Amostras do substrato foram analisadas quimicamente, resultando em boa disponibilidade de bases trocáveis ($SB = 14,1 \text{ cmolc.dm}^{-3}$), de saturação de bases ($V = 86,2\%$) e de disponibilidade de fósforo ($85,2 \text{ mg.dm}^{-3}$). Antes do plantio não foi necessário realizar a correção da acidez do solo. A adubação de plantio foi realizada incorporando cerca de 0,5 toneladas de matéria orgânica proveniente da compostagem de esterco de gado de corte, realizada a lança e incorporado de forma manual ao solo.

A irrigação das plantas foi realizada diariamente no período da manhã e final da tarde de forma manual, através de uma mangueira presente no local, pelos próprios idosos.

O método utilizado para coleta dos dados das plantas foi o quali-quantitativo, do tipo censo, também denominado inventário total (Silva; Silva, 2012). As avaliações foram

realizadas com base na determinação da espécie, procurando identificar o nome científico, popular e da família. Para classificação das espécies e famílias botânicas foi adotado o sistema APG IV (2016) e a grafia dos táxons foi consultada junto aos bancos de dados eletrônicos disponibilizado pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro (Forzza et al., 2010; Freitas et al., 2015) e do Missouri Botanical Garden (Mobot, 2018). As plantas também foram identificadas quanto ao hábito botânico (Vidal; Vidal, 2007), as partes utilizadas, modos de preparo (infusão, inalação, maceração em água, maceração em álcool) e indicação terapêutica (Tatagiba, Sousa; Oliveira, 2019; Tatagiba et al., 2023).

Os dados coletados foram planilhados e analisados por meio de estatística descritiva, com base em um enfoque quantitativo e qualitativo, desenvolvido no programa Microsoft Excel® (2010).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a revitalização e implantação da horta foi utilizado um total de 632 plantas, sendo 616 olerícolas e 16 medicinais. Desse total, foram cultivadas 08 espécies olerícolas e 08 medicinais (Tabelas 01 e 02).

Na tabela 01 são apresentadas as famílias botânicas, nome científico e popular, parte da planta utilizada para consumo, forma de preparo e uso das plantas olerícolas cultivadas na horta. Nota-se que a família Brassicaceae, apresentou uma maior diversidade de cultivares, registrando 04 variedades da espécie *Brassica oleracea*, sendo elas: *Brassica oleracea* var. *capitata* f. *rubra* (Repolho Roxo), *Brassica oleracea* var. *capitata* (Repolho verde), *Brassica oleracea* var. *italica* (Brocólis) e *Brassica oleracea* var. *botrytis* (Couve-flor). Em seguida a família Asteraceae, apresentou 02 espécies, a *Cichorium intybus* (Chicória) e *Lactuca sativa* (Alface). Ainda observam-se, com uma espécie representante, as famílias botânicas Amaranthaceae e Apiaceae (Tabela 01).

Na tabela 02 são apresentadas as famílias botânicas, nome científico e popular, parte da planta utilizada para consumo, forma de preparo e uso das plantas medicinais cultivadas na horta. Observa-se que a família Lamiaceae apresentou a maior diversidade de espécies, registrando 05 espécies/cultivares, são elas: *Melissa officinalis* (Melissa ou Erva-cidreira), *Ocimum basilicum* var. *citriodorum*.

Tabela 01. Espécies vegetais olerícolas cultivadas no Lar O Bom Samaritano, Videira – SC. Família botânica, nome científico, nome popular, parte da planta utilizada, forma de preparo e uso de contraindicação.

Família/ Nome Científico	Nome Popular	Parte Utilizada	Forma de Preparo	Uso
Asteraceae				
<i>Cichorium intybus</i>	Chicória	Folhas	<i>In natura</i>	Ajuda o fígado Desintoxica o corpo
<i>Lactuca sativa</i>	Alface	Folhas	<i>In natura</i>	Auxilia a digestão e o intestino
Brassicaceae				
<i>Brassica oleracea</i> var. <i>capitata</i> f. <i>rubra</i>	Repolho Roxo	Folhas	<i>In natura</i> , cozida ou refogada	Rico em antioxidantes.
<i>Brassica oleracea</i> var. <i>capitata</i>	Repolho(verde)	Folhas	<i>In natura</i> , cozida ou refogada	Melhora a digestão
<i>Brassica oleracea</i> var. <i>193tálica</i>	Brócolis	Inflorescência e talos	Cozido, refogado ou grelhado	Fortalece o sistema imunológico
<i>Brassica oleracea</i> var. <i>botrytis</i>	Couve-Flor	Inflorescência imatura	Cozida, assada ou crua	Desintoxicação do organismo.
Amaranthaceae				
<i>Beta vulgaris</i>	Beterraba	Raiz	Cozida, assada ou crua	Melhora a circulação e a pressão arterial
Apiaceae				
<i>Petroselinum crispum</i>	Salsinha	Folhas e talos	Condimento	Combate a retenção de líquidos.

Fonte: Autores (2025)

(Manjericão Verde), *Ocimum basilicum* var. *crispum* (Manjericão Roxo), *Plectranthus barbatus* (Boldo) e *Thymus vulgaris* (Tomilho). A família Asteraceae apresentou duas espécies representantes, *Artemisia absinthium* (Losna) e *Artemisia camphorata* (Cânfora de jardim), enquanto com uma única espécie representante, ficou a família Monimiaceae (Figura 02). O maior uso de espécies da família Lamiaceae na horta está ligado ao atendimento às particularidades dos idosos, conforme a necessidade alimentar e principalmente indicação terapêutica das enfermidades de maior ocorrência no Asilo Lar Bom Samaritano.

Tabela 02. Espécies vegetais medicinais cultivadas no Lar O Bom Samaritano, Videira - SC. Família botânica, nome científico, nome popular, parte da planta utilizada, forma de preparo e uso de contraindicação.

Família/ Nome Científico	Nome Popular	Parte Utilizada	Forma de Preparo	Uso
Lamiaceae				
<i>Melissa officinalis</i>	Melissa (Erva-cidreira)	Folhas	Chá por infusão	Calmante, insônia, ansiedade
<i>Ocimum basilicum</i> var. <i>citriodorum</i>	Manjerição Verde	Folhas	Chá, condimento e Cataplasma	Dor de cabeça, cólicas, calmante leve.
<i>Ocimum basilicum</i> var. <i>crispum</i>	Manjerição Roxo	Folhas	Chá e condimento	Infecções respiratórias, anti-inflamatório
<i>Plectranthus barbatus</i>	Boldo	Folhas	Chá por infusão	Problemas digestivos, fígado, azia
<i>Thymus vulgaris</i>	Tomilho	Folhas	Chá, condimento e gargarejo	Tosse, dor de garganta, expectorante
Monimiaceae				
<i>Peumus boldus</i>	Boldo do Chile	Folhas	Chá por infusão	Digestivo, fígado, cólicas
Asteraceae				
<i>Artemisia absinthium</i>	Losna (Absinto)	Folhas	Chá por infusão	Estimulante digestivo, vermífugo
<i>Artemisia camphorata</i>	Cânfora de Jardim	Folhas	Chá por infusão	Menstruação irregular, cólicas menstruais ou ansiedade

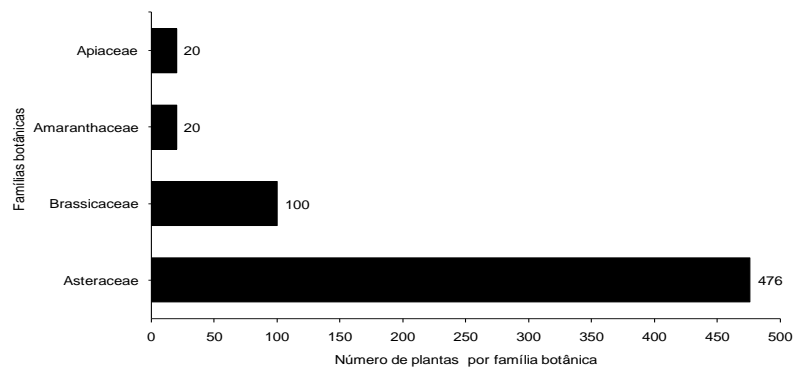
Fonte: Autores (2025)

O número de plantas das famílias botânicas olerícolas cultivadas é apresentada do gráfico 01. Verifica-se que foram cultivadas um total de 476 plantas da família Asteraceae, 100 plantas da Brassicaceae e 20 plantas da Amaranthaceae e Apiacea. O cultivo do maior número de plantas de uma mesma família em determinada local, como no Asilo Bom Samaritano, mesmo as que possuem ampla distribuição, mostra a preferência de consumo dos idosos pelas espécies desta família.

Entre o número de plantas das famílias botânicas medicinais, observa-se que a Lamiaceae apresentou 11 plantas, seguida da Asteraceae com 3 e Monimiaceae com 2 plantas cultivadas (Gráfico 02). As famílias que apresentaram maior número de espécies no presente estudo sejam elas olerícolas ou medicinais também se destacaram em

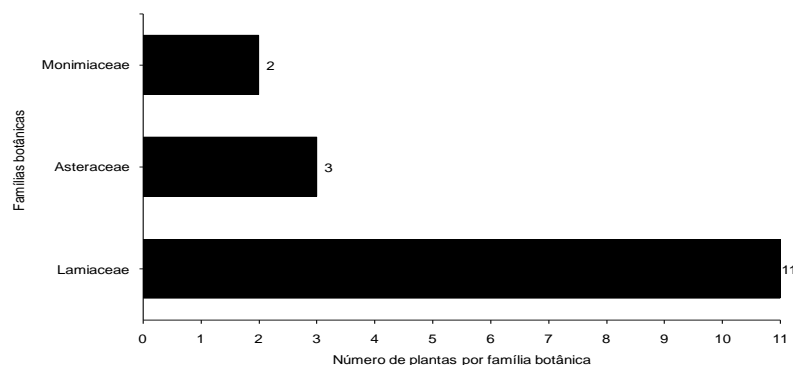
levantamentos realizados em diferentes regiões do Brasil, sinalizando para uma provável eficácia alimentar e nutricional, assim como preferência de consumo, além de colaborar no combate a enfermidades (Jesus et al., 2009; Marinho et al., 2011; Feijó et al., 2013; Liporacci; Simão, 2013), tendendo serem mais representadas e utilizadas nos hortos populares. Com isso, presume-se que as famílias Asteraceae, Brassicaceae, Laminaceae, apresentam potencial de cultivo e eficácia alimentar, nutricional e terapêutica, podendo ser utilizada de forma segura pelos idosos.

Gráfico 01. Famílias botânicas das plantas olerícolas cultivadas no Lar O Bom Samaritano, Videira - SC.



Fonte: Autores (2025)

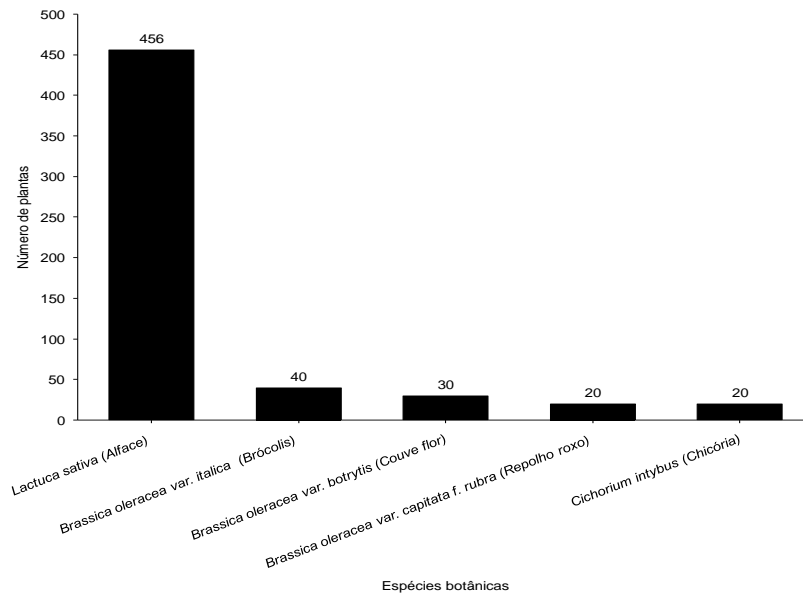
Gráfico 02. Famílias botânicas das plantas medicinais cultivadas no Lar O Bom Samaritano, Videira - SC.



Fonte: Autores (2025)

As espécies olerícolas mais cultivadas foram *Lactusa sativa* (Alface) com 456 plantas, seguidas de *Brassica oleracea* var. *italica* (Brócolis), com 40 plantas e *Brassica oleracea* var. *botrytis* (Couve-flor), com 30 plantas (Gráfico 03).

Gráfico 03. Espécies botânicas das plantas olerícolas cultivadas no Lar O Bom Samaritano, Videira - SC.

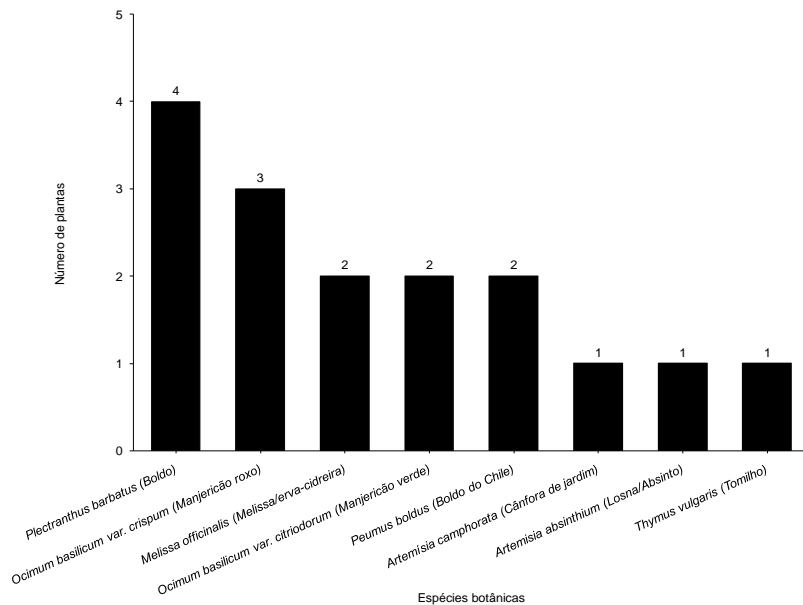


Fonte: Autores (2025)

Entre as espécies medicinais mais cultivadas, destaca-se *Plectranthus barbatus* (Boldo), com 04 plantas e *Ocimum basilicum* var. *crispum* (Manjerição roxo), com 03 plantas (Gráfico 04).

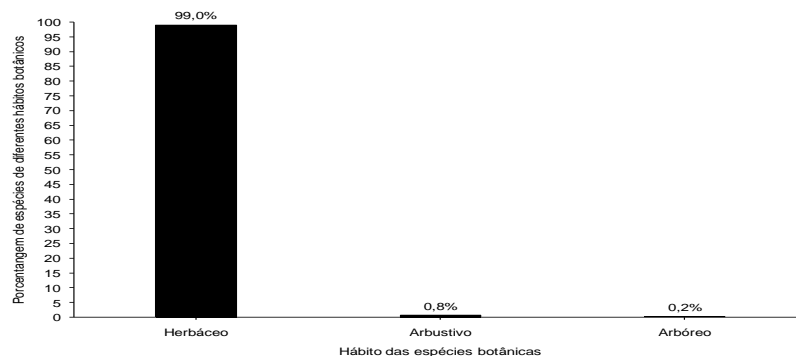
O hábito de crescimento botânico predominante entre as plantas olerícolas e medicinais foi o herbáceo, representando 99 % das espécies cultivadas (Gráfico 05). Em seguida vieram o arbustivo (0,8 % das espécies) e arbóreo (0,2 % das espécies). Esta prevalência de espécies com o hábito de crescimento herbáceo pode estar associada ao fato das plantas apresentarem uma produção constante de folhas, proporcionando uma fonte alimentar de fácil cultivo, sendo observada em outros estudos, como os realizados por Albertasse et al. (2010) e Liporacce e Simão (2013). Evidências atuais corroboram a ampla utilização de espécies herbáceas nos sistemas de cura populares, pois as ervas tendem a investir em compostos secundários de alta atividade biológica, como alcalóides, glicosídeos e terpenóides (Stepp; Moerman, 2001). Guarim Neto e Amaral (2010) acreditam que a presença de herbáceas é mais comum devido ao pequeno espaço reservado ao cultivo e a maioria destas plantas serem destinadas ao uso alimentar e medicinal.

Gráfico 04. Espécies botânicas das plantas olerícolas cultivadas no Lar O Bom Samaritano, Videira - SC.



Fonte: Autores (2025)

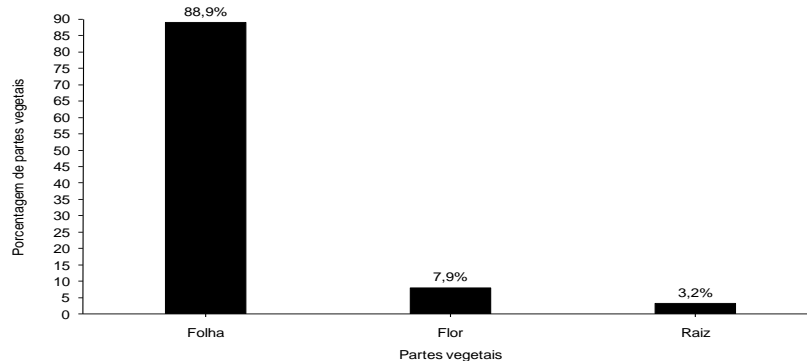
Gráfico 05. Porcentagem de espécies botânicas olerícolas e medicinais de diferentes hábitos botânicos cultivadas no Lar O Bom Samaritano, Videira - SC.



Fonte: Autores (2025)

Entre as partes das plantas, a folha foi a mais utilizada no preparo das receitas (88,9 %), seguida da flor (7,9 %) e raiz (3,2 %) (Gráfico 06). A folha é citada como a parte do vegetal mais utilizada em estudos realizados por Lipoeacce; Simão, 2013; Oliveira; Menini Neto, 2012; Vasquez et al., 2014. O maior uso das folhas provavelmente se deve à facilidade de coleta. Outro fato a ser observado, é que as outras partes vegetais, como os frutos e sementes não encontrarem disponíveis em todas as épocas do ano, diminuindo a oferta do alimento.

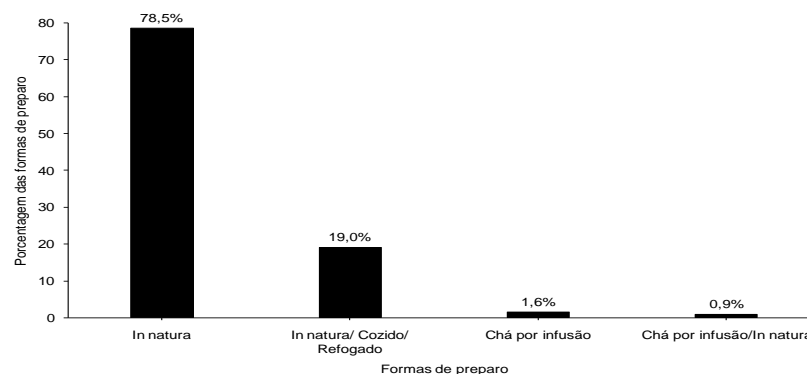
Gráfico 06. Porcentagem de partes vegetais de plantas olerícolas e medicinais cultivadas no Lar O Bom Samaritano, Videira - SC.



Fonte: Autores (2025)

Algumas plantas exigem cuidados especiais em sua administração. Tais cuidados podem estar diretamente relacionados à planta ou à maneira como é preparada (Rehman et al., 2017). O modo de preparo das plantas olerícolas e medicinais no presente estudo foi diverso, sendo o principal o *in natura*, representando 78,5 % do total. Em seguida registrou-se o *in natura/cozida/refogado* (19 %), chá por infusão (1,6 %) e chá por infusão/*in natura* (0,9 %) (Gráfico 07).

Gráfico 07. Porcentagem de das forma de preparo de plantas olerícolas e medicinais cultivadas no Lar O Bom Samaritano, Videira - SC.



Fonte: Autores (2025)

A predominância por plantas com modo de preparo *in natura* pode ser relacionada à três fatores importantes: por serem formas de preparo baratas, rápidas e de fácil acesso. É importante mencionar que o modo de preparação é algo muito diversificado, diferindo de acordo com a espécie de plantas utilizada e de preferência de consumo, conforme observações de Roque et al. (2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A iniciativa extensionista da implantação e revitalização da horta mostrou-se relevante ao promover atividades de ensino compartilhadas e interativas, sendo percebida como uma oportunidade para o desenvolvimento de atitudes positivas e maior disponibilidade para o trabalho compartilhado, favorecendo o trabalho colaborativo em equipe e à melhoria da qualidade da atenção à saúde, através do cultivo de plantas olerícolas e medicinais, estimulando atividades terapêuticas, fornecendo alimentos saudáveis e de valores fitoterápicos. Na elaboração da horta houve o desfrute das vantagens práticas e estéticas, garantindo o fácil acesso a valiosas plantas olerícolas e terapêuticas, trazendo a natureza para mais perto, promovendo uma abordagem holística para o cuidado da saúde e do bem-estar geral.

Foram cultivadas um total 632 plantas, entre elas 616 olerícolas, onde se destacaram as espécies: *Lactuca sativa* (Alface, 476 plantas), *Brassica oleracea* var. *italica* (Brócolis, 40 plantas) e *Brassica oleracea* var. *botrytis* (Couve flor, 30 plantas). Entre as 16 plantas medicinais, as espécies que destacaram foram: *Plectranthus barbatus* (Boldo comum, 4 plantas) e *Ocimum basilicum* (Manjerição roxo, 3 plantas). A família botânica olerícola que apresentou maior frequência foi a Asteraceae (476 plantas), seguida da Brassicaceae (100 plantas). Entre as medicinais destacaram-se a família Lamiaceae (11 plantas) e Asteraceae (3 plantas). O órgão das plantas mais utilizado para consumo foi à folha (88,9%) e a forma de preparo mais frequente foi à *in natura* (78,5%).

REFERÊNCIAS

- ALBERTASSE, P. D.; THOMAZ, L. D.; ANDRADE, M. A. Plantas medicinais e seus usos na comunidade da Barra do Jucu, Vila Velha, ES. **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, v.12, n.3, p. 250-60, 2010.
- ANGIOSPERM PHYLOGENY GROUP. An update of the phylogeny group classification for the orders and families of flowering plants: APG III. **Botanical Journal of the Linnean Society**, v. 161, p. 105-121, 2009.
- BALBINOT, S.; VELASQUEZ, P. G.; DUSMAN, E. Reconhecimento e uso de plantas medicinais pelos idosos do Município de Marmeleiro - Paraná. **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, v. 15, n. 4, p. 632-638, 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica. Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Brasília: Ministério da Saúde, 2006a.

- BITENCOURT, R. R.; GUARNIERI, J. M.; LUCIANE MARIA PILOTTO, L.M.; SILVA, M. A. S.; CONTRI, R. V. Extensão universitária com plantas medicinais. **Saberes Plurais: Educação na Saúde**, v. 5, n. 1, p. 5 – 11, 2011.
- COSTA, J. L. B.; PINTO A. V.; PINTO, A.V.; MEDEIROS, A. A. F. D. Uso de fitoterápicos pela população idosa. Congresso internacional de Envelhecimento Humano, 2017.
- FAVELL, D. J. A comparison of the vitamin C content of fresh and frozen vegetables. **Food Chemistry**, v. 62, p. 59 - 64, 1998.
- FEIJÓ, E. V. R. S.; PEREIRA, A. S.; SOUZA, L. R.; SILVA, L. A. M.; COSTA, L. C. B. Levantamento preliminar sobre plantas medicinais utilizadas no bairro Salobrinho no município de Ilhéus, Bahia. **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, v. 15, n. 4, p. 595-604, 2013.
- FERREIRA, S. M. C.; SHIMABUKU JR, R. S. Cartilha informativa - Projeto Plantas medicinais. Itaipu Binacional, 2012.
- FILGUEIRA, F. A. R. Novo manual de olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. 3. ed. Viçosa, MG: UFV, 2007.
- FORZZA, R. C., LEITMAN, P. M., COSTA, A. F., CARVALHO, A. A., PEIXOTO, A. L., WALTER, B. M. T. Introdução. Lista de Espécies da Flora do Brasil. Rio de Janeiro: Jardim Botânico do Rio de Janeiro; 2010. Disponível em <http://floradobrasil.jbrj.gov.br/2010/>. Acesso em: 12/08/2024.
- FREITAS, W. K., PINHEIRO, M. A. S., ABRAHÃO, L. L. F. Análise da Arborização de Quatro Praças no Bairro da Tijuca, RJ, Brasil. **Floresta e Ambiente**, v. 22, n. 1, p. 23-31, 2015.
- FRÓÉS, L. (Trad.). **O Jardim e a Mini Horta**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Expressão e Cultura, 1986.
- GUARIM NETO, G.; AMARAL, C. N. Aspectos etnobotânicos de quintais tradicionais dos moradores de Rosário Oeste, Mato Grosso, Brasil. **Polibotanica**, v. 29, p. 191-212, 2010.
- JESUS, N. Z. T., LIMA, J. C. S.; SILVA, R. M.; ESPINOSA, M. M.; MARTINS, D. T. O. Levantamento etnobotânico de plantas popularmente utilizadas como antiúlceras e antiinflamatórias pela comunidade de Pirizal, Nossa Senhora do Livramento-MT, Brasil. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, v. 19, n. 1, p. 130-139, 2009.
- LEI PROMULGADA Nº 12.386, de 16 de agosto de 2002. Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Estadual de Fitoterapia e Plantas Medicinais no Estado de Santa Catarina e adota outras providências. Disponível em https://leis.ale-sc.gov.br/html/2002/12386_2002_lei.html. Acesso em: 12/10/2024.
- LIMA, C. M. F.; VERAS, R. Saúde pública e envelhecimento. **Caderno de Saúde Pública**, v. 19. N. 3. P. 700-7001, 2003.

LIPORACCI, H. S. N.; SIMÃO, D. G. Levantamento etnobotânico de plantas medicinais nos quintais do Bairro Novo Horizonte, Ituiutaba, MG. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, v. 15, n. 4, p. 529-540, 2013.

LOPES, M. A.; NOGUEIRA, I. S.; OBICI, S.; ALBIERO, A. L. M. Estudo das plantas medicinais utilizadas pelos pacientes atendidos no programa “Estratégia saúde da família” em Maringá/PR/Brasil. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, v.17, n.4, p.702-706, 2015.

LUNN, J. Nutrição e Envelhecimento Saudável. Nutrição em Pauta, v.15, n. 85, p. 1 - 9, jul. 2007. MASSAMBONE, Í. UFGD forma horta caseira como terapia ocupacional para idosos. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GRUPOS PET, 11., 2006, Florianópolis. Anais eletrônicos... Florianópolis: UFSC, 2006.

MARINHO, M. G. V.; SILVA, C. C.; ANDRADE, L. H. C. Levantamento etnobotânico de plantas medicinais em área de caatinga no município de São José de Espinharas, Paraíba, Brasil. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, v.13, n.2, p.170-182, 2011.

MISSOURI BOTANICAL GARDEN – MOBOT. Explore the beta release of Web TROPICOS. citation on computers documents. Disponível em: <<http://mobot.mobot.org/W3T>>. Acesso em: 20 set. 2024.

OLIVEIRA, E. R.; MININI NETO, L. Levantamento etnobotânico de plantas medicinais utilizadas pelos moradores do povoado de manejo, Lima Duarte – MG. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, v. 14, n. 2, p. 311-320, 2012.

OLIVEIRA, T. L. Utilização de plantas medicinais por idosos em três bairros do município de Conceição do Almeida - BA. **Journal of Biology & Pharmacy and Agricultural Management**, v. 14, n. 2, 2018.

PEREIRA, A. R. Uso tradicional de plantas medicinais por idosos. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste**, v. 17, n. 3, p. 427-434, 2016.

REHMAN, S.; LATIEF, R.; BHAT, K. A.; KHUROO, M. A.; SHAWL, A. S.; CHANDRA, S. Comparative analysis of the aroma chemicals of *Melissa officinalis* using hydrodistillation and HS-SPME techniques. **Arabian Journal of Chemistry**, v. 10, p.2485-2490, 2017.

ROQUE, A. A.; ROCHA, R. M.; LOIOLA, M. I. B. Uso e diversidade de plantas medicinais da Caatinga na comunidade rural de Laginhas, município de Caicó, Rio Grande do Norte (nordeste do Brasil). **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, v. 12, n. 1, p. 31-42, 2010.

SANTOS, S. L. F.; ALVES, H. H.; BARROS, K. B. N.; PESSOA, C. V. Uso de plantas medicinais por idosos de uma instituição filantrópica. **Revista Brasileira de Pesquisa em Ciências da Saúde**, v. 4, n. 2, p. 71-75, 2019.

STEPP, J. R.; MOERMAN, D. E. The importance of weeds in ethnopharmacology. *Journal of Ethnopharmacology*, v. 75, p. 19-23, 2001.

TATAGIBA, S. D.; SOUSA, I. S., OLIVEIRA, A. E. W. Etnobotânica de plantas medicinais na Região de Integração do Rio Tapajós, Comunidade do Bairro Maria Magdalena, Município de Itaituba, Pará, Brasil. **Biota Amazônia**, v. 9, n.4, p. 41-49, 2019.

TATAGIBA, S. D.; SARMENTO, E. C.; BERTHA, I.; PADILHA, A. S.; NACHTIGALL, G .R.; ARAÚJO, R.; HACKBARTH, C. Levantamento quali-quantitativo de indivíduos arbóreos do Instituto Federal Catarinense, Campus Videira. **Scientific Electronic Archives**, v. 16, n. 11, p. 1-11, 2023.

TEIXEIRA, C. F. Promoção e vigilância da saúde no contexto da regionalização da assistência à saúde no SUS. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 18, p. 153-162, 2002.

VÁSQUEZ, S. P. F.; MENDOÇA, M. S.; NODA, S. N. Etnobotânica de plantas medicinais em comunidades ribeirinhas do Município de Manacapuru, Amazonas, Brasil. **Acta Amazonica**, v. 44, n.4, p. 457-472, 2014.

VIDAL, W. N., VIDAL, M. R. R. **Botânica – Organografia – Quadros sinóticos ilustrados de fanerógamas**. 4 Ed. Ver. Ampl. - Viçosa: UFV, 2007. 123p.

O livro *Tecnodiversidade: Conexões Entre Ciência, Cultura e Futuro* apresenta uma reflexão sobre a relação entre tecnologia, sociedade e diversidade de saberes. A obra propõe compreender a inovação não apenas como resultado do avanço científico, mas também como um processo influenciado por contextos culturais, históricos e sociais.

Com linguagem clara e acessível, o texto convida o leitor a perceber como ciência e cultura se entrelaçam na construção do futuro. Ao abordar temas atuais, como ética, inclusão digital, mudanças climáticas e novas formas de conhecimento, a obra estimula a pensar a tecnologia como parte da vida humana e não apenas como ferramenta técnica.

Mais do que explicar transformações, o livro incentiva a imaginar caminhos possíveis para um futuro mais justo, plural e sustentável.

Assim, a tecnodiversidade aparece como chave para valorizar diferentes formas de pensar e criar, reconhecendo na diversidade a verdadeira riqueza da inovação.

uniatual
EDITORA

ISBN 978-658488555-4



9

786584

885554